UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Leandro dos Santos Magalhães

FAZENDA BOA ESPERANÇA:
reconstrução digital de espaços e memória dos escravizados

Belo Horizonte
2024

Leandro dos Santos Magalhães

FAZENDA BOA ESPERANÇA:
reconstrução digital de espaços e memória dos escravizados

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Renato Cesar Ferreira de Sousa.

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

M188f

Magalhães, Leandro dos Santos.
Fazenda Boa Esperança [manuscrito] : reconstrução digital de espaços e memória dos escravizados / Leandro dos Santos Magalhães. - 2024.
345f. : il.

Orientador: Renato César Ferreira de Souza.

Tese (Doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Teses. 2. Escravos – Teses. 3. Realidade virtual – Teses. 4. Simulação (computadores digitais) – Teses. 5. Construções rurais – Teses. I. Sousa, Renato César Ferreira de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728.6098151

Ficha catalográfica elaborada por Marco Antônio Lorena Queiroz – CRB 6 /2155

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fazenda Boa Esperança: reconstrução digital dos espaços e memória dos escravizados

LEANDRO DOS SANTOS MAGALHÃES

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2024, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Renato César Ferreira de Souza - Orientador
EA-UFMG

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro
EA-UFMG

Prof. Dr. Cristiano Cezarino Rodrigues
EA-UFMG

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin
UFPR

Prof. Dr. Luis Gustavo Molinari Mundim
IEPHA-MG

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2024.

Para Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida. Minha gratidão ao meu orientador e amigo Renato César, por nossos mais de 20 anos de amizade e troca de conhecimento, por sua presença constante ao longo do trabalho, pelos direcionamentos precisos e pela oportunidade de dividir a sala de aula.

Ao NPGAU, especialmente a Paula, sempre prestativa e paciente, e à equipe e professores do Programa de Pós-Graduação, meus sinceros agradecimentos. Também aos colegas de jornada, que tornaram a pesquisa um processo menos solitário e mais feliz. Agradeço aos professores da banca de qualificação, que direcionaram o caminho adotado na pesquisa.

Minha gratidão a Romeu Matias, gestor da Fazenda Boa Esperança, que abriu muitas portas e foi essencial com seu profissionalismo e generosidade. Também às comunidades quilombolas de Chacrinha dos Pretos e da Boa Morte, especialmente Mariazinha, Rosângela, Sueli, Sirlene, Sebastião e Sirléia, que compartilharam saberes ancestrais, cantos, documentos, fotografias e histórias familiares.

Em Bonfim, o Arquivo Público Municipal, especialmente Robson, foi crucial na busca por documentos reveladores. Agradeço ao jornalista Tarcísio Martins, por compartilhar seu valioso acervo sobre Boa Esperança, e a Ulisses Tizoco, pela ajuda com as cartas de alforria. No IEPHA, minha gratidão à equipe da biblioteca e dos arquivos.

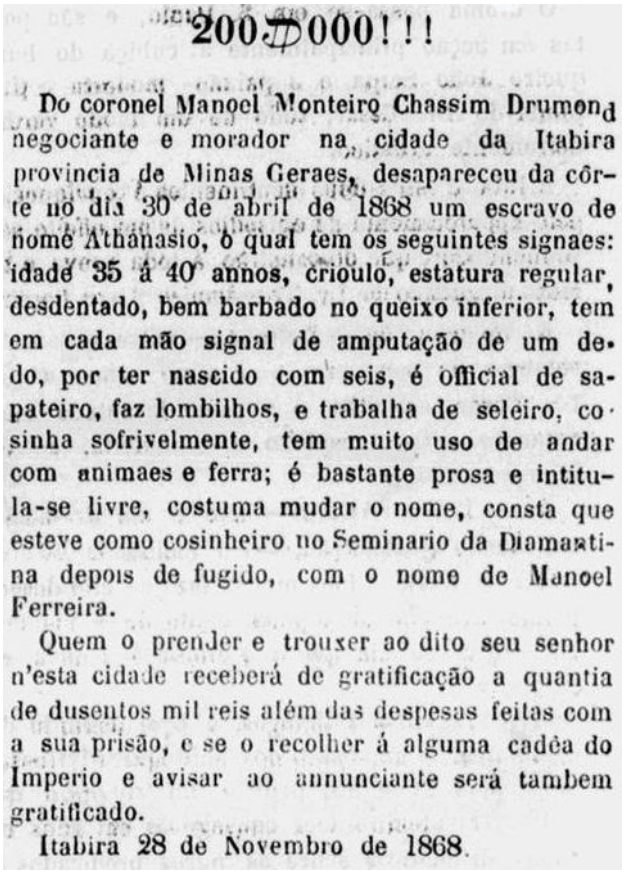
Leonardo Raposo, amigo e colaborador, mostrou os caminhos historiográficos e compartilhou cada novo achado, expandindo nossos horizontes. Agradeço também às arquitetas Ana Luiza, Silvia Pinheiro e ao arquiteto Gabriel da Cruz, pelo apoio nas modelagens 3D e mapas.

Agradeço às revisoras Stephanie Lyanie, Melissa Boechat, Dayse Mendes, e à formatadora Valéria Sigaud, pelo trabalho cuidadoso, que garantiu uma comunicação eficaz. Marina Oliveira, paleógrafa e historiadora, viabilizou a leitura dos inventários e manuscritos cruciais para a pesquisa.

Agradeço à Equipe B, especialmente Bianca Ribeiro e Fernando Pacheco, por sua paciência e apoio durante a reta final da pesquisa.

Por último, agradeço aos meus amigos e à minha família pelo amor incondicional. Aos meus pais, Adélia e Luiz Cláudio, cuja contribuição é imensurável; à minha irmã Camila, e a Alexandre, meu cunhado, que me ouviram tantas vezes; a Francisco, meu filho, dono dos meus sorrisos e do meu orgulho desde 2010, com sua constante pergunta sobre a conclusão do doutorado. Agora acabei, filho! E a Isaura, obrigado por seu apoio e paciência.

Obrigado a todos os que, apesar de não citados nominalmente, contribuíram para a realização desta pesquisa.



200$000!!!

Do coronel Manoel Monteiro Chassim Drumond negociante e morador na cidade da Itabira provincia de Minas Geraes, desappareceu da côrte no dia 30 de abril de 1868 um escravo de nome Athanasio, o qual tem os seguintes signaes: idade 35 á 40 annos, crioulo, estatura regular, desdentado, bem barbado no queixo inferior, tem em cada mão signal de amputação de um dedo, por ter nascido com seis, é official de sapateiro, faz lombilhos, e trabalha de seleiro, cosinha sofrivelmente, tem muito uso de andar com animaes e ferra; é bastante prosa e intitula-se livre, costuma mudar o nome, consta que esteve como cosinheiro no Seminario da Diamantina depois de fugido, com o nome de Manoel Ferreira.

Quem o prender e trouxer ao dito seu senhor n'esta cidade receberá de gratificação a quantia de dusentos mil reis além das despesas feitas com a sua prisão, e se o recolher á alguma cadêa do Imperio e avisar ao annunciante será tambem gratificado.

Itabira 28 de Novembro de 1868.

Anúncio pela busca de Athanasio, fato gerador da poesia de Drummond.
Fonte: O Jequitinhona, Diamantina 10 de Janeiro de 1869; Ano VIII Número 22 p.4
Acessado em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/233870/12

HOMEM LIVRE
Carlos Drummond de Andrade

Atanásio nasceu com seis dedos em cada mão.
Cortaram-lhe os dois excedentes.
Cortassem quatro, seria o mesmo
Admirável oficial de sapateiro, exímio seleiro.
Lombilho que ele faz quem mais faria?
Tem prática de animais, grande ferreiro.

Sendo tanta coisa, nasceu escravo,
O que não é bom para Atanásio nem para ninguém.
Então foge do Rio Doce.
Vai parar, homem livre, no Seminário de Diamantina,
Onde é cozinheiro, ótimo sempre, esse Atanásio.
Meu parente Manuel Chassim Drummond não se conforma.
Bota anúncio do Jequitinhonha, bem explicadinho:
Duzentos mil-réis a quem prender crioulo Atanásio!
Mas quem vai prender homem de tantas qualidades?

ANDRADE, Carlos Drummond de. 1902-1987. Nova reunião: 23 livros de poesia/ Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 562.

RESUMO

A presente pesquisa parte de uma percepção lacunar da Fazenda Boa Esperança, um bem tombado construído no final do século XVIII, que motiva a estruturação de meios para preencher algumas das lacunas espaciais e de personagens ainda não abordados pela historiografia através de buscas em arquivos e fontes diversas. O foco da pesquisa incide, principalmente, sobre os espaços comuns e de trabalho e sobre o resgate da história de trabalhadores escravizados. A partir dos achados são construídas interpretações tendo início cotejamentos multidisciplinares, tanto entre os fatos em si como também com outros externos, constituindo um panorama mais amplo para o conhecimento da Fazenda. O emprego de ferramentas computacionais voltadas para a representação e visualização em arquitetura e urbanismo atravessa toda a pesquisa na construção de hipóteses visuais, modelos e imagens, para os quais convergem os achados factuais. A pesquisa produziu transcrições de documentos históricos, um acervo de recortes de periódicos, um acervo de digitalizações em 3D, modelos e imagens, ampliando as discussões de temáticas pouco exploradas em torno da Boa Esperança. São apresentadas histórias de trabalhadores escravizados a partir de sua identificação em múltiplas fontes. Ao final, apresenta um protótipo em realidade virtual buscando convergir diferentes tipos de informações sobre a Boa Esperança. A conclusão do trabalho aponta para novas pesquisas a partir dos achados apresentados, uma vez que pouco foi estudado sobre os escravizados e sobre os usos da Boa Esperança.

Palavras-chave: patrimônio cultural; escravos; realidade virtual; simulação (computadores digitais); construções rurais.

ABSTRACT

This research originates from the recognition of numerous gaps in the understanding of Boa Esperança Farm, a heritage-listed property built at the end of the 18th century. These gaps have spurred the development of methods to address various spatial and character-related voids that have not yet been explored by historiography, through searches in archives and multiple sources. The research predominantly focuses on the common and work spaces, and on reclaiming the history of enslaved workers. From the findings, interpretations are formulated through multidisciplinary cross-references, both among the facts themselves and with other external factors, creating a more comprehensive understanding of the Farm. The use of computational tools for representation and visualization in architecture and urbanism is a key aspect throughout the research, aiding in the construction of visual hypotheses, models, and images that bring together the factual discoveries. The research has yielded transcriptions of historical documents, a collection of newspaper clippings, a compilation of 3D digitizations, models, and images, thus expanding the discussion on less explored themes related to Boa Esperança. Stories of enslaved workers are presented based on their identification in multiple sources. It closes with the presentation of a virtual reality prototype designed to integrate different types of information about Boa Esperança Farm. The conclusion of the work points to new research based on the findings presented since little has been studied about the enslaved and the work at Boa Esperança.

Keywords: cultural heritage; slaves; virtual reality; simulation (digital computers); rural constructions.

RESUMEN

La presente investigación parte de una percepción lacunar de la Hacienda Boa Esperança, un bien patrimonial construido a finales del siglo XVIII, que motiva la estructuración de medios para llenar algunas de las lagunas espaciales y de personajes aún no abordados por la historiografía a través de búsquedas en archivos y fuentes diversas. El enfoque de la investigación incide, principalmente, sobre los espacios comunes y de trabajo y sobre la recuperación de la historia de trabajadores esclavizados. A partir de los hallazgos se construyen interpretaciones iniciando cotejos multidisciplinarios, tanto entre los hechos en sí como también con otros externos, constituyendo un panorama más amplio para el conocimiento de la Hacienda. El empleo de herramientas computacionales orientadas a la representación y visualización en arquitectura y urbanismo atraviesa toda la investigación en la construcción de hipótesis visuales, modelos e imágenes, hacia los cuales convergen los hallazgos fácticos. La investigación produjo transcripciones de documentos históricos, un acervo de recortes de periódicos, un acervo de digitalizaciones en 3D, modelos e imágenes, ampliando las discusiones de temáticas poco exploradas en torno a la Boa Esperança. Se presentan historias de trabajadores esclavizados a partir de su identificación en múltiples fuentes. Al final, se presenta un prototipo en realidad virtual buscando converger diferentes tipos de información sobre la Boa Esperança. La conclusión del trabajo apunta a nuevas investigaciones a partir de los hallazgos presentados, ya que poco se ha estudiado sobre los esclavizados y sobre los usos de la Boa Esperança.

Palabras clave: patrimonio cultural; esclavizados; realidad virtual; reconstrucción digital; arquitectura rural; construcciones rurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia: Pátio Frontal. Reunião ao pé das sapucaias 22
Figura 2 - Reconstituição elaborada por Machado 25
Figura 3 – Digitalização geométrica da base de pedras 33
Figura 4 – Tela: Coleção de modelos SfM no Sketchfab 34
Figura 5 - Fotografia 360º do interior do paiol da FBE 35
Figura 6 – Modelagem geométrica do centro histórico de BELÉM – PA 40
Figura 7 – *Mockup* com a tela do Jogo da Restauração 42
Figura 8 – Telas do catálogo digital Marcos Urbanos 43
Figura 9 – Realidade virtual e realidade aumentada, respectivamente, a partir de digitalização geométrica 44
Figura 10 – Mosaico de imagens de alguns projetos desenvolvidos 46
Figura 11 – Iconografia: Ilustração de Casa Grande & Senzala 49
Figura 12 – Ilustração: Cotidiano na Boa Esperança 50
Figura 13 – Recurso expográfico: Diorama 51
Figura 14 – Fotografia: Entorno da sede da Boa Esperança 52
Figura 15 – Pintura: Romualdo José Monteiro de Barros 55
Figura 16 – Romualdo no Governo Provisório 56
Figura 17 – Monteiros de Barros & Pinto de Goes e Lara 58
Figura 18 – Fachada com o título Fazenda da Boa Esperança 60
Figura 19 – Senzala da FBE 62
Figura 20 – Imagem: Elementos da Fazenda Boa Esperança que serão mencionados 64
Figura 21 – Imagem: Modelo geométrico da sede 65
Figura 22 – Imagem: Simulação com o modelo elaborado 66
Figura 23 – Fotografia: Escadaria frontal da Boa Esperança 67
Figura 24 – Fotografia: Muros de pedra da FBE com as saborosas 68
Figura 25 – Fotografia: Ermida do Senhor dos Passos 69
Figura 26 - Mapa Belo Vale/MG 71
Figura 27 – Mapa Belo Vale/MG 72
Figura 28 – Documento: Registro da Boa Morte 73
Figura 29 – Recortes de jornais: Proprietários da FBE e a Boa Morte 75
Figura 30 – Fotografia: Capela Nossa Senhora da Boa Morte 75
Figura 31 – Fotografia: Mariazinha na celebração de 15 de agosto 77
Figura 32 – 1º Anúncio de venda da Boa Esperança 79

Figura 33 – Recorte de jornal 80
Figura 34 – 2ºAnúncio de venda ou aluguel da Boa Esperança 81
Figura 35 – Possível anúncio de venda no RJ 82
Figura 36 – Sede da Fazenda Boa Esperança vista a partir do interior do paiol 82
Figura 37 – Fotografia: O paiol com uma chaminé na fachada frontal 85
Figura 38 – Comparação da fachada do paiol na atualidade e em 1951 86
Figura 39 – Imagens: Cenas de trabalho diante do paiol 87
Figura 40 – Rastros observados no paiol 88
Figura 41 – Imagem: Digitalização do interior do paiol 90
Figura 42 – Base de pedras da roda d'água em dois ângulos 91
Figura 43 – Paiol da FBE adaptado para evento 92
Figura 44 – Quadro de vídeo: Banda Santa Cecília de Belo Vale toca no Paiol 92
Figura 45 – Imagem: Cena de trabalho com a moenda no paiol. 93
Figura 46 – Exterior do paiol com sua abertura alinhada à base de pedras 94
Figura 47 – Processamento sobre fotografia revelando a roda d'água 95
Figura 48 – Moenda de 3 rolos movida a água 96
Figura 49 – Arquitetura e moenda 98
Figura 50 – Imagem: Modelo proposto e sua relação com a base de pedras 99
Figura 51 – Modelo elaborado 100
Figura 52 – Moinho de farinha em 2009 101
Figura 53 – Fotografias: Peças do engenho de farinha 102
Figura 54 – Imagem: Cena de trabalho no moinho de farinha 103
Figura 55 – Imagens: Cena de trabalho e Peças do moinho de farinha 104
Figura 56 – Imagem: Cena no pátio frontal da Boa Esperança 105
Figura 57 – Fotografia: Pátio frontal visto a partir da varanda 107
Figura 58 – Fotografia Casa de Biscainhos, Braga Portugal 109
Figura 59 – Imagem: reconstituição do jardim frontal elaborada por MACHADO, 2019 110
Figura 60 – Fotografia: Capoeira no pátio frontal da Boa Esperança 111
Figura 61 – Fotografia: Copa da sapucaia 112
Figura 62 – Fotografia: Sapucaia atrás do telhado da FBE 113
Figura 63 – Fruto da sapucaia 114
Figura 64 – Iconografia: Spix e Martius - Viagem ao Brasil 114
Figura 65 – Imagem: Cena do cotidiano diante das senzalas 115
Figura 66 – Fotografia: vestígios da forja nas fundações das senzalas 115

Figura 67 – Fotografia: Fundações das senzalas 118
Figura 68 – Desenho técnico: Planta das fundações das senzalas 119
Figura 69 – Fotografia: A sede, as sapucaias e a senzala da FBE 120
Figura 70 – Fotografia: Antiga senzala da Fazenda Iolanda 121
Figura 71 – Fotografia: Senzala da Fazenda São Miguel 121
Figura 72 – Modelo do chafariz e ambientação do pátio frontal 123
Figura 73 – Fotografia: Pátio frontal, sede e senzala em 1943 127
Figura 74 – Fotografia: Fachada frontal da sede nos anos 40 128
Figura 75 – Tela: Digitalização geométrica SfM - Base do Chafariz 129
Figura 76 – Croquis do Chafariz 130
Figura 77 – Alcatruzes na vitrine do Museu 131
Figura 78 – Resquícios do chafariz e alcatruzes (1) 132
Figura 79 – Resquícios do chafariz e alcatruzes (2) 132
Figura 80 – Modelo geométrico SfM dos alcatruzes 133
Figura 81 – Estrada para a FBE em julho de 2023 134
Figura 82 – Alcatruz removido em julho de 2023 134
Figura 83 – Perfil do terreno e implantação da Boa Esperança 136
Figura 84 – Anúncio: Serviços em pedra-sabão 1886 138
Figura 85 – Chafariz privado de Ouro Preto 140
Figura 86 – Rastros do chafariz 141
Figura 87 – Fotografia: Estruturas remanescentes do chafariz expostas 142
Figura 88 – Modelo digital 144
Figura 89 – Digitalização do leão 145
Figura 90 – Pintura: Restauração de "Bélizaire and the Frey Children" 148
Figura 91 - Portal montado da cama de jacarandá 150
Figura 92 – Doação de escravizadas 161
Figura 93 – Carta de Alforria de Inês 163
Figura 94 – Documento: Matrícula de escravos de Maria Thereza M. B. 165
Figura 95 – Possível esquema genealógico 166
Figura 96 – Libertação de João Ribeiro 167
Figura 97 – Fotografia: Carro de Boi - Fazenda de Café MG 172
Figura 98 – Iconografia: Carro de boi 172
Figura 99 – José Rosa candeeiro de bois 173
Figura 100 –Sr. Expedito Oliveira 174
Figura 101 –Detalhamento do carro de bois 175

Figura 102 – Peças do carro de bois **175**
Figura 103 – Cena de carregamento do carro de bois nos fundos da FBE **176**
Figura 104 – Anúncio: 1ª fuga de Joaquim Antônio **180**
Figura 105 – Anúncio: 2ª fuga de Joaquim Antônio **183**
Figura 106 – Fotografia: Nego Fugido em Acupe, BA **185**
Figura 107 – Joaquim Antônio **187**
Figura 108 – DreamStudio e versões de Joaquim Antônio **188**
Figura 109 – Telas: Lima Barreto sorrindo e em cores **189**
Figura 110 – Anúncio: Prisão de Joaquim Antônio Pereira **191**
Figura 111 – Mapa: Distância entre a FBE e São João Del Rei **193**
Figura 112 – Quadro do videoclipe: Crime Bárbaro **194**
Figura 113 – Infográficos de dados sobre violência **195**
Figura 114 – Dados sobre a violência **195**
Figura 115 – Fotografia: Senhorinha, Macrina e outros **197**
Figura 116 – Pintura: A redenção de Cam **199**
Figura 117 – Escravos na colheita do café **201**
Figura 118 – Sirléia, neta de Senhoria em "Se me der licença eu entro". **202**
Figura 119 – Fotografia: Educativo da FBE **205**
Figura 120 – Pranchas de TCC **206**
Figura 121 – Participantes da disciplina no paiol da FBE **207**
Figura 122 – Fotografia 360º do Muquifu **208**
Figura 123 – Fotografia: Exposição na Escola de Arquitetura **210**
Figura 124 – Fotografia: Projeção de vídeos e imagens da Boa Esperança **211**
Figura 125 – Croqui de projeto expográfico para a FBE (1) **213**
Figura 126 – Croqui de projeto expográfico para a FBE (2) **213**
Figura 127 – Imagens: Projetos dos estudantes (1) **214**
Figura 128 - Imagens: Projetos dos estudantes (2) **215**
Figura 129 – Estereoscopia - Laitier **216**
Figura 130 – Tipos de estereoscópios **216**
Figura 131 – Fotografia: Interação digital com estereoscopias no IMS **217**
Figura 132 – Representação simplificada do *continuum* de virtualidade **220**
Figura 133 – Frame do vídeo que documenta o uso do protótipo desenvolvido **230**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre valores, idade e sexo – Escravaria do Barão de Paraopeba 159

Gráfico 2 – Relação entre valores, idade e sexo – Escravaria de Joaquim José 159

Gráfico 3 – Mortes decorrentes de intervenções policiais, por raça/cor da vítima em % 195

Gráfico 4 – Escolha dos espaços da FBE 212

Gráfico 5 – Tempo de atuação com XR 221

Gráfico 6 – Tipos de trabalhos com XR 222

Gráfico 7 – XR para cultura afro-brasileira 222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Menções a estruturas produtivas 83
Quadro 2 – Informações relacionadas ao chafariz 143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrições nos inventários 78

Tabela 2 – Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830 147

Tabela 3 – Comparativo entre escravarias..... 157

Tabela 4 – Estruturas da posse de escravos em todas as regiões 1840-1869 158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR	Brasil
cm	Centímetros
DPHAN	Diretoria Patrimônio Histórico Artístico Nacional
FAMIH	Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix
FBE	Fazenda Boa Esperança
HBIM	*Heritage Building Information Modeling*
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
m	Metro(s)
MLC	madeira laminada colada
PT	Português
RA	Realidade Aumentada
RV	Realidade Virtual
SECULTFOR	Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza
SfM	*Structure from Motion*
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20
1.1 Hipótese e principais questões 28
1.1.1 Principais questões da pesquisa 28
1.2 Objetivo geral 29
1.2.1 Objetivos específicos 30
1.3 Metodologia 31
1.3.1 Pesquisa de campo 32
1.3.2 Pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental 35
1.3.3 Entrevistas 37
1.3.4 Elaboração dos modelos e das imagens 37
1.4 Mapa da tese 38
1.5 Antecedentes 39
2 FAZENDA BOA ESPERANÇA 52
2.1 Boa Esperança e Boa Morte 73
2.2 Descrições da Fazenda 77
2.3 Espaços de produção 82
2.3.1 Uma moenda para o paiol da FBE 93
2.3.2 Moinho romano (atafona) 100
2.4 O pátio frontal e suas lacunas 105
2.4.1 Sapucaias 112
2.4.2 Senzalas 115
2.4.3 Chafariz 122
3 ESCRAVIZADOS 147
3.1 Escravizados nos inventários 154
3.1.1 Gráficos 156
3.2 Inês e filhos 160
3.3 João Ribeiro 166
3.4 José Carreiro 168
3.5 João Congo e Tiãozão 176
3.6 Joaquim Antônio (Pereira?) 178
3.7 Dona Senhorinha, Macrina e outros 196
4 DISCIPLINA: EXPOGRAFIA NA FAZENDA BOA ESPERANÇA 204

5 REALIDADE VIRTUAL E PATRIMÔNIO 216
5.1 Cantos do engenho 225
5.2 Protótipo 229
6 CONCLUSÃO 231
REFERÊNCIAS 237
APÊNDICE A - Transcrições 244
APÊNDICE B – Respostas do formulário 300
APÊNDICE C – Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba 312
APÊNDICE D – Inventário *post-mortem* do capitão Joaquim José Monteiro de Barros 326
APÊNDICE E – Vídeo sem cortes do uso do protótipo 332
ANEXO A – Iconografia utilizada nas imagens 333
ANEXO B – Certidões 339
ANEXO C – Plano de curso da disciplina PFLEX 341

1 INTRODUÇÃO

BOA ESPERANÇA. Uma denominação comum entre propriedades rurais, conforme constatamos nesta jornada de pesquisa. O nome, que denota crença em bons presságios, também intitula uma obra audiovisual do artista brasileiro, Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido pelo nome artístico Emicida[1]. Na música, o compositor constrói relações e analogias entre a contemporaneidade e os tempos de escravidão no Brasil, evidenciando a permanência da brutalidade das elites contra os pretos, contra os pobres. A senzala, o tráfico negreiro, o desterro, a escravidão são elementos recorrentemente resgatados por artistas para ressaltar que ainda imperam as consequências desses tempos transvestidas de normalidade.

"O tempero do mar foi lágrima de preto... E os camburão o que são? Negreiros a retraficar" (Emicida, 2015) são versos do rap de Emicida alusivos ao tráfico de escravizados. Boa Esperança, além de nome de fazendas brasileiras, foi o nome de um navio negreiro no romance "A Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo": "(...) bandonei Pernambuco num navio negreiro, o Boa Esperança, com destino a São Salvador, a africana, antes chamada Ambasse, cabeça do Reino do Congo, para me juntar aos irmãos jesuítas numa escola que há poucos anos estes haviam fundado..." (Agualusa, 2014, p. 15).

O videoclipe[2] que acompanha a música, por sua vez, retrata um banquete servido em uma mansão visto do ponto de vista dos trabalhadores, que culmina em uma dramática insurgência deles, a maioria pretos, contra os patrões, brancos, em uma clara alusão às relações entre a casa grande e a senzala dos tempos da escravidão. As cenas do videoclipe demonstram tensão entre patrões e empregados. Os abusos retratados no vídeo foram construídos a partir de depoimentos coletados pela equipe da produção em entrevistas com trabalhadoras domésticas, e algumas das atrizes do clipe são, de fato, empregadas domésticas. Ou seja, de fragmentos da realidade é elaborada uma narrativa visual que, apesar do caráter predominantemente ficcional, faz com que o rap e o videoclipe extrapolem o caráter de meros produtos de entretenimento. Eles lançam luz sobre conflitos com raízes profundas que remontam à época da escravidão e persistem até hoje, servindo como catalisadores para discussões sociais. Dessa maneira, contestam a noção de um passado completamente superado pela sociedade brasileira.

---

[1] O artista é um homem negro de origem humilde, mas que hoje é reconhecido por suas produções criativas, principalmente no campo musical e posicionamentos contundentes sobre raça no Brasil. É através de seu trabalho artístico que compartilha com o público discussões contra a contínua destruição imposta aos pretos brasileiros pelo racismo, resquício da escravidão.

[2] https://youtu.be/AauVal4ODbE?si=XB-Kuk0jlbgU9ktn

Nesse sentido, a música Boa Esperança se alinha ao caminho trilhado por esta pesquisa. Colocar lado a lado a Boa Esperança de Emicida, do navio negreiro de um romance e do objeto deste estudo, a Fazenda Boa Esperança de Belo Vale em Minas Gerais é, em certo modo, eleger afinidades[3] através do denominador comum da escravidão. Assim, para chegarmos ao modo como olhamos para a Fazenda Boa Esperança, resgatamos a profunda contribuição de Antônio Simas[4] no artigo "Exu, Benjamin e as centelhas de esperança" (2021):

> Escovar a História a contrapelo é voltar ao passado para recuperar as lutas populares e seus personagens – aniquilados pelo peso do horror dominante – e redimensioná-las como centelhas de esperança, a expressão é de Benjamin, capazes de estimular nossas lutas e compromissos. Como alerta o filósofo, a vitória dos inimigos não se estabelece apenas sobre os vivos, mas também sobre os mortos de incontáveis gerações.
> A percepção de Benjamin sobre a necessidade de disputar o passado para acender a chama do presente e pavimentar futuros cruza com um dos orikis mais famosos de Exu – o orixá do movimento, do poder do corpo, da alegria e das grandes transformações: Exu acerta a pedra que lança hoje no pássaro que já voou. Por princípio, os orikis – sentenças curtas sobre os orixás – abrem múltiplas possibilidades de interpretação, numa poética aconchegada ao mistério para sugerir ações permanentes de afirmação da vida.
> Podemos cruzar o que Benjamin chama de "Anjo da História" com a "Pedra de Exu". Em um tempo "saturado de agoras", conforme diz François Hartog, parece que perdemos a dimensão do compromisso com as lutas do passado. À maioria, elas causam apenas certo alheamento, algum enfado e, na melhor das hipóteses, curiosidade.
> O pássaro do passado só pode ser alcançado com a pedra que lançamos hoje; seu voo é incessante. Exu não vai ao ontem porque sabe que (nas espirais do tempo) é no presente que a pedra é lançada em busca do pássaro que, em seu voo incerto, pousará no futuro (Simas, 2021).

Na busca por uma compreensão mais profunda e abrangente da Fazenda Boa Esperança - FBE, as ideias de Benjamin sobre a necessidade de "*escovar a história a contrapelo*" e o conceito da "Pedra de Exu" de Simas fornecem uma abordagem coerente com o que buscamos. Essa perspectiva permite rever o passado não como uma sequência de eventos distantes, mas como um processo, cujas repercussões ainda reverberam no presente. Assim, esta pesquisa não é apenas um exame arquitetônico ou histórico, ela é também uma tentativa de reavivar e reconectar com as narrativas esquecidas ou marginalizadas. Ao "lançar a pedra hoje para atingir o pássaro do passado", esta pesquisa busca iluminar histórias não contadas.

---

[3] Afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo (Lowy, 2011, p. 139).

[4] Luiz Antonio Simas é professor, escritor e compositor. Mestre em História do Brasil pela UFRJ. Seu trabalho está disponível em: https://iree.org.br/colunista/luizasimas/

Figura 1 – Fotografia: Pátio Frontal. Reunião ao pé das sapucaias

Fonte: Acervo do autor, 2019.

A Fazenda Boa Esperança (Figura 1), situada em Belo Vale, Minas Gerais, é uma propriedade de significativa importância histórica e cultural. Construída entre o final do século XVIII e início do XIX, a fazenda é um marco da arquitetura rural brasileira, refletindo a riqueza e a complexidade socioeconômica de seu tempo. Com suas estruturas, como a sede, o paiol e a senzala, a Fazenda Boa Esperança representa não apenas a opulência arquitetônica, mas também as relações sociais e de poder inerentes à época da escravidão no Brasil.

Tombada como patrimônio histórico e cultural, a Fazenda atualmente pertence ao Estado de Minas Gerais, servindo como um testemunho vivo da história e um ponto de reflexão sobre o legado da escravidão. A Fazenda Boa Esperança não é apenas um ícone arquitetônico; ela foi cenário de interações humanas, cuja história é marcada tanto pelo sucesso econômico dos seus proprietários quanto pelo trabalho e resistência dos escravizados que nela viveram. Como tal, ela oferece um campo fértil para investigações que buscam compreender melhor as complexidades da história e da cultura brasileiras, especialmente em relação a sua longa história de escravidão e as repercussões que perduram até os dias atuais.

A utilização do termo escravizado e não do termo escravo é uma escolha explícita nesta pesquisa. Entendemos que utilizar o termo escravizado é mais coerente com os objetivos propostos, uma vez que o contrário seria seguir colocando as pessoas como objetos, meros itens de um inventário, como se a condição da escravidão precedesse sua própria existência. Por outro lado, a cada vez que é lido, o termo escravizado enfatiza que a escravidão era uma condição imposta às pessoas. Tal escolha pode ser lida como anacrônica, uma vez que a simples

troca do termo é suficiente para alterar a perspectiva sobre os fatos, afinal, um escravizado foi escravizado por alguém, estabelecendo-se assim as posições da vítima da escravização e do escravizador, o que não ocorre com o termo escravo, que coloca o objeto de forma incontestável sob essa condição.

Ora, se vamos falar de espaços de trabalho, dos indivíduos trabalhadores, não é cabível colocá-los sob uma perspectiva de massa. O artigo "Sobre escravos e escravizados: Percursos discursivos da conquista da liberdade" (Harkot-De-La-Taile; Santos, 2012) traz uma sustentação semântica para iluminar a questão do uso do termo escravizado e das possibilidades de discursos construídos em seu entorno:

> Escravizado, nessa perspectiva, remete a um campo semântico distinto daquele construído e constituído em torno do vocábulo escravo. Escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, além de evocar uma condição de cativo que, hoje, parece ser intrínseca ao fato de a pessoa ser negra, sendo desconhecida ou tendo-se apagado do imaginário e das ressonâncias sociais e ideológicas a catividade dos eslavos por povos germânicos, registrada na etimologia do termo. O campo semântico de escravo aproxima a pessoa cativa de um ente que seria escravo, no lugar de permitir entrever que ele estaria nessa condição. A responsabilização sobre a condição de cativo desliza da parte que exerce o poder e escraviza outrem, para a parte que, oprimida, passa a ser vista como natural e espontaneamente dominada e inferiorizada. Em não se tratando de um estado transitório, mas de uma condição de vida, implícita no termo escravo, seu emprego contribui ardilosamente para a anistia dos agentes do processo histórico de desumanização, despersonalização e de expoliação identitária do escravo ou ex-escravo (Harkot-De-La-Taile; Santos, 2012).

De certa forma, abordaremos a FBE como na filmagem do banquete para o videoclipe de Emicida, "*o olhar é a partir da senzala*" [5]. Não é intuito que o trabalho reescreva a história da FBE, mas que contribua para a riqueza do bem ao jogar luz sobre temas pouco explorados. Seu proprietário mais famoso, o Barão de Paraopeba e sua família, os Monteiro de Barros (Brotero, 1951), permaneceram com a posse da FBE por quase 70 anos. A escravidão esteve lá por 98 anos. Diferentemente dos proprietários que conseguem traçar sua genealogia até profundas raízes em famílias portuguesas tradicionais, para alguns cidadãos e famílias da comunidade Quilombola de Boa Morte a FBE é o primeiro lugar que conseguem apontar como o de surgimento da família. Para outros foi o local do trabalho, também foi escola, e sua capela atraiu batizados, casamentos, missas. Viu mortes, nascimentos, foi próspera, foi vendida, foi decadente, foi tombada, foi vendida outras tantas vezes e, finalmente, adquirida pelo Governo de Minas Gerais. Sob as mãos do Estado, esse estimado bem cultural ficou protegido da

[5] Um documentário disponibilizado pela produção do videoclipe de Boa Esperança mostra detalhes da produção, fala da equipe, dos atores, revelando nuances da construção dos paralelos entre a contemporaneidade e a escravidão.

deterioração que já avançava nos anos 70. Ao longo desses quase 50 anos sob tutela do Estado, muito se pretendeu para a Fazenda, mas reconhecidas complexidades inerentes à própria condição de um bem histórico em um contexto rural dificultam uma exploração plena das suas potencialidades.

Os objetivos de conhecer e revelar as ausências da FBE trouxeram à pesquisa características e métodos de investigação, pois, conforme Benjamin nos lembra, é preciso "escovar a história a contrapelo", e, assim, a busca por fragmentos da história do que já foi perdido e esquecido ocorreu em recortes de jornais, nas linhas de documentos centenários, em livros de memórias, relatos de viajantes, vestígios na arquitetura, sob a terra da Boa Esperança, fotografias, acervos particulares, nas memórias das pessoas. Para cada achado utilizado na pesquisa foram vistos e descartados outros milhares. Tal caráter aproxima a pesquisa do paradigma indiciário, de Giancarlo Ginzburg (2016)[6], nome de relevo no campo da micro-história. O paradigma indiciário é comparável ao método policial, investigativo, ao valer-se da reunião e interpretação de indícios, fragmentos históricos, para buscar ampliar a compreensão do que foi sub-registrado.

O objetivo inicial e que motivou a pesquisa focava a reconstrução da moenda do engenho de cana do interior do paiol da FBE, hoje vazio, para que a partir dessa representação visual fosse possível ancorar discussões sobre o trabalho e os trabalhadores na Fazenda. No entanto, os achados revelados pela pesquisa fizeram ampliar o recorte abrangendo a revelação de personagens até então ocultos ou sub-representados pela historiografia da FBE. Assim, além da reconstrução de espaços e aspectos físicos da arquitetura da Fazenda, a pesquisa foi capaz de revelar presenças de tantas outras pessoas que ali estiveram e, em alguns casos, contar fragmentos de sua história com a Boa Esperança.

Todo o trabalho é atravessado pela exploração contínua de ferramentas digitais, característica que culmina na elaboração de um protótipo de uma experiência em realidade virtual, um recurso que permite uma compreensão imersiva e corpórea dos aspectos revelados de uma maneira integrada. Com isso demonstra-se como recursos computacionais podem ser mobilizados na construção de representações embasadas em pesquisa histórica para fruição e valorização de bens culturais. Os recursos digitais desempenham um papel dual nesta pesquisa, agindo tanto como meios quanto como fins, conforme se tornará claro no decorrer da tese. Imagens, digitalizações geométricas, informações georreferenciadas, mapas, arquivos

[6] Será mais bem abordado na seção 0

pesquisados, modelos gerados, planilhas e uma infinidade de outras ferramentas computacionais foram utilizadas no decorrer da pesquisa para ajudar a comunicar e a interpretar a Fazenda Boa Esperança.

A possibilidade do uso de ferramentas computacionais, especificamente do meio da arquitetura e urbanismo para reconstituir cenários ou contextos históricos, foi explorada por Machado (2019) para interpretar a Fazenda Boa Esperança. Ele chegou a desenvolver duas imagens, uma para o pátio do paiol (Figura 2) e outra para o pátio frontal[7]. Esse fato ilustra que é uma possibilidade buscada por outros pesquisadores e que pode ter uma metodologia estruturada.

Figura 2 - Reconstituição elaborada por Machado[8]

Fonte: MACHADO, 2019, p. 68.

A fruição de elementos culturais através de recursos digitais pode ser lido como uma abordagem política, pois amplia o acesso aos bens culturais, contribuindo no exercício de sua função social. Conforme destaca Carsalade (2019), para que o bem exerça seu papel, é necessário que seja visto como algo de fora de uma redoma, encontrando meios para que seja acessado e fruído por todos, em várias formas:

> A função social do patrimônio está justamente na superação do *presentismo* como consumo ou como bem de capital, remetendo a valores que transcendem o momento

[7] Ver na seção específica 0

O pátio frontal e suas lacunas.

[8] Observamos que é possível pensar no cenário imaginado, porém mais provável seria que a chegada da família ocorresse pelo portão principal, adentrando o pátio frontal, e apenas então se aproximando da ermida. Certamente a interpretação do uso dos muxarabis é esta, e considerando que a fachada onde estão é voltada para um espaço de trabalho, o pátio do paiol com comunicação para os fundos, o recurso também separa os moradores dos trabalhadores.

> histórico em que se situam, realizando uma *transposição de contextos* (Gadamer 2004), garantindo referências psicológicas e sociais básicas como memória, identidade, orientação e cidadania. Embora fenomenologicamente, o patrimônio só possa ser desfrutado no presente, ele carrega consigo o *vigor-de-ter-sido* (Heidegger 2004) e se consubstancia no legado ao porvir. Não se trata, portanto, do presente hipertrofiado de Hartog, mas de um presente que tem a plenitude de confluência dos tempos. Para que esta plenitude se exerça, é necessário que o bem cultural que incorpora os significados reconhecidos coletivamente de transcendência, ou seja, os bens patrimoniais, estejam expostos ao cotidiano das populações e com ele interaja, facilitando sua função formativa, educacional e referencial (Carsalade *et al.*, 2019, p. 1).

A cibercultura é um conceito desenvolvido por estudiosos da comunicação e da tecnologia para descrever as transformações sociais, culturais e políticas decorrentes da disseminação da tecnologia digital e da internet. O termo foi cunhado pelo pesquisador francês Pierre Lévy (Cibercultura, 1999). De acordo com Lévy, a cibercultura é uma cultura que emerge da interconexão em rede através das tecnologias digitais. Caracteriza-se pela possibilidade de comunicação instantânea e global, pela produção e distribuição descentralizadas de informação, pela multiplicidade de perspectivas e identidades que se manifestam no ambiente digital, entre outros aspectos.

Nada como o meio cibercultural, para conduzir uma atualização de linguagens adotadas na aproximação entre patrimônios culturais e a sociedade cada vez mais digital para que desempenhem sua função social. Especificamente no campo museal, percebe-se uma inserção de elementos tecnológicos que buscam contato disruptivo entre seus espectadores e o conhecimento que apresentam para sua sensibilização. Nesse contexto, a professora Janaína Mello desenvolve a ideia de uma cibercultura museal em publicações nas quais defende a ampla apropriação por museus dos recursos tecnológicos, de digitalização e manuseio de acervos:

> Esse poderia ser um preâmbulo do que este artigo propõe chamar de "cibercultura museal" no século XXI, quando para além dos espaços físicos tradicionais dos museus, a construção de um mundo tridimensional e a digitalização dos acervos através das ferramentas fornecidas pelas novas linguagens tecnológicas têm sido utilizadas para disseminar e democratizar o acesso ao conhecimento e à educação não formal, quer em um museu virtual, quer em um museu presencial com perfil tecnológico (Mello, 2013).

Inicialmente o contexto cibercultural chegou a ocupar um papel mais relevante na estrutura da pesquisa. No entanto, apesar da grande importância do vasto acervo de ferramentas computacionais empregadas na pesquisa, optou-se por uma estrutura metodológica que aborda elementos da cibercultura de forma exploratória e com a apresentação dos resultados e discussões desse eixo da pesquisa diluídos ao longo de cada tópico. Assim, não haverá um capítulo específico para a discussão das ferramentas tecnológicas que foram mobilizadas ao

longo da pesquisa, mas a exploração de um acervo de funções computacionais, cujo uso é determinado pelo tipo de objeto que é observado, escolha que se mostrou mais coerente, já que foram encontrados dados e informações heterogêneos, o que sugere ferramentas específicas para cada caso. Assim, ao se analisar o chafariz da Fazenda, por exemplo, serão apresentadas as ferramentas empregadas em sua reconstituição geométrica digital, ou as ferramentas para representação gráfica em arquitetura e urbanismo sob uma ótica que explora processos e produtos e não uma profunda análise dos programas de computador e aplicativos propriamente ditos.

Essa escolha foi uma elaboração construída no desenvolvimento da pesquisa em que se percebeu que discutir as ferramentas computacionais seria infrutífero, uma vez que as velocidades de sua obsolescência, de sua substituição e de sua renovação são tão absurdas que estariam ultrapassadas mesmo antes da defesa. Um exemplo claro é que o último ano de desenvolvimento da pesquisa foi também o ano da inauguração da oferta de inúmeras ferramentas denominadas inteligência artificial (IA), opção que inexistia nesse formato no início da pesquisa. A difusão do uso da inteligência artificial em si vem se mostrando como um fenômeno irreversível, que por sua própria natureza – a inteligência artificial pode contribuir na evolução da própria inteligência artificial – se expande em uma velocidade e complexidade que seria impossível se tecer visões preditivas ou mesmo discussões dentro dessa pesquisa. Isso, no entanto, não foi um impeditivo para se explorar ferramentas de IA que se mostraram cabíveis em pontos específicos do trabalho.

Reitera-se, portanto, que a atitude da pesquisa diante do acervo tecnológico que foi mobilizado e explorado está em ressaltar suas contribuições e possibilidades que gera. A cada caso se buscará cotejar a exploração com discussões cabíveis. Apesar da obsolescência dos meios, não se espera que os produtos gerados fiquem obsoletos tão depressa. Da mesma maneira que hoje não só podemos assistir ao filme mais antigo do mundo, de 1888 – ano da Lei Áurea –, como podemos vê-lo renovado através de inteligência artificial ampliando sua resolução e adicionados cores e som, os produtos gerados e propostos pela pesquisa também permanecerão úteis. Um elemento do acervo da biblioteca de objetos digitais 3D produzidos na Fazenda, por exemplo, poderá ser utilizado e até mesmo aprimorado por tecnologias que ainda não existem. Já as tecnologias mobilizadas para sua criação poderão estar ou não disponíveis no futuro.

Nessa toada, a pesquisa se desenvolve centrada na Fazenda, e os achados são cotejados com obras de arte, músicas, pesquisas e outros fatos para tornar explícito o potencial da Fazenda para ancorar abordagens diversas de sua história que dialogam com aspectos da contemporaneidade. A história da Boa Esperança será escovada a contrapelo para encontrar o

que ficou oculto na grande história desse bem tombado. As lacunas visíveis no espaço e nas representações ligadas a ela serão preenchidas, ainda que não esgotadas, pelos diversos fragmentos de histórias abrigadas pelos limites da Fazenda ao longo de sua existência enquanto unidade produtiva. Trabalhadores vencidos pela escravidão e pela história serão resgatados com seus nomes e histórias.

1.1 Hipótese e principais questões

A Fazenda Boa Esperança, um bem cultural tombado nas instâncias federal e estadual, é definida por uma longa história iniciada na última década do século XVIII que entrelaça em suas complexidades arquitetura, trabalho e escravidão. Da Fazenda resta parte da arquitetura que é lacunar e há camadas ocultas que, assim como sua história, ainda não foram plenamente exploradas. A hipótese central desta pesquisa é que a aplicação de métodos digitais e novas pesquisas históricas revelarão aspectos inéditos e significativos sobre a vida cotidiana na Fazenda, particularmente em relação aos espaços de trabalho e aos trabalhadores escravizados. Esse resgate não apenas enriquecerá a compreensão do patrimônio histórico da Fazenda, mas também contribuirá para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e culturais que moldaram a história da escravidão e seu legado no Brasil.

1.1.1 Principais questões da pesquisa

Como os espaços físicos da Fazenda Boa Esperança, especialmente os de trabalho, foram utilizados ao longo de sua história? Essa questão busca explorar a funcionalidade e a transformação desses espaços, com um foco específico nas operações do engenho e no paiol.

Quem eram os trabalhadores escravizados da Fazenda Boa Esperança e quais eram suas experiências, contribuições e resistências? Essa pergunta visa resgatar as histórias não contadas desses indivíduos, destacando suas vidas, trabalho e o impacto de suas ações e presença na Fazenda e, quando possível, observar suas relações com o espaço construído.

De que maneira as tecnologias digitais podem ser utilizadas para reconstruir e visualizar a história da Fazenda, incluindo seus espaços físicos e as narrativas humanas? O foco aqui é na exploração de metodologias digitais para criar representações visuais e imersivas que enriquecem a compreensão e a interpretação do patrimônio histórico.

Qual é o papel da Fazenda Boa Esperança na historiografia da escravidão brasileira, e como sua história se entrelaça com o contexto mais amplo da sociedade e cultura brasileiras?

Essa questão busca contextualizar a Fazenda dentro do panorama mais amplo da história brasileira, examinando como seu estudo contribui para um entendimento mais profundo da escravidão e de suas repercussões até os dias atuais.

De que maneira a recriação digital e a análise histórica da Fazenda Boa Esperança podem contribuir para a educação patrimonial e o engajamento público? Aqui, a pesquisa procura entender como os achados podem ser utilizados para fins educativos e de engajamento, promovendo uma maior conscientização e valorização do patrimônio cultural.

Essas questões e a hipótese central orientam a pesquisa em sua jornada para descobrir e interpretar as múltiplas camadas da história da Fazenda Boa Esperança, contribuindo para um diálogo mais rico e informado sobre o passado e o presente do Brasil.

1.2 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é ampliar a compreensão da Fazenda Boa Esperança, com foco especial nos espaços de trabalho, nos espaços comuns e na vida dos trabalhadores escravizados. Pretende-se realizar isso por meio de uma abordagem multidisciplinar que integra pesquisa histórica detalhada, análise documental e o emprego de tecnologias digitais para a elaboração de imagens a partir dos modelos propostos para a Boa Esperança. A meta é preencher lacunas existentes na historiografia e nos espaços da Fazenda, enriquecendo a compreensão do bem tombado não apenas como um ícone arquitetônico, mas como um cenário dinâmico de interações humanas e sociais ao longo de sua história.

Importante ressaltar que, embora esta pesquisa contemple aspectos filosóficos relacionados à vivência e representação espacial na Fazenda Boa Esperança, o enfoque não será em aprofundamentos teóricos filosóficos extensivos. Ao invés disso, optou-se por uma abordagem de cotejamento, majoritariamente por meio de análises e comentários de filósofos. Essa escolha reflete a perspectiva interdisciplinar do trabalho, em que a filosofia é empregada como uma lente auxiliar, complementando a análise arquitetônica e histórica. Tal abordagem é coerente com o propósito de explorar a representação digital no contexto da Fazenda, priorizando uma visão prática e aplicada sobre as discussões teóricas mais profundas.

Este trabalho visa, portanto, reconstruir visual e digitalmente alguns espaços e objetos da Fazenda, elementos ausentes, incluindo a recriação de aspectos do cotidiano, do maquinário produtivo e das atividades que definiram sua operação ao longo dos séculos. A investigação centra-se não somente nos aspectos físicos, mas também nas narrativas humanas que

permearam o ambiente da Fazenda, com um olhar atento para as experiências, contribuições e resistências dos indivíduos escravizados.

Além disso, o estudo busca estabelecer um acervo digital que inclui representações visuais dos espaços físicos, objetos e personagens históricos associados à Fazenda, proporcionando uma base rica para a educação, a interpretação cultural e a pesquisa futura. Esse acervo digital será utilizado não apenas como um recurso para o ensino da arquitetura para explorar os aspectos educacionais da Fazenda, mas também como um meio de engajamento público e educação patrimonial, possibilitando experiências imersivas e interativas por meio de tecnologias, como realidade virtual.

Em suma, o objetivo geral desta pesquisa é contribuir significativamente para a compreensão e valorização da Fazenda Boa Esperança, realçando sua importância como um patrimônio cultural que encapsula complexidades da história e da cultura brasileiras, especialmente em relação à sua longa história de escravidão e suas repercussões até os dias atuais.

1.2.1 Objetivos específicos

São objetivos desta pesquisa:

a) Ampliar o conhecimento sobre a Boa Esperança revendo a pesquisa histórica e buscando novas fontes.
b) Ampliar o conhecimento sobre a população escravizada da Fazenda mediante pesquisa documental.
c) Estabelecer métodos para compreender lacunas da FBE em suas funções produtivas, baseando-se na observação e interpretação das lacunas, reminiscências, rastros, levantamento documental, pesquisa histórica, pesquisa tecnológica acerca dos maquinários e pesquisas iconográficas.
d) Explorar ferramentas digitais para a construção de representações baseadas nos modelos propostos.
e) Estabelecer uma nova camada de leitura da FBE, contribuindo para a historiografia e para a representatividade dos afro-brasileiros.
f) Ofertar uma disciplina na graduação em Arquitetura para explorar o potencial da FBE e os achados da pesquisa, contribuindo para sua difusão.

1.3 Metodologia

> O paradigma indiciário (...) emerge como possibilidade metodológica dentro da ampla variedade da hermenêutica. Método oriundo da História, ele centra sua atenção no marginal, nos detalhes, nos resíduos, nos rastros, em elementos, palavras ou sentenças que podem passar despercebidos aos olhos desatentos. Ao pesquisador na área de ciências humanas que faz investigação documental, é um caminho excelente que abre as vias para compreender as possíveis intenções dos autores, considerados os contextos histórico-sociais do período analisado e as características das obras selecionadas, com foco para a busca de verdades objetivas que só podem ser alcançadas por meio do olhar atento aos detalhes (Mello; Pezzato, 2021, p.24).

O paradigma indiciário é um conceito cunhado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (Ginzburg, 2002). Segundo o autor, trata-se de uma abordagem de pesquisa que busca identificar pistas e indícios para reconstruir eventos históricos, culturais e sociais. Ela leva em consideração que, em muitos casos, não há registros escritos ou documentos oficiais disponíveis para a análise histórica. Assim, os pesquisadores precisam buscar indícios em outras fontes, como artefatos, obras de arte, objetos do cotidiano, testemunhos orais, costumes, crenças e práticas culturais. No caso da Boa Esperança, nosso recorte temático foram os espaços do trabalho e os trabalhadores escravizados, mas a tarefa de buscar preencher as lacunas na FBE, nos seus espaços, sua história e personagens coloca a pesquisa diante da condição inerente à própria memória, que é a fragmentação. Como o objetivo é ampliar o conhecimento dentro do recorte proposto, não houve uma predefinição dos tipos de dados que seriam analisados, recorreu-se assim a fontes e indícios heterogêneos. Ginzburg argumenta que esses indícios podem fornecer informações valiosas sobre o passado, desde que sejam interpretados com cuidado e atenção aos detalhes. Ele defende que os pesquisadores devem estar atentos a pistas aparentemente insignificantes, como símbolos, gestos, traços materiais e outras evidências visuais e sensoriais que possam ajudar a reconstruir a história. Nesse sentido, o paradigma indiciário incide sobre os métodos adotados na pesquisa adaptados ao tipo de dado analisado.

Além das investigações sob um paradigma indiciário, percorreu-se a historiografia da Fazenda, adotando-se a perspectiva de "escovar a história a contrapelo". Esse método não apenas ilumina aspectos frequentemente ocultos pela narrativa dominante, mas também busca resgatar o que foi marginalizado e os "vencidos" pela grande história. Através de uma revisão bibliográfica detalhada, houve um esforço para capturar a luz de histórias esquecidas e as perspectivas inexploradas, proporcionando assim uma compreensão multifacetada do passado da Fazenda.

Um passo fundamental para a construção de informações a partir de dados muito dispersos, quanto ao tipo e quanto ao tempo, é a construção de uma ferramenta que permita

posicionar os achados obtidos no tempo, podendo relacioná-los com a história da Fazenda. Assim foi constituída, enquanto ferramenta processual de pesquisa e não produto, uma linha do tempo elaborada em uma estrutura de planilha digital, a qual permitiu cotejar os achados com o período histórico vivido na Fazenda e no contexto mais amplo. A ferramenta torna explícito que, diante de seus mais de duzentos anos de história, é insuficiente pesquisar a FBE apenas sob a perspectiva de sua posse pelo Barão de Paraopeba pela família Monteiro de Barros, pois, apesar da reconhecida relevância desse período de cerca de 66 anos e que integra a própria construção das estruturas da FBE, há um grande contingente de documentos pouco ou nunca explorados que são atravessados por riquezas de informações sobre a Fazenda.

O caráter lacunar manifesto tanto nas estruturas físicas da Fazenda quanto em sua historiografia é o próprio motor da pesquisa que, em poucas palavras, busca meios para preencher tais lacunas. Tal objetivo impõe a necessidade de métodos que abrangessem dados heterogêneos que vão desde ranhuras observadas em uma ruína na própria Boa Esperança até densos documentos que guardam fragmentos da história das pessoas, do cotidiano, dos lugares da FBE. No entanto, apesar da heterogeneidade das fontes exploradas, foi possível estabelecer um fluxo de trabalho com procedimentos comuns e outros específicos para cada tipo.

A pandemia da Covid-19 trouxe impactos à pesquisa na medida em que os trabalhos de campo ficaram impossibilitados durante mais da metade do cronograma. A Fazenda também demorou a ser reaberta e ficar acessível para o público. Dessa maneira, optou-se por dar preferência à coleta de dados em documentos, fotos, arquivos, jornais, pesquisa bibliográfica e outros acervos. Uma dimensão não explorada que certamente traria benefícios à pesquisa seria um campo mais abrangente, buscando referências em outras fazendas do entorno que tivessem relações com a FBE e mais próximas da comunidade. Esse contato foi possível apenas ao final do processo, limitando as possibilidades. Mesmo assim, buscou-se aproveitá-las.

1.3.1 Pesquisa de campo

Foram realizados os seguintes procedimentos no processo de levantamento da sede da FBE e de seu entorno imediato, especialmente o paiol, as fundações do chafariz, as senzalas.

Métodos tradicionais para obtenção de medidas com trena, lápis, papel e prancheta. Os dados foram utilizados na construção de modelos geométricos da FBE utilizados na pesquisa. As medições também foram utilizadas para os elementos digitalizados por outros métodos.[9]

[9] Foi possível aproveitar os levantamentos produzidos no contexto da elaboração de projetos de restauro.

Método de digitalização geométrica através de fotogrametria Structure from Motion (SfM), aplicado para os registros da: fachada do paiol, peças do encanamento de pedra, uma estrutura de pedras identificada como a base da roda d'água, e interior do paiol. Foram seguidos métodos descritos na literatura de referência (Adamopoulos; Rinaudo; Ardissono, 2020, p. 4).

A fotogrametria é uma técnica que objetiva obter dados geométricos a partir de fotografias. SfM é um método de fotogrametria específico que consiste em manter o objeto de interesse parado e registrar imagens ao mover-se ao seu redor (Groetelaars; Arivaldo, 2009). Diversos *softwares* podem processar o conjunto das imagens, identificando o mesmo ponto em diferentes ângulos e, por fim, gerando um modelo geométrico digital (Agosto; Bornaz, 2017, p. 2). Foram utilizados o Recap Photo da Autodesk [10]o Reality Capture da Epic Games[11] e o software gratuito, Meshroom[12]. Todos entregam produtos similares, e as diferenças entre eles não têm impacto nos produtos que se busca.

Os produtos obtidos ainda no início da pesquisa foram determinantes por permitirem, ainda que no contexto da pandemia da Covid-19, a continuidade da exploração a partir da representação fidedigna dos elementos da FBE, em três dimensões no computador. A

Figura 3 mostra um dos elementos digitalizados: a base de pedras externa ao paiol.

Figura 3 – Digitalização geométrica da base de pedras

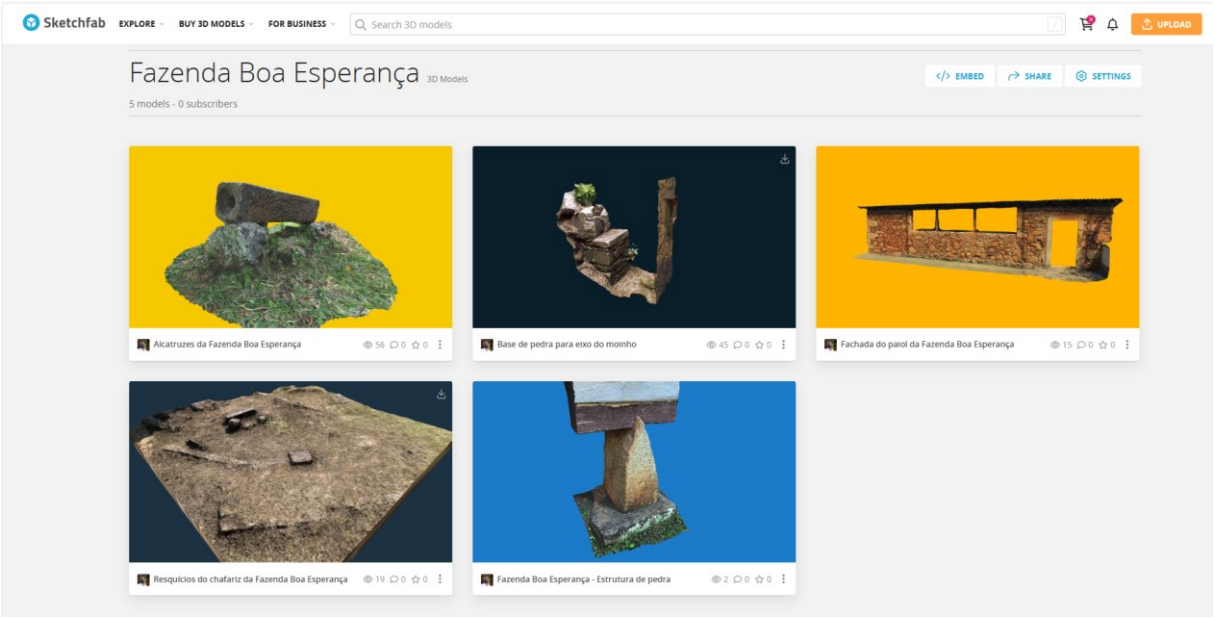
Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Nota: Essa digitalização é crucial para a pesquisa, pois abrange a relação geométrica entre o apoio do eixo e a abertura alinhada a ela, para dentro do paiol.[13]

[10] https://www.autodesk.com.br/products/recap/overview?term=1-YEAR&tab=subscription
[11] https://www.capturingreality.com/
[12] AliceVision | Photogrammetric Computer Vision Framework
[13] https://skfb.ly/onotY

O método foi aplicado na base de pedras da roda'água, na fachada do paiol, no interior do paiol[14], nos alcatruzes, na estrutura da sede. Os produtos de digitalização geométrica da Boa Esperança foram disponibilizados para *download* em uma coleção[15] do Sketchfab, uma plataforma para visualização de objetos 3D (Figura 4).

Figura 4 – Tela: Coleção de modelos SfM no Sketchfab



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Foram obtidos registros fotográficos tanto tradicionais quanto em 360º. Esses últimos têm viés interessante, pois uma fotografia ou vídeo em 360º pode ser visto como o conhecido Street View[16] ou com óculos de realidade virtual, através do qual é possível perceber-se dentro da imagem, mover a cabeça e olhar ao redor. O registro em 360º mostrou-se também uma ferramenta valiosa por capturar todos os detalhes a partir do ponto em que é obtida, fato útil em levantamentos arquitetônicos quando eventualmente se deseja conferir algum aspecto registrado em outro meio. O recurso em si já é amplamente adotado em visitas virtuais a museus (Figura 5).

[14] Como resultou em um arquivo muito grande, não foi possível disponibilizar esse modelo na plataforma, no entanto há uma imagem no corpo da tese.
[15] https://skfb.ly/oPRQq
[16] Street View é uma função popular dos aplicativos Google Maps e Google Earth que permite a visualização de pontos das cidades e locais públicos em 360º.

Figura 5 - Fotografia 360º do interior do paiol da FBE

Fonte: Acervo do autor, 2021.

1.3.2 Pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental

A história da FBE está nos vestígios e rastros observados no local, mas também em livros, artigos, teses, inventários, mapas, documentos, recortes de jornal, pinturas, fotografias, iconografia, filmes e diversos outros meios que serviram à pesquisa.

A busca nos acervos ocorreu predominantemente através de plataformas digitais de repositório de arquivos com documentos históricos. Ainda que o acesso ao documento fosse feito posteriormente, em geral, a primeira etapa é de busca em uma plataforma on-line. Houve casos em que a busca foi completamente presencial, como no Arquivo Municipal de Bonfim e nos arquivos do IEPHA.

Foram feitas buscas em plataformas como a Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional[17], a Rede de Arquivos do IPHAN[18], a coleção Brasiliana Iconográfica da Biblioteca Nacional[19], Brasiliana Fotográfica[20], Arquivo histórico da casa do Pilar de Ouro Preto[21], a Memória do Judiciário Mineiro[22], o Arquivo Público Mineiro[23]. Para isso, utilizou-se um procedimento geral que eventualmente era adaptado de acordo com as ferramentas de busca de cada site. Foi necessário realizar buscas a partir de vários termos e combinações de termos. O

[17] https://bndigital.bn.gov.br/
[18] http://acervodigital.iphan.gov.br/
[19] https://www.brasilianaiconografica.art.br/
[20] https://brasilianafotografica.bn.gov.br/
[21] http://sahmi.museus.gov.br/
[22] http://museudojudiciariomineiro.com.br/documentos/
[23] http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/

termo Fazenda Boa Esperança, por exemplo, trouxe achados. Porém a existência de muitas propriedades homônimas dificulta o processo, uma vez que cada resultado precisa ser visto, analisado, para então ser descartado ou aproveitado. A análise de cada documento consiste em identificar entre as informações aquelas que apontem tratar-se de fato de algo do universo temático e temporal que se está buscando. A todo momento foi necessário verificar a linha do tempo elaborada e compreender se o fato identificado era coerente com a historiografia já estabelecida. Houve casos de dúvidas que serão apresentados ao longo da tese. Foram usados como termos os lugares estudados, os nomes das pessoas, combinações entre eles. A cada busca um achado e possivelmente o surgimento de outro termo, o qual era revisto nas outras plataformas. Esse fluxo foi mantido até os últimos dias de pesquisa, pois é uma tarefa que não tem fim. Nesse sentido, houve chaves para algumas portas, outras ficarão para pesquisas futuras.

Alguns dos achados, especialmente os inventários *post mortem*, eram documentos escritos em meados do século XIX com uma caligrafia ilegível sob as perspectivas atuais. Como a leitura requer habilidades específicas, primeiramente buscou-se identificar minimamente a temática do documento para checar se a transcrição seria viável e, então, caso positivo, a historiadora e paleógrafa Marina Oliveira colaborou procedendo às transcrições, as quais estão citadas ao longo do texto, mas também estão no Apêndice A para uso em outras pesquisas. Como o método de transcrição foi externo, está comentado pela responsável nos anexos.

A partir das transcrições, pôde-se estudar os documentos com precisão apurada e ainda com maior agilidade. No caso dos escravizados, após a transcrição, foi feita a migração dos dados para uma planilha um por um. Assim, com os dados já se observaram tendências, pequenos sinais, omissões, destaques. A partir da planilha e desse entendimento, foram construídas interpretações, como agrupamentos familiares, estatísticas, e pôde-se determinar a permanência de escravizados identificados individualmente e vistos em mais de um documento.

As pesquisas tiveram como foco principal conexões diretas e explícitas com a Boa Esperança, no entanto, como eram escassas, buscaram-se outras informações que pudessem contribuir na elaboração dos cenários da Boa Esperança. Mesmo assim houve o cuidado em trazer, prioritariamente, referências com recorte geográfico e temporal coerentes com os recortes trabalhados. Apenas nas fotografias das senzalas foi necessário trazer referências mais distantes pelos registros escassos nesse sentido.

1.3.3 Entrevistas

Apesar de não terem sido realizadas entrevistas individuais pré-estruturadas, houve inúmeros encontros com pessoas da Boa Morte, pessoas da Chacrinha dos Pretos, funcionários da Fazenda Boa Esperança, descendentes de proprietários, descendentes de escravizados, entre muitos outros. A pesquisa não existiria sem um amplo contato com pessoas. No entanto, optou-se por se utilizar as entrevistas como meios para localizar documentos. Assim, no caso de Dona Senhorinha, foi sua bisneta quem compartilhou, digitalmente, certidões de óbito e de nascimento de seus familiares. Ou ainda, o contato profícuo com Tarcísio Martins, autor do principal livro sobre a Boa Esperança (Martins, 2007), que ainda mantinha em seus arquivos pessoais elementos processuais da elaboração do livro.

Em dois momentos da pesquisa foram abordados grupos com formulários de perguntas. Um dos momentos foi no contato com a Associação XRBR[24], que foi ouvida sobre o desenvolvimento de projetos de realidade virtual e, posteriormente, com os alunos da disciplina ofertada no contexto da pesquisa Expografia na Fazenda Boa Esperança. Os resultados do formulário estão apresentados parcialmente no corpo do texto e integralmente no Apêndice B.

1.3.4 Elaboração dos modelos e das imagens

A elaboração dos modelos usados nas imagens será trabalhada caso a caso dadas as variadas formas como ocorreram. Mas há aspectos gerais. Foram construídos modelos digitais para a moenda do paiol, o moinho de farinha, um carro de bois, o chafariz, as 4 sapucaias e as senzalas. O processo buscou apoiar-se no máximo de informações para permitir a representação volumétrica em 3D. Cotejaram-se descrições com outras imagens, vestígios no local e procedeu-se ao desenho com ferramentas de representação gráfica, como o Sketchup[25].

Foi criado um modelo geral, que tem como base a topografia da FBE. Sobre esse modelo são carregados outros, pois cada parte da fazenda foi estruturada em um arquivo independente. Assim, após convergir as representações em um único universo digital, foram definidos câmeras, objetos, texturas e iluminação compondo a cena.

As imagens, vídeos e realidade virtual são extraídos dessa mesma base através do software Twinmotion[26].

---

[24] A associação reúne interessados no campo da realidade aumentada e da realidade virtual (XR).
[25] https://www.sketchup.com/
[26] https://www.twinmotion.com/

Para as representações humanas dos trabalhadores escravizados, foram feitos recortes de iconografias de escravizados no Brasil. As imagens originais das quais foram extraídas as figuras constam no Anexo A.

1.4 Mapa da tese

A organização da tese foi adaptada ao longo da pesquisa mediante os achados que culminaram em uma mudança de perspectiva em que os dados relacionados à Fazenda, aos trabalhadores escravizados e à pesquisa em torno deles atingiram uma proporção significativa. Nesse sentido optou-se por diluir a perspectiva digital, não menos importante, ao longo da pesquisa para então, ao final, agrupar os resultados desse eixo exploratório.

Dessa forma, a tese está estruturada em **6 capítulos, sendo o primeiro a introdução e o sexto a conclusão**. **O segundo capítulo é dedicado à Fazenda Boa Esperança**, em que foram revisadas outras publicações, mas, ao mesmo tempo, buscou-se evidenciar o caráter lacunar do bem histórico. O capítulo provê recursos visuais para que o leitor que desconhece o lugar possa se orientar. Essas imagens introduzem a perspectiva digital adotada ao longo da tese. Ainda sob o capítulo da Boa Esperança, aprofundou-se a pesquisa para o conhecimento de estruturas vinculadas à produção agrícola ao longo da história da FBE, do paiol com a moenda do engenho de cana, do pátio frontal com as senzalas, as sapucaias e o chafariz. Para cada uma dessas estruturas foram apresentados processos de elaboração de modelos de possíveis ocupações empregando-se múltiplos recursos digitais e visuais. Cada um dos elementos abordados é cotejado com temáticas pertinentes e outros achados ampliando sua interpretação. **O terceiro capítulo é dedicado aos escravizados da Boa Esperança.** Após uma introdução geral da indissociável relação entre esse bem tombado e os escravizados, buscou-se resgatar, através de extensa pesquisa documental, registros dos trabalhadores que viveram dentro dos muros da Boa Esperança durante os anos de escravidão, sendo o grupo mais persistente e mais numeroso. Os subcapítulos que seguem apresentam abordagens específicas para cada um dos documentos. Os primeiros são dois inventários *post mortem*, do Barão de Paraopeba, em 1856, e de seu herdeiro, Joaquim José Monteiro de Barros, de 1876. A análise em conjunto dos documentos através de um extenso processo de transcrição, tabulação e cruzamento de dados, revela dados amplos sobre a população de escravizados da FBE além de dinâmicas de persistências ao longo dos anos passados entre os documentos, agrupamentos familiares, e ao mesmo tempo apresenta o nome de todos os listados, um por um. Os capítulos seguintes são construídos a partir da identificação de um mesmo escravizado em vários elementos, o que nos

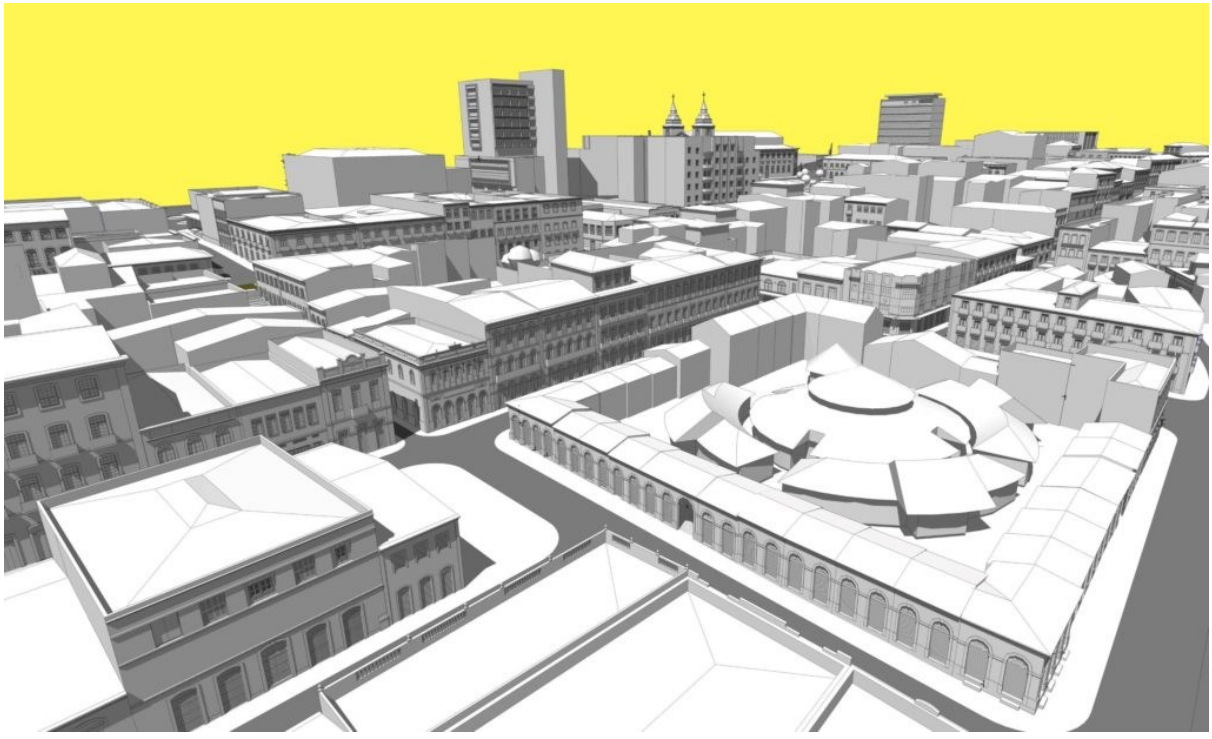
dá uma perspectiva, ainda que fragmentada, de parte de sua história. Primeiramente, observamos o agrupamento familiar de Inês e suas filhas, culminando em sua alforria. A história de Inês tem similaridades com João Ribeiro, que, como ela, também persiste em amos inventários, e por fim também é alforriado. José Carreiro foi um africano trazido ilegalmente para o Brasil. Após ser escravizado por quase 60 anos sob os Monteiro de Barros Carreiro, entra com uma ação por sua liberdade. A profissão de carreiro é um saber complexo ligado à cultura do carro-de-bois no Brasil, por isso, a partir da identificação da história desse escravizado, o item é atravessado pela investigação desse objeto, base da economia, que une histórias de trabalhadores que estiveram na fazenda por volta de 1840, de 1920 e de 1940. Com um pedido de licença, o item, João Congo e Tiaozão limita-se à transcrição de um conto que converge alguns dos elementos que estudaremos. Esse capítulo também marca o encerramento da abordagem dos escravizados sob os Monteiros de Barros. Assim, o item Joaquim Antônio parte de anúncios de jornais para trazer à tona a história desse escravizado que foge da Boa Esperança duas vezes e é procurado por Joaquim Lara, segunda família de proprietários. O item seguinte fecha o terceiro capítulo, Dona Senhorinha, organiza a história de Dona Senhorinha parteira e filha de escravizados da FBE. A ela associam-se outros escravizados. **O quarto capítulo** aborda a disciplina ofertada a partir dessa investigação. Por fim, **o quinto capítulo introduz a questão da Realidade Virtual** não sob uma perspectiva de uma revisão teórica, mas de discussão do inevitável impacto da tecnologia no campo do patrimônio. Nesse sentido, discute-se como os arquitetos estão à frente nesse contexto, uma vez que, para esses profissionais, a realidade virtual está apenas a um clique de distância. Segue-se com a apresentação do projeto "Cantos do Engenho", elaborado no contexto da pesquisa, e, por fim, finaliza-se com a apresentação de um protótipo de Realidade Virtual, que busca demonstrar como o recurso converge os achados da pesquisa ainda que representados em formatos e meios heterogêneos. Na conclusão, são revisitados os objetivos propostos diante dos resultados obtidos. Os Anexos e Apêndices incluem documentos originais digitalizados e/ou transcritos ao longo da pesquisa.

1.5 Antecedentes

O pesquisador e arquiteto responsável por este trabalho explora, desde 2007, aplicações de funções computacionais e suas interfaces com o patrimônio cultural para fins didáticos, educacionais ou culturais, com ações no campo acadêmico e na cadeia produtiva. Considera-se relevante demonstrar, através das ações realizadas, marcos temporais, cujos processos de desenvolvimento interseccionam-se com o universo desta pesquisa.

Em 2008, o IPHAN demandou, por meio de licitações públicas, a modelagem geométrica digital de 4 centros históricos brasileiros para finalidades de gestão. O processo produtivo e os produtos gerados a partir dessa ação desdobraram-se em reflexões, publicações e vislumbre de possibilidades para benefício dos bens materiais através dos recursos digitais. Foram adotadas técnicas de fotogrametria na modelagem de milhares de edificações de Salvador - BA, Belém - PA (Figura 6), João Pessoa - PB e São Luís - MA. Na mesma empreitada, desenvolveu-se uma função computacional exclusiva para atribuir aos elementos representados no modelo digital dados caros à gestão do patrimônio, tais como: estado de conservação, número de pavimentos, endereço, domínio e uso. Desenvolvida de forma interdisciplinar por uma equipe com arquitetos e um desenvolvedor, a ferramenta permite cruzamento de dados, filtragens e buscas visualmente no modelo geométrico. Reflexões sobre as técnicas e as possibilidades a partir da ação foram apresentadas no II Seminário Nacional Sobre Documentação do Patrimônio Arquitetônico com o Uso de Tecnologias Digitais em Belém, em 2012 (Magalhães, 2014).

Figura 6 – Modelagem geométrica do centro histórico de BELÉM – PA



Fonte: Imagem elaborada pelo autor a partir do modelo geométrico da EQUIPE B ARQUITETURA, 2024.

Desdobramentos da pesquisa-ação foram base para a dissertação de mestrado (Magalhães, 2014), a qual aglutina caminhos que a digitalização oferece para edificações, inclusive de interesse histórico, apontando percursos possíveis para o campo ao discutir, por

exemplo, fluxos de trabalho iniciados na fotogrametria automática de elementos escultóricos de edificações históricas que, posteriormente, foram apresentados através da realidade aumentada, indicando uma forma para a fruição da cultura material através de celulares.

Nesse mesmo contexto e recorte temporal, foi possível avançar no campo prático através de políticas de estado de fomento à cultura e construir o Guia do Bem, recurso ainda em atividade, um *site* na internet com os bens tombados de Belo Horizonte, categorizados, geolocalizados e muitos com sua representação geométrica digital (3D) disponível para visualização. Trata-se da atualização digital de um livro de mesmo título. O projeto explora, além de recursos tradicionais (como fichas, imagens e fotografias de cada bem tombado), a visualização 3D como meio para conhecimento das edificações (Nascimento, 2020). A ferramenta mostra-se, ainda hoje, fonte fundamental para conhecimento dos bens tombados em Belo Horizonte.

Nos Cadernos do Patrimônio Cultural, organizados pela Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR com contribuições do IPHAN, o artigo "Jogos Patrimoniais: Representação Digital do Espaço" (Paraizo, 2015) discute as interseções entre representações da arquitetura em jogos sérios voltados para o patrimônio. Ele nos lembra Lowenthal[27]: "O envolvimento emocional do patrimônio sobre os habitantes e visitantes do lugar se dá por meio de narrativas patrimoniais, que se aproximam mais do mito que da história. Elas exploram mais a presença atual do objeto (...)" (Lowenthal, 2005, p. 127 *apud* Paraizo, 2015, p. 108).

Essa percepção da necessidade do fortalecimento dos vínculos entre os bens culturais e as pessoas, através de múltiplas narrativas que atravessam e criam conexões com o bem, é uma visão que permeia desde as ações de base discutidas nesta seção até mesmo toda a pesquisa. Nesse contexto, são os meios digitais que permitem a construção de infinitas cópias e versões do mesmo bem, preservando sua integridade física.

É também sob esse viés que, em outra oportunidade fomentada através de concurso público do Ministério das Comunicações, recursos digitais foram usados para a produção e disponibilização de um jogo sério[28] intitulado "Jogos Patrimoniais – Cidades Cultura e História"[29], desenvolvido entre 2015 e 2017. O jogador interage com bens edificados de todo país em quatro jogos. No Jogo da Memória, ele lida com imagens de detalhes de edificações

---

[27] David Lowenthal foi um geógrafo e historiador estadunidense que contribuiu na fundação dos estudos em patrimônio histórico, sendo reconhecido como primordial para o estabelecimento disciplinar do campo. *David Lowenthal obituary | Heritage | The Guardian.*

[28] Jogo Sério – jogo em que o propósito principal não é puramente a diversão. Pode servir para um propósito social da construção cidadã dos indivíduos jogadores.

[29] www.jogospatrimoniais.com.br

brasileiras variando o estilo (moderno, barroco, eclético) em cada nível de dificuldade. O Encaixe da Paisagem mostra contextos urbanos de centros históricos de cidades brasileiras, e o jogador deve encaixar edifícios faltantes nos espaços em branco. Já no Quebra-Cabeça arquitetônico, montam-se edificações brasileiras através de peças representadas por seus elementos construtivos. Por fim, no Jogo da Restauração (Figura 7), o jogador corre contra o tempo para fazer a manutenção de edificações tombadas brasileiras antes que se deteriorem. Em todos eles, é possível conhecer os bens abordados ao final. Foram destacadas as características principais de cada um dos jogos exatamente para ilustrar a gama de conceitos perenes no campo do patrimônio histórico através do jogo sério. Neste caso, a representação gráfica da arquitetura é atualizada para atender a propósitos lúdicos e, ao mesmo tempo, pedagógicos. Os jogadores lidam e aprendem sobre bens brasileiros.

Figura 7 – Mockup[30] com a tela do Jogo da Restauração

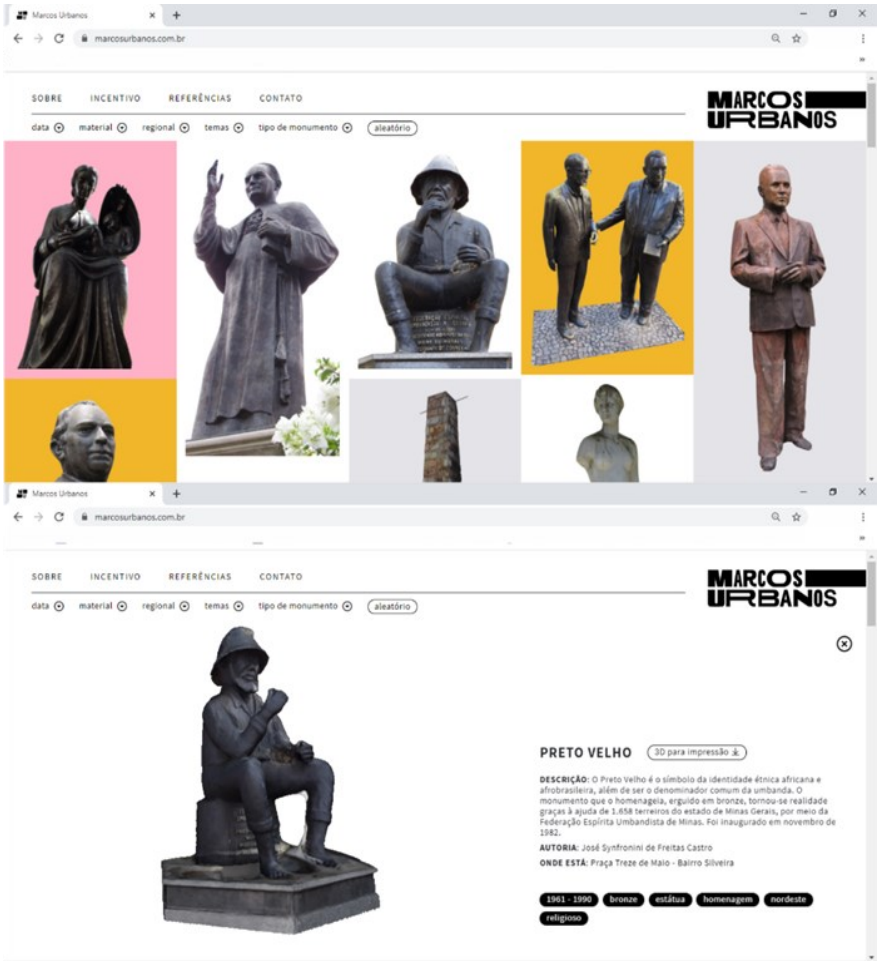
Fonte: EQUIPE B ARQUITETURA, 2024.

Em 2017, através do projeto extensionista “Monumento Digital 120”, foram digitalizados com fotogrametria bustos, estátuas e outros monumentos de Belo Horizonte, em comemoração ao seu aniversário de 120 anos. Posteriormente, a partir dos métodos consolidados, o projeto foi fomentado pelo Fundo Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, passando a se chamar “Marcos Urbanos” (Figura 8). O catálogo digital traz viés

[30] Montagem com imagem da tela do jogo sobre fotografia.

museal ao expor um acervo curado (Bhaskar, 2016) de obras presentes nos espaços públicos da cidade e que podem ser vistas em 3D. Além disso, o catálogo permite que o usuário baixe um arquivo para reprodução das obras em impressora 3D (Magalhaes, 2022).

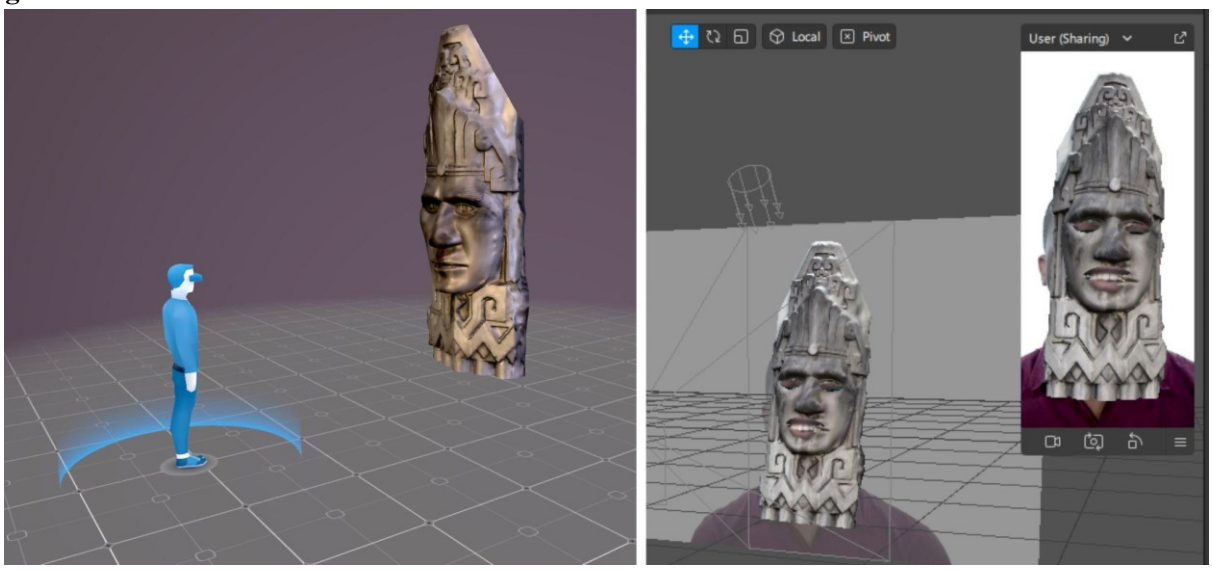
Figura 8 – Telas do catálogo digital Marcos Urbanos



Fonte: Montagem elaborada pelo autor a partir de capturas do site www.marcosurbanos.com.br. (s.d.)
Nota: A primeira imagem mostra a galeria do catálogo; a segunda, um dos itens expostos: a digitalização geométrica da escultura Preto Velho.

Em um desdobramento das discussões provocadas pelo projeto “Marcos Urbanos”, desenvolveu-se um conjunto de experimentos ou protótipos para explorar mais uma vez, através de ferramentas digitais, novas construções a partir da representação de um bem cultural. Assim, o trabalho – No Acaiaca-Verso – partiu da digitalização das faces indígenas esculpidas nas fachadas do edifício histórico belo-horizontino Acaiaca para gerar múltiplas derivações – passando pela impressão 3D e fundição em metais, até mesmo visualização em realidade virtual (Figura 9). Ressaltou-se a fartura de ferramental digital para explorar e criar elementos fortalecedores e valorizadores da cultura (Magalhães, 2022).

Figura 9 – Realidade virtual e realidade aumentada, respectivamente, a partir de digitalização geométrica



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

A partir da exposição dessa trajetória, destacam-se alguns fatos de relevância dentro desta pesquisa. Primeiramente, evidencia-se a vastidão das possibilidades de abordagem de temas do interesse do campo do patrimônio histórico a partir de recursos digitais. Gestão, ludicidade, educação foram áreas abordadas nas ações. Também fica destacado o papel do Estado no fomento das inovações. Apesar de não ser um tema central da pesquisa, serão apresentados outros momentos nos quais é também o Estado o agente que estimula ou mesmo demanda produções dentro do campo investigado. E, sobretudo, destaca-se o caráter multidisciplinar dos projetos. É necessária a convergência entre áreas distintas para a construção de ações com complexidades não compreendidas amplamente sob um único paradigma disciplinar.

Também houve aproximações prévias à FBE como objeto de trabalho. Foram ocasiões que permitiram uma compreensão gradativa dela enquanto um bem tombado relevante em Minas Gerais, em busca de definir formas de desempenhar seu papel social.

Em 2014, o objetivo do trabalho foi desenvolver projetos para que, então, fosse implantada, dentro do terreno da FBE, uma infraestrutura para recebimento de madeira ilegal apreendida: o Centro de Beneficiamento de Madeira. A infraestrutura seria direcionada ao restauro de bens materiais tombados, cursos e temáticas correlatas. O projeto era fruto de parcerias entre o Ministério Público e o IEPHA. De acordo com a documentação, ele previa, entre outros:

> 3.1 (...) Instalação destinada à recepção, seleção, separação e armazenamento de peças de madeira para uso em obras de restauração, em estado bruto ou beneficiado, apreendidas, adquiridas ou havidas por doação, novas (certificadas), ou provenientes de demolições (...) (IEPHA - MG, 2013).

O projeto não chegou a ser construído. Foi desenvolvido em nível executivo, contemplando todas as ações previstas em edital e abrangendo desde recebimento e tratamento de madeira até mesmo laboratórios e salas de aula. Em uma análise posterior, percebem-se intenções positivas para os bens culturais históricos de uma forma ampla, uma vez que os resultados do projeto potencialmente poderiam beneficiar uma imensa quantidade de bens, além de capacitar profissionais (inclusive da região) na restauração, marcenaria e carpintaria. No entanto, deve-se destacar que, apesar de os projetos terem considerado baixo impacto na paisagem da FBE, e tendo sido proposta a implantação do galpão distante da sede e acessível através de uma estrada própria, não é possível afirmar que o local definido não se trata de um sítio arqueológico. Portanto, um galpão de grandes proporções poderia representar danos irreversíveis a um local de potencial arqueológico.

Paralelamente ao desenvolvimento do campo das tecnologias digitais e suas interações com o patrimônio cultural, observa-se a emergência de um eixo de atuação profissional no âmbito da museografia. Esse campo, situando-se na intersecção entre arquitetura e museologia, é caracterizado por fluxos de trabalho intrinsecamente interdisciplinares. Nesse contexto, foi possível desenvolver projetos que abrangem o território nacional, envolvendo o universo temático de diversos museus. Esses projetos variam desde a pesquisa para a criação de conteúdo até a especificação e montagem detalhada de exposições. A frequente localização dos museus em edificações tombadas também expandiu significativamente a interação com esses bens e as peculiaridades dos projetos de intervenção sobre eles. Exemplos notáveis dos projetos desenvolvidos incluem o Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas, situado em um Convento Franciscano do século XVIII em Marechal Deodoro, o Museu da Cidade de Parnaíba, em um sobrado colonial no Piauí, a musealização das ruínas do século XVIII do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina, a Casa dos Açores e o Museu Etnográfico em Santa Catarina, além de contribuições em Minas Gerais, na Fazenda Boa Esperança; na exposição Cinejornais, em Belo Horizonte; na Casa da Cultura de Santa Bárbara; no Memorial da Cavalhada, em Brumal; no Palácio da Liberdade, entre outros projetos na Floresta Amazônica, na Fiocruz e em Itaipu (Figura 10). Essa experiência enriquece a pesquisa com uma perspectiva museográfica que enfatiza a pesquisa e conservação da memória, incorporando a comunicação e a necessidade de conectar os conteúdos apresentados com o visitante.

Figura 10 – Mosaico de imagens de alguns projetos desenvolvidos

Fonte: EQUIPE B ARQUITETURA, 2024.

Se os aspectos históricos e culturais da própria FBE tiveram relevância limitada para o desenvolvimento dos projetos do Centro de Beneficiamento de Madeira, quatro anos depois, em 2018, uma nova oportunidade aproxima o pesquisador novamente da FBE: a sua musealização. O campo museal é atravessado pela (e atravessa) arquitetura, pelo patrimônio histórico e ocasionalmente pela cibercultura, sendo em toda a pesquisa parte dos meios e fins abordados.

Em 2018, até 2023, a gestão da FBE foi realizada pela empresa sem fins lucrativos APPA Arte e Cultura[31], que age sob interveniência do IEPHA-MG para a execução das demandas do Estado, que é o proprietário da Fazenda. A empresa lançou edital público que tinha como objeto de contratação:

> Objeto: Elaboração e execução de projeto museológico e museográfico para a implantação de exposição permanente na Fazenda Boa Esperança. O escopo dos serviços envolve as seguintes etapas: 1) pesquisa histórica e de conteúdo; 2) consolidação da proposta museológica e da proposta museográfica para as áreas interna e externa indicadas; 3) elaboração de material para apoio ao visitante; e 4) pré-produção e montagem da exposição (APPA Arte e Cultura, 2018).

[31] APPA Arte e Cultura é uma associação cultural, sediada em Belo Horizonte. Foi responsável pela gestão da FBE.

O projeto ocorre posteriormente à ação batizada "ReFazenda", que produziu documentos como o "Diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas de Boa Morte e Chacrinha dos Pretos, Belo Vale, Minas Gerais" (Antezana, 2016), o documentário "Se me der licença eu entro" (IEPHA. Youtube, 2019), relatórios para o turismo da região (Antezana, 2016), além de entrevistas, fotografias, filmagens. A ação buscava, novamente, significados e a compreensão da FBE para a comunidade. A ação inovou ao deslocar o olhar para a presença afro-brasileira em toda a paisagem cultural em que se insere a FBE, com foco nas comunidades quilombolas instaladas no mesmo contexto geográfico (Reis, 2021). A ação produziu documentários, levantamentos, eventos e publicações – como o Relatório Sociocultural, fonte cara para esta pesquisa.

É inerente ao processo museográfico a necessidade de imersão no universo que se deseja representar. Assim como no projeto "ReFazenda", a equipe levantou grande quantidade de acervo, de tipologia variada, disponível para o conhecimento da FBE e de seu universo.

Essa atividade configurou uma situação que se apresentaria favorável para esta pesquisa. É um trabalho hercúleo rastrear informações sobre um bem erguido por volta de 1820. Um compilado de acervos permite uma observação cuidadosa poucas vezes exercida sobre esse bem. As escolhas adotadas para o projeto museográfico executado buscam ressaltar a FBE dentro de um contexto mais amplo, da paisagem cultural[32] em que se insere, e aborda aspectos específicos da ruína – hoje, em bom estado de conservação.

A paisagem cultural pesquisada à época do desenvolvimento do projeto museográfico engloba, a partir do marco geográfico da Serra da Moeda (o elemento natural), as manifestações (elemento cultural) advindas da relação do ser humano com esse meio ao longo do tempo. Nesse sentido, podem ser detectados os mais diversos elementos que significaram e significam essa relação: os ciclos econômicos, os modos de construção, as relações com a fauna e a flora, as divisões sociais, os saberes e fazeres, as crenças, hábitos, entre outros. Atualmente, esses elementos são interpretados, utilizados e atualizados (ou não) na construção, por sua vez, de novas relações (Campos, 2012).

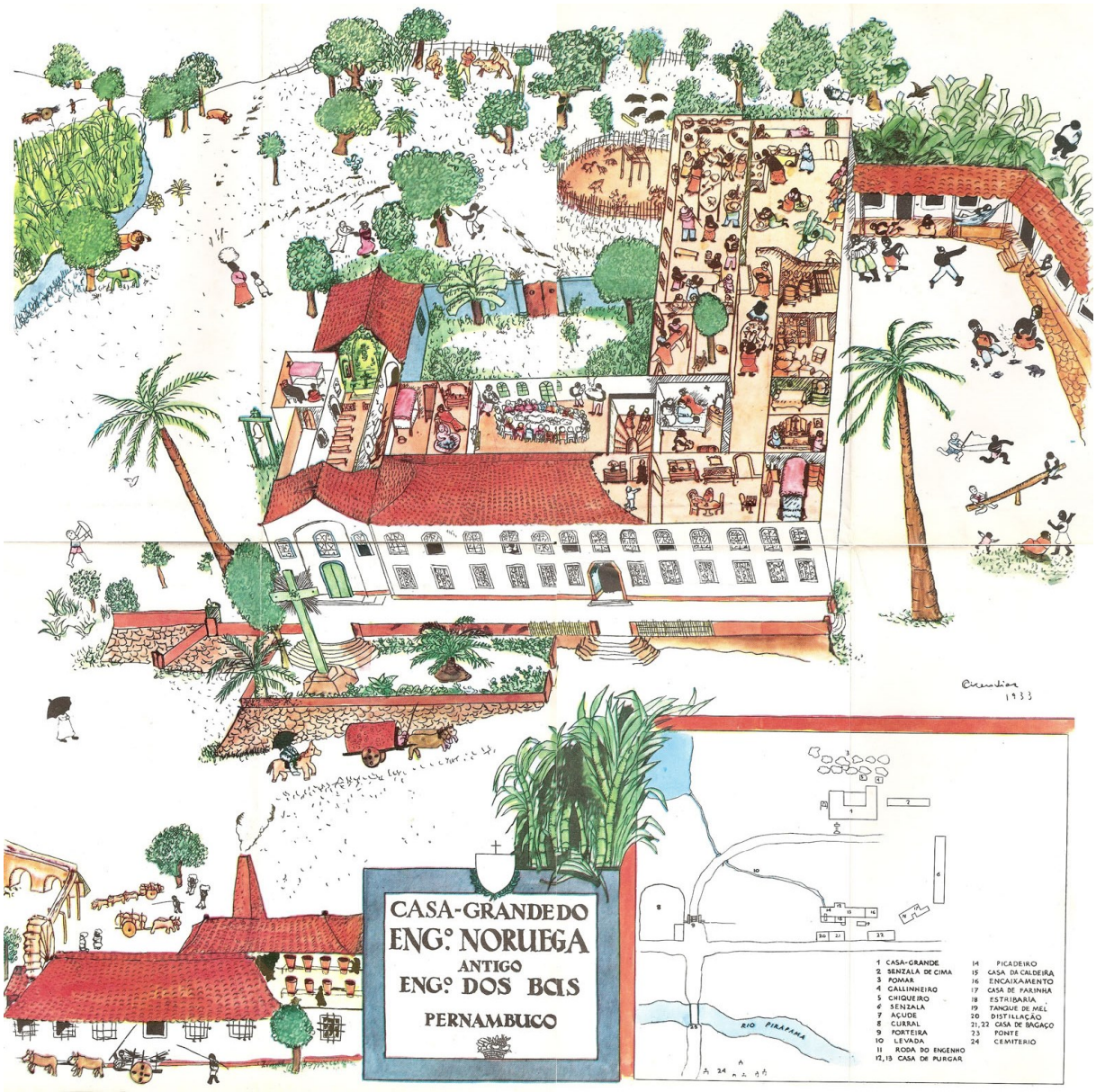
No entanto, apesar de satisfazerem parte das questões que possam ser levantadas por visitantes da FBE, os recursos instalados têm limites e não conseguem oferecer uma experiência corporal, de percepção do espaço, da forma que fora no passado. O desejo por um recurso dessa

[32] Paisagem cultural é um termo/conceito adotado, a partir dos anos 1990, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco, para identificar novas tipologias de bens culturais e implementar medidas de proteção integradoras, entendendo elementos na formação da identidade de um povo em um território.

ordem foi expresso algumas vezes por membros do IEPHA (de acordo com as atas de desenvolvimento do projeto), mas refletem algo do imaginário comum. Contudo, o limite para intervenções físicas em um bem tombado traz uma série de questões, muitas vezes apresentadas pelo próprio orador, que profere à vontade pelo conhecimento do espaço ocupado: não há informações suficientes para entender a dinâmica dos espaços, hoje vazios. A opção pela utilização de mobiliários cenográficos poderia, com grandes probabilidades, incorrer em imprecisões e anacronismos, prejudicando a construção de conhecimento acerca do bem por seus visitantes. A instalação de recursos físicos de maior impacto pode comprometer a preservação do bem tombado. Assim, consideradas as contingências inerentes a um processo de materialização de um projeto de uma exposição para a FBE, instalou-se um projeto museográfico para a interpretação da FBE e da paisagem cultural da qual ela faz parte.

Com a ausência de acervos tridimensionais, a estratégia expográfica se deu na disposição de painéis de conteúdo no interior da sede, espaços externos com recursos gráficos para a interpretação da própria Fazenda e como ela se relaciona com o contexto. Em um dos recursos foi elaborada uma ilustração com uma estratégia visual análoga à da famosa ilustração do livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre (Figura 11):

Figura 11 – Iconografia: Ilustração de Casa Grande & Senzala

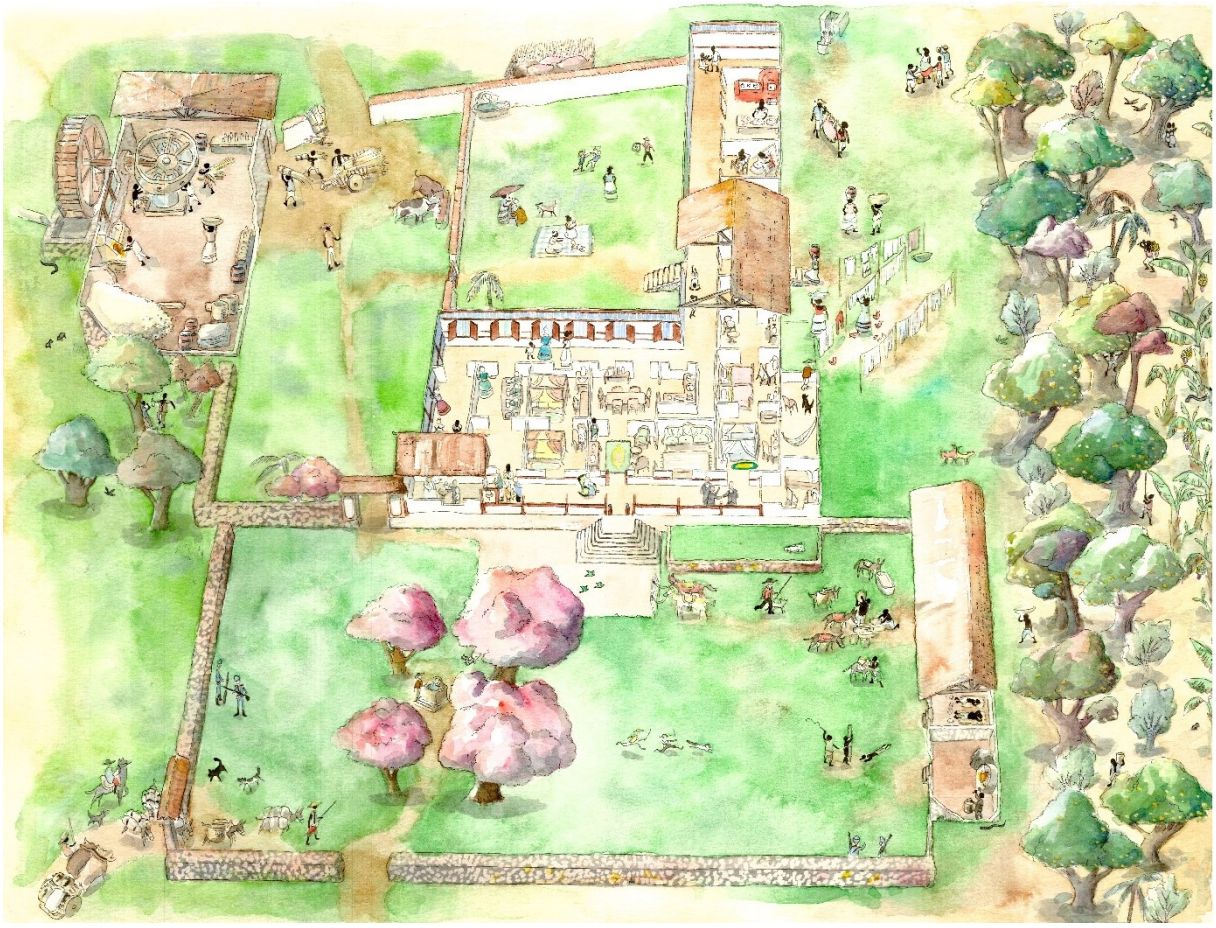


Fonte: FREYRE, 2003.

Para fazer uma versão similar da Fazenda Boa Esperança, procedeu-se à modelagem tridimensional da sede e do entorno em softwares tradicionais do campo da arquitetura. Ajustou-se um enquadramento coerente e foram cortadas partes dos telhados para permitir ver o interior da sede com a divisão dos espaços, e assim, do modelo 3D, foi gerada uma imagem-base. Para povoá-la com a ilustração de personagens e ações realizaram-se cotejamentos entre a pesquisa histórica e arquitetônica sobre a Fazenda e bibliográfica, como o próprio "Casa Grande e Senzala", de Freyre, e também outros livros, como "A história da vida privada no Brasil" (Novais, 1997), além do inventário do barão, que provê uma lista de objetos que eram usados. Desses cotejamentos foram produzidos pequenos roteiros para todos os espaços e

assim, com a base arquitetônica fidedigna, contou-se com a colaboração de um artista que desenvolveu as inúmeras pequenas narrativas visuais em uma bela aquarela, que, reproduzida em grandes dimensões, ganhou proporção expográfica, compondo um dos painéis (Figura 12).

Figura 12 – Ilustração: Cotidiano na Boa Esperança



Fonte: ACERVO DA EMPRESA EQUIPE B, 2019.

Outro recurso elaborado no intuito do preenchimento lacunar foi um diorama (Figura 13) do quarto do Barão, visível através de um olho mágico, que dá a sensação de imersão no espaço. O diorama foi produzido a partir de processos digitais que começam na modelagem dos objetos e do quarto do Barão. Resumidamente, essa modelagem foi utilizada para gerar desenhos planificados dos elementos representados. Assim, após imprimir as texturas das portas e paredes aplicando-as a chapas de madeiras, essas foram cortadas a laser, gerando peças que, montadas, formaram o quarto, a mobília e o próprio Barão. Ao chegar ao quarto do Barão, o visitante se depara com esse recurso expográfico que se apresenta como uma caixa com um olho mágico em uma das faces e, ao olhar através dele, ele vê o espaço em que está, porém, ambientado.

Figura 13 – Recurso expográfico: Diorama

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Ambos os recursos, analógicos, foram propostos para saciar a curiosidade comum aos visitantes de compreender melhor aqueles espaços; no entanto, apesar de cumprirem sua função expográfica, a dimensão da percepção corpórea é perdida, e assim a experiência é limitada à observação daquelas cenas estáticas, contidas pelas dimensões do painel, da caixa.

A partir dessas experiências, olhou-se para a Boa Esperança buscando meios para dar a ela maiores condições de ser interpretada pelos visitantes. E, ao mesmo tempo, a perspectiva do uso de ferramentas digitais mostra-se possível, uma vez que pode oferecer formas de acessar informações sem a necessidade de intervenções físicas no patrimônio construído. Os processos digitais podem contribuir para a fruição desse estimado bem cultural, ampliando o seu acesso, ou o acesso a suas informações e representações através de meios digitais.

2 FAZENDA BOA ESPERANÇA

> A **casa-grande**, completada pela **senzala**, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (**a escravidão**); de transporte (**o carro de boi**, o bangüê, a rede, o cavalo); de **religião** (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (**o patriarcalismo polígamo**); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (**o compadrismo**). Foi ainda **fortaleza,** banco, cemitério, **hospedaria**, **escola**, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, **recolhendo órfãos** (Freyre, 2003, p. 36).[33]

Apesar de o trecho do livro "Casa Grade & Senzala" remeter a uma fazenda do Nordeste brasileiro, certamente todos os atributos estruturantes do sistema descrito são pertinentes à Fazenda Boa Esperança em Minas Gerais (conforme os destaques que rementem a eixos temáticos que serão abordados), objeto desta pesquisa (Figura 14). O que restou da FBE são algumas de suas construções. No entanto, a partir de vestígios na arquitetura da interpretação das lacunas e outras fontes, buscou-se revelar aspectos desse sistema produtivo, hoje ocultos.

Figura 14 – Fotografia: Entorno da sede da Boa Esperança

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA., 2009, p. 125.
Nota: Acervo de Antônio Gonçalves de Oliveira, sem identificação de data, foto digitalizada por Claudia Stancioli em 17/03/2009.

[33] O trabalho de Freyre traz contribuições para esta pesquisa. Ao citá-lo, no entanto, não endossamos toda a sua obra, que deve ser observada criticamente.

A Fazenda Boa Esperança (FBE) está em Belo Vale, Minas Gerais, mas durante a maior parte de sua história esteve dentro do perímetro de Bonfim[34]. É um patrimônio histórico e cultural de grande importância, tombado estadual e nacionalmente, foi adquirida pelo Estado de Minas Gerais há 50 anos e ocasionalmente fica aberta à visitação pública. Entre o final do século XVIII e início do XIX, ela foi construída por Romualdo José Monteiro de Barros, conhecido como Barão de Paraopeba (Broteiro, 1951), um político influente e empresário atuante no setor do comércio de escravizados (Pinheiro, 2008), da mineração, e indústria. A exploração econômica da região foi e segue fomentada pela riqueza mineral do Quadrilátero Ferrífero[35].

A historiografia da FBE é unânime em atrelar a ela a história de seu provável construtor e principal proprietário, Romualdo. E não há como separá-los, pois a grandiosidade e opulência da Fazenda são tão únicas que podem ser compreendidas apenas sob a perspectiva do sucesso econômico dos Monteiro de Barros. Mas é de igual relevância a contribuição dos escravizados, grupo maior e mais persistente ao longo da história da FBE, sem eles o sucesso do Barão e a existência da Fazenda seriam impossíveis, conforme será demonstrado. A família Monteiro de Barros tinha origem portuguesa e possuía grande riqueza. "*Manuel José que estendeu raízes em plagas brasileiras*" (Broteiro, 1951, p.16), migra do norte de Portugal de uma região entre o Douro e o Minho para Minas Gerais no século XVIII, e se estabelece com a família na região de Vila Rica. A família Monteiro de Barros tem o privilégio de um apurado registro biográfico no livro "A Família Monteiro de Barros, fonte desta e de outras pesquisas:

> Voltando ao Guarda-Mor Manuel Jose. Depois de ter acumulado regular fortuna no trabalho fatigante de mineração resolveu tomar estado. Já não era sem tempo; atingia a idade, madura, contando cerca de 50 anos. Casou a 16 de agosto de 1766 em Vila Rica, com Margarida Eufrásia da Cunha Matos, filha do Guarda-Mor Alexandre da Cunha Matos e de Antônia de Negreiros (Brotero, 1951, p. 20).

Observa-se que Manuel José se casa após acumular riquezas fruto da mineração. A biografia reconhece oito filhos legítimos desse casamento, dentre os quais Romualdo José Monteiro de Barros, que nasceu em Congonhas, em 1773. O testamento de 1789 de Manuel

---

[34] Destacamos essa informação, pois, como Bonfim era a Comarca responsável, é lá que ainda estão muitos documentos, ainda não pesquisados, relacionados à FBE.

[35] A formação geológica e fisiográfica que se denomina Sinclinal de Moeda se situa na porção meridional da Cadeia do Espinhaço, considerada Reserva da Biosfera pela Unesco, na transição de dois importantes biomas nacionais, a Mata Atlântica e o Cerrado, entre dois grandes afluentes da margem direita do rio São Francisco, os rios Paraopeba e das Velhas, em meio ao Quadrilátero Ferrífero, uma das principais províncias minerais do planeta, e ao sul da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais e sede da terceira maior região metropolitana do Brasil (Tofani F.; Tofani M., 2019).

José Monteiro de Barros, transcrito na biografia da família, não tem qualquer menção que possa indicar explicitamente que a FBE tenha sido herdada por Romualdo, mas, ao mesmo tempo, tal possibilidade não está excluída: “Declaro que como os bens que possuo são lavras com serviços minerais, ferramentas necessárias para eles, escravos, regos d’agua, terras de cultura e tudo o mais que constitui o monte mor dos mesmos” (Brotero, 1951).

Em função da ausência de mais detalhes, a data e a forma como a FBE se torna propriedade do Barão de Paraopeba é incerta. Ivo Porto de Menezes conduziu estudos por volta dos anos de 1969 e em sua publicação enfatiza: “Pertenceu, durante longo tempo, à família Monteiro de Barros que, por certo, já a possuía em 1790, sendo, ao que se informa, adquirida pelo Barão de Paraopeba, de seus construtores, os Mendonça”[36] (Menezes, 1969).

Assim, 1790 fica estabelecido como um marco aceitável para considerarmos a posse da FBE pelos Monteiro de Barros. A data é replicada nos documentos e publicações que seguem incluindo o processo de tombamento estadual (IEPHA - MG, 1975). Não há um consenso sobre a data em que a Fazenda tenha sido construída, mas dois fatos aproximam esse evento dos anos 1820, sendo a inscrição “1820” cravada no portal de pedras do paiol e a epístola de uma missa que sugere a inauguração da sede (grifos nossos):

> A “Epistola ao Silva”, do Padre Silvério Ribeiro de Carvalho, proprietário da Fazenda da Contenda, em Moeda MG, é um precioso documento sobre a data de inauguração da fazenda. Carvalho aborda dois aspectos importantes: num deles, narra sua trajetória para participar da festa de inauguração da “nova casa de tetos dos Monteiro”. No outro, parabeniza ao Padre José Maria Monteiro de Barros (Josino), filho do proprietário, por ser estreante em celebração de atos religiosos. Josino foi habilitado no Seminário de Mariana-MG em 1821. A Epistola sugere que o Cel. Romualdo José realizou uma bela festa para comemorar dois grandes feitos: a inauguração do casarão (após a intervenção com acréscimos), e a ordenação de seu filho como sacerdote (Martins, 2007, p. 16).

A informação da epístola está disponível no livro, marco historiográfico fundamental, Fazenda Boa Esperança (2007), fonte constante desta pesquisa. O livro foi escrito pelo jornalista de Belo Vale Tarcísio Martins, que segue promovendo projetos para a promoção do patrimônio cultural da região e em sua generosidade também contribuiu fartamente com a pesquisa (Figura 15).

[36] Não encontramos novas informações nesse sentido, e não há como saber se é a mesma família Mendonça que adquire a FBE em 1897. É possível que com maiores pesquisas no acervo de Bonfim se possa encontrar documentos de venda ou de posse prévios aos Monteiro de Barros.

Figura 15 – Pintura: Romualdo José Monteiro de Barros

Fonte: MARTINS, 2007, p. 22.

Apesar de ser conhecido como Barão de Paraopeba, esse título veio tardiamente em 1854, pouco antes de sua morte em 1855[37], aos 82 anos, assim, para pesquisas, há maior fartura de documentos em arquivos sob Coronel Romualdo José Monteiro de Barros, como era conhecido durante a maior parte de sua vida. Ele se casou aos 22 anos, em 1795, com Francisca Leocádia. Em 1812, a Fábrica de Ferro do Prata foi inaugurada. Também conhecida como Fábrica Patriótica, era localizada próxima à cidade de Congonhas do Campo. Tendo como sócio o Barão de Von Eschwege[38], o Barão de Paraopeba foi pioneiro ao criar, em seus terrenos, a primeira fábrica industrial de ferro no Brasil. As ruínas da fábrica são tombadas pelo IPHAN e estão inseridas em terrenos da Vale do Rio Doce. Esse encontro é importante, pois Eschwege publicou relatórios detalhados amplamente adotados pela historiografia e por esta pesquisa (Pluto brasiliensis, 2011). Da mesma maneira, o sucesso de Romualdo é tal que é uma das metas da viagem de Spix e Martius[39] ao Brasil, e em 1818 de fato se encontram:

---

[37] Coronel de Milícias, Cavaleiro da Ordem de Cristo e finalmente agraciado por decreto imperial de 2 de dezembro de 1854, com o título de Barão de Paraopeba (Brotero, 1951, p. 273).

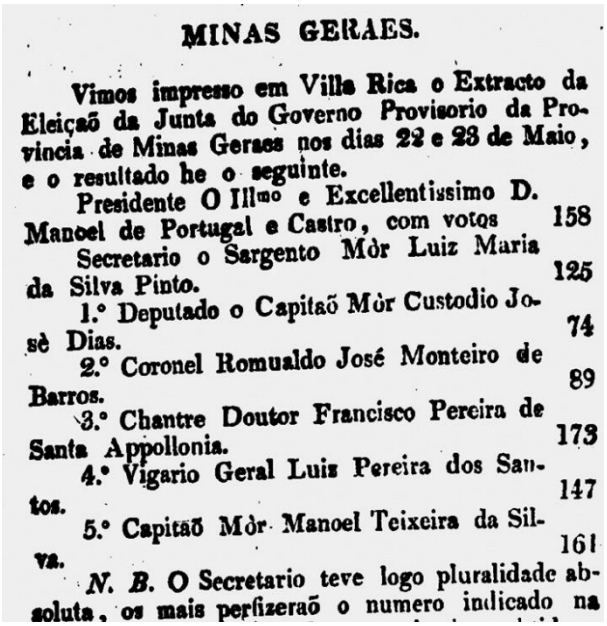
[38] O Barão de Eschwege era geólogo, geógrafo arquiteto e metalurgista alemão. Instalou-se em Minas Gerais e procedeu com contribuições significativas para a mineração e a indústria metalúrgica. Teve o Barão de Paraopeba como parceiro.

[39] "Majestade, o rei da Baviera, insigne patrono das ciências, convencido das vantagens que para as mesmas e, sobretudo, para a humanidade, usaria um conhecimento mais íntimo da América, transmitiu para esse fim, no ano de 1815, à Academia de Ciências de Munique a ordem para que se providenciasse sobre uma viagem científica ao interior da América do Sul. Entre os escolhidos para a viagem, achamo-nos ambos, o acadêmico Spix para a Zoologia, o acadêmico Martius para a Botânica" (Eschwege, 2011, p. 23).

> O inspetor da forja de ferro acompanhou-nos, no dia seguinte, à lavra, uma e meia légua distante a sudeste, pertencente ao Sr. Romualdo José Monteiro de Barros, a meta de nossa viagem. Aqui fomos acolhidos pelo proprietário, coronel de milícias, com a generosa hospitalidade própria do mineiro. Depois do almoço levou-nos ele a sua lavra, cuja formação não é de micaxisto, contendo oligisto ou tapanhoacanga, porém de um xisto argiloso amarelo-isabel, atravessado por filões de quartzo, contendo ouro (Spix; Martius, 2017, p. 322).

Poucos anos após o encontro, em 1821 quando Romualdo tinha 48 anos, a Fazenda Boa Esperança é inaugurada, e em maio de 1823, Romualdo tem uma importante ascensão política, sendo eleito membro 2º Governo Provisório da Província de Minas (Figura 16).

Figura 16 – Romualdo no Governo Provisório



MINAS GERAES.

Vimos impresso em Villa Rica o Extracto da Eleiçaõ da Junta do Governo Provisorio da Provincia de Minas Geraes nos dias 22 e 23 de Maio, e o resultado he o seguinte.

Presidente O Illmo e Excellentissimo D. Manoel de Portugal e Castro, com votos 158

Secretario o Sargento Mòr Luiz Maria da Silva Pinto. 125

1.º Deputado o Capitaõ Mòr Custodio José Dias. 74

2.º Coronel Romualdo José Monteiro de Barros. 89

3.º Chantre Doutor Francisco Pereira de Santa Appollonia. 173

4.º Vigario Geral Luiz Pereira dos Santos. 147

5.º Capitaõ Mòr Manoel Teixeira da Silva. 161

N. B. O Secretario teve logo pluralidade absoluta, os mais perfizeraõ o numero indicado na

Fonte: Recorte do JORNAL O ESPELHO nº78, 16 agosto 1822, p.3.[40]

Sob essa perspectiva, buscou-se ressaltar que a FBE é erguida em um momento de maturidade na história de Romualdo após grande sucesso na atividade de mineração de ouro, na indústria da fundação de ferro, no escravismo, e pode-se dizer que há reflexos disso na estruturação da Boa Esperança. O período também coincide com uma maior variedade econômica com grande circulação de produtos agrícolas diversos. Assim, a Boa Esperança era parte de um empreendimento complexo, central na sesmaria, integrava um conjunto de mais de treze propriedades, entre terrenos e fazendas (IEPHA - MG, 1975).

Algumas publicações sugerem que a FBE tenha concentrado cerca de 900 escravizados[41], mas a documentação que localizamos, o inventário *post mortem* do Barão, lista

[40] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/700916/349
[41] Fontes orais (Martins, 2007).

151 pessoas sob sua posse em 1855. É possível que a listagem não contenha a totalidade da escravaria de Romualdo, já que a escala de seus empreendimentos é imensurável, porém são necessários mais documentos para termos a real dimensão de sua escravaria. A análise da FBE e de sua história ajuda na compreensão da formação socioeconômica de Minas Gerais, em particular, e do Brasil escravista, em geral. Pode-se dizer que a propriedade é um exemplo da concentração de poder econômico e político nas mãos de uma elite que se beneficiou do trabalho de pessoas escravizadas. Portanto, a preservação da FBE como patrimônio cultural é fundamental para a preservação da memória histórica do país, ancorando discussões que estão longe de serem superadas pela sociedade. Martinez realiza um estudo sobre as riquezas e posses na região de Bonfim entre os séculos XVIII e XIX e ratifica a percepção dos padrões sofisticados de abastados da FBE:

> Mais do que autorrepresentação da moradia abastada, a construção mencionada possibilita entender os padrões de riqueza, sofisticação e luxo projetados na cultura local. Autorizam também a identificar a produção econômica e a circulação de bens produzidos e comercializados com a capital mineira (Ouro Preto, depois Belo Horizonte), a Corte do Rio de Janeiro e outros centros urbanos, como São João Del Rey e Barbacena (Martinez, 2008).

Durante o período de funcionamento da FBE, as residências tinham uma vida cotidiana intensa, focada no espaço interno. Pátios, varandas, jardins e quintais eram importantes para organizar a sociabilidade, relações de intimidade, lazer e trabalho. As mulheres, crianças, escravos e agregados interagiam nesses espaços, onde as atividades cotidianas eram realizadas. Eles também permitiam maior controle e fiscalização, mantendo a ordem da vida familiar.

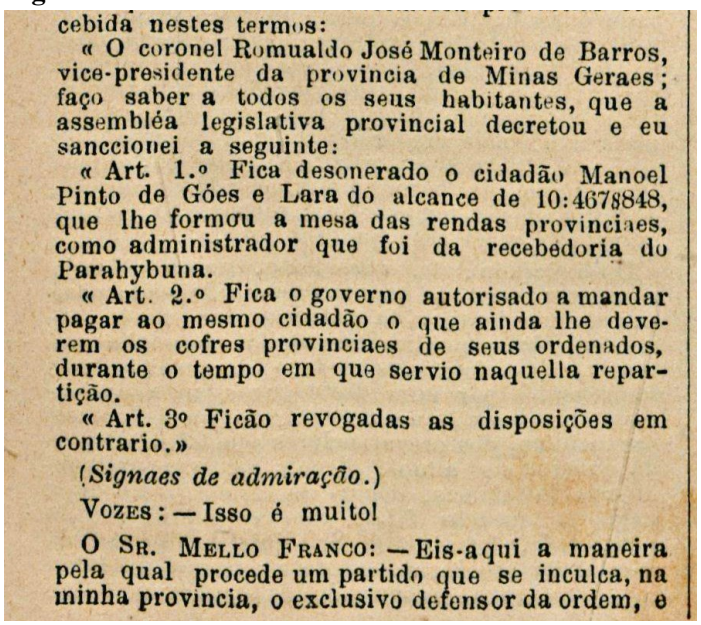
Após o falecimento do Barão, a FBE, a propriedade segue sob a posse dos Monteiro de Barros por mais 20 anos, totalizando 66 anos[42]. A transição para a família Lara, na figura do patriarca Joaquim Pinto Rodrigues Lara, ocorre ainda dentro do período da escravidão. Os registros que remetem ao período da posse dos Lara, que dura 29 anos, merecem mais estudos, pois compreendem a transição para o fim da escravidão a partir da Lei Áurea em 1888. O livro de memórias de Antônio Lara Resende, neto de Joaquim, traz nuances do cotidiano e da relação da família com a propriedade. O autor chega a descrever o momento da aprovação da Lei Áurea vista como ruinosa por seu avô[43]. Outras fontes mobilizadas para conhecer esse período foram jornais da época. Não há indicações de que os Lara tenham feito grandes modificações nas construções, pelo contrário, parecem ter estabelecido uma relação de admiração permanente

[42] Considerando o marco de 1790 apontado por Ivo Porto de Menezes
[43] (Resende, 1970). Será mais bem discutido em ESCRAVIZADOS.

com a Boa Esperança. Também tinham escravos, mas não foi possível saber a quantidade, pois os dados que localizamos apontam apenas para indivíduos e serão mais bem discutidos adiante. “Durante 21 anos a família Góis Lara Viveu na fazenda, conservando-a integralmente, conforme depoimento do professor Antônio de Lara Resende, neto de Joaquim Pinto Rodrigues de Gois Iara e que lá passou parte de sua infância”.[44]

Localizamos uma publicação que remete a alguma proximidade entre a família Monteiro de Barros e os Lara. Em 1851, na condição de presidente da província de Minas Gerais, o Coronel Romualdo ratifica uma decisão benéfica a Manoel de Pinto de Góes e Lara (Figura 17).

Figura 17 – Monteiros de Barros & Pinto de Goes e Lara



cebida nestes termos:

« O coronel Romualdo José Monteiro de Barros, vice-presidente da provincia de Minas Geraes; faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a seguinte:

« Art. 1.º Fica desonerado o cidadão Manoel Pinto de Góes e Lara do alcance de 10:467$848, que lhe formou a mesa das rendas provinciaes, como administrador que foi da recebedoria do Parahybuna.

« Art. 2.º Fica o governo autorisado a mandar pagar ao mesmo cidadão o que ainda lhe deverem os cofres provinciaes de seus ordenados, durante o tempo em que servio naquella repartição.

« Art. 3º Ficão revogadas as disposições em contrario.»

(*Signaes de admiração.*)

Vozes: — Isso é muito!

O Sr. Mello Franco: — Eis-aqui a maneira pela qual procede um partido que se inculca, na minha provincia, o exclusivo defensor da ordem, e

Fonte: Recorte ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO -RJ, 1851, p.30.[45]

A partir do fim da posse pela família Lara em 1897, a Fazenda já começa a se distanciar de seu auge econômico. A FBE fica sob a posse dos Mendonça até 1944, depois Sesostris da Paixão[46] até 1957, Antônio Procópio até 1959, Manuseto e Calixto entre 1959 e 1964, período em que a Fazenda é tombada pelo DPHAN, então Antônio Pinto, que finalmente a vende para o Estado de Minas Gerais, em 1974.

---

[44] Jornal do Brasil, 16 de novembro de 1971 1º Caderno (Anexo).

[45] Câmara dos srs. Deputados, 1878.

[46] Publicações sugerem a existência de um inventário da FBE registrado em Ouro Preto pelo filho de Sesostris.

A Fazenda Boa Esperança é descrita por Salomão de Vasconcellos[47] em 1946, na documentação parte do dossiê do processo de tombamento federal, que ocorreu alguns anos depois, em 1959:

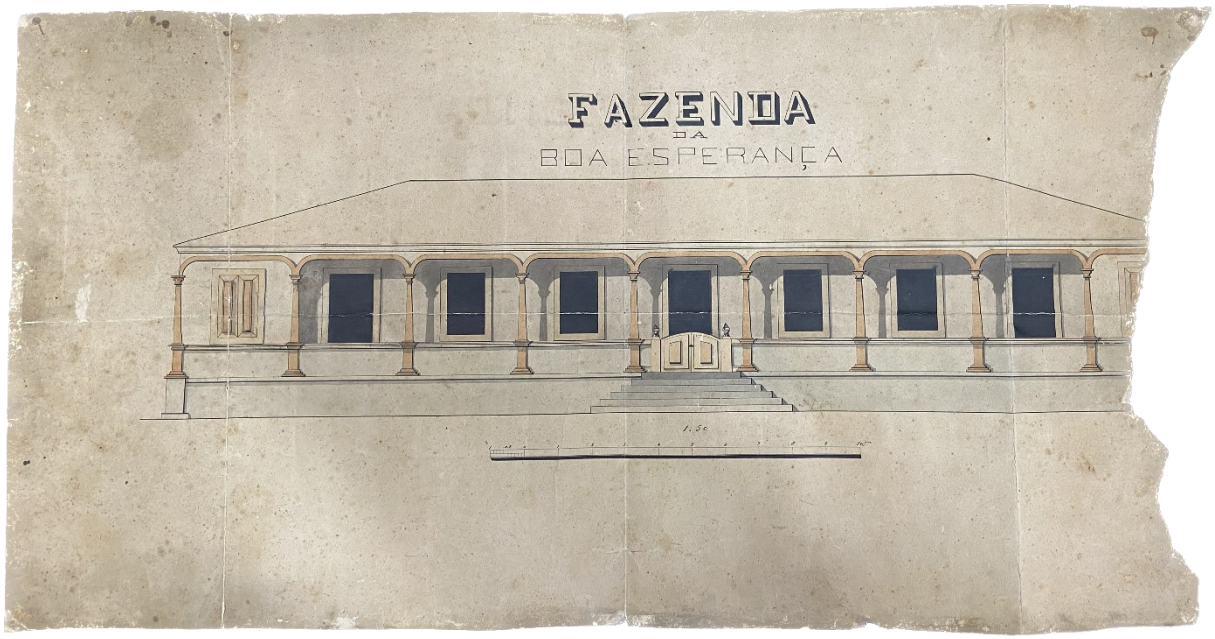
> É uma casa de nobilíssimo aspecto, com larga e artística varanda na entrada, grande salão de visitas e ótimos aposentos. Há nos fundos outra varanda, ao longo de uma fila de dependências da casa. Nos fundos do corpo principal há uma parede original, forrada do meio para cima de bonito rendilhado de rótulas. A obra prima, porém, da Fazenda esta mimosa capelinha que existe à esquerda da varanda da entrada com admiráveis trabalhos de talha dourada e valiosíssimos painéis, no teto e nas paredes laterais, trabalho este último que se possa talvez atribuir a Manoel da Costa Ataíde, por um estudo comparativo com iguais motivos deixados por esse insigne artista na Matriz de Santa Bárbara e na Ceia dos Apóstolos, do Caraça. Do primor da talha do retábulo pode-se ter uma ideia aproximada nos aspectos fotográficos aqui apensos (Salomão de Vasconcellos, IEPHA - MG, 1975).

O texto, que é parte de um relatório de Vasconcellos para o Ministério da Educação e Cultura, é acompanhado de registros fotográficos e de um desenho técnico que o historiador acredita ser uma planta original da Fazenda. São recebidos e respondidos no mesmo ano por Lúcio Costa, então diretor da DET, do DPHAN, que observa o fato de o desenho tratar-se de uma elevação de fachada (Figura 18) do final do século XIX, após a construção da FBE, mas que de fato o bem merece o interesse do estado:

> (...) É do maior interesse para o estudo da nossa arquitetura doméstica a galeria, com vedação de treliça, que conduz à Capela. Muito Valiosas também as pinturas do forro da capela e o painel representando a Ceia, que Dr. Vasconcelos atribui, com razão, ao Ataíde, bem como o retábulo aproximado por ele, não sem propósito, às obras do Aleijadinho(...) (Lúcio Costa, IEPHA - MG, 1975).

[47] Salomão de Vasconcellos, pai do arquiteto modernista Sylvio de Vasconcellos, era jurista, médico e historiador, que abordou a história de Minas Gerais em suas publicações. Nasceu em Mariana, em 1877, e morreu em Belo Horizonte, em 1965.

Figura 18 – Fachada com o título Fazenda da Boa Esperança



Fonte: Processo de Tombamento PT018, IEPHA - MG, 1975.

O desenho técnico (FIGURA 18) tem muitas similaridades com a sede da FBE, no entanto também traz disparidades notáveis, sendo a principal delas a ausência do volume da capela, que estaria à esquerda, como um prolongamento vertical do primeiro vão. O dano, rasgado à direita, pode coincidir com o trecho do carimbo que conteria maiores detalhes sobre o desenho. Assim, trata-se de um fragmento visual que pouco contribui para a historiografia desse bem. A documentação sugere que, apesar da sugestão de Lúcio Costa: "Haverá necessidade de proceder a levantamento da planta geral (...)", não localizamos documentação técnica produzida naquele momento registrando os espaços da Fazenda. Carlos Drummond de Andrade, então chefe da Seção de História da Diretoria Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN), em 16/11/1957, diz:

> Em face desse pronunciamento, parece caber a inscrição do imóvel no livro do Tombo de Belas Artes, providência que sugiro a autoridade superior, bem como o levantamento da planta geral da construção, também alvitrada há tempos pelo Diretor da D.E.T. (IEPHA - MG, 1975).

Os trâmites continuam passando pelas mãos de outras personalidades de relevo, como Sylvio de Vasconcellos, e, enfim, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do DPHAN, que comunicou em 27 de agosto de 1959: "À vista da anuência do proprietário, proceda-se à inscrição no Livro do Tombo Nº 3." (IEPHA - MG, 1975).

O tombamento estadual ocorre anos depois, e a Fazenda é um dos bens adquiridos, marcando a própria fundação do IEPHA.

> O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso X, da Constituição do Estado [...] decreta:
> Art. 1º Fica aprovado o tombamento e determinada a sua inscrição nos livros de Tombo [...] do conjunto paisagístico, artístico e histórico da Fazenda Boa Esperança, constituído da sede, capela com seus trabalhos de talha dourada e painéis no teto e paredes, bem como toda área de terreno da referida Fazenda, conforme processo próprio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais (IEPHA - MG, 1975).

Sob a posse do Estado, a FBE foi suporte para diversos projetos ao longo dos anos, colônia agrícola, centro de artes, Museu do Escravo, cenário para gravação de filmes, entre tantas outras. Essa busca faz parte do processo de se atribuir significado para que um bem tombado, patrimônio cultural, exerça sua função social. Toma-se a observação de Ticle (2018):

> A nova propriedade e o tombamento da Fazenda também trouxeram para o Iepha-MG o desafio de dar novo uso a um bem que passou a patrimônio público e patrimônio cultural mineiro ao mesmo tempo. Para uma instituição cuja vocação principal é, desde sua fundação, proteger e promover o patrimônio, a tarefa de também ocupá-lo e dar novo uso a ele tem-se mostrado desafiadora por mais de quatro décadas (Ticle, 2018, p. 102).

Talvez as tantas propostas direcionadas para a Fazenda também sejam mais um reflexo de seu caráter lacunar, que permeia toda a sua história, seus espaços que, vazios, tanto incomodam 233 anos depois de sua construção. Fato é que o instituto do tombamento é o mecanismo que mantém a Fazenda em pé, em condições de receber tantas outras propostas. Porém, não se pode deixar de pensar que é necessário que existam meios para que os conhecimentos gerados de forma difusa sobre a Fazenda sejam devidamente organizados e disponibilizados. Além disso, a FBE hoje é palco de inúmeros eventos esporádicos, apresentações de música e dança, exposições, banquetes e eventos culturais, gradativamente construindo sua vocação.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) realiza ações que valorizam a presença dos povos africanos na formação cultural do estado, como no projeto “Afromineiridades” (IEPHA, 2022) e na própria FBE, que foi palco do projeto “ReFazenda” (Antezana, 2016), o qual envolve membros das comunidades quilombolas do entorno da Fazenda e impulsiona profundas e, até então, inovadoras reflexões abordando o tema. Apesar disso, esta pesquisa sugere a ampliação dos esforços para incluir, nas narrativas apresentadas aos visitantes da FBE, elementos que permitam perceber a memória dos escravizados e tudo o que se puder conhecer sobre sua presença ali.

Da FBE restam hoje a sede principal, o paiol do engenho e suas áreas externas, com muros e vestígios de estruturas de pedras. As duas edificações – apesar do bom estado de conservação conquistado com os processos de restauro, manutenções, reformas, adaptações de acessibilidade e o próprio uso – encontram-se vazias, ou sem objetos em seu acervo capazes de contribuir para a interpretação do bem tombado em suas funções originais. Da mesma maneira, notam-se outras lacunas, como a ausência da senzala (Figura 19), citada pelo testamento do Barão e que aparece em uma fotografia do acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[48], mas da qual hoje resta apenas a fundação de pedras. O paiol da FBE também está vazio, sem as máquinas de engenho e moendas.

Figura 19 – Senzala da FBE

Fonte: Imagem 01 - Acervo digital IPHAN, 2013, p. F010423; Imagem 02 - Acervo do autor, 2019.
Nota: a imagem 01 mostra construção que provavelmente foi uma senzala. A imagem 02 mostra as fundações de pedra remanescentes da senzala.

É compreensível que com o passar do tempo sucessivas mudanças de posse, processos de decadência econômica, intemperismos naturais e outros aspectos tenham incidido sobre a edificação, culminando na perda considerável de parte de seus elementos originais. No entanto, neste trabalho, são identificadas ausências que têm impacto nas narrativas museais ofertadas ao público. Sem os objetos, a interpretação do cotidiano dentro da sede fica prejudicada. Ao mesmo tempo, observar o paiol sem seu maquinário e leiaute produtivo pouco informa sobre o engenho, sua produção e as relações de trabalho que abrigava. Sem a senzala, dificulta-se a percepção visual da numerosa presença dos escravizados registrada na história da região.

[48] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2013.

Paralelamente ao fato de os registros físicos remanescentes, pesquisas, processos de restauro e ações de musealização[49] concentrarem-se na sede da FBE, e principalmente na Ermida do Senhor dos Passos (Machado, 2019, p. 150), são vastos os registros biográficos e documentais que remetem à família Monteiro de Barros. Em um contraponto, apesar da sabida presença de centenas de cativos relacionados à FBE, pouco se sabe sobre quem eram. Até mesmo o espaço que os abrigava não recebeu o mesmo tratamento das demais edificações da sede da FBE nos sucessivos processos de restauro.

Há uma preservação dos traços materiais culturais portugueses, bandeirantes e brancos em detrimento da existência de elementos que remetem à massiva presença da população africana escravizada. No artigo "Necropolítica da memória escrava no Brasil pós-abolição", Correa e Vieira (2019) resgatam conceitos organizados por Achille Mbembe[50](2020) e evidenciam a continuidade dos prejuízos sofridos pelos escravizados e seus descendentes por meio do apagamento de sua memória.

As estruturas arquitetônicas revelam muito sobre as lógicas construtivas, conhecimentos, técnicas e materiais utilizados em uma época. Elas também podem informar sobre hábitos e condições de vida. Ao observar a sede da FBE, entende-se sobre as pessoas que habitaram o local e os seus usos. A análise da materialidade permite-nos compreender os gestos, intenções e sentidos por trás dos elementos físicos. A vida privada no Brasil assumiu diferentes arranjos e expressões ao longo do tempo e de acordo com a região. No caso da FBE, a família do Barão de Paraopeba, que viveu no local no início do século XIX, pode ser utilizada como síntese para compreender os destaques da residência e a vida cotidiana das Minas rurais (

[49] Musealização é o processo pelo qual um objeto, uma coleção de objetos ou um lugar é transformado em um museu ou exposto em um ambiente museológico, tornando-se um patrimônio cultural.

[50] Joseph-Achille Mbembe, franco-camaronês conhecido como Achille Mbembe, graduou-se em Sorbonne no Instituto de Estudos Políticos e tem contribuído sobre os impactos do colonialismo.

Figura 20).

Figura 20 – Imagem: Elementos da Fazenda Boa Esperança que serão mencionados

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

> Mais do que autorrepresentação da moradia abastada, a construção mencionada possibilita entender os padrões de riqueza, sofisticação e luxo projetados na cultura local. Autorizam também a identificar a produção econômica e a circulação de bens produzidos e comercializados com a capital mineira (Ouro Preto, depois Belo Horizonte), a Corte do Rio de Janeiro e outros centros urbanos, como São João Del Rey e Barbacena (Martinez, 2008).

Durante o período de funcionamento da FBE, as residências tinham uma vida cotidiana focada no espaço interno. Pátios, varandas, jardins e quintais eram importantes para a sociabilidade, relações de intimidade, lazer e trabalho. As mulheres, crianças, escravos e agregados interagiam nesses espaços, onde as atividades cotidianas e as refeições eram realizadas. Eles também permitiam maior controle e fiscalização, mantendo a ordem da vida familiar. O pátio frontal da FBE apresenta elementos estéticos e refrescantes, como a antiga fonte, o sombreamento das sapucaias além de muros que cercam a visão e janelas voltadas para a área, sugerindo um espaço controlado, porém muito dinâmico.

> (...) Fazenda Boa Esperança, a maior e a mais monumental, construída não muito distante. Atualmente, muitos dos componentes do casarão não mais existem devido ao processo de destruição a que as ruínas foram submetidas ao longo dos anos. Até há pouco as pessoas retiravam dali pedras para serem utilizadas em novas construções, o que acabou por acelerar o processo de deterioração e a perda dos registros (Lemos; Paiva, 2010, p. 11).

A edificação sede da FBE apresenta características e técnicas construtivas que a tornam um exemplar valioso da arquitetura rural. A casa é constituída em formato de contorno em L que pode ter sido ampliado em algum momento, conforme sugerido pela professora Suzy:

> De acordo com pesquisas e levantamentos feitos, a Fazenda teria inicialmente apenas o núcleo da frente, correspondendo ao partido paulista em sua faixa de fachada. A ala mais longa, resolvida com um amplo corredor avarandado no lado que se abre para o pátio, teria sido um grande acréscimo feito, talvez no final do século XVIII, pelo Barão de Paraopeba. Efetivamente, a solução é de nítida inspiração urbana - claramente indicada pelo corredor e pela disposição dos cômodos - em franco contraste com a organização compacta da parte mais antiga (Mello, 1985).

A casa é erguida em um único nível elevado em relação ao solo, com estrutura de madeira apoiada em fundações de pedra. Na modelagem tridimensional da sede propôs-se um modelo híbrido. A maior parte foi desenhada com uso de um software tradicional de representação, porém as estruturas de pedras dos apoios têm formas de complexa representação manual, e assim procedeu-se com a digitalização 3D através da técnica fotogramétrica de SfM e fundiu-se a digitalização ao modelo tradicional. Com isso, espera-se estabelecer pontes visuais mais explícitas entre as imagens produzidas pelo computador e a realidade (Figura 21).

Figura 21 – Imagem: Modelo geométrico da sede

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

O acesso ao seu interior é realizado através de três escadas, sendo a frontal a mais ampla e marcante (Figura 22). A escada da Boa Esperança faz parte de um projeto de arquitetura de

poder, influenciada pelos costumes e estética da região do norte de Portugal, o Minho, conforme sugere Machado (2019) com grifos nossos:

Figura 22 – Imagem: Simulação com o modelo elaborado

Fonte: Acervo EQUIPE B ARQUITETURA, 2024. Foto de Rodrigo Marcandier.

> A partir deste pátio, o acesso até a o interior da sede, passando pela Faixa Fronteira, é feito por uma escadaria de alvenaria de pedra de forma piramidal. Esta escadaria faz a transição de um nível mais baixo, onde se encontra o pátio, para um nível mais alto, onde se encontra a Faixa Fronteira. Para Helder Carita, esta diferenciação de níveis intermediados por grandiosa escadaria seria um dos grandes diferenciais da casa nobre portuguesa, porque reforçava a nobilitação do andar nobre. Desta forma, o proprietário poderia se postar no alto da escada, em nítida posição de superioridade em relação à esfera inferior do cotidiano (Machado, 2019, p. 270).

Figura 23 – Fotografia: Escadaria frontal da Boa Esperança

Fonte: Acervo do autor, 2024.

A planta da casa possui pátios e quintais com muros de pedras que organizam os espaços de acordo com a natureza de sua ocupação (Figura 23). E da mesma forma Machado observa, nas formas de dividir o espaço e controlar as privacidades, nuances estéticas de origem nos costumes minhotos. Ele afirma:

> São estes muros de pedra, cujo uso foi recorrente na Região do Minho, que podem ser encontrados hoje na Fazenda Boa Esperança. O quintal, que segue a forma de um retângulo, é arrematado em dois de seus lados pelas laterais da casa, que apresenta um partido de planta em "L" invertido. O acesso a este quintal pode ser feito por uma escada de pedra, instalada na varanda de fundos, que é parcialmente circunscrevente e funciona como um corredor na parte da perna do "L" (Fig. 125). Este setor da casa, por se localizar na parte posterior da construção, teria sido usado como uma ala que pertencia à esfera familiar onde predominava a presença feminina (Machado, 2019, p. 270).

Figura 24 – Fotografia: Muros de pedra da FBE com as saborosas

Fonte: Acervo EQUIPE B ARQUITETURA, 2024. Foto de Rodrigo Marcandier.

Já Resende traz outra contribuição esclarecendo a recorrente presença dos cactos que podemos observar na Figura 24 denominados saborosas sobre os muros da Fazenda. Possivelmente poderiam ser mais densos e cobrir boa parte dos muros para maior segurança.

> Todo o pomar de nossa casa era cercado por muro de pedra sêca, com um meio metro de espessura. Era todo êle coroado de verdes cactos de dupla utilidade. Gostosos frutos para nós, e agudos espinhos para quem tentasse violar o tapume. Em certa época do ano se cobriam os cactos de flôres delicadas, de côr rosa e branca, das quais saíam as "Saborosas", delicadas e bonitas como as flôres de que provinham (Resende, 1970, p. 110).

A preservação da privacidade e da incidência solar é tratada nas varandas por meio de diversos tipos de fechamentos, como arcadas, muxarabis, gradeados e balaustrados de madeira, que também ornamentam o ambiente. Tanto as paredes internas quanto as externas são feitas em pau-a-pique. Notam-se marcas indicando outras configurações espaciais da casa, que sofreu mudanças e recebeu diferentes usos ao longo do tempo.

Os forros apresentam-se em madeira nas duas salas de entrada, enquanto nos outros espaços são usadas esteiras de taquaras. Os cômodos íntimos, concentrados no volume frontal da casa, são interligados entre si por meio de grandes portas de duas folhas e apresentam piso de tábuas corridas. A varanda frontal é delimitada em suas extremidades por uma capela e pelo quarto de viajantes. A ventilação é favorecida pelos grandes vãos e pela conexão entre os cômodos.

A capela doméstica da FBE, ou a Ermida do Nosso Senhor dos Passos[51], representa característica singular identificada em sedes de fazendas mineiras dos séculos XVIII e XIX e em Portugal, especialmente na região do Entre-Douro-e-Minho, de onde se origina a família Monteiro de Barros. Conforme ilustra a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a construção não aparece na elevação que Lúcio Costa descartou ser da época da Construção.

Figura 25 – Fotografia: Ermida do Senhor dos Passos

Fonte: Acervo EQUIPE B ARQUITETURA, 2024. Foto de Rodrigo Marcandier.

A ermida, um espaço semipúblico, permitiu o exercício da religiosidade na região amplamente, tanto para moradores da FBE quanto por viajantes, escravizados e moradores de outras propriedades, conforme destaca Machado (2019):

> Indispensável para a percepção e o entendimento das capelas domésticas foi a presença dos fregueses, que atuaram como protagonistas do espaço arquitetônico e deram sentido às capelas domésticas. Estes fregueses contraíram matrimônio, levaram seus filhos para o batismo e, em alguns casos, foram sepultados nestes templos particulares. Da mesma forma, levaram seus escravos para usufruir dos mesmos benefícios (Machado, 2019).

[51] Ver especialmente a seção 3.5.1, p 150, de: Machado (2019).

A construção de maior requinte da sede apresenta pinturas, entalhes e peças sacras de grande valor estético e histórico. É a partir dela que são construídos os argumentos para o tombamento da FBE. O altar, dedicado a Nosso Senhor dos Passos, é composto por retábulo e elementos em madeira entalhada e pintada com veios dourados. O forro apresenta pintura policromática que representa a ascensão de Jesus Cristo, acompanhada de pinturas parietais e painéis temáticos. A autoria das obras é incerta, mas há indícios de que o retábulo seja de Francisco Vieira Servas, e as pinturas de João Nepomuceno Correia ou Manuel da Costa Ataíde.

Um estudo teria colocado fim à questão ao atribuir a autoria a João Nepomuceno, conforme o Guia de bens tombados do IEPHA:

> Teto e paredes são revestidos por painéis pintados, tendo autoria atribuída a João Nepomuceno, segundo estudos recentes. Representam cenas do Evangelho, a Anunciação de Nossa Senhora, a Adoração dos Pastores, o Sacrifício de Isaac, a Santa Ceia, entre outros. (...) A especialista em Barroco Mineiro, a arquiteta Selma de Melo Miranda, atribui a autoria das pinturas da capela a João Nepomuceno Corrêa e Castro e não ao Manuel da Costa Ataíde. Os especialistas do IPHAN, Antônio Fernando dos Santos e Olinto Rodrigues Santos Filho, corroboram a autoria de João Nepomuceno, pintor que também trabalhou no Santuário de Bom Jesus de Congonha (IEPHA - MG, 2014, p. 13).

No entanto, o livro "Dicionário de Artes e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais", fundamental para quem estuda os trabalhadores e o trabalho no período, aponta que Nepomuceno deixou um testamento em dezembro de 1794 e faleceu dias depois em 2 de janeiro de 1795 na cidade de Mariana[52]: "CASTRO, João Nepomuceno Correa e. PINTOR(...) 1795 janeiro 2 - Faleceu "com todos os sacramentos e seu solene testamento" e foi sepultado no cemitério da Ordem 3º de S. Francisco, de Mariana (L.º de "Óbitos" da Catedral de Mariana, fls. 117)". (Martins, 1974).

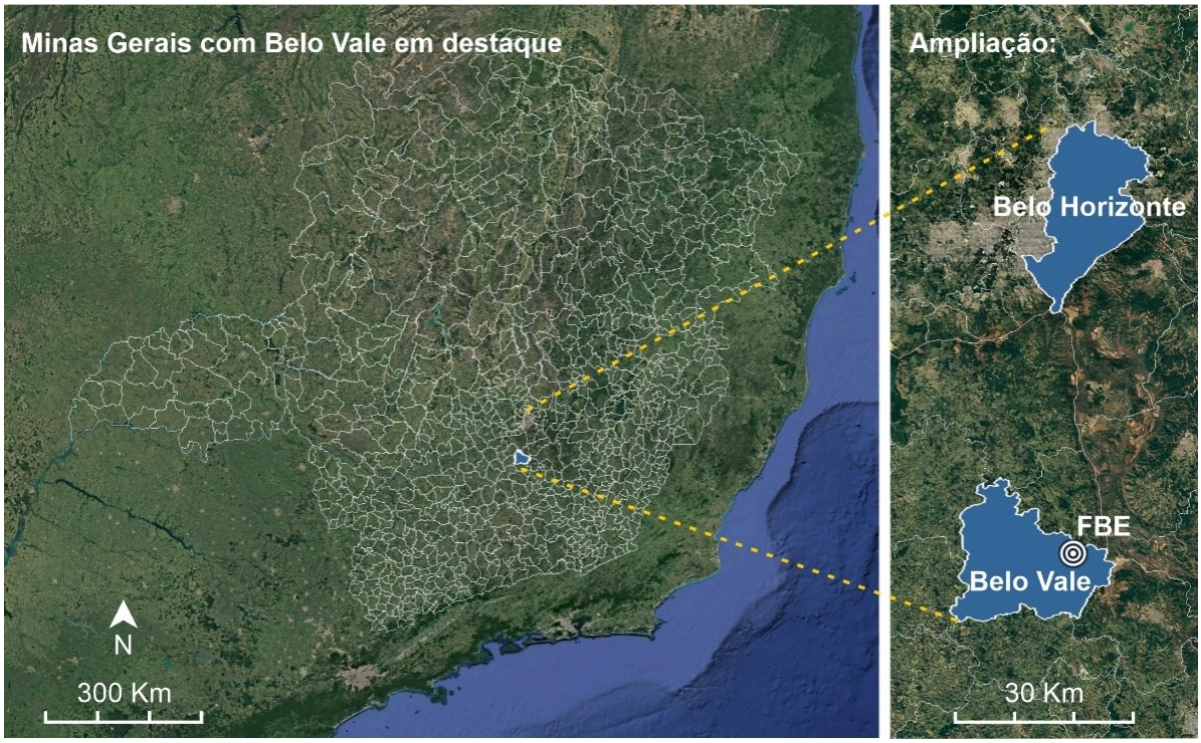
A capela também remete a modos de vida particulares do período colonial, como a janela que a conecta ao corredor lateral da residência, permitindo o contato da capela com o ambiente interno da casa. Essa janela foi criada para assegurar o lugar social das mulheres dentro da ordem patriarcal, quando possuíam locais e modos específicos de contato com o público.

Além disso, a Boa esperança está inserida em uma rica paisagem cultural. O conjunto de elementos culturais do município de Belo Vale, que coincide com interesses turísticos, reúne duas comunidades quilombolas, o Museu do Escravo, edificações históricas, ruínas e vestígios arqueológicos. Somados, eles permitem a manutenção de memórias e interpretação da história

[52] Também em Martins (2007, p. 43).

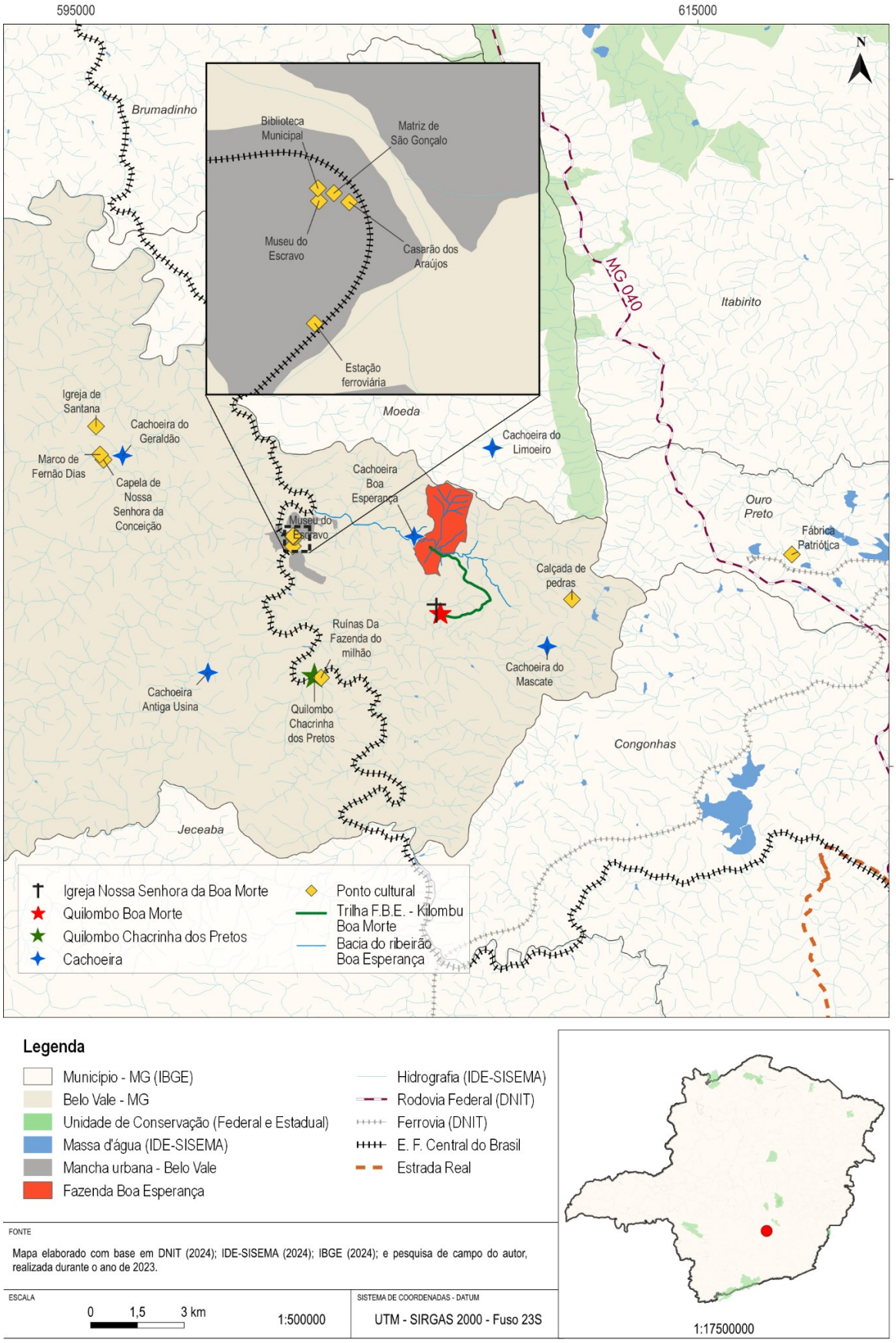
e da cultura da região (Figura 26 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A FBE, portanto, tem papel relevante na preservação da história e cultura da região de Belo Vale, ao mesmo tempo que é importante patrimônio cultural e turístico do estado de Minas Gerais. Assim, foi elaborado um mapa que apresenta elementos com os quais a Fazenda se conecta.

Figura 26 - Mapa Belo Vale/MG



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de bases do GOOGLE EARTH, 2024.

Figura 27 – Mapa Belo Vale/MG



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de bases do GOOGLE EARTH, 2024.

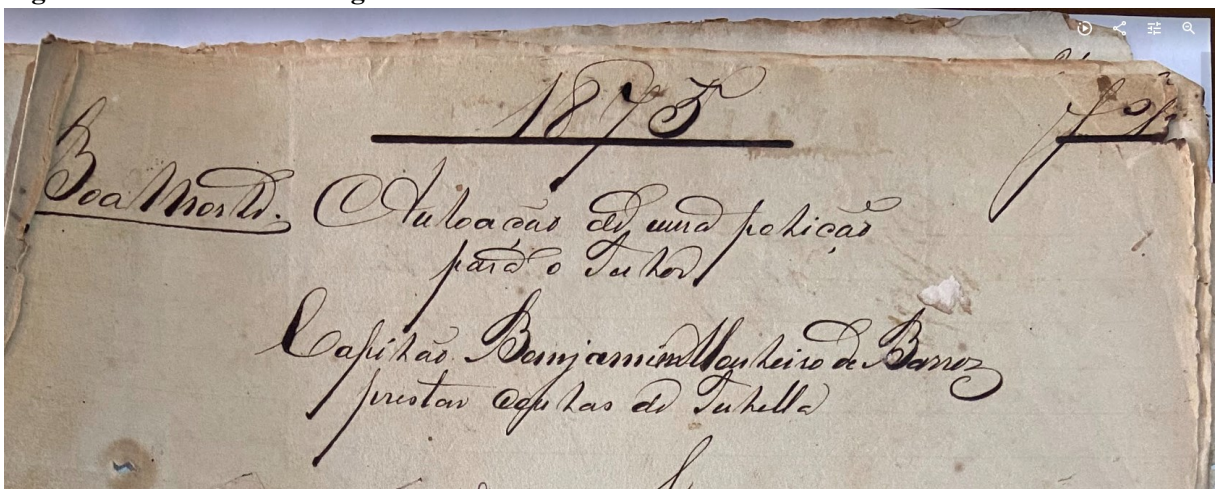
2.1 Boa Esperança e Boa Morte

A Boa Morte hoje é uma comunidade quilombola devidamente reconhecida pela Fundação Palmares. O processo foi iniciado em 1998 e concluído em 2005, conforme levantamento:

> SUDESTE; MG; BELO VALE
> BOA MORTE
> Nº PROCESSO NA FCP: 01420.000135/1998-92
> Data da abertura: 15/04/1998
> Etapa Atual do Processo FCP: CERTIFICADA
> Número da Portaria: 23/2005
> Data da portaria no DOU: 25/05/2005
> Nº PROCESSO INCRA: 54170.003741/2005-32[53]

O distrito figura como o endereço da Fazenda em alguns dos documentos analisados, como o da Figura 28, que traz os dizeres, "Boa Morte 1875 Autuação de uma petição para o Tutor Capitão Bemjamim Monteiro de Barros prestar contas de Tutella".

Figura 28 – Documento: Registro da Boa Morte



Fonte: ARQUIVO MUNICIPAL DE BONFIM, s.d.

A comunidade é mais antiga que a Boa Esperança, conforme lembra Resende:

> Entre aquelas dezenas de fogos ainda não extintos, como tantos outros de que dão vaga notícia velhos alicerces e restos de paredes, entre tufos de assa-peixos, graciosa e branquinha, velhota e acolhedora, alteia-se a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, que exibe ainda, no seu frontal, a certidão de sua idade - 1760. (Resende, 1970, p. 28).

[53] Fundação Palmares; Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs). Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola

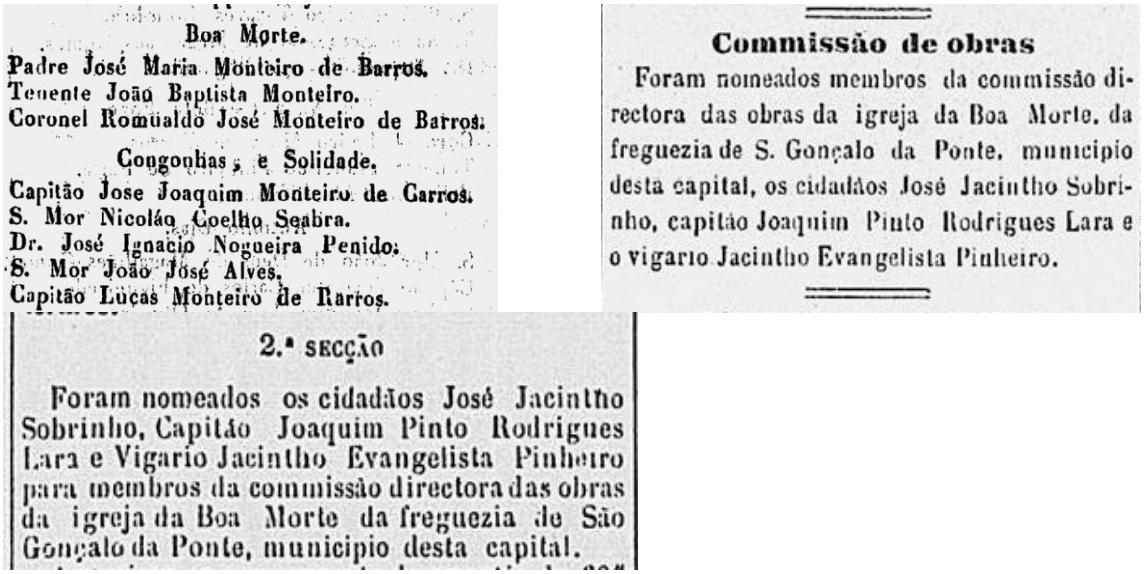
A relação entre a Boa Esperança e a Boa Morte é antiga e, conforme evidencia o mapa visto, é possível ir de uma para a outra por uma trilha que as conecta. Como não era o foco da pesquisa, não foi possível sistematizar dados históricos sobre a Boa Morte, no entanto, o processo de tombamento da FBE (IEPHA - MG, 1975) inclui muitos documentos, entre os quais uma listagem dos moradores do distrito em 1772, transcritos com destaques nossos:

> Moradores de Boa Morte em 1772
> Vitctoria Preta Forra; Tomé Vilela; Ursula Gomes - preta forra; Joaquim Maria; Ana Antônia; Antônia de Abreu Preta Forra; Dorotéia de Oliveira; Antonia Correa - parda forra; Antonia da Costa; Andreza Pinto, viúva; Domingos Francisco Lopes; Domingos Rodrigues Moreira; Antonio Rodrigues Moreira; Leonor, creola forra; Francisco de Souza preto forro; Maria Pereira preta forra; João Ribeiro preto forro; José Ribeiro preto forro; Estevão de Araújo Capitão do Mato; José Mateus; Felix Alves Frias; Gonçalo Alves - bens; João Alves Viana; Manoel Carvalho; Torquato Lopes - bens; Manoel Francisco de Oliveira; Manoel Ribeiro; Constatino Gomes pardo forro; Damazo Jose Dantas pardo forro; Francisco Xavier da Costa; Caetano Penido criolo forro; Francisco Rodrigues Moreira e seu irmão Domingos Rodrigues; Maria Rodrigues, parda forra; Manuel Pinto Brandão; Manoel Teixeira; Lauriana de Souza, preta forra; Cap. Antônio Vilela proprietário bens; Domingos José da Rocha – feitor; Lourenço de Souza – feitor; José Perez Ribeiro; João Dantas Barbosa; Pedro Francisco; Mathias da Fonseca Alvarenga; Ignácio da Costa - Oficial de Sapateiro; José Leite dos Santos; LICº. Manoel Pereira de Araujo; Manoel Carvalho de Azevedo; Manoel Carvalho de Azevedo; Tereza Pinto, por seus filhos; Lourenço de Crasto; Maria Bárbara preta forra; Antonio de Souza Campos; Manoel Alves Jardim pardo forro; João Alves Frias; Antônio Nogueira Gandra; Manoel Nogueira; José Nogueira; Padre Antonio Perez Ribeiro; REVº Padre Antonio Rodrigues Paiva; REVº Padre Antonio Machado Borges; REVº Padre Vicente Rodrigues da Costa; Domingos Janosy agregado de Torquato Lopes; Maria dos Prazeres; Ana Jesus Conceição João Dantas filho da dita; Ana Jesus (IEPHA - MG, 1975, p. 47).

A lista ratifica o que é narrado na tradição oral. A Boa Morte era o destino de muitos trabalhadores escravizados forros e outros velhos ou doentes que já não podiam trabalhar. No quilombo há descendentes desses trabalhadores, conforme será demonstrado, mas se trata de uma comunidade heterogênea com a presença de brancos e negros descendentes de moradores que buscaram tranquilidade no arraial. Conforme será mais bem desenvolvido na seção 3. ESCRAVIZADOS, a inclusão dos nomes da lista desde esse momento é importante diante dos objetivos do trabalho.

Ainda que na Boa Esperança existisse a ermida para o exercício da fé católica, foram localizados inúmeros indícios da relação entre os proprietários Monteiros de Barros e os Lara com a Comunidade e com a Capela da Boa Morte de 1760. A Figura 29 mostra que tanto o Barão quanto Joaquim Lara tinham compromissos ligados à boa morte. O Barão era incumbido de “arrecadar subscrições” e recursos para uma celebração religiosa, enquanto Lara integrou a comissão de obras da capela.

Figura 29 – Recortes de jornais: Proprietários da FBE e a Boa Morte



Boa Morte.
Padre José Maria Monteiro de Barros.
Tenente João Baptista Monteiro.
Coronel Romualdo José Monteiro de Barros.

Congonhas, e Solidade.
Capitão Jose Joaquim Monteiro de Carros.
S. Mor Nicoláo Coelho Seabra.
Dr. José Ignacio Nogueira Penido.
S. Mor João José Alves.
Capitão Lucas Monteiro de Barros.

Commissão de obras

Foram nomeados membros da commissão directora das obras da igreja da Boa Morte, da freguezia de S. Gonçalo da Ponte, municipio desta capital, os cidadãos José Jacintho Sobrinho, capitão Joaquim Pinto Rodrigues Lara e o vigario Jacintho Evangelista Pinheiro.

2.ª SECÇÃO

Foram nomeados os cidadãos José Jacintho Sobrinho, Capitão Joaquim Pinto Rodrigues Lara e Vigario Jacintho Evangelista Pinheiro para membros da commissão directora das obras da igreja da Boa Morte da freguezia de São Gonçalo da Ponte, municipio desta capital.

Fontes: Recortes dos jornais: O UNIVERSAL OURO PRETO, 30 abril 1841, p.4[54]; A UNIÃO OURO PRETO, 13 fevereiro 1889, n. 248, p.2[55]; A UNIÃO OURO PRETO, 27 março 1889, n. 260, p.1.[56]

Figura 30 – Fotografia: Capela Nossa Senhora da Boa Morte

Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2024.

A Capela da Boa Morte (Figura 30) é marco de fé e tradição da comunidade, que oficializa as mesmas datas seculares já celebradas por seus antepassados. O livro de Memórias de Antônio Lara Resende traz detalhes sobre a celebração mais importante para a comunidade,

[54] http://memoria.bn.br/DocReader/706930/10274
[55] http://memoria.bn.br/DocReader/714640/1001
[56] http://memoria.bn.br/DocReader/714640/1001

o dia de 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Boa Morte. Ele reproduz as falas de seu pai, filho de Joaquim Pinto Lara:

> Lá, à esquerda, fica o Arraial da Boa Morte, onde tua avó Maria José conservou, durante muitos anos, a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, uma das mais antigas de Minas. (...)
> Tua avó fazia questão de todo ano promover as festas de 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Boa Morte. Levados ela e teu avô em liteira, para lá se dirigiam quase todos os habitantes da Fazenda da Boa Esperança, indo a cavalo os outros membros da família, e a pé, a escravaria, que tinha a 15 de agosto um dos maiores dias do ano. Era uma romaria a pouco mais de meia légua de distância. De véspera, já os escravos tinham folga, a fim de preparar as roupas domingueiras, as alpercatas novas, e tudo com que se podiam enfeitar. Alguns casamentos e batizados eram sempre reservados para aquele dia. Missa de manhã, procissão, e depois um banquete para todos. Era um rega-bofe em regra. Só a aguardente é que era dada por tamina, sendo o Flávio e o Martinho encarregados dessa parte. Dois escravos que gozavam de regalias, por serem servidores fiéis e exemplares (Resende, 1970, p. 26).

Através do breve relato, obtém-se um panorama rico que começa nas relações entre os senhores da família Lara e os seus cativos. Os chefes da família esbanjam seus *status* e fazem o trajeto de liteira, ou seja, eram carregados na força dos braços dos escravizados e iam em comboio da Boa Esperança para a Boa Morte para uma chegada triunfal. Essa informação dá ares de pompas, mas também sugere que Lara tinha muitos escravos. No entanto, o aspecto de brilho na fala está na festividade em si, que sugere uma reunião com uma rara e aguardada alegria, pois é esse o elemento que permanece, assim como a fé até os dias de hoje. Esse cotejamento, entre o trecho do livro de Lara e a imagem de Mariazinha na mesma celebração cerca de 140 anos depois, foi possível a partir de um breve, porém caloroso contato estabelecido com as pessoas da Boa Morte. Mariazinha, na foto (Figura 31), compartilhou orgulhosa o registro da festa de 2023.

Figura 31 – Fotografia: Mariazinha na celebração de 15 de agosto

Fonte: Acervo pessoal de MARIAZINHA, 2024.

Ainda que breve, o contato com a Boa Morte foi proveitoso, com a gravação, inclusive, de uma série de cantos mantidos pela tradição de grupos musicais. Também na comunidade Léia[57] conseguiu localizar os documentos de familiares citados no capítulo que aborda a parteira Senhorinha, sua bisavó.

2.2 Descrições da Fazenda

Diante do objetivo de compreensão das estruturas nos tempos produtivos, fica notável a ausência de representações gráficas da Fazenda Boa Esperança anteriores aos anos 1940, data das primeiras fotografias que foram localizadas. Assim, foi necessário buscar outras formas de conhecer aspectos já perdidos. Foram conduzidas pesquisas em outras fontes que pudessem descrever a FBE. Os inventários *post mortem* trazem listagens dos bens dos falecidos, porém são apontamentos objetivos e fragmentados, sem grandes detalhes. No entanto, são uma fonte recorrente de pesquisas, e ainda não está esgotado o que se pode aprender a partir deles. O inventário do Barão de Paraopeba é um documento amplamente difundido, e algumas de suas partes já estavam disponíveis transcritas. Foram localizados outros dois inventários no Arquivo Público de Bonfim que listam a Fazenda entre as posses dos falecidos, sendo o do Capitão

[57] Sirléia.

Joaquim José Monteiro de Barros de 1863 e de Dona Luiza Ferreira de Mendonça de 1902. Em ambos foram transcritos os itens, bens de raiz, ou imóveis, onde a FBE é descrita. Na Tabela 1, encontram-se apenas os trechos alusivos à FBE e suas estruturas presentes nos inventários.

Tabela 1 – Descrições nos inventários

Inventariado	Itens relativos da FBE	Valor	Total
1855 - Barão de Paraopeba	Propriedade de casas de vivenda denominada Boa Esperança, a qual é grande e muito bem construída, com muitas e diversas comadas com uma rica e bem arranjada capela que se acha ao lado direito da varanda na qual existem diversos Santos e resistos, quase toda dourada e em muito bom estado, com seu respectivo paiol feito de pedra e bom engenho de fazer farinha, trapizonga de moer mamona para azeite, moinho corrente pronto, engenhoca de moer cana, senzalas para escravos, tudo coberto de telhas, terreiro grande no qual existe um bom tanque feito de pedra com chafariz de repuxo com quatro pés de árvores frutíferas nos cantos assim como um grande quintal todos murado repartido e acanteirado de pedras lavradas e regos de água por todo ele simetricamente repartido no qual existem muitas diversas árvores frutíferas não só do país como da Europa, e os pastos de logradores da Serra em campos.	4:000$000	4:000$000
1863 - Cap. Joaquim José Monteiro de Barros	Casas de varanda e benfeitorias desta Fazenda Boa Esperança e seu macramê (?) não só por herança paterna como por compras feitas de partes de herdeiros.	2:469$996	4:469$996
	Engenho de moer cana movido por água com cilindros modernos e todos feito de novo com todos seus pertences	2:000$000	
1902 - Dona Luiza Ferreira de Mendonça	"O *maçame* desta Fazenda Boa Esperança compreendendo casas de vivenda, um correr (?) de casas no terreiro, Engenho de cilindro, engenho de serra, moinho, paiol, uma máquina de manteiga, seva de porcos, algumas cobertas de telhas, um grande pomar, e três pastos pequenos ao redor das casas."	6:000$000	6:000$000

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE BONFIM, s.d..

Esses dados são relevantes, pois, ainda que sucintos, dão um panorama temporal de quase 50 anos sem apontar grandes transformações. A busca em jornais através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também foi frutífera e foram localizados anúncios em jornais de venda e aluguel da pesquisa, material inédito que, além das descrições sob o cuidadoso viés da intenção de venda ou aluguel, traz percepções sobre a Fazenda sob a posse da família Lara. O primeiro anúncio data de 1886, antes da abolição da escravidão, destoando um pouco da narrativa de que o fim da escravidão teria, anos depois, levado Lara a deixar a FBE (

Figura 32).

Figura 32 – 1º Anúncio de venda da Boa Esperança

ASSIGNATURAS
POR ANNO . . . 10$000
Pagamento adiantado

ARAUTO DE MINAS

ASSIGNATURAS
POR ANNO . . . 10$000
Pagamento adiantado

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Orgão do Partido Conservador do 6.º Districto

COLLABORADORES DIVERSOS — ADMINISTRADOR—ANTONIO PACHECO — Sub lege libertas

ANNO X | S. JOÃO D'EL-REI, 1 DE ABRIL DE 1886 | NUMERO 3

ATTENÇÃO

O abaixo assignado vende a fazenda da Boa-Esperança, na freguezia de S. Gonçalo da Ponte, municipio do Bomfim distante 4 legoas da Estrada de ferro Pedro II com mais de 400 alqueires de cultura de primeira qualidade mais de 400 alqueires de superior matta virgem, com muita madeira de lei, mais de 100 alqueires de pastagens de gordura (onde é nativo) grande plantação de cana, com 2 cafezaes um novo e um velho.

Toda tapada e dividida em alguns pastos de gordura, grande casa de morada, bom Engenho de cilindro movido por agua; grande pomar, etc., etc.

Tem um ritiro de campos e cultura unido a fazenda com casa de morada e um é parte na Fazenda da Forquilha, distante da fazenda 3 legoas.

A Fazenda dista para Bomfim 6 legoas, para Entre Rios 7 para Ouro Preto 11 para Congonhas do campo 4 legoas.

Joaquim Pinto Rodrigues Lara.

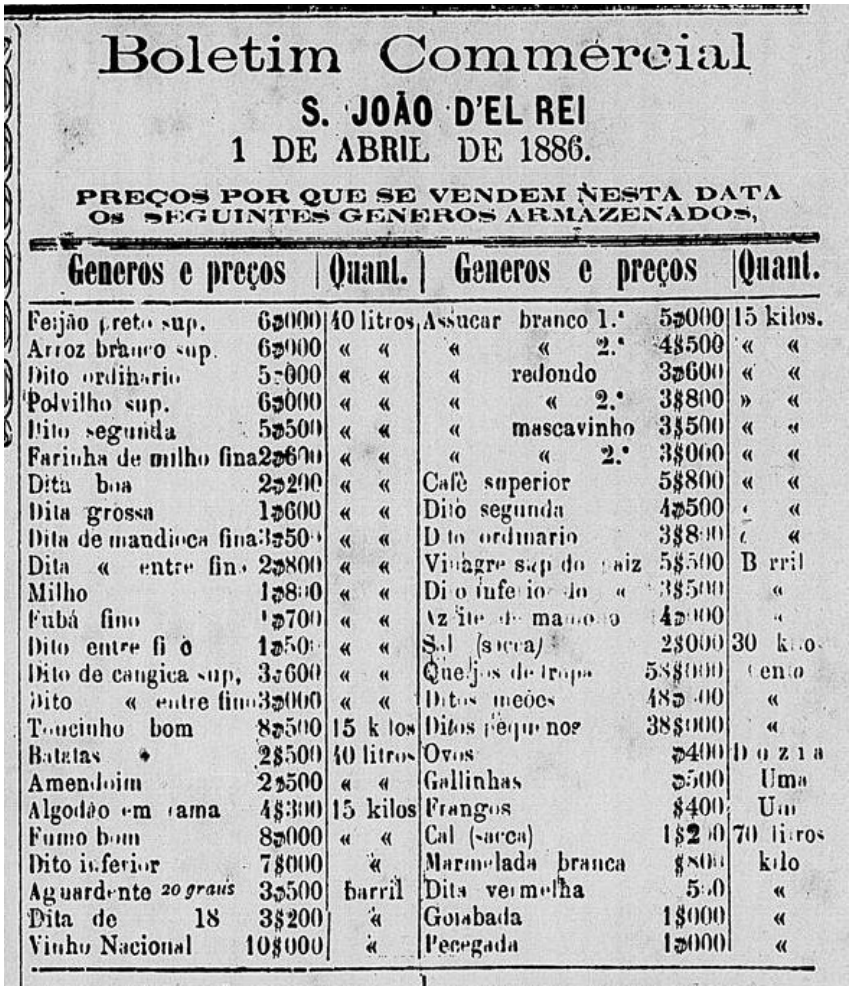
Atenção
O abaixo assinado vende a fazenda da Boa-Esperança na freguesia de S. Gonçalo da Ponte município do Bonfim distante 4 léguas da Estrada de ferro Pedro II com mais de 400 alqueires de cultura de primeira qualidade, mais de 400 alqueires de superior mata virgem com muita madeira de lei, mais de 100 alqueires de pastagens de gordura (onde é nativo) grande plantação de cana com 2 cafezais, um novo e um velho.
Toda tapada e dividida em alguns pastos de gordura grande casa de morada, bom Engenho de cilindro movido por água, grande pomar, etc, etc.
Tem um <retiro ?> de campos e cultura a fazenda com casa de morada e um é parte da Fazenda da Forquinha distante da fazenda 3 léguas. [58]
A Fazenda dista para Bonfim 6 léguas, Para entre Rios 7, pra Ouro Preto 11, para Congonhas do campo 4 Léguas.
Joaquim Pinto Rodrigues Lara.

Fonte: Recortes do jornal ARAUTO DE MINAS, S. João del-Rei, 1º abril 1886, p. 4.[59]

Outro fator trazido pelo anúncio são breves percepções do que era produzido na Fazenda, completando a informação dos inventários. O recorte da Figura 33 não é diretamente ligado à Fazenda, mas ilustra valores e produtos agrícolas comercializados no mesmo período em São João Del Rei.

[58] Transcrição livre do anúncio de venda da Boa Esperança por Joaquim Pinto Rodrigues Lara. Jornal Arauto de Minas, S. João del-Rei, 14 de maio de 1886, p. 4.
[59] http://memoria.bn.br/DocReader/715131/916

Figura 33 – Recorte de jornal



Boletim Commercial

S. JOÃO D'EL REI

1 DE ABRIL DE 1886.

PREÇOS POR QUE SE VENDEM NESTA DATA OS SEGUINTES GENEROS ARMAZENADOS,

Generos e preços	Quant.	Generos e preços	Quant.
Feijão preto sup. 6$000	40 litros	Assucar branco 1.° 5$000	15 kilos.
Arroz branco sup. 6$000	« «	« « 2.° 4$500	« «
Dito ordinario 5$000	« «	« redondo 3$600	« «
Polvilho sup. 6$000	« «	« « 2.° 3$800	» «
Dito segunda 5$500	« «	« mascavinho 3$500	« «
Farinha de milho fina 2$600	« «	« « 2.° 3$000	« «
Dita boa 2$200	« «	Café superior 5$800	« «
Dita grossa 1$600	« «	Dito segunda 4$500	« «
Dita de mandioca fina 3$500	« «	Dito ordinario 3$800	« «
Dita « entre fina 2$800	« «	Vinagre sup. do paiz 5$500	Barril
Milho 1$800	« «	Dito inferior do « 3$500	«
Fubá fino 1$700	« «	Azeite de mamona 4$000	«
Dito entre fino 1$500	« «	Sal (secca) 2$000	30 kilos
Dito de cangica sup. 3$600	« «	Queijos de tropa 58$000	Cento
Dito « entre fino 3$000	« «	Ditos meões 48$000	«
Toucinho bom 8$500	15 kilos	Ditos pequenos 38$000	«
Batatas « 2$500	40 litros	Ovos $400	Duzia
Amendoim 2$500	« «	Gallinhas $500	Uma
Algodão em rama 4$300	15 kilos	Frangos $400	Um
Fumo bom 8$000	« «	Cal (secca) 1$200	70 litros
Dito inferior 7$000	«	Marmelada branca $800	kilo
Aguardente *20 graus* 3$500	barril	Dita vermelha 500	«
Dita de 18 3$200	«	Goiabada 1$000	«
Vinho Nacional 10$000	«	Pecegada 1$000	«

Fonte: Recortes do jornal ARAUTO DE MINAS, S. João del-Rei,1º abril 1886, p.4.

Foi localizado um segundo anúncio, cinco anos depois do primeiro, propondo a venda ou o aluguel da Fazenda, também por Joaquim Pinto Lara, em 1891. Não há indícios de que Lara tenha sido bem-sucedido nas tentativas, já que acabou hipotecando a Fazenda. O anúncio, porém, traz informações interessantes, como o funcionamento contínuo do engenho, abundância de água limpa e imensos canaviais. Os anúncios nos dão a certeza de alguns tipos de cultura agrícola já exercidos na Fazenda (Figura 34).

Figura 34 – 2ºAnúncio de venda ou aluguel da Boa Esperança

A ORDEM

ASSIGNATURAS : Para Ouro Preto ..... 10$000 por anno. Para fóra da cidade ..... 12$000 « « Só recebem-se assignaturas por um anno.

ESCRIPTORIO DA REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA — RUA DA BARRA N. 30
GERENTE DA FOLHA E ADMINISTRADOR DAS OFFICINAS — HORACIO BOENO

PUBLICAÇÕES : Annuncios a 100 réis por linha, e nas repetições com abatimento. — Outras publicações e avulsos o que se tratar. — Todo o pagamento é adiantado.

Anno II — Ouro Preto, 10 de Outubro de 1891 — Numero 128

ATTENÇÃO

O abaixo-assignado vende ou alluga sua fazenda da Bôa Esperança, tendo mil alqueires de matta e campo, 70 alqueires de matta virgem abundante em madeira de lei, optimas envernadas de catinga, superior cultura, boas casas de vivenda, comodo superior para grande familia, um lindo pomar, dois cafezaes, engenho de cylindro movido por agua abundante e verdadeiramente potavel, grandes cannaviaes, que podem, no minimo, dar de quinhentos carros para cima, distante da estrada central quatro leguas, cuja estação é — Miguel Burnier (antiga S. Julião) Minas.

Quem a pretender, por esta ou aquella fórma, dirija-se áquella fazenda em S. Gonçalo da Ponte, municipio de Bom fim de Queluz, para se contratar. (3—2)

S. Gonçalo, 26 de Setembro de 1891
JOAQUIM PINTO RODRIGUES LARA.

Atenção
O abaixo assinado vende ou aluga sua fazenda da Boa Esperança, tendo mil alqueires de mata e campo, 70 alqueires de mata virgem abundante em madeira de lei, ótimas invernadas de catinga, superior cultura, boas casas de vivenda, cômodo superior para grande família, um lindo pomar, dois cafezais, engenho de cilindro movido por água abundante e verdadeiramente potável, grandes canaviais que podem no mínimo dar quinhentos carros para cima, distante da estrada central quatro léguas, cuja estação é – Miguel Burnier (antiga S. Julião) Minas.
Quem a pretender, por esta ou aquela forma, dirija-se àquela fazenda em S. Gonçalo da Ponte, município de Bonfim de Queluz, para se contratar.

S. Gonçalo, 26 de setembro de 1891
Joaquim Pinto Rodrigues Lara.

Fonte: Jornal A ORDEM, Ouro Preto, 17 outubro 1891, n. 129, p. 4.

Por fim, foi localizado um outro anúncio que não foi possível afirmar tratar-se da Fazenda. Primeiramente, destaca-se que foi feito no Rio de Janeiro e que, talvez por isso, não esteja assinado por Lara. Apesar de reconhecer que há inúmeras "Boa Esperança" pelo Brasil, alguns pontos fizeram entender que poderia ser a "nossa". Além do nome, chama atenção o fato de o anúncio indicar os mesmos 70 alqueires, e alguns atributos são repetidos. O fato mais instigante é que o anúncio no Rio de Janeiro é feito apenas 10 dias depois do segundo anúncio de Lara. Mas as discrepâncias que praticamente excluem a possiblidade estão no fato de o anúncio ter sido feito em um jornal carioca e a informação sobre as estações de trem, que podem ser um erro. Optou-se por se manter o anúncio para que possa ser investigado mais a fundo por outros pesquisadores (Figura 35). Minimamente é uma curiosidade que alude ao fato da

existência de tantas Boas Esperanças, tão similares, que podem guardar outras histórias esquecidas do Brasil. O endereço indicado foi pesquisado, mas não foi possível afirmar se era de uma imobiliária, ou de intermediários.

Figura 35 – Possível anúncio de venda no RJ

ARN
Prata, sahirá para
enova
e Napoles
ente, ao meio-dia.
NATARIOS
LAIS & C.

Vende-se uma officina completa para fabricação de carimbos por 400$ tembem se ensina a fabrica-los em 3 dias, é negocio que dá muito lucro; dirija cartas neste escriptorio a A. A. A.

FAZENDA PARA VENDER

Vende-se a fazenda Boa Esperança, perto da estação do Entroncamento, E. F. Macahé e Campos, com 70 alqueires de terra, plantações de canna, café, mandioca, etc., todas as machinas, alambique para o fabrico de assucar, aguardente, farinha etc. boa casa de vivenda com alguma mobilia, casa para trabalhadores, ferraria e mais serviços; bons pastos e matta virgem; criação de gado, cavallos, bestas, carneiros, porcos e gallinhas. Emfim prompta para continuar a trabalhar; para ver na mesma e para tratar na rua do General Camara n. 63.

DR. LYCURGO NABBAL PAMPLONA

chacara, por uma casa que iguaes commodidades, nas Mangueiras, Santa Thereza, ou proximas; trata-se no be sobrado, Lapa.

CAS
Precisa-se de uma para pe sobrado, no centro da cidad 80$: não se faz questão de d tiver, queira deixar carta no com as iniciaes G. C. V. par

CRIA
Precisa-se de uma que cozinhar: na rua do Senado

SECCOS E

Fonte: Recorte do JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 27 outubro 1891, p.8.

2.3 Espaços de produção

Figura 36 – Sede da Fazenda Boa Esperança vista a partir do interior do paiol

Fonte: Acervo do autor, 2021.

A Figura 36 mostra a visão de dentro do paiol, hoje vazio, para a sede da Boa Esperança. Conforme foi estabelecido como objetivo da pesquisa, buscou-se compreender a Fazenda sob seu viés de unidade produtiva, afinal, a sede e a capela foram contempladas pela maioria das análises e pesquisas até aqui. O paiol, de onde a fotografia foi tirada, é também o ponto de

partida para a tese. Ao se olhar para ele por inteiro, com seus detalhes e seus arredores, elaborou-se a hipótese de conhecer o moinho, que possivelmente esteve ali, com recursos digitais. No entanto, no decorrer da pesquisa, ampliou-se o recorte para além do paiol, privilegiando se estudar lacunas em espaços ligados ao trabalho, ou aos trabalhadores.

Na ausência de elementos visuais que pudessem mostrar o maquinário, foram organizadas as menções aos equipamentos da Fazenda nos documentos encontrados (Quadro 1).

Quadro 1 – Menções a estruturas produtivas

(Continua)

Menções ao paiol, engenhos, moendas e máquinas		
Ano	**Fonte**	**Informação (transcrita)**
Séc. XIX	Prospecção arqueológica (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 39)	“Nessa pesquisa confirmou-se a existência de produtos de uma forja de fundição doméstica que, segundo a tradição oral, foi construída no século XIX, sendo bastante utilizada.”
?	Prospecção arqueológica (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 39)	O moinho de farinha é uma pequena e simples construção, (...) que remetem ao período colonial. (...) edificação já foi reconstruída pelo menos duas vezes, (...) Desta forma, não é possível afirmar que os elementos do moinho são autênticos (com exceção dos embasamentos e contenções em alvenaria de pedra),
1820	Inscrição na entrada do paiol	1820
1855	Inventário do Barão de Paraopeba	"Paiol feito de pedra e bom engenho de fazer farinha, trapizonga de moer mamona para azeite, moinho corrente pronto, engenhoca de moer cana..."
1863	Inventário de Joaquim José Monteiro de Barros	"Engenho de moer cana movido por água com cilindros modernos e todos feito de novo com todos seus pertences" “Mais outro escravo de nome Miguel Creoulo de idade de quarenta e oito anos, oficial de marceneiro, que foi avaliado com a ferramenta de seu oficio, e que lhe foi entregue pela quantia de um conto e oitocentos mil reis (1:800$000).”
1886	Anúncio de venda da FBE por Joaquim Pinto Lara	"Bom Engenho de cilindro movido por água."
1891	Anúncio de venda ou aluguel da FBE por Joaquim Pinto Lara	"Engenho de cilindro movido por água abundante e verdadeiramente potável."

Quadro 1 – Menções a estruturas produtivas

(Conclusão)

Menções ao paiol, engenhos, moendas e máquinas		
Ano	**Fonte**	**Informação (transcrita)**
1902	Inventário de Dona Luiza Ferreira de Mendonça	"Engenho de cilindro, engenho de serra, moinho, paiol, uma máquina de manteiga."
1920 *circa*	Relato de José Rosa	Nas primeiras décadas do século XX, uma das funções de seu trabalho era abastecer com cereais os engenhos, que ainda trabalhavam em franca produção. O centro agropecuário era localizado em um canteiro abaixo do pátio frontal, atualmente encoberto por vegetação. O conjunto era composto por um engenho em ferro fundido, com três moendas para cana, com cerca de três metros de altura, movido a água através de uma enorme roda de pedra trabalhada; três tachas grandes de cobre para a secagem da garapa; um engenho para ralar mandioca; limpadora de arroz; moinho para fubá; trapizonga para triturar mamona; piladeira de café; quatro carros de boi grandes, um carro de boi quadrado especial para puxar pedras, entre outros.
1944	Relato de “Virgilia Leal da Paixão Santana (dona Lica), Livro: Fazenda Boa Esperança, de Tarcísio Martins	“Na fazenda, impressionou-me a fábrica de rapaduras instalada no amplo paiol. Era composta por uma fornalha com três tachos de cobre, enormes. A garapa chegava à forma por uma canaleta de bambu e produziam-se 20 rapaduras de cada vez. (Martins, 2007, p. 54).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Apesar da grande quantidade de elementos listados, serão abordados o moinho do paiol, o moinho de farinha e o carro de bois.

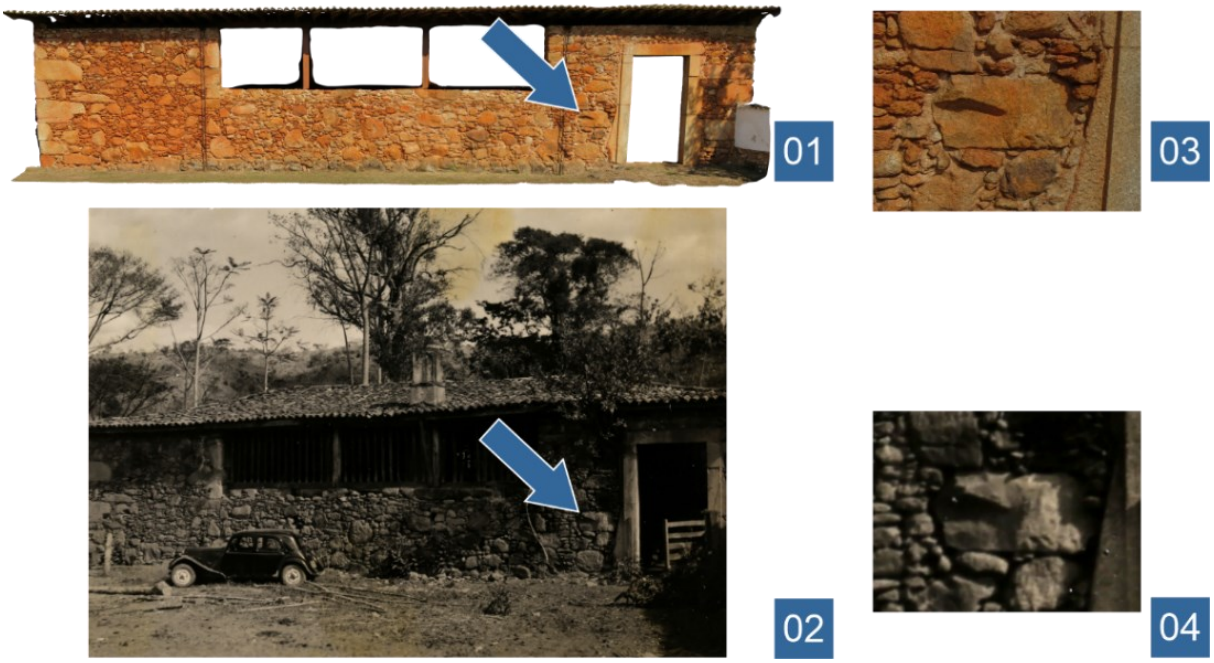
Figura 37 – Fotografia: O paiol com uma chaminé na fachada frontal

Fonte: Rede de Arquivos do IPHAN; Código: F039972, s.d..

Dentre os espaços mencionados e as estruturas remanescentes na FBE, as paredes de pedras do paiol (Figura 37) são as que apresentam menor grau de intervenção desde a construção aos dias atuais, dadas sua robustez e qualidade construtiva. Esse fato pode ser verificado a partir da sobreposição e comparação visual entre a digitalização geométrica da fachada, realizada no contexto da pesquisa, e uma fotografia (Figura 37) datada de 1951, parte do acervo do IPHAN[60]. Assim, o paiol é a edificação com grande significado simbólico sob o ponto de vista do trabalho. Seu arranjo de pedras de hoje ainda é majoritariamente o produto do trabalho de escravizados do passado, e ainda, entre as reminiscências disponíveis é o único espaço especializado para atividades produtivas de armazenamento e produção.

[60] Rede de arquivos do IPHAN - Código: F039972

Figura 38 – Comparação da fachada do paiol na atualidade e em 1951



Fonte: Montagem elaborada pelo autor utilizando imagem da digitalização geométrica da fachada do paiol (01), ampliação do trecho apontado (03), seguida da fotografia datada de 1951 do acervo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2013, (2) e ampliação do trecho apontado na fotografia (04).

Figura 39 – Imagens: Cenas de trabalho diante do paiol

Fonte: Acervo do autor, 2024.

O paiol integra um conjunto de rastros históricos presentes em Belo Vale e adjacências composto de muros, ruínas, pavimentações e construções, todos de pedras, ora visíveis, ora cobertos por vegetação (

Figura 39). Assim como neste trabalho, há estudos que procuram identificar os usos originais de outras ruínas no mesmo contexto em que está inserida a FBE (Lume Estratégia Ambiental, 2016)[61].

> (...) Outros elementos também têm presença marcante, podendo-se destacar os antigos calçadões de pedra, as muitas ruínas, os sítios históricos, como, por exemplo, São Caetano da Moeda, um dos mais antigos da região, onde, frente a um grande pátio murado de pedras situam-se a antiga matriz e ruínas do que parece ser uma torre fortificada (Lemos; Paiva, 2010).[62]

Figura 40 – Rastros observados no paiol

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Nota: Imagens: (01) Inscrição em pedra na parte superior do portal de entrada do paiol indicando provável ano de sua construção, 1820. (02) Entalhe na pedra da soleira da entrada do paiol indicando um mecanismo de trava de um portão. (03) Ranhuras radiais na entrada do paiol indicando movimento de abertura do portão. (04) Abertura para a parte posterior do paiol e que está alinhada à base de pedras do eixo da moenda.

O paiol tem destaque no conjunto posicionado a pouco mais de 20 metros da sede (Figura 40). Sua frontal, maior, é onde está o portal de acesso. É paralela à maior fachada da

[61] Publicação realizada a partir do Acordo Judicial - PDE Marés II - Casas Velhas - N°0064.09.005232-1, n°0064.07.000950-7 e n° 0064.07.000951-5 - Ministério Público Estadual de Minas Gerais.

[62] Idem em Lume Estratégia Ambiental (2016).

sede, de onde pode ser observada. As paredes têm espessuras entre 60 centímetros e pouco mais de um metro em alguns trechos, sendo compostas por pedras e barro. É um edifício de vãos generosos, pé direito alto, aberturas fartas e cruzadas. O portal é emoldurado de pedras retificadas. No piso da entrada, um entalhe geométrico na pedra indica que ali houve um trinco, um portão. E, assim como esse, outros rastros preservados na arquitetura do paiol apontam para perguntas sobre o uso original do espaço, seu maquinário, os trabalhadores e as relações que abrigava.

A arquitetura do paiol do engenho é o principal indicador da forma como era ocupado. Diferentemente da construção principal (a sede da fazenda), que é elevada, o edifício do paiol apoia-se diretamente no solo. A cobertura – um telhado com estruturas em madeira laminada colada e coberta por peças de cerâmica – é contemporânea. Trata-se de reforma realizada pelo IEPHA e que evidencia sua distância temporal em relação ao restante (Faria *et al.*, 2012).

> (...) a restauração desta cobertura pelo IEPHA/MG, na década de 1970, não foi mantida qualquer referência do telhado original, nem a largura dos beirais, galbo de contrafeito, inclinação das águas, seção e distanciamento das peças, distribuição de cargas, tesouras e telhas. É provável que nem mesmo a madeira remanescente da antiga estrutura tenha sido reaproveitada. Sendo assim, o telhado hoje existente não faz referência ao original (Faria *et al.,*2012).

A reforma da cobertura foi fundamental para a conservação da construção e sua apropriação por novos usos, inclusive sua musealização, com segurança. Optou-se pela adoção da tecnologia construtiva baseada em peças de madeira laminada colada - MLC[63].

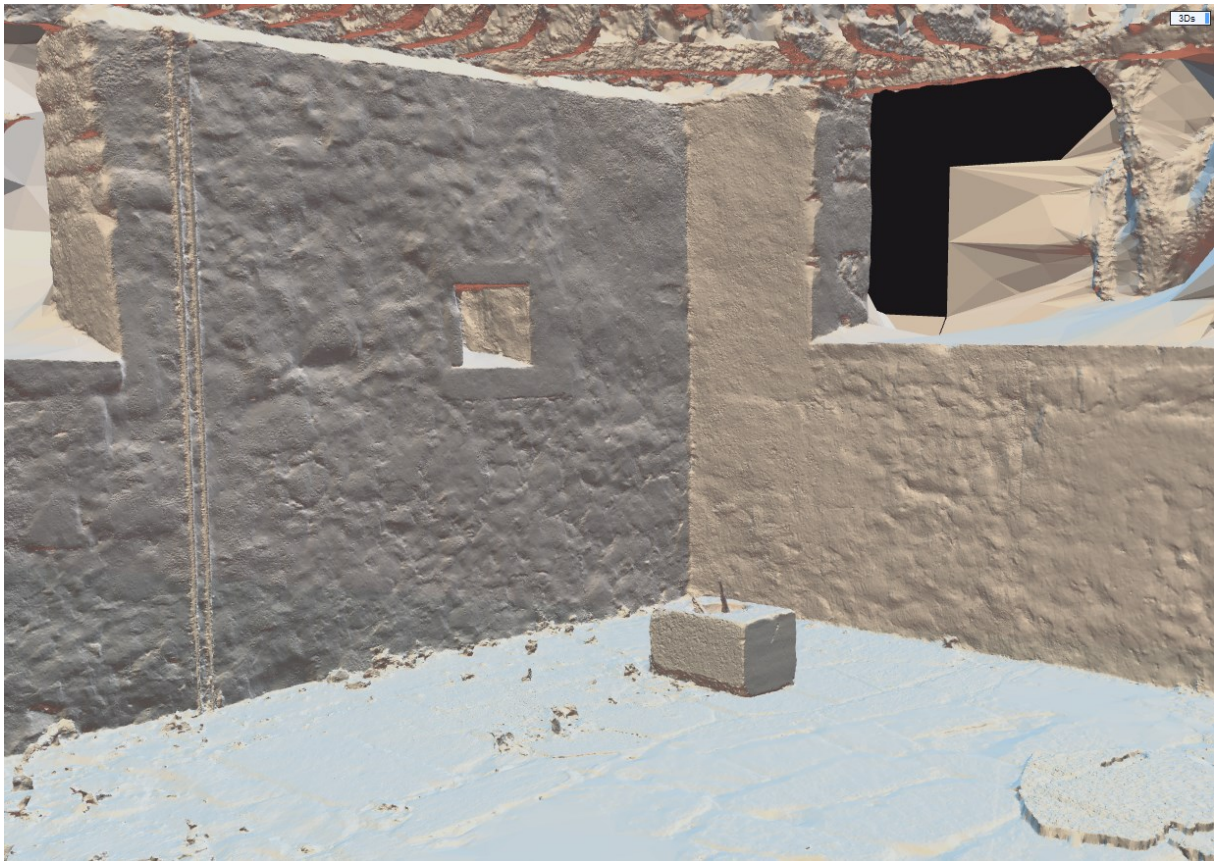
> (...) esta escolha teve como base a inovação tecnológica e a sustentabilidade do uso deste material. Deste modo, a restauração da Casa de Engenho da Fazenda Boa Esperança seria uma experiência piloto no emprego deste tipo de material em obras de restauração (Faria *et al.,*2012).

As aberturas distribuem-se em todas as fachadas. Considerando o caráter longitudinal da edificação – que tem como medidas externas aproximadamente 20 m x 11 m –, na fachada frontal, de maior dimensão, está uma grande abertura distante 2 m do chão, com vão total de 3 m, e a entrada, emoldurada por pedras de recorte retificado (paralelepípedos) com medidas de 3 m de altura por 1 m de vão. No topo do portal de entrada, uma inscrição na pedra indica o ano de construção do paiol, 1820, conforme o item 01 na Figura 40. Trata-se da fachada digitalizada

[63] A MLC é um produto formado da colagem de tábuas de madeira unidas longitudinalmente e, depois, coladas umas sobre as outras, cuja tecnologia foi desenvolvida e patenteada pela UFMG. (Faria e*t al.*, 2012).

apresentada anteriormente e representada pelo número 01 na Figura 38 – Comparação da fachada do paiol na atualidade e em 1951.

Figura 41 – Imagem: Digitalização do interior do paiol



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Uma abertura (item 04 na Figura 40 e na Figura 41) observada no paiol é especialmente relevante nesta investigação: de proporções quase quadradas (70 cm x 65 cm), oposta à entrada principal, está a cerca de 217 cm do piso interno e alinha-se, no exterior da edificação, à base de pedras provavelmente usada para apoio do eixo da roda d'água. O conjunto da abertura e da base de pedras foi digitalizado geometricamente com medidas preservadas, conforme demonstrado na Figura 41. Análises posteriores confirmaram tratar-se da base para a roda d'água do moinho de cana que existiu dentro do paiol (Figura 42).

Figura 42 – Base de pedras da roda d'água em dois ângulos

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Em outubro de 2019, durante uma das pesquisas de campo nos limites da FBE realizadas no âmbito desta tese, observou-se um evento[64] do município nas dependências da fazenda. Apesar de algum comprometimento nos registros em função do evento, foi possível observar a FBE, um bem tombado, sendo adaptada e servindo ao interesse público – fato que converge com o instituto do tombamento. Especificamente, o espaço do paiol foi ocupado com cadeiras, palco e outros mobiliários de apoio, sendo usado como um tipo de auditório (FIGURA 43). Esse fato ilustra, além do exercício da função social do bem tombado, que a possibilidade da interpretação digital da ruína enquanto elemento histórico e cultural mantém a disponibilidade do espaço para usos diversos, uma vez que não requer grandes estruturas físicas para que aconteça. Paralelamente ao evento no local, o público também poderia conhecer aspectos históricos, culturais e de seu funcionamento original. Também foi possível observar outros usos a partir de compartilhamento em redes sociais autônomas (ou não institucionais) dedicadas à memória da FBE. Esses fatos ilustram a versatilidade da construção e sua durabilidade não

[64] III Seminário de Educação da Rede Municipal de Ensino – Os desafios de educar no tempo presente. Belo Vale, MG.

apenas construtiva, mas de possibilidade de uso (Figura 43 e Figura 44). No paiol foram conduzidos os momentos iniciais da disciplina Expografia na Fazenda Boa Esperança.

Figura 43 – Paiol da FBE adaptado para evento

Fonte: Acervo do autor, outubro de 2019.

Figura 44 – Quadro de vídeo: Banda Santa Cecília de Belo Vale toca no Paiol

Fonte:INSTAGRAM, s.d.[65]

[65] https://www.instagram.com/reel/C1cccUmOTZx/?igsh=NWR1YW1sZzcxdXpv

2.3.1 Uma moenda para o paiol da FBE

Figura 45 – Imagem: Cena de trabalho com a moenda no paiol.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

> O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão; ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas esquipações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou acostumadas a se emborracharem (Antonil, 2011, p. 138).

Esta seção demonstra como os indícios identificados pela pesquisa foram interpretados para a elaboração do modelo de moenda (Figura 45). A citação acima é parte do livro “Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas” do padre Giovanni Antônio Andreoni, obra repleta de descrições viscerais do Brasil colonial. Ele também nos dá um panorama sobre o uso do termo engenho que costumava ser atribuído a quase todo tipo de máquina por influência portuguesa. O autor é estudado na completa obra de Ruy Gama (1983), fundamental para compreensão do maquinário da Boa Esperança. Sob essa perspectiva, pode-se enxergar o paiol como um lugar de trabalho duro, contínuo, sobretudo atento. A máquina não para de girar imediatamente e depende de um sistema externo que desvia a água para que não atinja a roda

d’água. Isso faz com que os rolos sejam extremamente perigosos e podem ter ferido muitos trabalhadores onde foram usados.

Conforme descrito pela própria arquitetura, é a primeira fonte de informações utilizadas na construção de um modelo de moenda para a FBE. Assim, a base de pedras alinhada à abertura indica a posição de duas peças possíveis da moenda: o eixo e a roda d’água (Figura 46).

Figura 46 – Exterior do paiol com sua abertura alinhada à base de pedras

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Fotografias do acervo do IPHAN mostram a FBE nos anos 1950. O conjunto de fotografias disponível na biblioteca digital reúne registros que privilegiam a sede e a capela. Há, no entanto, registros exclusivamente externos do paiol, possibilitando sua comparação com as digitalizações. Eles permitem consolidar a afirmação sobre a posição da roda d’água, enquanto a arquitetura afunila os modelos tecnológicos de engenhos que poderiam estar acoplados a ela (Figura 47). As fotografias revelam, também, uma chaminé despontando no telhado original, hoje inexistente e que faceava, por dentro, a fachada principal do edifício. A chaminé pode ajudar na construção da hipótese de ocupação, mas se deve reconhecer que os registros podem exibir um paiol já alterado após sair da posse do barão.

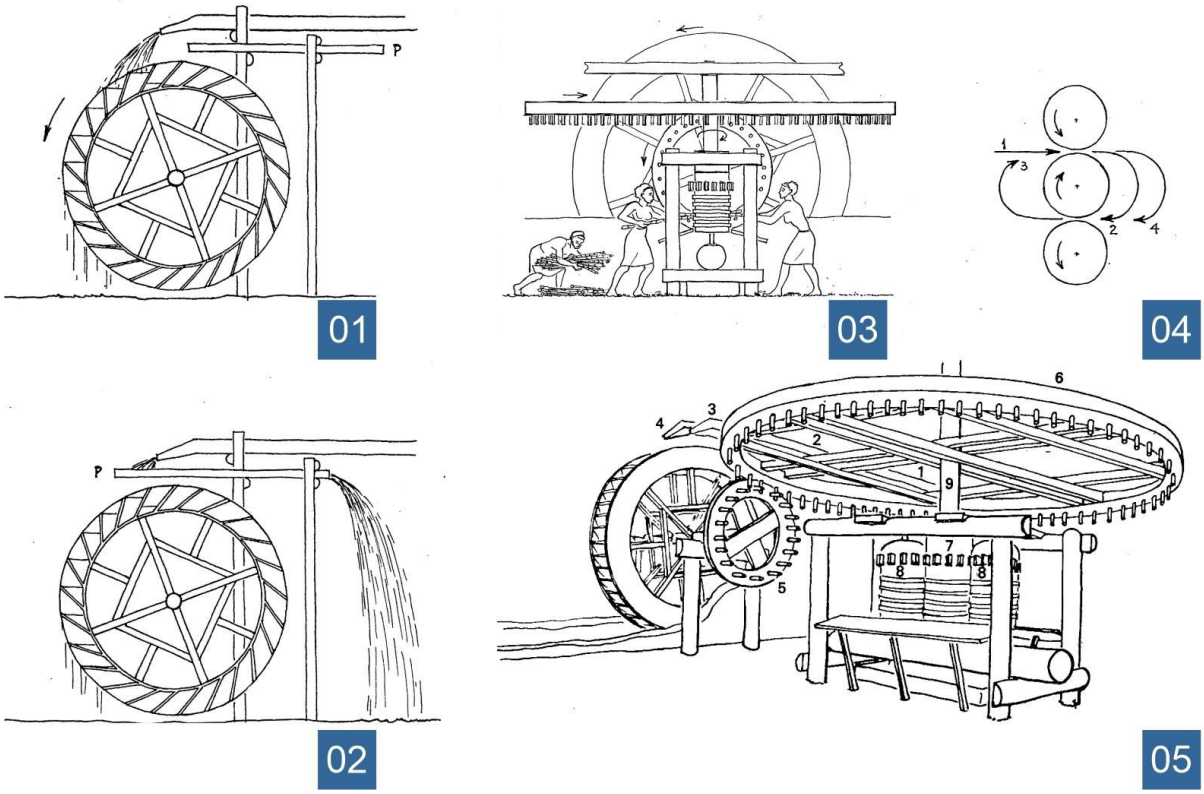
Figura 47 – Processamento sobre fotografia revelando a roda d'água

Fonte: Imagem original e processada digitalmente pelo autor para maior contraste, 2024.
Nota: Em destaque: elementos ausentes na atualidade, um tipo de abertura para escoamento de material processado (possivelmente bagaço) e a roda d'água. A imagem auxiliou no dimensionamento da roda exibida na hipótese.

No entanto, foi nas descrições presentes nos inventários e nos anúncios que ficou evidente o tipo de maquinário que esteve no paiol da Boa Esperança. Conforme visto na listagem de maquinários da seção anterior, as menções são unânimes em marcar o termo moinho de cilindros, o que restringe significativamente as possibilidades como uma moenda original que eventualmente estaria descrita como moenda de rolos (Gama, 1983).

O panorama sobre engenhos organizado por Ruy Gama no livro "Engenho e Tecnologia" (1983) permite estabelecer um recorte sobre possíveis recursos tecnológicos para a moagem da cana-de-açúcar utilizados na FBE. Dentre tantas valiosas contribuições do estudo, destaca-se aqui um quadro que provê a relação entre os períodos históricos e a evolução tecnológica das moendas. Tal conhecimento mostrou-se crucial para o estabelecimento do modelo, uma vez que, somado a outras características, aponta para uma moenda de 3 rolos verticais, com entrosas, utilizando como força motriz a roda d'água, conforme demonstrado a seguir. Da mesma maneira, o livro "Açúcar e Álcool Ontem e Hoje", de Hamilton Fernandes (1971), também estudado por Gama, detalha o funcionamento da referida tipologia tecnológica, bem como processos paralelos (Figura 48).

Figura 48 – Moenda de 3 rolos movida a água



Fonte: Montagem desenvolvida pelo autor a partir de FERNANDES, 1971, p. 35, 37, 39; GAMA, 1983, p. 62.
Nota: (1) roda d'água com freio; (2) freio em funcionamento; (3) processo de moagem; (4) rolos girando mostrando sentidos e repetição 1,2,3,4; (5) moenda de 3 cilindros com entrosas.

Construídas com peças predominantemente de madeira, as moendas de cana-de-açúcar eram presentes em todo o território brasileiro, com variações tipológicas. Estudos indicam contribuições dos africanos e afro-brasileiros, escravizados, na tecnologia para ganho no desempenho produtivo, conforme demonstrado na publicação "Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso":

> A madeira encerra propriedades estruturais bastante importantes, cujo emprego constitui um conhecimento de engenharia e arte. Nos engenhos de cana-de-açúcar brasileiros encontramos desenho de peças bastante originais e inovadoras com relação aos conhecimentos europeus de construção mecânica da época. Estes conhecimentos só podem ter origem na arte do uso da madeira africana. (Cunha Junior, 2015).

Complementarmente a essa perspectiva, identificamos uma informação valiosa a partir da transcrição do Inventário *post mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros[66]. Primeiramente, ao descrever a Fazenda Boa Esperança, menciona, em 1863, engenhos novos e modernos, "Engenho de moer cana movido por água com cilindros modernos e todos feito de

[66] Arquivo Municipal de Bonfim

novo com todos seus pertences". Essa descrição foge aos padrões das demais. Estamos tratando de um inventário em que tudo é descrito em poucos termos de forma objetiva. A descrição pode nos levar a pensar que não se pensava em venda antes da morte de Joaquim José, que provavelmente acabara de reformar o maquinário. Assim, a inventariante Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros busca valorizar o equipamento talvez para tentar diminuir prejuízos. Essa possibilidade é reforçada, pois no mesmo documento há um oficial de marceneiro na escravaria de Joaquim José descrito da seguinte maneira:

> mais outro escravo de nome Miguel Creoulo de idade de quarenta e oito anos oficial de marceneiro, que foi avaliado com a ferramenta de seu oficio, e que lhe foi entregue, pela quantia de um conto e oitocentos mil reis (1:800$000).
> (Inventário *post mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros, 1863)

A média de valores entre os escravizados de Joaquim José é de 788$750, o valor de Miguel Creoulo é quase 2,3 vezes maior, o que está parcialmente justificado na descrição, já que ele é avaliado com suas ferramentas. Em ambos os inventários analisados são raríssimos os escravizados que têm seu ofício apontado, o que sugere que tenha ocorrido apenas em casos de excelência no ofício, quase um título. Esses trabalhadores especializados usualmente têm valores maiores. Porém, da mesma maneira que se levantou a possibilidade de a inventariante buscar minimizar prejuízos por um investimento feito recentemente, a reforma da moenda, enfatiza e avalia Miguel junto a suas ferramentas. Por isso é possível inferir que Miguel Creoulo possivelmente trabalhou na moenda que foi reformada por Joaquim José, que morreu pouco depois da reforma. Da mesma maneira, anos antes, no inventário do Barão de Paraopeba, estava listado, "mais outro escravo por Nome Antonio preto de Nação que regula ter de idade quarenta anos pouco mais ou menos com oficio de Carapina e que assim sendo visto e examinado pelos Louvados disseram valer a quantia de novecentos mil reis 900$000"[67] O termo carapina remete ao ofício de marcenaria, eventualmente apresentado como "carapina de moendas".[68] Com isso são dois possíveis trabalhadores que podem ter contribuído na construção do engenho da Boa Esperança. Porém, como a descrição de Joaquim José, é provável que a tecnologia representada esteja próxima do que foi e permaneceu por uns anos, pois, ao anunciar a venda da Fazenda em 1886, lara descreve: "bom Engenho de cilindro movido por água", e depois, em 1891, "engenho de cilindro movido por água abundante e verdadeiramente potável". Apenas a descrição de

---

[67] Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba, IEPHA MG.

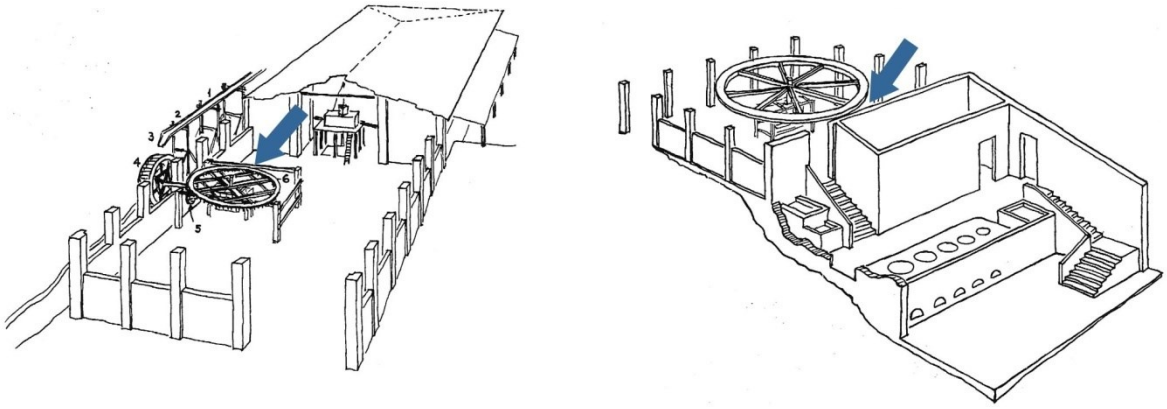
[68] Dados de Oxford Languages: Antigo; no Brasil-colônia, carpinteiro de obras de madeira em geral, que não as construções e reparações navais "carapina de moendas" via Bing: https://www.bing.com/search?q=defini%C3%A7ao+carapina&qs=n&form=QBRE&sp=-1&lq=0&pq=&sc=0-0&sk=&cvid=1FA43B62DD5340CB90C95C8AA2E5C19F&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=

Virgília Leal da Paixão dá um panorama mais amplo da “fábrica de rapaduras instalada no interior do paiol. Era composta por uma fornalha com três tachos de cobre, enormes. A garapa chegava à forma por uma canaleta de bambu e produziam-se 20 rapaduras de cada vez” (Martins, 2007, p. 34).

As digitalizações geométricas obtidas pela pesquisa, uma vez sobrepostas, geram um modelo digital do paiol da FBE com medidas suficientemente precisas para o estudo, a partir das quais se pode estabelecer uma ordem de grandeza acurada para as peças da moenda. É possível estabelecer limites geométricos para a dimensão da roda d'água. A altura entre a base do eixo da roda e o piso (medida no local) e a análise das fotografias, comparada ao acervo de outros museus, indicam possíveis características formais.

A partir da representação de um volume geométrico com as medidas estimadas para a roda d’água, pondera-se sobre a dimensão das peças que vêm em sequência. Agora, já dentro do edifício do paiol, além da proporcionalidade entre as peças, há as paredes internas que limitam o tamanho da volandeira.

Figura 49 – Arquitetura e moenda



Fonte: Montagem a partir de imagens digitalizadas de GAMA, 1983, p. 254.

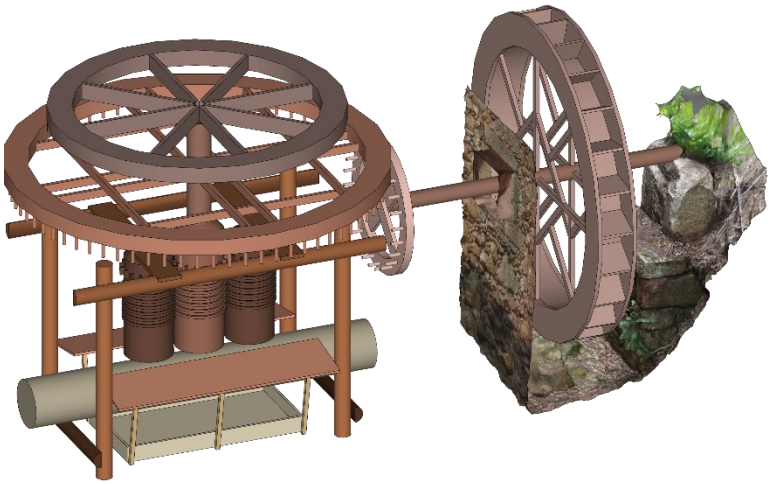
As imagens da Figura 49 nos mostram uma relação entre a arquitetura e a moenda que se pode perceber na obra de Gama. Apesar de o autor focar em engenhos de maiores proporções, foi usual a representação da volandeira do engenho de cilindros instalada rente à parede indicando o trabalho feito de um dos lados, conforme a arquitetura do paiol nos sugere que tenha ocorrido na FBE.

A volandeira, uma vez posicionada, determina a posição do pescoço, concêntrico a ela, onde também se encontra o eixo grande, ou o rolo do meio da moenda. A orientação foi sugerida em função da abertura na parede identificada na seção anterior.

Por meio da digitalização geométrica do interior e da revisitação constante às fotografias em 360º, buscou-se identificar vestígios físicos que apoiassem o que é apontado pelos demais indícios. No entanto, sabe-se que a construção original (que data de final do século XVII e início do XVIII) foi ocupada por diferentes proprietários ao longo dos anos e, provavelmente, abrigou diferentes usos e organizações produtivas. Dessa forma, o estudo concentra-se em buscar hipóteses de ocupações possíveis, considerando a disponibilidade de fontes.

Partindo dos dados coletados, procedeu-se à modelagem da moenda de madeira, o engenho do paiol da Boa Esperança. As imagens que se pode extrair desse espaço podem aludir ao momento de construção e reparos da moenda feitos pelo escravizado Miguel Creoulo ou à produção da garapa e rapadura. Porém, não foi explorado em profundidade o leiaute produtivo para além da moenda. Foi feita apenas uma primeira proposta que ainda requer estudos e cotejamentos mais profundos. De toda maneira, foi possível convergir na representação do espaço um possível fragmento da história de indivíduos.

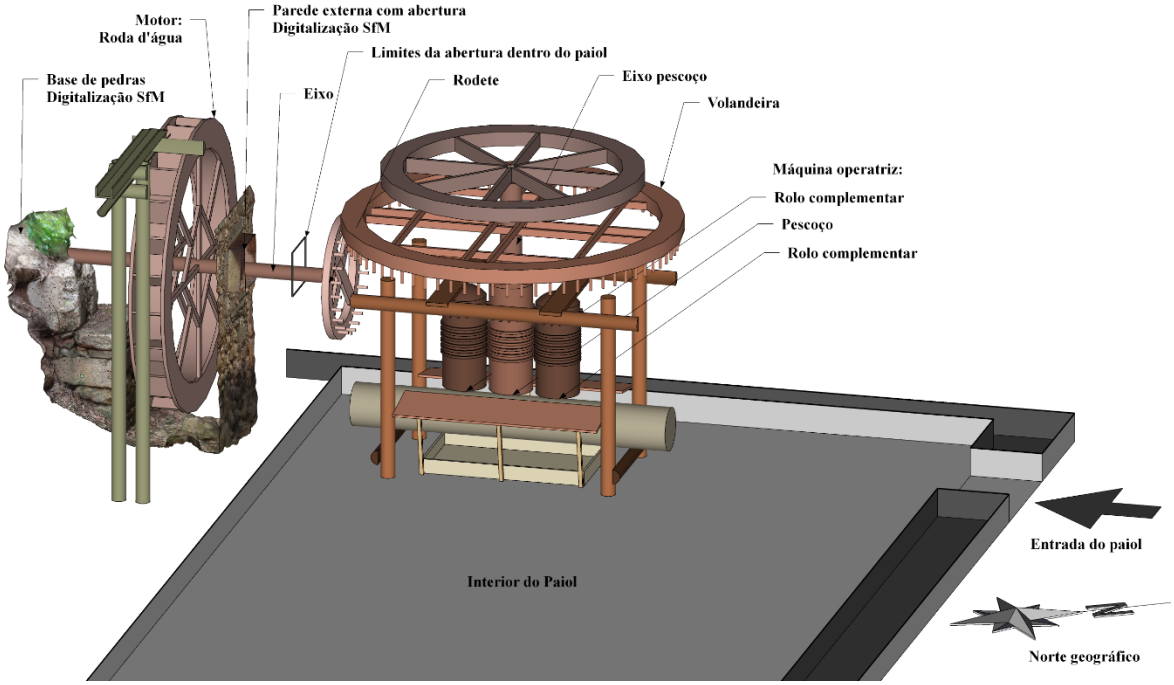
Figura 50 – Imagem: Modelo proposto e sua relação com a base de pedras



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

A Figura 50 demonstra o modelo de moenda proposto pela pesquisa e construído a partir dos indícios identificados, e a figura 51, o modelo elaborado.

Figura 51 – Modelo elaborado



Fonte: Modelo de moenda elaborado pelo autor seguindo as nomenclaturas apontadas nas obras “Açúcar e Álcool ontem e hoje”, FERNANDES, 1971; “Engenho e Tecnologia”, GAMA, 1983.

2.3.2 Moinho romano (atafona)

O moinho de farinha é uma pequena e simples construção, mas bastante representativa das tecnologias construtivas que remetem ao período colonial. Cabe mencionar que esta edificação já foi reconstruída pelo menos duas vezes, além de ter sofrido diversas ações de manutenção ao longo dos anos em decorrência do caráter efêmero de sua tipologia arquitetônica e sistemas construtivos. Desta forma, não é possível afirmar que os elementos do moinho são autênticos (com exceção dos embasamentos e contenções em alvenaria de pedra), mas apenas que são reflexo de uma tradição construtiva regional e que devem ter tomado como referência as suas características originais. Desta forma, considerando que a edificação se encontra mais uma vez em péssimo estado de conservação, a mesma pode ser integralmente reconstruída, reutilizando os materiais passíveis de reaproveitamento e substituindo todos os demais por outros idênticos, sem prejuízo da autenticidade e aparência dos sistemas construtivos tradicionais (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 483).

Figura 52 – Moinho de farinha em 2009

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, 2009, p. 127. Foto de André Macieira, 03/03/2009.

Um método de pesquisa que poderia ser explorado, mas acabou descartado, seria o conhecimento de outras propriedades rurais que mantivessem equipamentos, ou partes deles, compatíveis com o que foi perdido na Fazenda. A pandemia da Covid-19 limitou os contatos durante um longo período da pesquisa, e a opção foi inviabilizada. No entanto, as informações do documento Fazenda Boa Esperança - Projeto de restauração arquitetônica, Projeto de Estrutura, Projetos de Infraestrutura Predial e Agenciamento da Área Externa 2009 (Aro Arquitetos Associados Ltda, 2009), incluindo as fotografias e citações que introduzem esse tópico, mostraram-se suficientes para elaborar um modelo da edificação e do maquinário (Figura 52). Também foi possível cotejar os registros do relatório com vídeos disponíveis no Youtube[69] e que apresentam o mesmo tipo de tecnologia identificada com mais detalhes.

Importante destacar, no entanto, que, apesar de o documento sugerir a reconstrução, nenhum dos elementos faz parte da paisagem da FBE atualmente. É possível que os objetos menores estejam guardados, mas não foram vistos, e por isso não foi possível realizar digitalizações ou obter registros fotográficos atualizados (Figura 53).

[69] Vídeo “Moinho de fubá movido a água”. https://www.youtube.com/watch?v=udUmSn0FVII.

Figura 53 – Fotografias: Peças do engenho de farinha

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA., 2009, p. 219.

Ao se cotejar as imagens do relatório com os estudos de Ruy Gama (Engenho e tecnologia, 1983) é possível identificar tecnologia visualmente similar sob a nomenclatura de "moinho romano (atafona)". Sua descrição permite extrair a forma de funcionamento e os nomes das peças além de se entender o porquê de esse maquinário ficar em uma edícula tão diminuta:

> A fotografia mostra um moinho de pedra utilizado para moagem de milho(...). Trata-se de moinho idêntico aquele descrito por Vitrúvio nos Dez livros da arquitetura, por volta do 2º século. A tremonha descarrega o milho gradativamente, através de uma calha que vai trepidando de acordo com a trepidação da mó. A farinha resultante vai sendo centrifugada pela própria rotação da mó e sai pela abertura lateral do anel que circunda a mó. Um braço de madeira faz a "leitura" da trepidação, como um braço de fonógrafo, e a transmite à calha de alimentação. O braço e a calha, juntos, constituem um verdadeiro sistema de controle, um dos primeiros sistemas automáticos. A regulagem da distância entre as mós era feita usando a espessura de uma carta de baralho. Esses moinhos funcionam usualmente em cubículos fechados, visitados apenas periodicamente para a retirada do fubá e para a recarga da tremonha (Gama, 1983, p. 95).

O relatório sugere a reconstrução da edificação e entende que já pode ter sido reconstruída muitas vezes, porém sempre no mesmo local. Isso é um fator de relevo para essa pesquisa, pois sugere que pode ter havido substituições e reformas ao longo dos anos, mas possivelmente aproveitando os mesmos lugares para os mesmos tipos de máquina, já que todas dependem da água como força motriz, e as linhas de água tinham caminhos específicos na Boa Esperança. O moinho de farinha recebe a mesma água que fez a roda d'água do paiol girar.

Para elaborar um modelo da construção e do moinho, utilizou-se como base o levantamento topográfico do mesmo relatório, que inclui uma planta das fundações de pedra da estrutura, informação suficiente para recuperação de medidas. Na sequência, os demais elementos foram desenhados em 3D, um por um, a partir da observação das fotografias dos

vestígios do maquinário, que não foram localizados no local pela pesquisa (Figura 54). Outros elementos foram vistos a partir da obra de Ruy Gama, complementados por vídeos amadores. A edificação também não existe, e as fundações estão cobertas por mato, o que inviabilizou a utilização de processos de digitalização 3D.

Figura 54 – Imagem: Cena de trabalho no moinho de farinha

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Essa tipologia de moinho para farinha opera com a elevação de uma edificação sobre um curso d'água. A água que passa por baixo da edificação sai pressurizada por um cano atingindo uma pequena turbina. As fotografias da turbina registram as terminações das hélices em forma de concha ou uma colher, o que foi reproduzido em 3D. Essa característica visa a um melhor desempenho da peça ao ser atingida pelo jato de água. A turbina ou roda está conectada a um longo eixo vertical que sobe, atravessando o assoalho da edificação, onde faz um disco de pedra girar. O disco fica em um pequeno espaço limitado por peças de madeira, e quando os grãos de milho (ou outro cereal) são despejados, ficam comprimidos entre as peças de madeira e a força da pedra girando (Figura 55). O fubá é a farinha do milho, e pode ser obtido dessa

maneira. O engenho conecta ao candeeiro José Rosa Rodrigues[70], que relata que, nas primeiras décadas do século XX, uma das funções de seu trabalho era abastecer com cereais os engenhos, que ainda trabalhavam em franca produção (Martins, 2007).

Figura 55 – Imagens: Cena de trabalho e Peças do moinho de farinha

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

[70] Ver 3.4 José Carreiro

2.4 O pátio frontal e suas lacunas

Machado (2019) aponta ter identificado similaridades estéticas entre a Boa Esperança e construções do Minho comparando características do pátio frontal ao da suntuosa Casa de Biscainhos em Braga:

> Outro exemplar, também de grande vulto e primorosa qualidade de execução, é a Casa dos Biscainhos em Braga. O jardim deste notável exemplar de residência senhorial de princípios do século XVIII conserva as características do jardim barroco, resolvido por meio de terraços, canteiros desenhados, fontes, esculturas e pavilhões. Por se tratar de residência urbana, o jardim de Biscainhos recebeu um muro de alvenaria de pedra que o protege e o isola do restante da cidade. No século XVIII as senhoras da casa, que saiam à rua apenas para ir à igreja ou visitar parentes, poderiam ter o deleite de passear pelos recantos de um jardim conformado pelo imaginário do espírito barroco, sem o indesejável contato com estranhos. (Machado, 2019, p. 270).

Figura 56 – Imagem: Cena no pátio frontal da Boa Esperança

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Atualmente o acesso à Fazenda se dá pelos fundos dela, através de um portal conectado à estrada (Figura 56). Após atravessá-lo há uma grande área usada como estacionamento para veículos de todos os portes. Do estacionamento se atravessa uma abertura nas costas do muro que delimita o pátio em que está o paiol, uma área fora de trabalho, a partir da qual é possível seguir para o pátio íntimo na lateral da sede e então adentrá-la, ou acessar o paiol ou seguir por um portal de grandes dimensões coberto de telhas que liga o pátio do paiol ao pátio frontal. Para se ter a percepção de como era a transição espacial daqueles que vinham da estrada para adentrar

a Fazenda pelo portão principal chegando ao pátio frontal nos meados do século XIX, é necessário atravessar todo o pátio e sair pelo grande portal principal, e então, voltar por ele mesmo. É necessário destacar que inúmeras questões logísticas para fruição de um bem histórico na contemporaneidade são atendidas ao ser definido que o acesso à Fazenda ocorra pelos fundos ao invés de se utilizar o acesso original. Com tal escolha há uma área suficiente para recepção dos visitantes que chegam em carros particulares, ônibus, vans, entre outros. Como a sede está elevada em relação ao terreno, fez-se necessária a implantação de uma plataforma elevatória na extremidade dos fundos da casa grande que garante o acesso universal ao interior do bem tombado, por isso o acesso a partir da parte posterior também se mostra uma escolha coerente do ponto de vista da acessibilidade universal, já que todas as pessoas percorrem o mesmo fluxo, sem a necessidade eventualmente discriminatória de separar o acesso das pessoas com necessidades de mobilidades específicas, como cadeiras de rodas, muletas, andadores, entre outros, fazendo-os passar pelos fundos. Colocados esses pontos, é importante pensar que, apesar dos incontestáveis ganhos para a FBE enquanto um equipamento cultural de visitação pública, a escolha pelo acesso posterior ocasiona uma percepção fragmentada do bem enquanto uma unidade produtiva e uma arquitetura de poder.

Assim, caso possa, vá a Fazenda Boa Esperança atravesse o pátio posterior por onde irá chegar, cruze o portal na lateral da sede e percorra o pátio frontal inteiro até chegar ao portão principal, apenas então volte-se para trás e observe a sede como quem chega atravessando sua portada principal, deparando-se com o vasto pátio central, limitado ao fundo pela horizontalidade da sede, a casa grande, elevada do solo e com uma escadaria de pedras em sua base e a cruz da capela no topo sobressaindo às cumeeiras dos telhados. Diante dela estão duas imensas sapucaias cujas copas estão muito mais altas que os telhados, gerando grandes áreas sombreadas no gramado rodeado por muros de pedra erguidos por escravizados. Uma composição racional que define o lugar e que atende aos propósitos produtivos e dá imponência mediante as grandes proporções adotadas e a elevação dos elementos construídos em contraste com a escala humana. Mesmo assim a paisagem atual, ainda que se faça o fluxo original, é um eco do que já foi, mesmo se forem considerados apenas os aspectos espaciais, já que os funcionais não são possíveis.

Figura 57 – Fotografia: Pátio frontal visto a partir da varanda

Fonte: IEPHA – MG, 1975.

O pátio frontal da Fazenda (Figura 57) operava como uma grande praça pública, dinâmica, com movimento intenso de cavaleiros, escravizados, comerciantes, políticos, viajantes. O centro, fortemente construído pela presença do imponente chafariz entre quatro árvores frondosas, é fonte de água abundante para todos, pessoas e animais, para beber, para lavar. Ao fundo, a sede da FBE se abre com sua varanda para observar, vigiar e controlar tudo o que acontece:

> Senhoras tecendo com suas mucamas, mulheres amamentando em meio a outras pessoas, senhores cavalgando com seus capangas, e ainda crianças e crias da casa esparramadas pelo chão na hora das refeições, além de escravos sob os olhares de feitores, são algumas das cenas de gênero retratadas por artistas famosos e que ilustram nossos livros de história. Isso sem falar nas varandas que se abriam para o quintal, onde o movimento e burburinho das atividades era incessante (Novais; Souza, 1998, p. 97).

O testamento do Barão de Paraopeba encontra-se transcrito no livro biográfico e genealógico da família Monteiro de Barros e traz a seguinte descrição da Fazenda com grifos nossos para destaque dos aspectos do pátio frontal:

> CERTIFICO que revendo em meu cartório os autos de inventário dos bens deixados por falecimento do Barão de Paraopeba (ROMUALDO JOSÉ MONTEIRO de BARROS), iniciado no ano de 1856, consta da partilha julgada por sentença de dezesseis (16) de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e sete (1857), que a herdeira D. Francisca Benedita, filha do Visconde de Uberaba e neta daquele finado, recebeu para solução de sua legitima avoenga, pagamento da quantia de um conto quinhentos e dezesseis mil oitocentos e vinte e seis réis (1:516$826) ; constante de bens moveis e imóveis sendo estes os seguintes: na fazenda denominada Boa Esperança que se compõe de casas e de vivenda, grandes e bem construídas, com muitos cômodos com uma bem arranjada capela, que se acha do lado direito da varanda, na qual existem diversos Santos e Registos, toda dourada; paiol feito de pedra, engenho de fazer farinha, moinho corrente e pronto, trapizonga para moer mamona, engenho de moer cana, senzalas para escravos, tudo coberto de telhas, terreiro grande no qual existe um tanque feito de pedra de cantaria com chafariz de repuxo e quatro pés de arvores frutíferas nos cantos, um grande quintal todo murado (repartido e encanteirado de pedras lavradas e regos d'agua por todo ele ,simetricamente repartido, no qual existem muitas arvores frutíferas tanto do pais como da Europa e os pastos para logradouro, na serra e em campos (...) (Brotero, 1951, p. 987).

Conforme se pode perceber através da contrastante paisagem atual com o que é descrito no documento citado, o pátio frontal sofreu, ao longo dos anos, subtrações e modificações significativas, ainda que compreensíveis, dada a idade das construções e as inúmeras transformações econômicas, sociais, técnicas e de toda ordem que se deram ao longo dos anos e que culminam na configuração de hoje, que proporciona uma percepção fragmentada do que o espaço já foi. Nesse sentido, a arquitetura remanescente repete a própria memória, que é por essência lacunar e perde suas partes ao longo do tempo. Mas buscar entender o espaço a partir de suas funções e interpretar suas lacunas e vestígios pode ser um meio para compreender mais aspectos da FBE, um bem tombado, e as relações que abrigou ao longo dos anos. Como a Fazenda teve um papel transformador no contexto em que está, tendo sido o local de vida e trabalho de centenas de pessoas, ampliar os estudos sobre ela contribui para se compreender o presente, ampliando o sentido do seu próprio tombamento, do seu significado para a sociedade, do conhecimento que pode ser gerado a partir dela.

Não se trata, portanto, de um estudo que visa reconstruir o pátio com seus elementos originais. Pelo contrário, pode existir uma primeira versão de pátio, mas certamente não foi a única, e por isso busca-se conhecer as inúmeras modificações que o pátio recebeu, as relações que abrigou, funções que desempenhou e quantos mais aspectos forem possíveis.

Nesta pesquisa foi possível identificar e elaborar hipóteses de representações digitais de três elementos que hoje estão ausentes no pátio frontal, mas cuja presença era fundamental para definir o espaço enquanto um lugar semipúblico, uma arquitetura de poder, um espaço de produção. São eles as senzalas, o chafariz e outras duas sapucaias. As senzalas, além da função de abrigo para os trabalhadores escravizados, apresentavam-se, no conjunto arquitetônico, como um partido horizontal disposto em dois platôs, fechando, com seu volume, a lateral direita

do pátio frontal e delimitando o acesso ao pomar que está nos fundos das senzalas. Além das duas sapucaias, que persistem frondosas até os dias de hoje, existiam outras duas. No meio das quatro e alinhado ao eixo da sede, estava um chafariz de cantaria com altura de 4 metros dentro de um tanque d'água de 16 metros quadrados. O chafariz em suas características verticais estabelecia um centro no espaço do pátio frontal reforçado pelas quatro sapucaias, mas não um centro qualquer, um elemento de poder, suntuoso nos detalhes, de grandes dimensões e executado com técnicas vistas majoritariamente em obras públicas do período fatos que sugerem que fosse um elemento simbólico de poder. Além disso, conforme será visto na sequência, o chafariz provavelmente era como uma engrenagem mestra para funcionamento da Fazenda, sendo a fonte de água para beber e para todos os serviços domésticos.

Machado (2019) investiga amplamente em sua pesquisa relações entre a arquitetura mineira e a do Minho em Portugal (Figura 58). Ele observa no pátio frontal da Boa Esperança características que ratificam essa hipótese. Para o autor, há indícios da cultura e dos hábitos minhotos em Minas Gerais:

> Neste pátio, ainda se encontram os remanescentes das fundações de um chafariz, inclusive com os alcatruzes de pedra sabão. Estas fundações estão ao lado de duas imensas Sapucaias, plantadas rigorosamente no eixo perpendicular à fachada da sede. É muito provável que existissem outras duas Sapucaias, conformando os cantos, conforme descrito no inventário do Barão. Desta forma poderíamos pensar em um jardim formal com nítida intenção estética de gosto barroco, como visto na Casa de Biscainhos (Machado, 2019, p. 271).

Figura 58 – Fotografia Casa de Biscainhos, Braga Portugal

Fonte: MACHADO, 2019, p. 77.

A possibilidade levantada pelo autor é muito importante para a pesquisa, e a elaboração do modelo do chafariz foi considerada. Também merece destaque o fato de que Machado chegou a elaborar uma proposta de reconstituição do pátio frontal incluindo os mesmos três elementos que abordaremos no espaço: as sapucaias, as senzalas e o chafariz (Figura 59). Dessa forma, este trabalho segue a partir da hipótese de Machado, buscando contribuir com outros detalhes.

Figura 59 – Imagem: reconstituição do jardim frontal elaborada por MACHADO, 2019

Fonte: MACHADO, 2019, p.375.

Importante destacar que, apesar do apontamento das lacunas percebidas no pátio frontal, sua configuração atual, apesar de fragmentada para percepção de seu caráter histórico, é suficiente para seus usos contemporâneos. O pátio é um local de dinamismo cultural, pois sob as copas das frondosas sapucaias ocorrem inúmeros eventos de apropriação e fruição do espaço por visitantes diversos, estudantes e pessoas das comunidades do entorno, como da Boa Morte, para realização de piqueniques, estudos, festejos com danças, cantos, reuniões populares, entre tantos outros eventos, conforme se pode observar na Figura 60.

Figura 60 – Fotografia: Capoeira no pátio frontal da Boa Esperança

Fonte: REFAZENDA, 2017.

O pátio segue como o coração da Fazenda, com a centralidade e verticalidade mantidos pelas sapucaias, com o perímetro desenhado pelos muros, pelas sedes, e pela sutil presença das fundações que limitam os platôs sobre os quais estavam as senzalas. O vasto gramado é uma superfície confortável para locomoção, para permanência e há reconhecido valor na transformação de um espaço de opressão em um local democrático para contemplação, para cultura, para a vida.

Boa parte dos estudos identificados até o momento limita-se à descrição do *status* atual das edificações e demais espaços da FBE vez ou outra apresentando conjecturas de como teriam sido. Não houve ações de proceder com a aplicação de técnicas e ferramentas de representação gráfica para elaborar hipóteses visuais da ocupação desses. Como é objetivo desta pesquisa, as subseções seguintes irão apresentar os meios que foram empregados e explorados para a elaboração da representação visual geométrica em 3D das sapucaias, das senzalas e do chafariz digitalmente.

2.4.1 Sapucaias

Figura 61 – Fotografia: Copa da sapucaia

Fonte: Acervo de EQUIPE B, 2024. Fotografia de Rodrigo Marcandier.

> Testemunho da decadência da Boa Esperança, José Rosa Rodrigues (Zé Rosa) conta que, nos anos de 1920, conviveu com escravos centenários que trabalharam para o Barão de Paraopeba. José Rosa mora em uma pequena casa, na Barra Nova, a quatro quilômetros da fazenda.
> "Cheguei à Boa Esperança em 1915. Aos seis anos, já trabalhava como pinante candeeiro de bois. Lembro-me com tristeza, de muitas árvores frondosas cortadas para serem transformadas em madeira ou carvão. Um corte de árvore que mais me emocionou foi o de uma das quatro sapucaias que existiam em torno de um tanque de cantaria, com rico chafariz de repuxo, no pátio frontal da sede. Outra sapucaia, atingida por um corisco em meio a uma tempestade, rachou-se por completo. As duas frondosas sapucaias que restam estão vivas graças ao compadre Zé Ubaldo, que fez oferta ao proprietário Antônio Procópio, por volta de 1958, para não vê-las derrubadas" (Martins, 2007, p. 45).

O depoimento de José Rosa nos mostra o processo de perda das sapucaias que também desencadeou uma reação de proteção (Figura 61). Os relatos apontam para um acordo financeiro para que as árvores que permanecem de pé até os dias de hoje não se tornassem carvão. Daí em diante, nos parece que a perda da sapucaia soa como um alarme, e, em seguida, a Fazenda é tombada pelo DPHAN.

Figura 62 – Fotografia: Sapucaia atrás do telhado da FBE

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

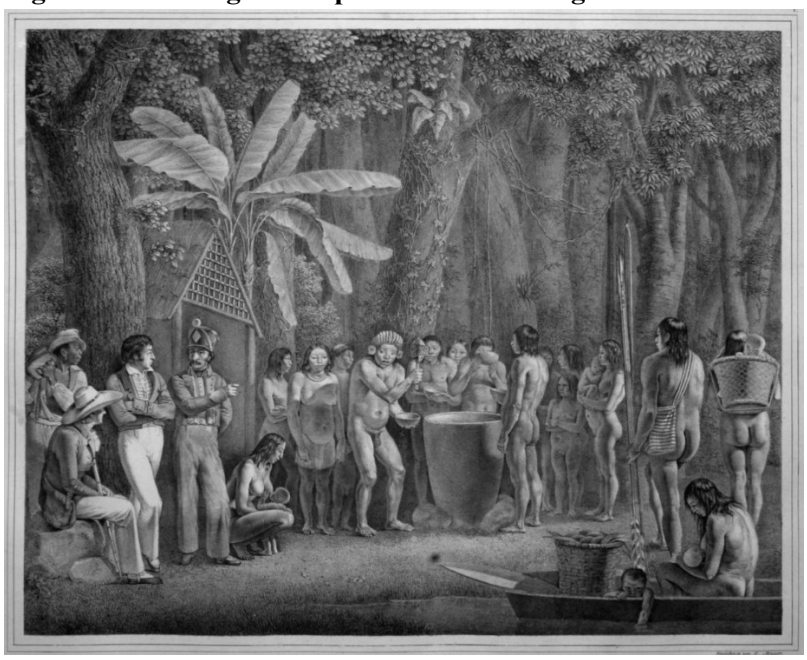
Não será feito um grande aprofundamento nesse tópico, no entanto, destaca-se que as sapucaias desempenharam papéis centrais no paisagismo do pátio frontal da Boa Esperança. O conjunto de 4 árvores reforçava a centralidade do chafariz que ficava no meio delas, o coração da praça. As copas frondosas projetaram sombra, um ambiente agradável, diferente do entorno, mais tomado por plantações. A verticalidade das árvores que supera a construção permite uma visualização a longa distância; as árvores são, portanto, um marco geográfico, especialmente no período em que suas folhas mudam de cor e ficam em tons de rosa, avermelhados (Figura 62). Seus frutos ainda são alimento e viram utensílios (coco usado como copo, como mostra a Figura 63), hábitos que nos permitem trazer cotejamentos com os indígenas e sua cultura, uma população que não foi abordada nesta pesquisa em função do um recorte estabelecido, mas que também é fundamental para compreender as dinâmicas e o contexto da FBE. Spix e Martius dedicaram comentários às sapucaias que também nos mostram a sua relação com os indígenas. A Figura 64 mostra os dois viajantes, à esquerda, observando um grupo de indígenas.

Figura 63 – Fruto da sapucaia

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

> Um dos mais belos adornos é a sapucaia (Lecythis ollaria L.). O colossal tronco é de mais de cem pés de altura; estende-se a sua majestosa fronde em abóbada arredondada, que, ao chegar da primavera, com as suas folhas rosadas e na época da floração com a alvura de suas grandes flores, enfeita as matas. Os frutos, de casca grossa, do tamanho da cabeça de uma criança, em cima tem uma tampa que se desprende toda em volta quando tornada para baixo, pelo peso do fruto maduro, rompendo-se finalmente e deixando cair às sementes, que são grandes nozes. Por ocasião de ventanias fortes, é perigoso estar no mato, devido ao peso dessas nozes e à altura de onde caem. As amêndoas são recolhidas em quantidade pelos índios, que as consideram petisco, comendo-as cruas ou conservando-as assadas e pulverizadas, em panelas; o próprio coco é usado como copo (Spix; Martius, 2017, p. 294).

Figura 64 – Iconografia: Spix e Martius - Viagem ao Brasil



Fonte: WIKIPEDIA. Imagem de domínio público, s.d.[71]

[71] https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Baptist_von_Spix#/media/Ficheiro:Spix_Reiseatlas_original_22-Saibo.jpg

2.4.2 Senzalas

Figura 65 – Imagem: Cena do cotidiano diante das senzalas

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

As senzalas da FBE (Figura 65) eram parte fundamental do sistema produtivo e imprescindíveis diante da volumosa escravaria do Barão. A edificação de grandes proporções portava-se ainda como definidora dos limites do pátio, conformando um fechamento volumoso ao norte desse espaço em conjunto com a sede.

Figura 66 – Fotografia: vestígios da forja nas fundações das senzalas

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, 2009, p. 220. Foto de Claudia Stancioli em 19/03/2009.

As prospecções arqueológicas dos anos 90, apresentadas no relatório da empresa Aro Arquitetos, lançaram questionamentos sobre a função das edificações que no passado estiveram erguidas sobre as fundações de pedras que afloram, ao lado da sede, conformando a lateral norte do pátio frontal (Figura 66).

> (...) no primeiro escavou-se o alicerce do conjunto de casas existentes no pátio anterior, junto a uma pequena forja, no intuito de se comprovar a utilização daquele espaço como sendo o de uma antiga senzala. Essa hipótese da senzala é colocada em dúvida no relatório final, ao atribuir-se ao local uma possível atividade de fundição, implantada nos últimos momentos do século XIX. Essa opção também seria provável, se for considerada a atuação do Barão de Paraopeba e sua larga experiência na fundição, haja visto a criação da sua fábrica (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 39).

A prospecção identificou resquícios de uma forja, fato coerente com as atividades do Coronel Romualdo. O próprio documento, porém, nos lembra que estudos prévios, como o de Ivo Porto de Menezes, apuraram outras características que endossam a tese das senzalas, que recorrentemente são identificadas contíguas às sedes de fazendas escravistas.

> Junto à sede, em bolta do pateo ou afastamento dele, vão agrupar-se a senzala, o paiol e a engenhoca. A senzala é um suceder de cômodos de terra batida (misturando-se o sangue de boi ou estrume, para melhor liga), abertos para a longa varanda de esteios de madeira, às vezes fechada por tabuado (Menezes, 1969, p. 9).[72]

Outro fato que pode contribuir com a elaboração dessa afirmação é que nos documentos identificados não houve menções a forjas, mas, ao contrário, o inventário *post mortem* do Barão explicita "senzalas para escravos, tudo coberto de telhas, terreiro grande no qual existe um bom tanque feito de pedra com chafariz de repuxo". Após a escravidão, em um anúncio de venda da FBE, Lara meciona: "boas casas de vivenda, cômodo superior para grande família" e anos depois o inventário de Dona Luiza Ferreira de Mendonça de 1902 menciona: "casas no terreiro". Ainda no inventário do Barão de 1856, a escravaria da Boa Esperança é listada com um total de 151 pessoas, o que indica a necessidade de acomodações. Portanto, a identificação da forja não pode excluir a evidente função de senzala. Conforme a obra "História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa" com grifos nossos:

> No mundo rural, como é sabido, as senzalas sempre presentes nas grandes fazendas abrigavam um número bem maior de escravos. No Pará, já no início do século XIX, Spix e Martius referem-se a casas pequenas para os cativos, enquanto Tollenare, em Pernambuco, afirmou que na Zona da Mata só viu boas senzalas para negros no Engenho Salgado, pois possuíam ventilação e eram bem construídas.' Porém, como as

[72] Também citado por Aro Arquitetos Associados Ltda. (2009, p. 39).

> demais habitações, as senzalas variaram muito, cobertas de palha ou telhas, erguidas com tijolos, madeira ou pedras. Algumas dispunham de divisórias internas, outras abrigavam apenas mulheres, mas estavam sempre presentes quando o número de escravos era relevante. Quanto aos cativos, quando por falta de espaço não dispunham de uma senzala ou galpão, esticavam à noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão (Novais; Souza, 1998, p. 95).

Lembrando que, na hipótese da forja, quem eram os trabalhadores operando a oficina senão os escravizados? Não dormiriam ali mesmo? A lista dos escravizados do inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba, 1856, apresenta o 116º escravizado: "Item: mais outro escravo por nome Luis preto de Nação, casado que regula ter de idade vinte e cinco anos pouco mais ou menos o qual tem ofício de ferreiro que assim sendo visto foi avaliado pela quantia de um Conto de Reis (1:000$000)".

Seu herdeiro, José Joaquim Monteiro de Barros, parece não ter ficado com a posse de Luis, porém seu inventário, sete anos mais tarde em 1863, apresenta o 41º da listagem: "Item: mais um escravo de nome Jose de Nação oficial de Ferreiro de idade de trinta anos pouco mais ou menos que foi avaliado pela quantia de um Conto e trezentos mil Reis (1:300$000)".[73]

Em ambos os casos, os escravizados são avaliados com valores muito superiores aos demais[74] tal sua especialização. Seria possível que esse fato justificasse uma proximidade entre suas habitações e a janela do quarto do Barão? Conforme Novais e Souza (1998, p. 95): "Quanto aos cativos, quando por falta de espaço não dispunham de uma senzala ou galpão, esticavam à noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão."

É possível a acumulação ou proximidades de funções e a pequena forja ficar próxima à senzala e ainda que os espaços de trabalho também eram espaços de dormir. Outro fator que merece menção é a identificação de diversos agrupamentos familiares entre escravizados, o que pode ter impactado na arquitetura, caso agrupamentos também tivessem cômodos separados, característica espacial das senzalas da FBE sugerida pelas prospecções:

> A primeira parte da senzala, mais próxima da casa sede, foi implantada em nível mais elevado, permitindo a construção de passeio com escadas parcialmente embutidas em um dos lados da edificação (...). Os embasamentos desta parte possuem divisões internas paralelas (...) que indicam a existência de quatro cômodos de projeção retangular de tamanhos diferentes. Cada um destes cômodos provavelmente teve acesso independente com portas antecedidas por escadas de três degraus constituídos de blocos de pedra talhada (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009).

---

[73] Arquivo Público de Bonfim – Inventário *post mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros de 1863

[74] Ver seção 3.1.1Gráficos

Fato é que desde a divulgação do relatório a produção historiográfica sobre a FBE ecoa uma indefinição que contribui para o enfraquecimento de um dos poucos resquícios da presença massiva de pessoas escravizadas na Boa Esperança, o que não é apenas um fato, mas elemento definidor da arquitetura da FBE enquanto uma unidade produtiva de um grande escravista. Esse desnecessário imbróglio reforça a necessidade da realização de atividades arqueológicas contínuas para ampliar os dados e o conhecimento sobre a Fazenda.

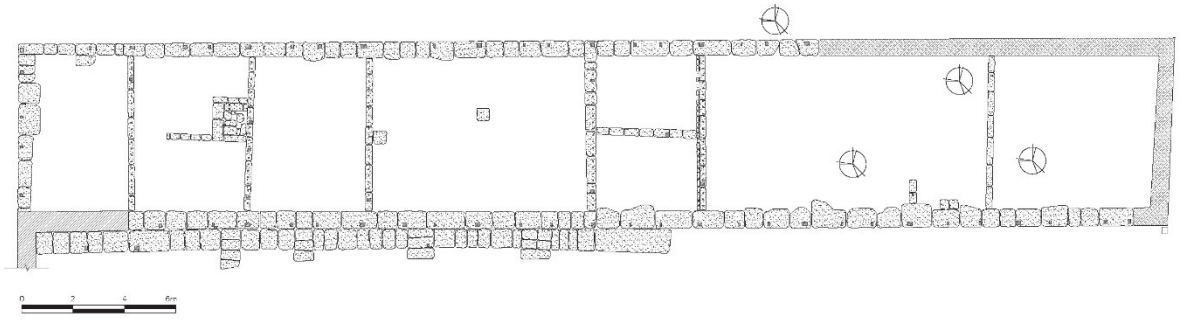
Figura 67 – Fotografia: Fundações das senzalas

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA., 2009, p. 221. Foto de Claudia Stancioli em 19/03/2009.

Os trabalhos prévios para o restauro produziram levantamentos significativos da Fazenda, constituindo a documentação técnica arquitetônica mais detalhada, precisa e recente que temos disponível. As medidas feitas no local serviram para ratificar o levantamento produzido no âmbito desse contrato de restauração. Quando se observam as fundações das senzalas, seja no espaço ou em fotografias dele, tem-se a sensação de um espaço pequeno em função de seu aspecto longitudinal (Figura 67), porém a área das fundações é superior a 315m². A ausência ou pouca mobília atrelada a certa densidade das senzalas pode indicar um grande número de pessoas nesse espaço.

> Se as casas dos colonos eram parcamente mobiliadas, imaginem-se então os interiores das senzalas. No início do século XIX, Tollenare resumia o que vira na senzala de Engenho Salgado no Recife: "uma esteira, uma cuia ou cabaça e às vezes alguns potes de barro e andrajos, eis toda a mobília do lar de um casal negro (Novais; Souza, 1998, p. 110).

Figura 68 – Desenho técnico: Planta das fundações das senzalas



Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA., 2009.

No período em que se deram as primeiras obras de restauro pelo IPHAN, por volta dos anos 70, eram mais usuais reconstruções nos “monumentos”, e a própria Fazenda teve partes refeitas. É fato que foram essas obras de restauro e as seguintes que permitem sua permanência até os dias de hoje. Cabe aqui, no entanto, discutir o fato de que, apesar de um contexto em que se admitia reconstrução, e da mesma maneira subtrações, qual ótica orientou a demolição de edículas lindeiras à edificação principal, mas igualmente embasadas em pedra e componentes do campo visual do enaltecido quintal frontal? Chama atenção o fato de os registros fotográficos anteriores à subtração da senzala raramente a retratarem. Os enquadramentos que abrangem a fachada principal e as sapucaias são numerosos, e ocasionalmente a senzala é visível nas bordas da imagem (Figura 68). Esse fato também foi percebido pelos técnicos que elaboraram projetos de restauros para a FBE:

> Além das evidências construtivas, legitimam as inferências acima comparações com os sistemas construtivos adotados na sede e a parca documentação iconográfica sobre as senzalas da Fazenda Boa Esperança. Apesar de terem ruído na década de 1970, em período relativamente recente, foram encontradas poucas fotos desta estrutura arquitetônica (o alvo dos observadores e estudiosos da fazenda nesta época era sempre a sua sede, sendo deficiente o registro das demais estruturas existentes no entorno imediato da mesma) (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 210).

Figura 69 – Fotografia: A sede, as sapucaias e a senzala da FBE

Fonte: Anos 40. IEPHA – MG, 1975.

Buscaram-se referências em arquivos que pudessem identificar, oficialmente, as senzalas. Foram localizadas algumas fotografias de edículas longitudinais, erguidas em adobe, com aberturas ritmadas (Figura 69), no entanto são uma mera sugestão visual, uma vez que não há outras relações de aproximação, além da função, do partido, das possíveis técnicas construtivas (Figura 70 e Figura 71).

Figura 70 – Fotografia: Antiga senzala da Fazenda Iolanda

Fonte: Acervo Digital do IPHAN Código: F024512, s.d..
Nota: Antiga senzala da Fazenda Iolanda Casa de Tejupeba - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE) 1942[75]

Figura 71 – Fotografia: Senzala da Fazenda São Miguel

Fonte: Acervo Digital do IPHAN Código: F001051, s.d..
Nota: Senzala da Fazenda São Miguel - Livramento do Brumado, Bahia (BA)[76]

Relembrando alguns versos do rap “Boa Esperança”, que constrói metáforas do presente a partir de símbolos do escravismo:

[75] http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/35013?discover?rpp=10&etal=0&query=senzala
[76] http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/9484?discover?rpp=10&etal=0&query=senzala

> E os camburão o que são?
> Negreiros a retraficar
> Favela ainda é senzala, Jão!
> Bomba relógio prestes a estourar (Osborn, Briso, & Topczewski, Emicida: Boa Esperança, 2015)

A comparação entre as favelas e as senzalas ocorre em função das múltiplas características compartilhadas por esses espaços, entre as quais se pode afirmar a precariedade, escassez, a predominância da população preta, alta densidade de ocupação, pouco ou nenhum acabamento, entre outros. Indo um pouco além, retomando questão da própria ausência de representações gráficas, pode-se estabelecer um paralelo com o trabalho: “Favelas como dano estético: mecanismos estatais de desvalorização de cultura e de memória no Rio de Janeiro” (Silva, 2021), pois o artigo argumenta que as favelas são frequentemente vistas pelo Estado e pela sociedade como locais sem valor cultural ou histórico significativo. Essa percepção leva ao apagamento e desvalorização da memória e cultura dessas áreas, um fenômeno que pode ser paralelizado com a demolição e ausência de imagens das senzalas na Fazenda Boa Esperança, possivelmente lidas como construções muito simples ou precárias diante da luxuosidade da sede. No entanto, não há compreensão da arquitetura da Boa Esperança (fazenda) sem a senzala, pois são um sistema. O rap "Boa Esperança" ressoa essa temática ao comparar as favelas com as senzalas, enfatizando a continuidade da marginalização e opressão das comunidades negras. O apagamento das senzalas nas imagens e no espaço gera lacunas na história da Boa Esperança.

Importante frisar, e redundar quando cabível, que não se aponta para nenhuma direção de reconstrução. Justamente o contrário, a abordagem digital permite a elaboração de conhecimento sobre o que não está mais disponível fisicamente. Com o uso de modelos, pode-se observar o impacto considerável que as exercia no contexto visual. As ausências são destacadas por incidirem sobre elementos de relevo na arquitetura e na história da Fazenda, assim como as senzalas.

2.4.3 Chafariz

> Observa-se também que algumas residências coloniais possuíam seus próprios chafarizes. Isso se dava quando os proprietários possuíam nascentes d'água nos próprios terrenos - porque, neste caso, as águas eram, juridicamente, consideradas de direito do dono do terreno - ou quando os particulares solicitavam licença do Senado da Câmara para "tirar" água do encanamento público. Ao contrário dos chafarizes públicos, os chafarizes particulares foram muito pouco estudados, de maneira que não se sabe ao certo se eles eram frequentes nas residências. É provável que eles tenham se multiplicado à medida que a mineração entrou em decadência, isto é, à medida que a população decaiu e aumentou a disponibilidade de água na sede urbana (Fonseca, 2004, p. 48-49).

> Na roça, a água era obtida de poços, de olhos-d'água ou do próprio rio ou ribeirão próximo, o que justificava a posição da casa de morada na meia encosta, protegida das enchentes e perto, o quanto possível, do curso d'água e a água da chuva também era aproveitada em muitos casos, captadas dos telhados e dirigidas por tubulações primitivas de taquaras ou troncos de embaúba, principalmente encavados e ligados a reservatórios improvisados (Lemos, 1978, p. 35).

Essas citações relacionam a importância da água primeiramente no contexto urbano e depois no rural, indicando como a proximidade da uma fonte hídrica foi fundamental nas residências. O chafariz da Boa Esperança foi um elemento simbólico, definidor da arquitetura e central na vida da Fazenda. Sua subtração compromete a compreensão do espaço enquanto lugar e enquanto unidade produtiva sob a perspectiva histórica. A Figura 72 mostra o modelo elaborado a partir dos achados que serão apresentados na sequência.

Figura 72 – Modelo do chafariz e ambientação do pátio frontal

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

O livro de memórias de Antônio Lara Resende, neto de Joaquim Lara, patriarca da segunda família proprietária da Fazenda, traz inúmeras menções a ela, invariavelmente repletas de admiração e saudosismo. No texto “Felicidade pelo óculo-de-ver-ao-longe”, Antônio Lara recupera memórias ligadas à Fazenda do avô, que chama de Palácio Rural, e lamenta a perda de grande parte de seus elementos para colecionadores e mercadores, especialmente o chafariz de cantaria em pedra sabão, que ficava no pátio frontal da FBE:

> Penoso é verificar que do velho palácio rural, só resta, de algum valor, o que não puderam recobrir, e o que não puderam vender a mercadores ou colecionadores de antiguidades.
> Um rico chafariz de cantaria finamente trabalhada que ornamentava o pátio da frente, à sombra de duas sapucaieiras seculares, há trinta e tantos anos, foi vendido por oitocentos mil réis a um esperto mercador, o qual, segundo informou uma revista carioca, o teria revendido, pouco depois, por mais de cem contos, o que na ocasião, representava boa fortuna. Imagens, castiçais, móveis, utensílios, objetos de adorno foram sendo alienados até desaparecerem todos (Resende, 1970, p. 21).

O trecho mostra a ação dos comerciantes de antiguidades sobre a Boa Esperança, resultando em subtrações significativas. O jornalista Tarcísio Martins, fundamental para a historiografia da FBE, buscou mais detalhes sobre o processo de venda do chafariz que teria ocorrido enquanto estava sob a posse da terceira família, os Mendonça:

> Eliziário Ferreira de Mendonça, herdeiro do coronel, nasceu na fazenda e lá residiu até o início de 1940. Eliziário vendeu o chafariz de cantaria, que ornamentava os jardins do pátio frontal, para um armador gaúcho. O chafariz foi transportado para a residência do armador em Copacabana, Rio de Janeiro. Vítima de uma queda de cavalo, Eliziário deixou herdeira e viúva Maria José Ferreira de Mendonça, também sobrinha, filha do irmão "Zeca Mendonça". Maria vendeu a Fazenda em 27 de abril de 1944, por Cr$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil cruzeiros) (Martins, 2007, p. 53).

É preciso destacar aqui que a busca por maiores informações sobre o chafariz foi uma tarefa um tanto áspera dentro da pesquisa. Foram vistos milhares de arquivos, fotografias, arquivos de jornais, feitas pesquisas em acervos digitais e presenciais nos arquivos profundos do IEPHA, do IPHAN. Chegou-se a entrevistar descendentes do Velho Mendonça (como era chamado o coronel) em uma residência no município de Contagem. A conversa, que foi motivada por um inusitado encontro entre o pesquisador e um descendente de proprietários na própria Fazenda, apesar de um tanto prazerosa e recheada de *causos* do universo da FBE, não trouxe mais clareza sobre a questão do Chafariz. Inclusive, o Sr. Laurentino Mendonça, o entrevistado, afirmou se lembrar das histórias sobre a venda do chafariz, mas, segundo ele, o vendedor teria sido o Barão de Paraopeba. Vale o comentário que é recorrente a atribuição de diversos fatos, casos e causos, ao Barão de Paraopeba. Cotejando tais possibilidades com a linha do tempo que foi organizada pela pesquisa e outros fatos, verifica-se sua impossibilidade. É como se o capitão das milícias tivesse se tornado um mito sob o título de Barão, que pôde aproveitar por pouco tempo. Por isso na pesquisa optou-se por entrevistas como meios para localizar fontes documentais, ouvindo com cautela o que é contado sobre histórias seculares. Outra entrevista, com Tarcísio Martins, já apontou caminhos mais concretos. Para a escrita de seu livro sobre a Fazenda, o jornalista entrevistou muitas pessoas, familiares de proprietários,

de trabalhadores, além de ter percorrido arquivos diversos. Na conversa, ofereceu mais detalhes ausentes no livro e disse que um pároco teria visto o chafariz da FBE exposto temporariamente na praça XV de Novembro do Rio de Janeiro, nos anos 40. Teria saído da FBE desmontado em carro-de-bois[77] e ido para o Rio de Janeiro de trem. Esse relato foi o estopim para buscas sem fim – e sem sucesso – por alguma foto que registrasse o ocorrido, ou mesmo por "uma revista carioca" que tivesse noticiado a venda conforme a menção de Lara (Resende, 1970, p. 21). Antônio Lara menciona no trecho que se segue o destino de outro objeto oriundo da arquitetura da FBE, uma fechadura:

> Emigrando da Fazenda da Boa Esperança por mãos de Antônio Pinto de Oliveira Neto e Quinto G. Tolentino, parece ter tido aquela fechadura a sorte de figurar, não mais na porta da despensa de um solar já morto, mas na entrada principal de rica Fazenda, no esplendor da vida de um ex primeiro-Ministro de Estado, hoje deputado federal. E é de notar a coincidência de ter-se ela mudado da Fazenda da Boa Esperança, a mim ligada por tantos títulos, para outra pertencentes a duas famílias a que também me ligam estreitos laços de amizade: a família Almeida Neves, de São João del Rei, e a família Guimarães, Tolentino, de Cláudio. De uma fortuita conjuntura de circunstâncias resultou um como símbolo amável (Resende, 1970, p. 22).

O fato é que a melhor informação que se poderia obter sobre o chafariz da FBE é dele próprio. Assim como a fechadura mencionada por Lara, pode existir em algum lugar, possivelmente em uma mansão no Rio de Janeiro, aguardando para ser reconhecido e resgatado. Provavelmente já pode ter sido fotografado mesmo que tenha sido destruído, mas também é possível que pessoas que estejam convivendo com esse fragmento de história sequer tenham conhecimento de sua origem.

As primeiras fotos da FBE foram tiradas por volta dos anos 40. No entanto, em nenhuma delas o chafariz é registrado. Esse é um gargalo recorrente na pesquisa, orientada pelo objetivo da elaboração de formas de preencher lacunas, mas que esbarra na ausência de representações gráficas do que já foi perdido. Essa característica implica o uso de referências externas para viabilizar a elaboração de hipóteses. É possível pensar que se ainda estivesse presente um elemento descrito com tantos requintes portando-se como um marco vertical que conferia centralidade ao vasto pátio frontal, certamente teria sido objeto de interesse dos fotógrafos. Por isso parece que todas as fotografias da FBE foram tiradas justamente após a remoção do chafariz. A

[77] Ver item 3.4 desta tese

Figura 73 e a Figura 74 constam no acervo digital do Arquivo Público Mineiro e no acervo digital do IPHAN, respectivamente. Provavelmente foram obtidas no mesmo período por volta de 1943, mas foram encontradas em acervos diferentes. O primeiro registro foi feito por Salomão de Vasconcelos, que teve papel crucial no tombamento da FBE, já que foram os seus relatórios que lastrearam o processo de proteção de inscrição no Livro do Tombo na instância federal. Como se pode observar, o enquadramento da primeira imagem não mostra um chafariz. Cotejando o registro com a linha do tempo, lembramos que a FBE esteve sob a posse dos Mendonça, que teriam vendido o chafariz em por volta de 1940. Sugere-se que as fotografias teriam sido tiradas pouco depois da remoção da peça. No entanto, chama atenção um objeto que na primeira imagem está no limite esquerdo da fotografia, próximo ao centro, em frente à porta das senzalas, e na segunda, bastante em evidência em primeiro plano, é o tanque de pedra sabão ainda presente na FBE, porém constantemente é transportado e visto em diferentes posições nos pátios externos, usualmente apontado como “banheira do Barão”. O fato de as imagens terem sido obtidas logo após a remoção sugere que é possível que esse tanque seja uma peça que ficava anexa ao chafariz para disposição de água para cavalos e outros animais. Fica evidente que o fotógrafo privilegia ressaltar a relação da verticalidade da sapucaia diante das edificações na primeira imagem, mas também é possível que a remoção do chafariz tenha gerado algum entulho no centro do pátio, e Vasconcelos tenha evitado justamente o enquadramento do rasgo deixado pela subtração do elemento. Na segunda imagem também chama atenção o volume de pedras amontoado sobre as raízes da sapucaia.

Figura 73 – Fotografia: Pátio frontal, sede e senzala em 1943

Fonte: SALOMÃO DE VASCONCELOS, 1943. Arquivo Público Mineiro – Código FAL-2-2-031(54).[78]

[78] Salomão de Vasconcellos, Belo Vale, 1943. Foto inserida no álbum: "Itaverava, Queluz, Congonhas e Belo Vale".

Figura 74 – Fotografia: Fachada frontal da sede nos anos 40

Fonte: Rede de arquivos do IPHAN Código F010424, s.d..

Posta a ausência de registros gráficos capazes de revelar os detalhes volumétricos e a plasticidade do chafariz, como fotos, pinturas ou desenhos utilizados em sua produção, assim como foi o caso do engenho, buscou-se organizar outras maneiras para orientar a elaboração de um modelo. Foram organizadas as descrições documentadas do chafariz, e em paralelo buscou-se a referência visual de outros chafarizes executados no mesmo período e região. No entanto, nos acervos fotográficos analisados não localizamos modelos que fossem minimamente similares às descrições[79]. Os relatos mais antigos datam de 1856, quando foi elaborado o inventário do Barão de Paraopeba. A descrição do inventário é então replicada no testamento de forma literal, e assim é a mesma que consta no livro "Família Monteiro de Barros", vista no início desta seção. Apesar de a descrição do inventário trazer dados importantes, como a informação de um tanque e um chafariz, do fato de ser pedra de cantaria e técnica de repuxo, a descrição feita por José Rosa Rodrigues, trabalhador que chegou à Fazenda por volta de 1915, foi de fato elucidativa por trazer uma percepção com medidas, proporções e maiores detalhes formais da peça:

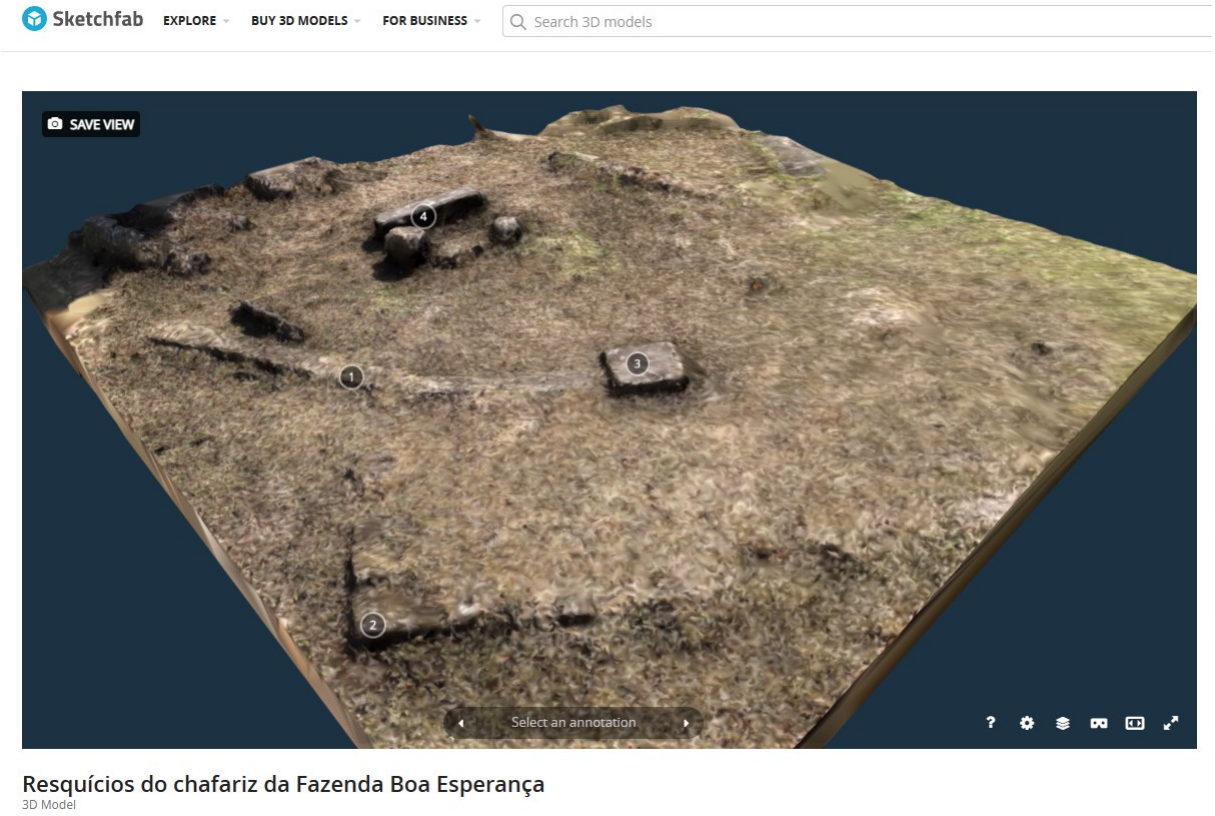
> O chafariz com altura aproximada de quatro metros saltava um jorro d'água de rara beleza pela boca de um leão. A água cristalina descia sobre três bacias de pedra,

[79] Uma tese que aborda, entre outras, a ermida da Fazenda sugere a influência da cultura do norte de Portugal, origem dos Monteiro de Barros, na implantação da capela privativa da FBE (Machado, 2019). Talvez a proposta do chafariz possa ter origem similar, mas também não houve fatos para sustentar essa possibilidade.

> superpostas, com diâmetros diferentes. A água escorria ao redor das bacias e caía em um tanque de 16 metros quadrados, localizado no centro do pátio, entre as quatro sapucaias (Martins, 2007, p. 44).

O relato de Rosa converge com o levantamento realizado onde estão os vestígios do chafariz. No levantamento, a superfície do solo com os afloramentos em pedra foi digitalizada em fotogrametria Sfm para recuperação de medidas e conservação do registro do sítio arqueológico (Figura 75).

Figura 75 – Tela: Digitalização geométrica SfM - Base do Chafariz

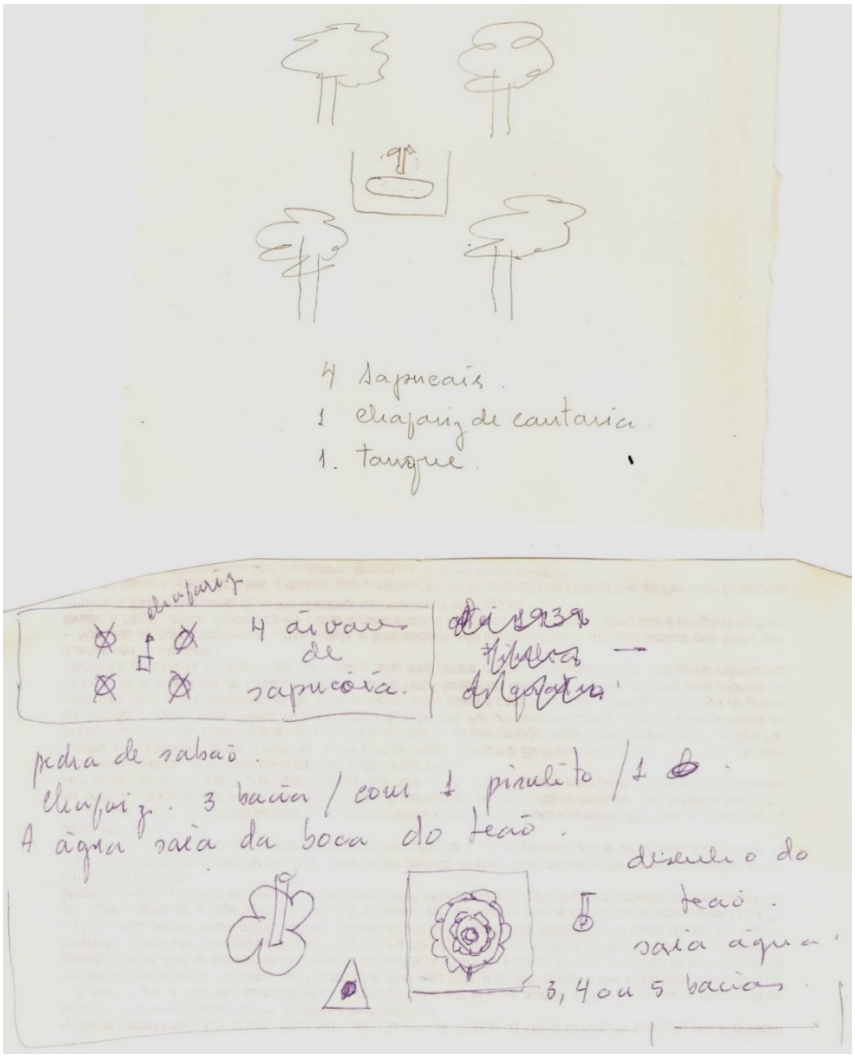


Fonte: Elaborada pelo autor, 2024[80].

Diante do relato, retomamos a conversa com Tarcísio, que teve o privilégio de entrevistar João Rosa em 1998. Generosamente foi cedido um material que ficara fora da publicação, mas que é valioso nessa tarefa de buscar conhecer o chafariz da FBE, um conjunto de croquis feitos na ocasião da entrevista (Figura 76).

[80] https://skfb.ly/oPBvD

Figura 76 – Croquis do Chafariz



Fonte: Acervo pessoal de TARCÍSIO MARTINS, 1998.

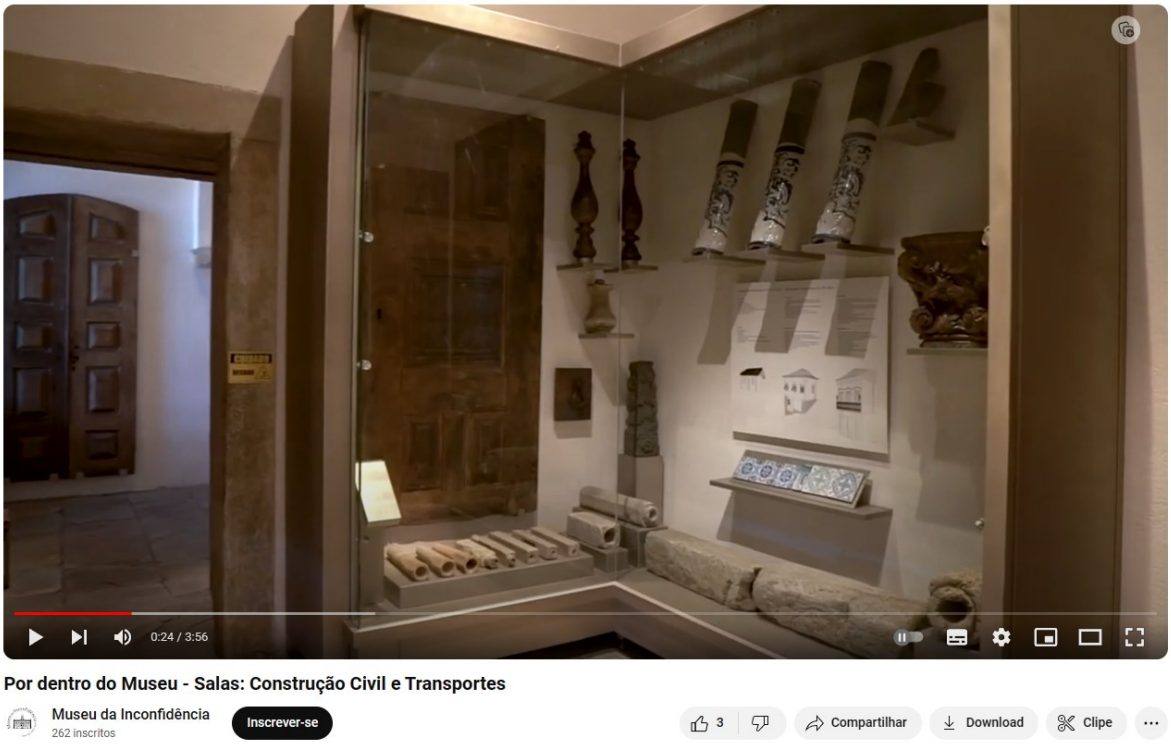
Pode-se perceber que um dos croquis é uma sugestão de planta do chafariz, que mostra um tanque quadrado com uma sucessão de bacias concêntricas, porém de raios decrescentes. O embasamento quadrado do tanque de fato sugere medidas próximas aos 16 metros quadrados informados por Rosa. É importante se pensar que com uma escravaria de 151 pessoas eram necessários muitos recursos, e a água certamente era o principal deles, o que faz o chafariz crucial para o modelo de funcionamento da propriedade e justifica o tamanho do tanque descrito por Rosa.

Outra fonte para se conhecer o chafariz são os vestígios da sua presença persistentes na Fazenda. O que resta dele e dos sistemas de condução de água da Boa Esperança são alguns alcatruzes que foram escavados e o afloramento de outros deles conectados a uma peça quadrada identificada adiante como uma possível “pia”, próximos ao local em que o chafariz esteve instalado, conforme já constatado em um levantamento de 2009 (Aro Arquitetos

Associados Ltda., 2009). Oportunamente, na sequência, apresenta-se a definição de alcatruz extraída do Glossário de Arquitetura e Ornamentação do Barroco mineiro (Ávila; Gontijo; Machado, 1996): “Do antigo chafariz, remanescem apenas os embasamentos de pedra (que ocupam uma projeção aproximadamente quadrada) e parte do sistema de condução de água através de alcatruzes. Algumas destas peças foram desenterradas e deixadas expostas nas proximidades do chafariz (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009). Segundo Ávila, Gontijo e Machado (1996): “Alcatruz. Conduto de água que, nas localidades antigas de Minas, era geralmente feito de pedra com assentamento em cal e areia e juntas betumadas ou ligadas por cal preta e azeite de mamona.”

Os alcatruzes da FBE estão expostos nas áreas externas, o que é possível em função de sua materialidade, de pedra-sabão. Mas é importante perceber tais objetos como valiosos acervos, símbolos de tecnologias que já foram superadas, mas que ilustram a complexidade dos sistemas hidráulicos na FBE. Conforme ilustra o vídeo (Figura 77) disponível no canal do Youtube do Museu da Inconfidência, a instituição disponibiliza em sua vitrine alguns alcatruzes compondo um conjunto de acervos que representam singularidades de elementos construtivos do passado.

Figura 77 – Alcatruzes na vitrine do Museu



Fonte: Captura de tela feita pelo autor de vídeo postado pelo Museu da Inconfidência no YOUTUBE, 2021[81].

[81] https://youtu.be/6us-Kvuud7E?si=TiG_ZF82fI1HAZnv

Mais prospecções arqueológicas poderiam trazer esclarecimentos para essa e outras questões. Em 2009, com a finalidade de elaborar um projeto de restauro, foi conduzido minucioso levantamento da FBE. O documento produzido é uma fonte interessante, pois converge boa parte do que se conhecia até aquele momento sobre a Boa Esperança. Algumas imagens e trechos do relatório foram mobilizados nesta pesquisa. Nas figuras 78 e 79 constam as fotografias dos vestígios do chafariz como estavam em 2009.

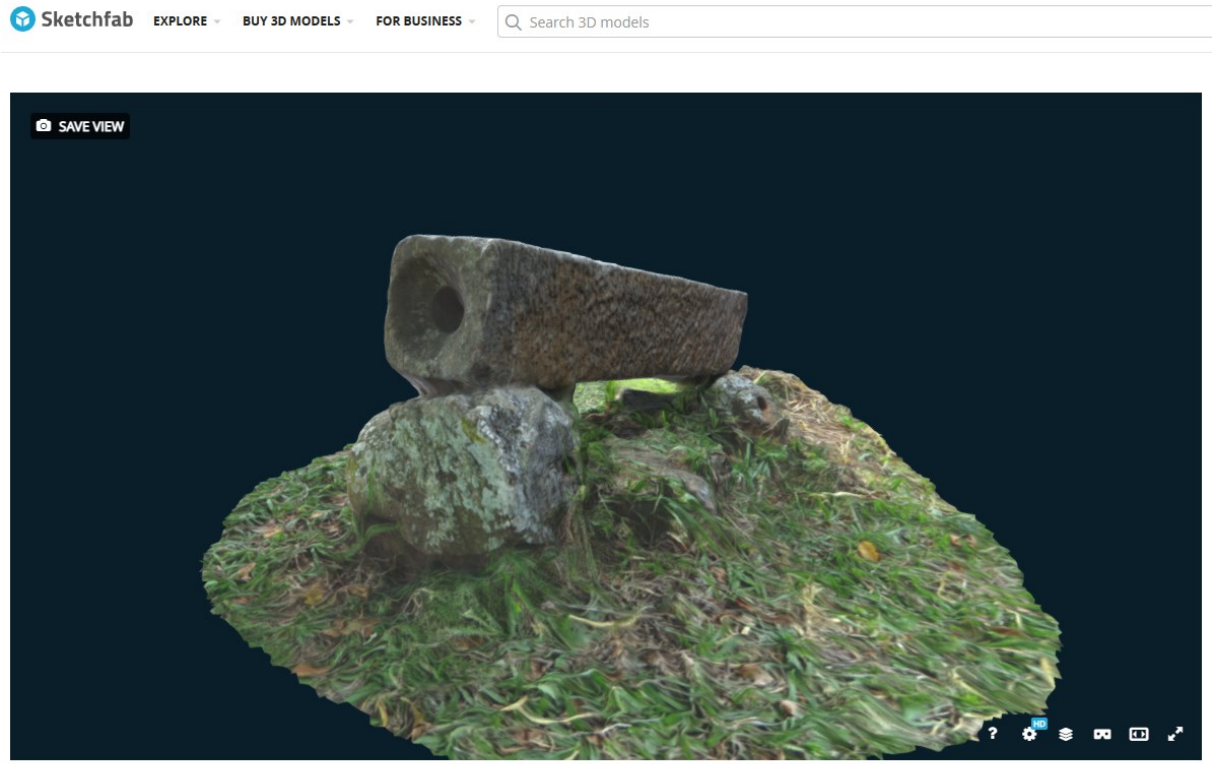
Figura 78 – Resquícios do chafariz e alcatruzes (1)

Figura 79 – Resquícios do chafariz e alcatruzes (2)

Fonte: ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, 2009, p. 232.
Nota: Vistas gerais dos embasamentos de um antigo chafariz que existia no pátio frontal e de alguns de seus alcatruzes atualmente expostos. Fotos de Claudia Stancioli em 17/03/2009.

As características físicas dos alcatruzes, sem brilho e de volume simples, sem reentrâncias complexas, fazem do conjunto de peças do encanamento de pedras viável para digitalização através de fotogrametria SfM. Assim, procedeu-se com a captura das imagens e posterior geração do modelo geométrico um dos produtos anexos da pesquisa. Ao digitalizar o acervo de um bem tombado, seja sua totalidade ou parte dele, torna-se possível que outros pesquisadores possam visualizar uma representação digital fidedigna onde quer que estejam fomentando outros estudos. Utilizamos a plataforma Sketchfab (Figura 80) para disponibilizar os modelos geométricos produzidos durante a pesquisa.

Figura 80 – Modelo geométrico SfM dos alcatruzes



Fonte: Captura de tela obtida pelo autor, 2021[82].

Os alcatruzes digitalizados são as mesmas peças registradas em 2009. Observa-se que são três peças de formas distintas e são necessários estudos especializados para compreender como eram utilizados na condução da água e controle de pressão. Uma ferramenta para tal é a elaboração de modelos digitais em softwares específicos, o que viabilizaria até mesmo testes e simulações, considerando suas especificidades físicas para compreensão das funções que desempenhavam.

[82] https://skfb.ly/oPAvy

Figura 81 – Estrada para a FBE em julho de 2023

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 82 – Alcatruz removido em julho de 2023

Fonte: Acervo do autor, 2024.

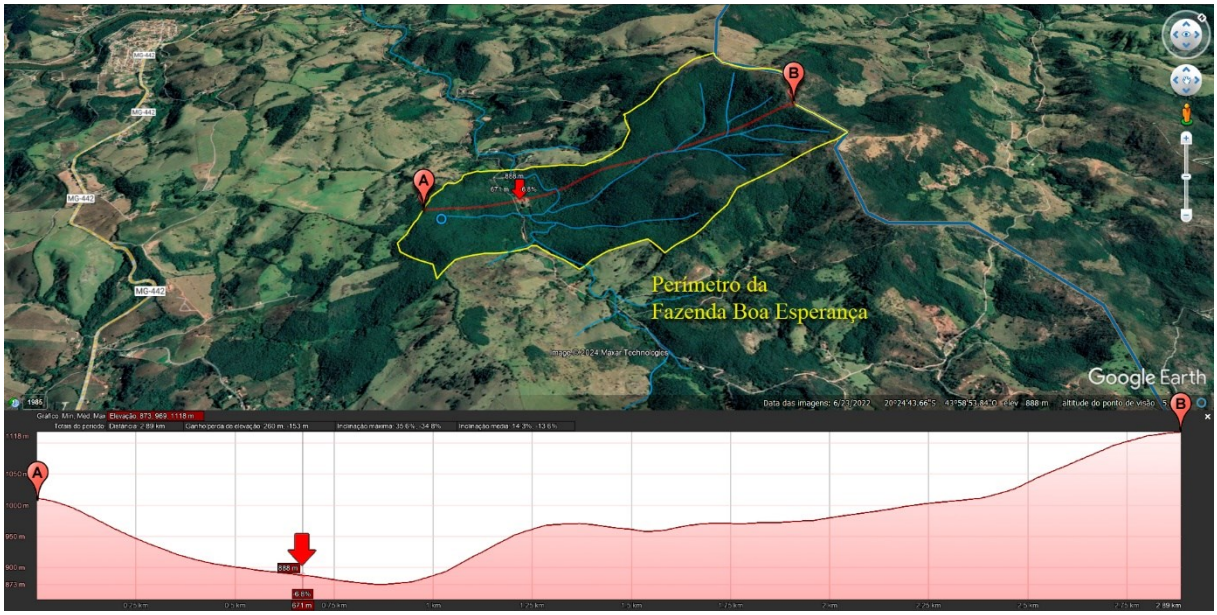
Quando teve início a pesquisa, em agosto de 2019, a chegada à Fazenda ainda era antecedida por um percurso através de uma bucólica via de terra (Figura 81), com cerca de 4 quilômetros, que, apesar da largura farta, tornava-se um obstáculo em dias muito chuvosos. Era, porém, como um portal permitindo uma transição entre o ritmo e a paisagem da rodovia, para paisagens rurais, edificações espaçadas entre si, travessia de animais, sem que se pudesse ver tanto céu, dada a farta presença de copas das árvores entre nós e a abóboda celeste. A estrada de terra conduzia, por fim, a um estimado bem do século XVIII. Posteriormente, em 02 de julho de 2023, em nova visita, encontrava-se a estrada em processo acelerado de instalação de asfalto.

As copas das árvores e o verde foram substituídos por grosseiros taludes sem sombra (Figura 82). O que era um portal tornou-se apenas mais uma estrada. De todo modo, o que faz esse fato presente aqui é como ele ilustra a importância da interpretação de todo o contexto da FBE como um sítio arqueológico em potencial. Ao escavar o solo, uma das máquinas interceptou a linha de alcatruzes que passava sob a estrada conduzindo a água da nascente à sede. Além dos danos que a pá causou na peça, não houve registros de sua posição ou qualquer procedimento arqueológico, tendo-se perdido uma oportunidade para documentar novos conhecimentos sobre a FBE, especificamente compreender maiores detalhes das relações da arquitetura com os sistemas hidráulicos e as fontes de água que permitiam que a unidade produtiva funcionasse. Lembra-se que foram prospecções arqueológicas nos anos 90 que trouxeram revelações significativas sobre a FBE:

> Uma inovadora e positiva parceria para a Fazenda Boa Esperança foi o acordo estabelecido entre o IEPHA e o Instituto Metodista Izabela Hendrix para a realização do "Curso de Arqueologia Histórica", (...)Durante o período compreendido entre 1995 a 1997, aconteceram três cursos, com carga horária de 20h/a, voltados para alunos do curso de Arquitetura do Izabela Hendrix, porém antes de se iniciar o curso, toda a área da fazenda passou por uma prospecção.(...)A importância das pesquisas arqueológicas foi de, principalmente, identificar de forma mais precisa pisos, níveis, canaletas do antigo sistema de abastecimento hídrico, sistemas de irrigação, dutos executados em pedra, localização e resquícios de chafarizes, e outros. Foram encontrados, ainda, diversos materiais de uso doméstico, provavelmente fundidos na própria fazenda como talheres, botões, chapas de ferro, pregos, cravos e lingotes. Importante é o alerta que se faz para que cada item/edificação da fazenda seja tratado de forma específica por apresentar técnicas construtivas diferentes e mesmo agenciamentos. Tal ação permitiria não só a preservação histórica e arquitetônica, como a arqueológica (Aro Arquitetos Associados Ltda., 2009, p. 39-40).

As peças reminiscentes somadas às dimensões e requintes atribuídos ao chafariz certamente apontam para um elemento de forte presença na configuração espacial do pátio frontal. Sugere-se que possa existir outro valor simbólico atrelado à presença desse elemento. A hipótese é que ao longo de sua atividade minerária Romualdo tenha se aproximado de conhecimentos avançados no manejo hidráulico, possivelmente detendo a força de trabalho, escravizada, para a execução de projetos complexos. Alguns fatos sugerem essa possibilidade, que colocaria o chafariz na condição de um símbolo do domínio de tecnologias hidráulicas, fato evidente em toda a arquitetura da Fazenda desde sua implantação para funcionar a partir do uso da água como força motriz. Topograficamente, a posição do Boa Esperança é a melhor possível para se aproveitar dos cursos d'água e ao mesmo tempo não ficar sujeita a inundações, ficando um pouco mais alta que a cota mais baixa do terreno conforme se pode observar no corte da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 83 – Perfil do terreno e implantação da Boa Esperança



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

O corte longitudinal definido pela linha vermelha A-B atravessa terreno da FBE passando por ela (seta vermelha). Os corpos d'água que compõem a Bacia do Rio Paraopeba foram sobrepostos ao mapa, o que permite observar a proximidade do ponto A com uma nascente. A Fazenda está implantada em uma cota elevada em relação ao leito do Ribeirão da Boa Esperança, porém mais baixa e relativamente próxima ao ponto A, o que pode favorecer a pressão, contribuir para mover todo maquinário, abastecer o chafariz e o tanque.

Apesar de não terem sido realizados cálculos para tal, é possível estimar que um chafariz que jorra água a quatro metros de altura do solo certamente requeira o controle da pressurização da água. A atividade minerária de Romualdo foi, em certo momento, orientada pelo iminente Barão de Eschwege[83], conforme relato do próprio, que data por volta de 1815, cinco anos antes da data cravada sobre o portal de entrada do paiol e da provável conclusão da construção da Fazenda em suas configurações principais:

> Somente com muito trabalho convenci um amigo, coronel Romualdo, a construir um pilão de socamento hidráulico, ao qual ele, depois, prestou inteira justiça. Na Gazeta do Rio de Janeiro foi publicado um atestado em que se declarou que o pilão, com dois escravos, produzira tanto em dois dias, que oitenta escravos em oito dias não o teriam conseguido. Mesmo essa notícia não despertou ainda os mineiros do seu sono, e,

[83] Wilhelm Ludwig von Eschwege, o Barão de Eschwege, foi um influente geólogo e metalurgista alemão na mineração em Minas Gerais. Em 1810, dirigiu o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro e introduziu técnicas avançadas de extração mineral. Ele fundou a Fábrica de Ferro Patriótica em Congonhas do Campo, marcando o início da produção industrial de ferro no país. Em Itabira, Eschwege inovou na mineração de ouro com o coronel Romualdo José Monteiro de Barros, utilizando recursos hidráulicos. Suas ações foram cruciais para o avanço da mineração e da indústria em Minas Gerais.

> apesar da assistência, que eu prometi prestar-lhes, ninguém se convenceu a abandonar os velhos processos rotineiros.
> (...) Romualdo Je. Monteiro de Barros, Professo na Ordem de Cristo, Coronel de Milícias. Atesto, e faço certo que por insinuação do Tenente-Coronel Guilherme, Barão de Eschwege, fiz construir uns Engenhos para reduzir a pó, e ao mesmo tempo lavar a formação de pedra da minha Lavra seguindo-se em tudo a sua direção com que principiei logo a perceber a grande vantagem de tirar 26 oitavas de uma Mina abandonada pela sua pobreza, no curto espaço de pouco mais de dois dias de trabalho em que foram ocupados apenas dois escravos, vantagem esta que dantes não percebia com trinta praças ocupadas na mesma Mina em uma Semana, e por esta me ser pedida a passei para constar. Morro de Santo Antônio 13 de maio de 1815. – R. J. M. de B. (Eschwege, 2011).

O relato converge com outra menção ao uso de tecnologias hidráulicas na atividade minerária do Barão na Lavra das Goiabeiras, propriedade de recorrentes menções, dada sua abundância em ouro. Curiosamente, o trecho também indica que é no exercício da mineração que Romualdo sofre um acidente, que posteriormente causa seu falecimento, sucedido pelo abandono da Lavra. Na transcrição estão destacados com grifos nossos aparentes dizeres do próprio Barão:

> Também explorou por muitos anos as jazidas de ouro do Morro de S. Antônio e do Vieiro, e a seguir, a enorme jazida das Goiabeiras, por ele adquirida. Conhecedor profundo dos segredos guardados nesses terrenos auríferos, tinha pelas. Goiabeiras especial preferência, dizendo que "se conseguisse trazer água ás Goiabeiras, não teria onde guardar tanto ouro". Com efeito, realizou aí grandes obras para canalização de água e construção de pilões para trituragem do minério escavado da mina. Os resultados obtidos excederam a sua expectativa: o ouro abundou; mas ao desmoronamento das galerias sobreveio a morte do laborioso mineiro, e com essa morte, a partilha e abandono da propriedade por parte dos novos donos bem estabelecidos na Côrte (Brotero, 1951, p. 987).

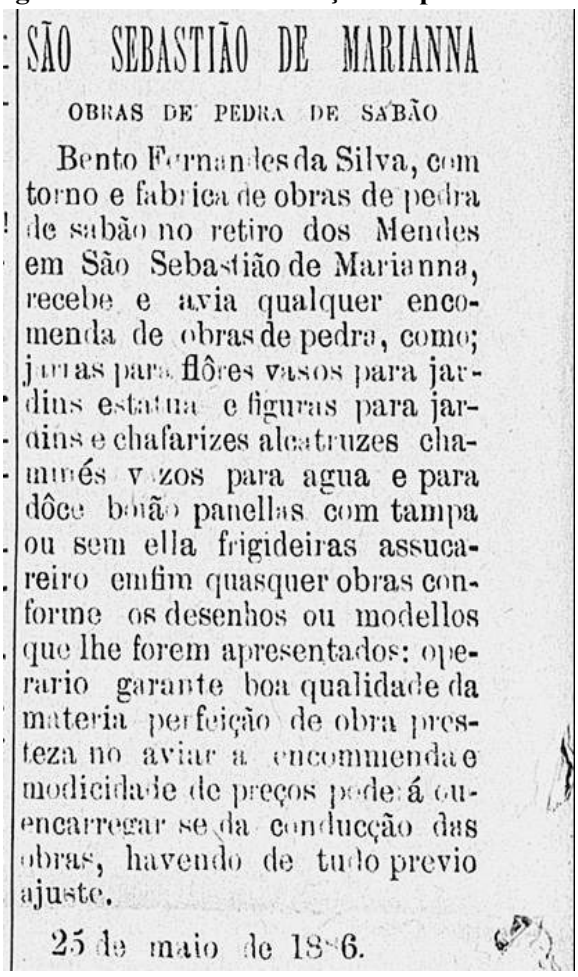
Já por volta do ano de 1818, pouco antes da provável conclusão da construção da Fazenda, Romualdo é visitado por Spix e Martius, cujos relatos têm grande valor historiográfico e que indicam explicitamente terem como "meta de viagem" Romualdo Monteiro de Barros para observar seu desempenho na mineração que ecoava na Europa. Destaca-se o trecho que narra o encontro, mais uma vez com grifos nosso,s com os trechos alusivos ao uso da água pressurizada e com certa crítica à segurança do processo:

> O inspetor da forja de ferro acompanhou-nos, no dia seguinte, à lavra, uma e meia légua distante a sudeste, pertencente ao Sr. Romualdo José Monteiro de Barros, a meta de nossa viagem. Aqui fomos acolhidos pelo proprietário, coronel de milícias, com a generosa hospitalidade própria do mineiro. Depois do almoço levou-nos ele a sua lavra (...) para desentranhá-los, o dono tem descalçado à montanha em diversos lugares, por meio de violentos jatos de agua, e com isso produziu tão íngremes barrancos na pedra friável, que mal se pode, sem perigo de desmoronamento, prosseguir pelas veias mais adentro. Seria muito mais aconselhável fazer exploração sistemática com galerias em carpintaria e poços. (...) (Spix; Martius, 2017).

Nesse contexto, ao erguer a Fazenda, estaria estabelecido, na construção do chafariz, um símbolo da prosperidade econômica e do domínio de tecnologias de manejo da água do então Coronel de Milícias Romualdo, e simultaneamente o coração da unidade produtiva do qual era tirada a água para todas as pessoas e animais beberem, para os serviços domésticos, para tudo.

Não é impossível também que, ao invés de ter sido construído sob a intervenção direta do Barão e dos trabalhadores sob sua posse, a execução do chafariz tenha sido uma contratação de um serviço especializado realizado por empreiteiros da região. Apesar da distância temporal, foi localizado através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional um anúncio em um jornal de Ouro Preto 1886, que traz a oferta de serviços como os que foram empregados na construção do chafariz da Fazenda Boa Esperança (grifos nossos):

Figura 84 – Anúncio: Serviços em pedra-sabão 1886



SÃO SEBASTIÃO DE MARIANNA

OBRAS DE PEDRA DE SABÃO

Bento Fernandes da Silva, com torno e fabrica de obras de pedra de sabão no retiro dos Mendes em São Sebastião de Marianna, recebe e avia qualquer encomenda de obras de pedra, como; jarras para flôres vasos para jardins estatua e figuras para jardins e chafarizes alcatruzes chaminés vazos para agua e para dôce bacião panellas com tampa ou sem ella frigideiras assucareiro emfim quasquer obras conforme os desenhos ou modellos que lhe forem apresentados: operario garante boa qualidade da materia perfeição de obra presteza no aviar a encommenda e modicidade de preços poderá ou encarregar se da conducção das obras, havendo de tudo previo ajuste.

25 de maio de 1886.

São Sebastião de Mariana
Obras de pedra de sabão
Bento Fernandes da Silva, com torno e fábrica de obras de pedra sabão no retiro dos Mendes em São Sebastião de Marianna, recebe e avia qualquer encomenda de obras de pedra, como; jarras para flores, vasos para jardins estatua e <u>figura para jardins e chafarizes alcatruzes</u> chaminés, vasos para água e para doce, (?) panelas com tampa ou sem ela frigideiras açucareiro enfim quaisquer obras conforme os desenhos ou modelos que lhe forem apresentados: operário garante boa qualidade da matéria perfeição de obra presteza no aviar a encomenda e modicidade de preços poderá encarregar-se da condução das obras, havendo tudo prévio ajuste.
25 de maio de 1886[84]

Fonte: Recorte do jornal LIBERAL MINEIRO – órgão do Partido Liberal n.51 Ouro Preto, 3 julho 1886, p.4.

[84] Transcrição livre com grifos nossos

O anúncio (Figura 84) traz um ponto interessante, que é a demanda por desenhos prévios para a execução das peças, pressupondo a atividade de projeto, o que poderia deixar rastros documentais. Apesar da data já distante da construção e muito posterior ao falecimento do Barão, é um fato que ilustra a diversidade comercial em Minas Gerais e uma das formas de contratação desse tipo de serviço. Um artigo, no entanto, foi capaz de prover mais detalhes que reforçam a atuação de empreiteiros construtores em Mariana na realização de obras urbanas relacionadas aos sistemas hidráulicos no século XVIII. O trabalho intitulado "O caminho das águas na América Portuguesa: a rede de abastecimento de Mariana no século XVIII" (Ribeiro-Tedeschi, 2014) traz informações técnicas coerentes com as descrições do chafariz da FBE que podem esclarecer as tecnologias usadas, primeiramente abordando o material pedra sabão:

> Assim como o tipo de rede adequava-se às propriedades naturais do terreno, o mesmo ocorreu com o material utilizado nos encanamentos. O quartzo e o esteatito, conhecidos, respectivamente, por itacolomito e pedra-sabão, abundantes na Serra do Itacolomi, foram empregados nos canos de repuxo e nos chafarizes (Ribeiro-Tedeschi, 2014).

Complementarmente, Fonseca (2004), que apresenta um panorama do uso das águas em Ouro Preto no século XVIII, em sua dissertação, traz informações de materiais usados nos tanques:

> O material preferencialmente empregado nos tanques, ornatos, muro era a pedra do Itacolomy (da mais branca) ou a de Tapanhoacanga. Os encanamentos, por sua vez, eram feitos de telha bem grossa, alcatruzes de barro vidrado ou de pedra, betumados com azeite do reino. As carrancas, quando determinadas, seriam tantas quantas fossem as bicas, feitas de bronze ou de pedra. O pagamento era feito em duas (início e fim da obra) ou três parcelas (início, meio e fim da obra) (Fonseca, 2004, p. 62).

Neste outro trecho a autora descreve a função dos chafarizes dentro do sistema de águas e da sociedade de Mariana sob uma perspectiva técnica. O modelo de fonte usado nos espaços urbanos de Mariana e Ouro Preto é diferente do descrito para a Fazenda, conforme a menção a seguir.

> No circuito das águas, os chafarizes funcionavam como pontos terminais do abastecimento e como artefatos do mobiliário urbano. Geralmente, apresentavam em sua estrutura arquitetônica um frontispício com uma ou mais bicas, metidas em carrancas ou ornamentos decorativos. A água caía continuamente pelos canudos em direção à taça (pia), e suas sobras eram reaproveitadas, nos bebedouros, para os animais e, nos tanques, para as lavadeiras (Ribeiro-Tedeschi, 2014).

Já neste trecho são esclarecidas as funções de peças diferenciadas no sistema hidráulico. Sob essa perspectiva mais técnica, focada nas funções específicas de cada peça, novos estudos podem resultar em achados mais precisos.

> As pias de pedra, conhecidas por "registros", "arcas" ou "caixas" de quartzito, eram formas construtivas distribuídas pelos vários trechos do encanamento e imprescindíveis ao funcionamento e à conservação da rede de abastecimento subterrânea. Ao contrário dos grandes reservatórios e galerias do Aqueduto das Águas Livres, os registros de Mariana eram simples caixas de pedra colocadas em trechos estratégicos do encanamento para distribuir o volume da água e servir como pontos de pressão e limpeza do aqueduto. As caixas também serviam como marcadores do itinerário invisível das águas. Quando houvesse interrupção, diminuição do fluxo ou impurezas nas águas, os construtores recorriam a essas caixas para detectarem em qual intervalo do circuito estaria o desvio e, assim, proceder aos consertos (Ribeiro-Tedeschi, 2014).

É preciso destacar que as referências externas são úteis para se compreender aspectos genéricos a respeito de um elemento que tenha se perdido, neste caso, nomenclaturas de peças, tecnologias construtivas. No entanto, a elaboração de um modelo que possui mais fundamentos indiretos do que diretamente ligados ao objeto irá incorrer em imprecisões. Reconhecido esse fato, é preciso lembrar que se trata de um modelo que é transitório, e novos dados podem ser incorporados para sua atualização mais precisa.

> Ainda hoje, pode-se observar, em diversas casas de Ouro Preto, esses chafarizes privados, ou, pelo menos, resquícios deles. Um exemplo bem conservado encontra-se em uma casa perto da igreja São Francisco de Paula, onde antigamente funcionava o Hospício dos Frades da Terra Santa (Fonseca, 2004, p. 49).[85]

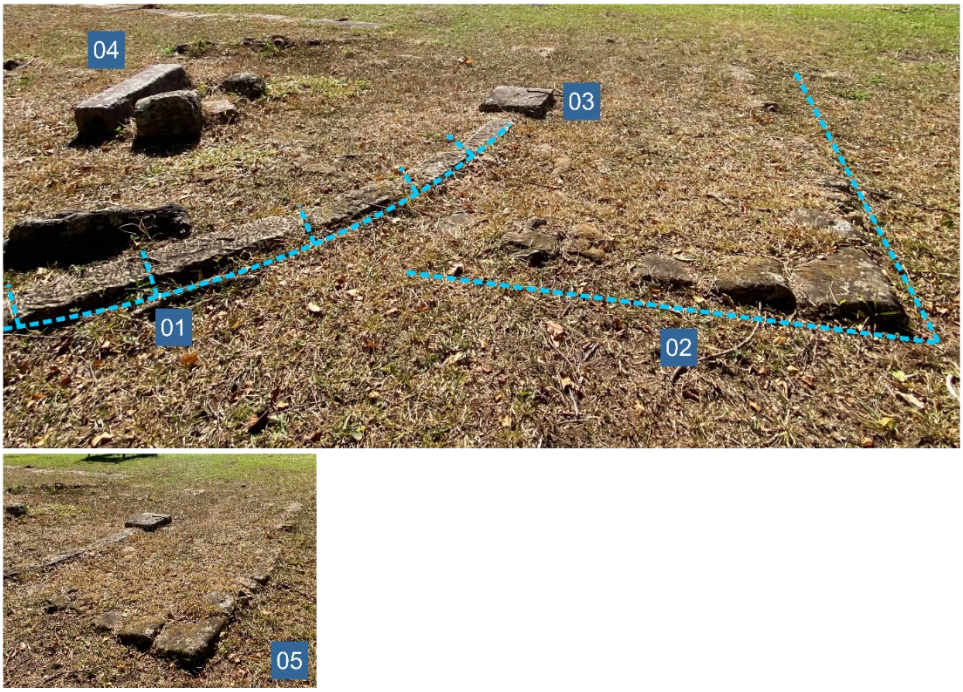
Figura 85 – Chafariz privado de Ouro Preto

Fonte: FONSECA, 2004, p. 49.

[85] A dissertação de Fonseca possui como anexo um acervo de fotografias de chafarizes privados de Ouro Preto.

Dentre as referências visuais pertinentes, destaca-se esse registro na dissertação de Fonseca (2004, p. 49), que apresenta um chafariz com um elemento central verticalizado e um tanque quadrado de grandes dimensões (Figura 85). Na ausência da possibilidade de encontrar o próprio, uma possibilidade que poderia trazer vislumbres interessantes sobre o chafariz e seus aspectos estéticos seria o aprofundamento nos cotejamentos entre construções no Minho, o que foi inviável nesta pesquisa, porém sugerido por Machado. A característica que levou o pesquisador à Fazenda foi a ermida, que é um indício dessa influência. A imagem da Casa de Biscainhos não revela um chafariz ou mais detalhes diretos que pudessem ser explorados neste momento.

Figura 86 – Rastros do chafariz



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

> Para elevar a água ao chafariz, o construtor deveria "embocar" alcatruzes desde a "pia do Registro" até a fonte em distância de cinquenta palmos. Os alcatruzes ou manilhas eram canos de repuxo de quartzito que, devido à sua maior resistência, transportavam água, sob maior pressão, desde as pias até o chafariz que se desejava abastecer (Ribeiro-Tedeschi, 2014).

Na Figura 86, foi destacada sobre a fotografia obtida na FBE a sequência de cinco alcatruzes conectados em um trajeto curvo (01), que culmina em uma peça que pode ser uma pia (03), conforme a descrição de Ribeiro Tedeschi (2014). Ao lado direito está a possível base do tanque (02), e no canto esquerdo da imagem alguns alcatruzes (04). O quadro 05 é a visão

por outro ângulo sem as marcações para favorecer a observação do desenho da base de pedras. Na Figura 87 é possível ver os mesmos elementos, mais expostos, em uma fotografia mais antiga.

Figura 87 – Fotografia: Estruturas remanescentes do chafariz expostas

Fonte: MACHADO, 2019.

No

Quadro 2 estão organizadas as informações diretamente relacionadas ao chafariz obtidas em múltiplas fontes.

Quadro 2 – Informações relacionadas ao chafariz

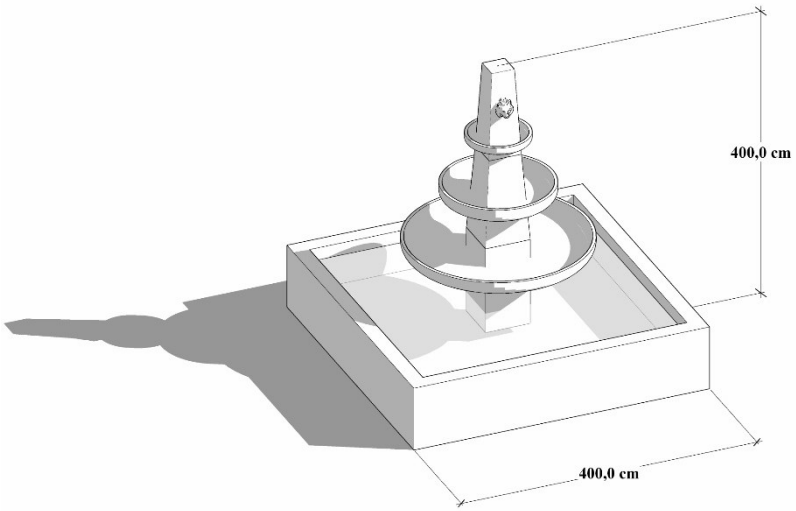
Menção ao chafariz	Fonte
Um rico chafariz de cantaria finamente trabalhada que ornamentava o pátio da frente.	Inventário do Barão de Paraopeba, depois em seu testamento e depois no livro "Família Monteiro de Barros." (*Brotero*, 1951).
Existe um tanque feito de pedra de cantaria com chafariz de repuxo.	Livro de memórias de Antônio de Lara Resende, "Memórias – de Belo Vale ao Caraça" (Resende, 1970).
Do chafariz com altura aproximada de quatro metros saltava um jorro d'água de rara beleza pela boca de um leão. A água cristalina descia sobre três bacias de pedra, superpostas, com diâmetros diferentes. A água escorria ao redor das bacias e caía em um tanque de 16 metros quadrados, localizado no centro do pátio, entre as quatro sapucaias.	Entrevista com João Rosa apresentada no Livro "Fazenda Boa Esperança" (Martins, 2007).
4 sapucaias, 1 chafariz de cantaria, 1 tanque; pedra de sabão. Chafariz – 3 bacias / com 1 pirulito/ 1 (?); A água saía da boca do leão. Desenho do leão. Saia água. 3, 4 ou 5 bacias.	Croquis elaborados em conjunto com Joaquim Rosa em 1998 e cedidos por Tarcísio Martins para a pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Uma vez organizados os achados e descrições relacionados ao chafariz e mediante o reconhecimento de que não se encontraria, por enquanto, imagens mais esclarecedoras, prosseguiu-se com o desenvolvimento de um modelo digital que pudesse apoiar a reconstrução digital do espaço do pátio frontal de maneira aproximada. Nesse sentido, a descrição de Rosa com medidas, coerente com os achados no local, foi a principal orientação seguida. Também surgiu da interação entre Rosa e Tarcísio um croqui de uma planta mostrando bacias circulares concêntricas e decrescentes sobre um tanque quadrado. Outro detalhe capturado por Tarcísio foi "3 bacias / com 1 pirulito", indicando um eixo possivelmente esbelto atravessado pelas três bacias.[86]

[86] Com tais detalhes, observou-se uma fotografia no livro "Fazendas Mineiras" (Carvalho; Rezende, 2023), que apontou um chafariz no Hotel Fazenda Paciência em Minas Gerais, uma referência visual coerente por estruturar bacias em um elemento esbelto no centro. Seu tanque, porém, é circular. Não foi possível aprofundar no conhecimento sobre esse chafariz além da mera observação visual através de imagens.

Figura 88 – Modelo digital

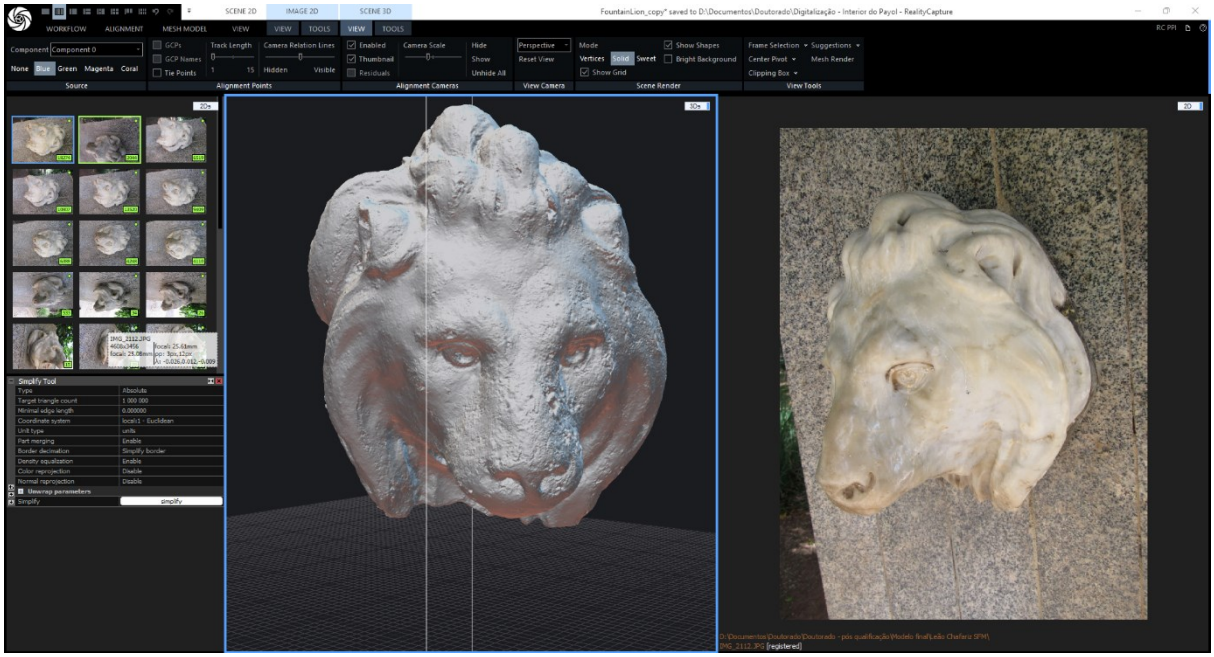


Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Foi utilizada uma ferramenta difundida no campo arquitetônico para a modelagem volumétrica (Figura 88), o software Sketchup. No entanto, a mesma tarefa poderia ser realizada em outro programa de computador similar, de representação CAD e modelagem 3D, e o resultado como produto digital não seria alterado. No entanto, a descrição ressalta que a água descia pela boca de um leão, no topo. Para inserir tal representação, optou-se pela elaboração de um modelo híbrido, com partes desenhadas digitalmente (coluna, tanque, bacias) e a carranca do leão através de uma digitalização 3D, ou fotogrametria SfM. Procedeu-se com a digitalização da cara de um leão, esculpida em pedra, que é o acabamento de uma fonte de água do Parque Municipal de Belo Horizonte. Essa ação escapa ao incorporar uma referência distante em vários sentidos, mas tecnicamente ilustra o fato da possibilidade da complementação de modelos com referências externas, acervos digitais de outras instituições culturais, desde que esteja explícito em todo momento tratar-se de um *placeholder* ou um objeto que está ali temporariamente enquanto uma versão mais precisa não seja elaborada. A digitalização do leão foi feita com uso da ferramenta "Reality Capture"[87] conforme ilustrado na Figura 89.

[87] Para unir o arquivo gerado através do software Reality Capture, em extensão (formato) .OBJ, utilizou-se um plugin para o Sketchup denominado Transmutr, que auxilia nesse tipo de ação em múltiplos formatos.

Figura 89 – Digitalização do leão



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

A ação seguinte à modelagem é a implantação do objeto criado, o chafariz em arquivo Sketchup, híbrido, no modelo geométrico-base, que converge a representação de diversos elementos da Fazenda Boa Esperança. Conforme discutido previamente, utilizou-se a ferramenta voltada para o campo da arquitetura, Twinmotion, para fundir os inúmeros objetos digitais criados, inclusive o chafariz. É nessa plataforma que são ajustados detalhes como materiais e animações que integram os vários tipos de imagens produzidas a partir do modelo. Apesar de esse formato limitar a visualização de imagens estáticas, os anexos permitem que o chafariz seja observado com a água jorrando do leão para as bacias e então para o tanque.

Ao representar o chafariz produzindo imagens a partir dessa representação, observou-se o papel crucial que desempenhava em conjunto das quatro sapucaias e das senzalas no estabelecimento de um centro geométrico com um marco vertical destacado pela sofisticação técnica e tecnológica. O chafariz era o centro do pátio e de todas as atividades cotidianas, pois era a fonte de água para todas as atividades. Era um local de sociabilidade tão intensa que as interações frequentes entre cativos chegavam a preocupar os senhores, conforme a seguir com grifos nossos:

> Quando a água encanada finalmente chegou para o conforto dos moradores, o hábito se manteve, com a instalação dos tanques nas dependências externas das casas. Enquanto isso não ocorreu, no mundo urbano, o vaivém dos escravos, que se incumbiam do abastecimento de água, propiciava os encontros dos cativos e os inevitáveis mexericos sobre o que se passava nos domicílios, mais um fator que

> contribuía para devassar o cotidiano dos indivíduos, já tão à mercê de olhares estimulados pela arquitetura externa e interna das casas (Novais; Souza, 1998, p. 103).

Não se pode esquecer, no entanto, que, apesar da grande vantagem conquistada ao dispor água em abundância no centro da produção a partir do tanque para todas as atividades, o manejo da água era braçal, realizado pela mão de obra escravizada.

> As zonas de serviços das casas também necessitam de água. Essa demanda, antigamente, antes dos modernos recursos das canalizações e das redes públicas de distribuição, obrigava as famílias a penosos transportes - e ainda obriga, nos lugares subdesenvolvidos, no sertão, na roça e nas favelas dos grandes centros. Assim, os serviços domésticos careciam de um elemento que não podia ser obtido, na maioria das vezes, dentro do limite restrito da moradia. Era inevitável que a parte referente às lavagens de roupa fosse resolvida executando-se o serviço nas margens dos rios, ou em tanques públicos, dado o grande volume de líquido pedido (Lemos, 1978, p. 34).

3 ESCRAVIZADOS

Tabela 2 – Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

Famílias	Números de escravos negociados
Família Monteiro de Barros	**567**
Romualdo José Monteiro de Barros	289
José Joaquim Monteiro de Barros	278

Fonte: Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional. Banco de dados do IPEA *apud* PINHEIRO, 2008, p. 121.

Segundo um levantamento realizado em 2008 (Pinheiro, 2008, p. 12)[88], do qual transcrevemos a Tabela 2, a família Monteiro de Barros foi a terceira maior negociante no tráfico de escravos para Minas Gerais entre 1809 e 1830, tendo negociado um total de 567 pessoas, das quais o próprio Barão negociou 289. Já os inventários *post mortem* que serão apresentados relatam totais de 151 e 56 escravizados sob a posse do Barão de Paraopeba e de Joaquim José seu herdeiro, respectivamente. Assim como a presença do Barão, empreendedor em múltiplas frentes (inclusive do escravismo), conforme Pinheiro (2008), a dos africanos e afro-brasileiros escravizados tem relevância e é fator fundamental na modelagem da paisagem de Belo Vale e da FBE. Os registros apontam para enormes quantidades de escravizados na região explorada pela fartura mineral e produtiva. Se é possível creditar ao trabalho escravizado o *status* de relevância econômica produtiva da região, é exatamente com o fim da escravidão que ocorre a decadência econômica na área (Bergad, 2004) e (Martinez, 2008). Apesar da notória presença, os trabalhadores escravizados e seus descendentes estão sub-representados na historiografia da FBE.

[88] Não foi possível acessar as fontes originais apontadas na pesquisa citada: "Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional - Banco de dados do IPEA."

Figura 90 – Pintura: Restauração de "Bélizaire and the Frey Children"

Fonte: 'His Name Was Bélizaire': Rare Portrait of Enslaved Child Arrives at the Met - THE NEW YORK TIMES (nytimes.com), 14 de agosto de 2023.[89]

Há um paralelismo na busca por histórias dos escravizados na Boa Esperança e um fato recente que ganhou notoriedade a partir da aquisição do quadro de 1837 (*circa*), "*Bélizaire and the Frey Children*" atribuído ao franco-americano Jacques Guillaume Lucien Amans pelo Museu Metropolitano de Arte (MET) de Nova Iorque (Figura 90). O quadro retrata o jovem negro Bélizaire, escravizado, posando ao lado de seus donos brancos, membros da família Frey, em uma paisagem da Louisiana. No século XX, no entanto, a pintura sofreu uma intervenção provavelmente pelos Frey na qual a imagem de Bélizaire foi apagada da tela com a pintura da continuidade da paisagem sobre sua figura (Clark, 2021)[90] Bélizaire sofreu, portanto, um pentimento[91] racista. Assim como Joaquim Antonio, Bélizaire permaneceu oculto do quadro e da história até que em 2005, com a venda da obra para Jeremy K. Siminen, um afrodescentente que adquire obras de arte que remetem a presença dos negros escravizados, finalmente ocorreu sua restauração revelando o retrato do jovem. A partir da revelação, Simien procedeu com

[89] https://www.nytimes.com/interactive/2023/08/14/video/belizaire-frey-children-portrait-met.html

[90] https://www.metmuseum.org/art/collection/search/898196) também em https://www.nytimes.com/interactive/2023/08/14/video/belizaire-frey-children-portrait-met.html)

[91] A palavra pentimento é derivada do italiano *'pentirsi'*, que significa arrepender-se ou mudar de ideia. Pentimento é uma mudança feita pelo artista durante o processo de pintura. Essas alterações geralmente ficam escondidas sob uma camada de tinta subsequente. Em alguns casos, eles se tornam visíveis porque a camada de tinta acima se tornou transparente com o tempo. *Pentimenti* (o plural) também pode ser detectado usando reflectogramas infravermelhos e raios-X. São interessantes porque mostram o desenvolvimento. (Traduzido de: https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/glossary/pentimento)

pesquisas revelando a identidade de Bélizaire, e assim como nesta pesquisa, foi possível revelar novos aspectos de sua vida. Simien ressalta a importância de sua atuação como historiador e colecionador de arte ao conseguir revelar histórias que estiveram ocultas, mas que agora podem integrar as grandes narrativas relativas à história dos afrodescententes norte-americanos: "I quickly learned that in order to tell these stories that had been omitted for so long I would have to acquire artworks with the objective of getting these pieces seen to introduce people to this fuller narrative…" (Clark, 2021)

De acordo com uma reportagem acompanhada de um minidocumentário do New York Times intitulada "His Name Was Bélizaire': Rare Portrait of Enslaved Child Arrives at the Met"[92], a partir da revelação, Simien procedeu com pesquisas identificando a identidade de Bélizaire e, assim como nesta pesquisa, foi possível destacar novos aspectos de sua vida. Aos seis anos, o jovem Bélizaire foi vendido junto com sua mãe, Sallie, para Frederick Frey. Ele foi listado como escravizado doméstico, e sua mãe como cozinheira. Na pintura, ele tinha por volta de 15 anos, e foi o único da imagem a sobreviver até a vida adulta, sendo que provavelmente foi o cuidador das crianças que aparecem em primeiro plano. As pesquisas foram capazes de rastrear Bélizaire em inventários até 1861, e não se sabe se ele teria sobrevivido à Guerra Civil estadunidense para então desfrutar de sua liberdade com o fim da escravidão. Da mesma forma, nesta pesquisa avançou-se para revelar os lampejos, fragmentos que resgatam personagens esquecidos, mas que compõem a história da Fazenda e de todo o seu entorno assim como dos proprietários da Fazenda. A Figura 91, extraída das redes sociais de um memorialista local de Belo Vale[93], personagem constante na divulgação de memórias sobre a Fazenda, ilustra que, além da manutenção de poder econômico, a manutenção da memória é outro privilégio dos antigos donos da Fazenda. A cama (catre) que já foi do pai de Romualdo em 1712, antes de ser dele na FBE, se mantém na família até a atualidade, transformada em portal e devidamente identificada ao longo de seus mais de 300 anos de existência. A partir dele a família teve a oportunidade de estruturar um marco de memória com certa musealização do objeto:

[92] https://www.youtube.com/watch?v=n60NTrKs-wc

[93] Instagram identificado como *boaesperancaresgate.oficial.* Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cyd88b0OJum/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==

Figura 91 - Portal montado da cama de jacarandá

Fonte: INSTAGRAM boaesperancaresgate.oficial, s.d. [94]

Nesta seção são apresentados fatos identificados pela pesquisa que possibilitam o conhecimento de escravizados que tiveram relações com a Fazenda Boa Esperança ora a partir de uma perspectiva mais coletiva, como ocorre na análise dos inventários, ora de maneira individual, ainda que de forma fragmentada. Para isso foram mobilizados acervos heterogêneos, como os inventários *post mortem* do Barão de Paraopeba e de seu herdeiro, Joaquim José Monteiro de Barros, cartas de alforria, documentos de matrícula de escravizados, anúncios de jornal pela recaptura de escravos fugidos, notícias, documentos de ações e processos jurídicos, o livro de memórias de Antônio Lara Resende, textos do Museu do Escravo, entrevistas e anotações de outros pesquisadores.

Se, por um lado, é possível conhecermos fartos aspectos da história das famílias dos proprietários da Fazenda Boa Esperança, o mesmo não se repete para seus trabalhadores. No entanto, é necessário lembrar que, apesar da relação de posse com a Fazenda, a população escravizada na Fazenda sempre foi de proporções muito superiores à população dos donos e senhores do espaço. A família Monteiro de Barros, que foi a principal e mais longeva proprietária da Fazenda, tem sua genealogia mapeada em um volumoso tomo que permite o rastreio até as suas origens europeias, especificamente ao "norte de Portugal, entre Douro e Minho" por volta dos 1700 (Brotero, 1951). A família Lara, proprietária após os Monteiro de Barros, também está contemplada pelo privilégio do registro da memória abordada na

[94] Instagram identificado como *boaesperancaresgate.oficial* https://www.instagram.com/p/Cyd88b0OJum/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==

suavidade do livro de memórias de Antônio de Lara Resende, filho de Otto Lara Resende[95], e neto de Joaquim Pinto Rodrigues de Góes e Lara, a quem chamava carinhosamente Vovô Pinto, também um proprietário da Fazenda (Resende, 1970). Ambas as famílias, Monteiros de Barros e Lara, além da memória, têm mantido poder econômico e projeção política.

Ao investigar a história dos trabalhadores e escravizados, geralmente marginalizados em narrativas históricas e reduzidos a uma "massa" sem identidade individual, enfrenta-se um desafio significativo. A presença deles, embora extensa nos períodos produtivos da Fazenda, é hoje fragmentada, manifesta principalmente por vestígios e registros limitados. Esses vestígios se encontram em documentos dispersos em diversos arquivos, entre os quais o Arquivo Municipal de Bonfim, o arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto e os Arquivos da Memória do Judiciário Mineiro, além de periódicos consultados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Apesar dessas limitações, a pesquisa conseguiu identificar fatos que revelam histórias de indivíduos, os quais são mencionados em múltiplos documentos, fornecendo vislumbres de suas vidas ao longo dos anos.

Nesse contexto, a metáfora dos vagalumes de Georges Didi-Huberman surge como uma analogia poderosa para iluminar a natureza fragmentada, porém significativa, dos registros históricos dos escravizados na Fazenda Boa Esperança. Assim como os vagalumes, que emitem luzes intermitentes e efêmeras na escuridão, os vestígios dos trabalhadores escravizados na fazenda são pontos luminosos em um vasto campo de escuridão histórica. Cada fragmento de memória, cada registro disperso em arquivos e periódicos, é como um lampejo que ilumina brevemente a existência desses indivíduos, oferecendo vislumbres de suas vidas e experiências.

Didi-Huberman discute a ideia dos vaga-lumes como metáfora para experiências e momentos que resistem à totalização e ao esquecimento, funcionando como breves lampejos de luz na escuridão. Esta metáfora é usada para representar atos de resistência, sobrevivência e a capacidade de preservar memórias e histórias contra a homogeneização e o esquecimento (Didi-Huberman, 2011).

> Os vagalumes se apresentam a seus congêneres por uma espécie de gesto mímico que tem a particularidade extraordinária de ser apenas um traço de luz intermitente, um sinal, um gesto nesse sentido. Sabe-se hoje que no nível mais fundamental todos os

[95] Otto de Oliveira Lara Resende, nascido em São João del-Rei, em 1º de maio de 1922, e falecido no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1992, foi um destacado jornalista e escritor brasileiro. Filho de Antônio de Lara Resende, um renomado professor, gramático e memorialista, e de Maria Julieta de Oliveira, Otto emergiu de uma família numerosa, sendo o quarto entre vinte irmãos. Seu legado familiar estende-se a seu filho, André Lara Resende, economista e um dos formuladores do Plano Real. André também ocupou a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

> seres vivos emitem fluxos de fótons seja no espectro visível ou no ultravioleta (Didi-Huberman, 2011, p. 58).

Esses "vagalumes" da memória, embora esparsos e pontuais, são fundamentais para a construção de uma narrativa abrangente e representativa da história da Fazenda. Eles desafiam a tendência de reduzir os escravizados a uma massa anônima e homogênea, permitindo que emerjam como sujeitos com histórias individuais e identidades próprias. Assim, a pesquisa se torna um ato de resgate e reconhecimento, em que cada descoberta, por menor que seja, contribui para uma compreensão mais profunda e humana do passado.

Primeiramente serão apresentados os escravizados listados em inventários *post mortem* dos Monteiro de Barros seguidos de histórias individuais derivadas desses documentos. Quanto aos escravizados sob a posse da Família Lara, não foram identificados documentos, como a listagem dos escravizados e suas respectivas matrículas, ou documentação com dados similares aos dos proprietários antecessores. Os escravizados de Lara foram identificados em anúncios para recaptura, notícias de jornal, e um livro de memórias e correspondem às subseções, João Congo e Tiãozão

Este item da pesquisa se limita à transcrição de um conto cedido do arquivo pessoal de Tarcísio Martins e transcrito do acervo do Museu do Escravo de Belo Vale. Não é possível saber se os escravizados João Congo e Tiaozão existiram, mas conto em si é parte da memória da Fazenda. Lembramos o ensinamento de Conceição Evaristo sobre o papel da literatura e da ficção no preenchimento de vazios históricos: “O que a história não nos oferece – estou falando história ciência – o que história não nos oferece a literatura ela pode (...) oferecer. Esse vazio histórico ele é preenchido pela pena ficção (...)”. (Youtube. Conceição Evaristo)

Os viajantes Spix e Martius descrevem uma visita às lavras do Coronel Romualdo por volta de 1820 e narram a participação de um escravizado no processo:

> Na nossa presença, o negro, lavando um pedaço de quartzo do tamanho de um punho, quebrando-o a martelo, obteve uma porção visível de muito fino pó de ouro do valor de cem réis.
>
> Os dois feiticeiros
> Na lendária fazenda da boa esperança já descrita encontram-se dois escravos velhos (um do Congo- o João Congo- e outro de Cabinda o Tiãozão. O João Congo vindo da África a mais de 60 anos já era feiticeiro na sua tribo e aqui veio para Ouro Preto trabalhar nas Minas de Ouro e aí apurou seus conhecimentos de feiticeiro, como era um grande conhecedor de como distinguir um bom aluvião; foi comprado pelo então Capitão Romualdo e trazido para a Fazenda da Boa Esperança, pois as lavras do coronel já estavam se exaurindo. O João Congo, chegando às beiras do Paraopeba deu logo com um outro aluvião mais abaixo do antigo e aí foram tiradas muitas arrobas de

ouro, que para o então Coronel foi a salvação da Pátria, sendo possível até a compra do título de Barão do Paraopeba. Por estas e outras razões o João Congo era bem tratado e no fim de sua velhice até poupado, ficando a toa, só por conta dos seus feitiços e chás muito conhecidos em toda a região do Paraopeba, São Gonçalo da Ponte, Boa Morte, Congonhas, Ouro Branco e até mesmo na Capital da Província (Ouro Preto), de onde vinham pessoas consultar por causa de doenças, levando meizinhas e garrafadas com remédio do Preto Velho.

O Tiãozão, assim chamado por ser alto e de ossos grandes e grossos como eram todos os seus membros. Muito temido nas senzalas das Minas de Congonhas, que também pertenciam ao Barão, por suas maldades, já que era um negro de índole perversa, preparando sempre venenos dos mais fortes e mortais. Quando as Minas onde ele trabalhava ficaram sem produção. O feitor o trouxe juntamente com outros para trabalhar na sede da fazenda. Aí ele envelheceu no serviço de mestre de apuração de ouro nas minas de Paraopeba a uns 2km acima de São Gonçalo que é a lavra de Santo Antônio.

Então já velhos, os dois feiticeiros João Congo e Tiaozão vão beber água no Chafariz do pátio, debaixo das quatro sapucaias. E como não podiam se encontrar, pois são antagônicos como grandes feiticeiros, começam a se insultar. Diz João Congo- Tenho direito de beber primeiro, pois sou maior que *vosmicê*

Repele Tiaozão- Que nada, o meu feitiço é muito maior que o seu, quer ver? - E joga no chão uma manguara que imediatamente vira uma cobra que arma um bote para pegar João Congo.

Este logo a seguir dá um passo atrás e tira um chapéu velho da cabeça e joga-o por cima da copa e seu chapéu vira um gavião terra que pega a cobra e voa com ela para uma das sapucaias e lá vai comê-la.

João Congo e Tiozão voltam as costas um para o outro e voltam para sua senzala sem saber quem é o maior. Perdura até hoje essa dúvida (Spix; Martius, 2017, p. 322).

Joaquim Antônio (Pereira?) e Dona Senhorinha, Macrina e outros

A pesquisa não identificou qualquer documento que sugira que tenha ocorrido a transmissão da posse de escravizados entre os Monteiro de Barros e a Família Lara. Conforme será demonstrado em detalhes, não há correspondências nominais entre os indivíduos identificados sob a posse de Lara com nenhum dos indivíduos listados nos inventários que detalham a escravaria dos Monteiro de Barros. Já os escravizados dos Monteiros de Barros foram identificados ainda sob a posse da família anos após terem deixado a Boa Esperança, fato este que reforça a possibilidade de terem permanecido entre membros da família. Apesar do indício, são necessários mais documentos para ser possível compreender com maiores detalhes se a transação entre as famílias teria, de fato, se limitado à propriedade rural, a FBE, excluindo-se escravos. Outro fato de relevo é que, apesar de a predominância da abordagem historiográfica da Fazenda ocorrer sob a ótica dos Monteiro de Barros, é sob a posse da família Lara que a Fazenda passa pela transição do fim da escravidão em 1888. Os documentos, como testamentos e inventários elaborados a partir desse marco, obviamente já não apresentam a listagem dos trabalhadores, e a própria senzala já deixa de ser mencionada, conforme identificado pela pesquisa no inventário de Dona Luiza Ferreira de Mendonça de 1902, período em que a Fazenda estava sob a posse de seu viúvo, o inventariante Coronel José Ferreira de Mendonça. Aconteceu uma conversa com descendentes da família Mendonça na própria Fazenda e na casa do Sr. Laurentino de Castro Mendonça, no município de Contagem, mas o contato não retornou documentos ou fontes aproveitados diretamente na pesquisa.

Espera-se que a recuperação da história dos escravizados, além de contribuir para a historiografia da Fazenda Boa Esperança, inaugure possibilidades que passam por abordagens sensíveis à micro-história desses indivíduos que estiveram na FBE e que a partir dos fatos que permitem seu resgate seja possível a ancoragem de discussões de tantos temas transversais a suas histórias, como as diferentes formas de conquista da liberdade, saberes e ofícios, agrupamentos familiares, religiosidade, e tantos outros temas de relevância. Destaca-se a identificação de famílias descendentes de ex-escravizados da FBE residentes na comunidade quilombola Boa Morte. Nesse caso foi possível até mesmo elaborar um esquema genealógico preliminar, com várias gerações, enraizado em trabalhadores da Fazenda no século XIX e que tem ramificações e frutos até os dias atuais. Há grande valor em conectar essas personagens à historiografia da Fazenda, fazendo jus à memória de seus descendentes que, diferentemente do que ocorreu com os proprietários, seguiram suas vidas nos arredores da Fazenda e estabelecem uma relação de reconhecimento cultural e pertencimento no território, reconhecendo seu passado (Antezana, 2016). Essa abordagem é reforçada pela reflexão de Sueli Carneiro em sua

obra "Dispositivo de Racialidade", em que ela destaca o impacto significativo do resgate de histórias esquecidas no contexto da escravidão:

> Quando a gente fala de recuperar uma história, as pessoas pensam que estamos falando de recuperar uma história do ponto de vista de bonzinhos versus mauzinhos. Mas não é nada disso que estamos falando. O que estamos falando é o seguinte: nós conseguimos tirar das mãos dos historiadores um episódio que era menor nas mãos deles, que era Palmares. Em trinta anos, um único episódio produziu esse efeito que você vê aí. Ora, quando a gente fala história, fala de um conjunto de episódios, de processos, de possibilidades que isso gera, porque um único episódio gerou a maior data cívica do país, gerou essa revolução na cabeça das pessoas, forçou as instituições, os clubes de mães, as associações, os sindicatos, o STJ, as instituições de algum modo a se abrirem pra fazer uma reflexão verdadeira ou não sobre desigualdades raciais, um único episódio que a gente resgatou da historiografia oficial. Você imagine agora quantos outros eventos existem e que tipo de efeitos poderiam produzir (Carneiro, 2023).

Antes de avançar para as subseções seguintes, é importante destacar que a heterogeneidade dos dados obtidos impõe uma abordagem específica para cada uma delas, sem perder, no entanto, o alinhamento aos objetivos da pesquisa e coerência com a natureza dos dados encontrados. Reconhece-se o valor intrínseco da apresentação dos fatos identificados, não apenas pela sua contribuição à historiografia da Fazenda Boa Esperança, mas também pela oportunidade de aprofundar nossa compreensão através de uma análise minuciosa e metódica. Essa análise resultou na formulação de conjecturas, hipóteses e interpretações, que serão discutidas e apresentadas como possibilidades exploratórias, e não como verdades incontestáveis.

Além disso, com o intuito de expandir o escopo temático e enriquecer as discussões emergentes dos achados da pesquisa, são propostos cotejamentos com diversas expressões, como arte, manifestações populares, iconografias, fotografias, outras histórias, raps, entre outras. Esses cotejamentos funcionam como pontes para preencher as lacunas existentes – tanto aquelas temporárias, que aguardam novas descobertas, quanto as permanentes, que permeiam a história, os espaços e as personagens da Fazenda Boa Esperança. Esse esforço de contextualização e interpretação ressoa com a reflexão de Sueli Carneiro, que enfatiza a importância de resgatar episódios e processos históricos para gerar novas compreensões e perspectivas. Assim, ao se mergulhar nas histórias dos escravizados da Fazenda, busca-se não apenas reconstruir um passado esquecido, mas também iluminar o presente e o futuro com o intermitente pulsar de alguns vagalumes, as lições aprendidas, e as presenças que até então estiveram ocultas

3.1 Escravizados nos inventários

Nesta seção são apresentados e discutidos dados relativos aos escravizados da FBE obtidos de dois inventários *post-mortem*, o do Barão de Paraopeba, de 1856, e de seu filho e herdeiro Joaquim José Monteiro de Barros, de 1863, portanto com um intervalo de sete anos entre eles. Para cada um foram produzidas tabelas, as quais viabilizam a organização de uma série de informações que conformam um panorama da população escravizada sob os Monteiros de Barros em um período específico. A quantidade de escravizados é tamanha que as tabelas produzidas foram disponibilizadas como apêndices ao final do texto, no entanto, é preciso destacar que as tabelas são produtos de relevo para esta tese.

A elaboração dos Apêndices C e D, que serão apresentados a seguir, ocorreu através de etapas sequenciais. Primeiramente, identificou-se a abordagem dos escravizados da Fazenda a partir do inventário do Barão explorada no documento de Diagnóstico Sociocultural produzido no contexto do projeto Refazenda (Antezana, 2016), a qual apresenta uma transcrição preliminar dos dados constantes sobre os escravizados no inventário seguidos de sua interpretação. Sob a regência dos métodos da pesquisa, a relevância do documento para a pesquisa procedeu com a transcrição especializada do trecho do inventário sob o título "Escravos" no documento original disponibilizado em formato original pelo IEPHA. O produto da transcrição é o texto do documento reescrito digitalmente com a manutenção de todos os aspectos da escrita tal como se apresenta manualmente, mesma quantidade de linhas, numeração de páginas, grafia das palavras. O mesmo procedimento foi realizado para o inventário de Joaquim José Monteiro de Barros, cuja inventariante era sua viúva, Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros, e que foi localizado durante pesquisas no Arquivos Municipal na cidade de Bonfim. A transposição do texto dos inventários para o formato de tabelas foi um processo minucioso, com a inscrição de um dado por vez em cada célula. Nessa microaproximação são percebidas as nuances de um documento burocrático. É de se esperar que cada tipo de fragmento apresente seus silêncios, suas omissões de acordo com a função a que se presta. No caso dos inventários, o interesse do Escrivão nos escravizados é restrito a poucos aspectos listados, sendo o nome, a filiação e o nome do cônjuge, no caso das mulheres, idade, valor atribuído, eventuais observações sobre o estado de saúde, e ofícios. Assim, pequenas entradas fora do padrão, notas à parte da rigidez da formatação do documento podem ser reveladoras sob um olhar atento. Uma vez tabulados, os dados puderam ser analisados de maneira global a partir do processamento dos dados pelo Excel, gerando informações, como

gráficos e tabelas-resumo, que permitem uma compreensão das características gerais dos grupos analisados.

Os inventários *post mortem* são documentos que listam bens de um falecido para fins de partilha entre herdeiros. Nas Minas Gerais do século XIX, eram elaborados manualmente por escrivães da comarca correspondente à residência do inventariado, os quais se deslocavam à propriedade, observavam cada bem deixado, avaliavam e listavam de maneira ordenada. A pesquisa identificou três inventários de proprietários da Fazenda, o do próprio Barão de Paraopeba, de 1856[96], de Joaquim Monteiro de Barros, herdeiro e filho do Barão, de 1863, e de Dona Luiza Ferreira de Mendonça, de 1905 (da qual ficara viúvo o Coronel José Ferreira de Mendonça). Este último, por tratar-se de um período pós-escravidão, não é abordado nesta seção. Apesar do grande valor para a pesquisa da identificação do inventário de um herdeiro do Barão e então proprietário da Fazenda nos arquivos da cidade de Bonfim, o documento está com caligrafia que inviabiliza a leitura para leigos. Assim, dada a grande extensão do documento e das despesas incidentes nos processos de transcrição especializada, optou-se pela seleção de agrupamentos do documento para transcrição. Os escravizados, posse do falecido, eram listados em item separado nos inventários, e conforme indicado no documento, os escrivães na Fazenda Boa Esperança observavam, um a um, listando seu nome, um termo de caracterização fenotípica ou de origem – conforme será discutido a seguir, uma idade estimada, relações familiares, como filiações e casamentos, eventuais comprometimentos físicos e problemas de saúde, em poucos casos apontavam um ofício, e por fim, um valor era atribuído. Foram transcritos os itens relativos aos escravizados dos dois Monteiros de Barros e, a partir deles, elaborou-se para cada um uma tabela, sendo que ambas se estruturam sob a mesma estrutura.

De acordo com os objetivos traçados pela pesquisa, as tabelas são produto de relevo, uma vez que permitem conhecer fragmentos da história, inclusive os nomes, de indivíduos que eram escravizados na FBE e que agora compõem suas memórias. Por isso optou-se por dispor, na íntegra, ambas as tabelas no corpo da tese, e não como apêndices, apesar do reconhecido impacto no volume do trabalho. No entanto, o impacto não resulta do formato da tabela em si mas do incomum e volumoso número de escravizados listados, sendo 151 no inventário do Barão e 56 no de seu herdeiro, Joaquim. Como 23 deles aparecem em ambas as listas, são 184 pessoas identificadas através desses documentos.

---

[96] Documento cedido em versão digital pelo IEPHA para a pesquisa em sua totalidade acompanhado de um trecho transcrito, também cedido pelo órgão, abrangendo a descrição da Fazenda Boa Esperança. A transcrição do item Escravizados do mesmo documento foi ação desta pesquisa.

A leitura das tabelas é objetiva a partir da leitura dos cabeçalhos, e elas apresentam os escravizados na mesma ordem em que foram vistos e citados nos inventários. Observa-se que a primeira coluna apenas é preenchida no caso dos escravizados identificados em ambas as listas, e assim é usada para fazer a correspondência entre as duas numerações, ao mesmo tempo, essas linhas são destacadas em vermelho. A coluna AF foi inserida para identificar Agrupamentos Familiares. Para cada agrupamento foi atribuído um número representado em algarismos romanos e a numeração atravessa as duas tabelas, iniciando pela do Barão de Paraopeba e depois para Joaquim e os escravizados sem indicação explícita de agrupamento familiar foram agrupados sob a sigla NI (não indicado). Agrupamentos familiares que se repetem nos dois inventários mantem o mesmo número.

3.1.1 Gráficos

A tabulação dos dados permitiu a extração de informações compiladas na forma de Gráfico 1 e Gráfico 2 e Tabela 3 e

Tabela 4 para uma visão geral da população escravizada da Boa Esperança sob a posse do Barão de Paraopeba e de seu herdeiro, seis anos depois. Os dados possibilitam comparações entre a escravaria dos Monteiro de Barros com dados de outras pesquisas. De acordo com a bibliografia da família, o somatório do inventário ultrapassou 200 mil contos de réis: "Em 1856 avaliou-se seu espólio em pouco mais de 280 contos representado por bens, cujo valor atual ascende a mais de 200 mil contos de reis." (Brotero, 1951, p. 1003).

Levando em consideração esse valor, o grupo de escravizados correspondia a 41% da fortuna inventariada do Barão de Paraopeba. Comparada com o valor da Fazenda Boa Esperança no mesmo inventário, a escravaria vale 20 vezes mais que o imóvel.

Tabela 3 – Comparativo entre escravarias

Quadro comparativo geral				
	Barão		**Joaquim**	
Total	151 escravos		56 escravos	
Fem.	37,75%	57	44,64%	25
Masc.	62,25%	94	55,36%	31
Idade Média	29,75		27,82	
Valor total	83:510$000		44:170$000	
Valor médio	553$046		788$750	
Caracterização				
NI	4,64%	7	3	5,36%
de Nação	49,67%	75	22	39,29%
Crioula	34,44%	52	17	30,36%
Parda	3,31%	5	9	16,07%
Cabra	5,96%	9	5	8,93%
Benguela	1,32%	2	0	0,00%
Africano	0,66%	1	0	0,00%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos inventários *post mortem,* 2024.

Vislumbrou-se a possibilidade de cruzamentos de dados com os inúmeros estudos propostos em "Escravidão e história econômica demografia de Minas Gerais, 1720-1888" (Bergad, 1999). No entanto, não nos aprofundamos na possibilidade, mas disponibilizamos as bases de dados para outros pesquisadores. Foi possível, no entanto, fazer um cotejamento com as tabelas que relacionam as estruturas de posses de escravizados (Bergad, 1999, p. 296). Assim, foi transcrita parte das tabelas do estudo e destacadas com grifos as faixas em que se enquadram o Barão e Joaquim. O Barão sempre é enquadrado no menor grupo de escravistas com mais de 100 escravos, Romualdo chega a estar entre 0,2% de proprietários:

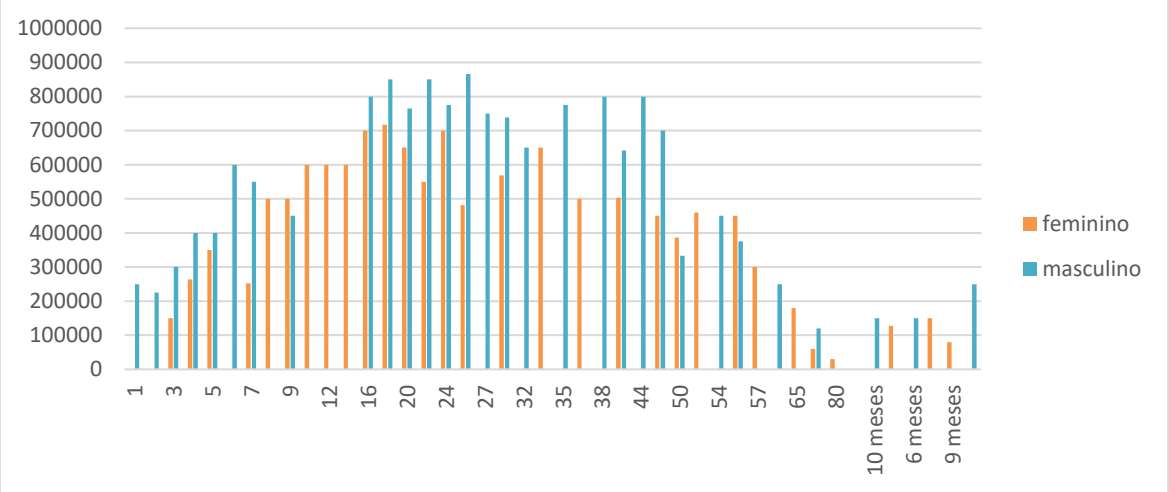
Tabela 4 – Estruturas da posse de escravos em todas as regiões 1840-1869

1840-1849					1850-1859					1860-1869				
N° de escravos	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**	**N° de escravos**	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**	**N° de escravos**	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**
1-5	431	47,3	1.100	11,4	1-5	485	49,1	1.323	13,4	1-5	409	49,6	1.071	12,3
6-10	200	21,9	1.559	16,1	6-10	227	23,0	1.769	17,9	6-10	164	19,9	1.253	14,4
11-20	148	16,2	2.172	22,4	11-20	162	16,4	2.373	24,1	11-20	148	17,9	2.139	24,5
21-50	115	12,6	3.458	35,7	21-50	92	9,3	2.808	28,5	21-50	81	9,8	2.525	28,9
51-100	15	1,6	954	9,9	51-100	19	1,9	1.349	13,7	51-100	20	2,4	1.263	14,5
101+	3	0,3	433	4,5	101+	2	0,2	241	2,4	101+	3	0,4	472	5,4
Total	**912**	**100,0**	**9.676**	**100,0**	**Total**	**987**	**100,0**	**9.863**	**100,0**	**Total**	**825**	**100,0**	**8.723**	**100,0**
		Gini	0,53				Gini	0,52				Gini	0,54	
1870-1879					**1850-1859**					**1860-1869**				
N° de escravos	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**	**N° de escravos**	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**	**N° de escravos**	**Donos de escravos**	**%**	**Escravos**	**%**
1-5	340	50,3	893	13,2	1-5	212	54,4	551	15,8	1-5	4.573	45,8	12.510	11,2
6-10	134	19,8	1.010	14,9	6-10	77	19,7	588	16,8	6-10	2.188	21,9	16.855	15,1
11-20	119	17,6	1.706	25,2	11-20	66	16,9	991	28,4	11-20	1.792	18,0	26.153	23,4
21-50	69	10,2	2.138	31,5	21-50	29	7,4	1.001	28,6	21-50	1.143	11,5	34.864	31,2
51-100	12	1,8	812	12,0	51-100	6	1,5	364	10,4	51-100	247	2,5	16.734	15,0
101+	2	0,3	219	3,2	101+					101+	36	0,4	4.762	4,3
Total	**676**	**100,0**	**6.778**	**100,0**	**Total**	**390**	**100,0**	**3.495**	**100,0**	**Total**	**9.979**	**100,0**	**111.878**	**100,0**
		Gini	0,53				Gini	0,52				Gini	0,53	

Fonte: BERGAD, 1999, p. 296.

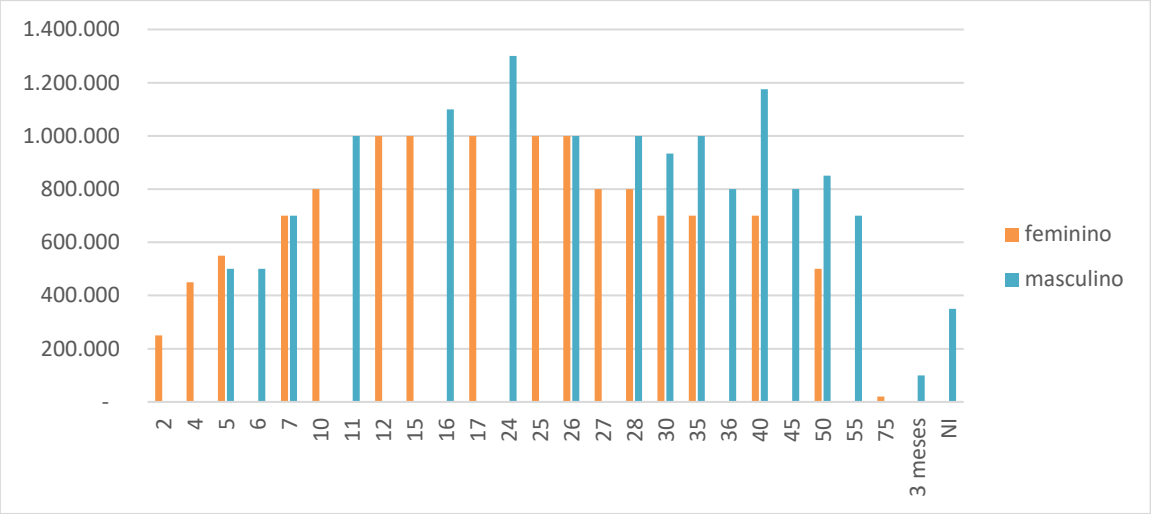
Os Gráfico 1Gráfico 2 foram elaborados tornando explícitas as relações entre sexo, idade e valores atribuídos. Homens entre 20 e 40 anos são o grupo ao qual é atribuído maior valor individual por escravizado em ambos os documentos.

Gráfico 1 – Relação entre valores, idade e sexo – Escravaria do Barão de Paraopeba



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 2 – Relação entre valores, idade e sexo – Escravaria de Joaquim José



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os dados levantados possibilitam inúmeros estudos que ainda podem ser realizados em outras publicações.

3.2 Inês e filhos

O agrupamento familiar AF X (designação atribuída no contexto da pesquisa e explícita nas duas tabelas apresentadas), composto de Inês Crioula e suas filhas, Cecília Julia e Persiliana[97], persistentes em ambos os inventários, merece destaque.

Em 1856 no inventário do Barão:

> Doadas ao Herdeiro Joaquim José - Item: mais uma escrava por nome Ignes Crioula que terá de idade vinte e cinco anos pouco mais ou menos, com seus filhos, a saber — Cecilia que tem de idade Sete anos — Julia que tem de idade quatro anos — Persiliana que tem de idade dezoito meses os quais assim sendo vistos e examinados pelos Louvados disseram valer todas a quantia de dois Contos de Reis (2:000$000) Declarou a inventariante neste ato que havia feito doação desta escrava e filhas que retro e supra ficam descritas a Seu filho Joaquim Jose Monteiro de Barros, e para serem contempladas em sua terça e isto causa mortes.

Em 1863, no inventário de seu filho, Joaquim José:

> Item mais uma escrava de nome Ignes Creoula de idade de trinta anos pouco mais ou menos que foi avaliada pela quantia de Oitocentos mil reis (800$000);Item mais outra escrava de Nome Cecilia parda de idade de quinze anos que foi avaliada pela quantia de um Conto de reis (1:000$000); Item mais outra escrava de Nome Julia parda com idade de doze anos que foi avaliada pela quantia de um conto de reis (1:000$000); Item mais outra escrava de Nome Perciliana parda de idade de dez anos pouco mais ou menos que foi avaliada pela quantia de Oitocentos mil reis (800$000).

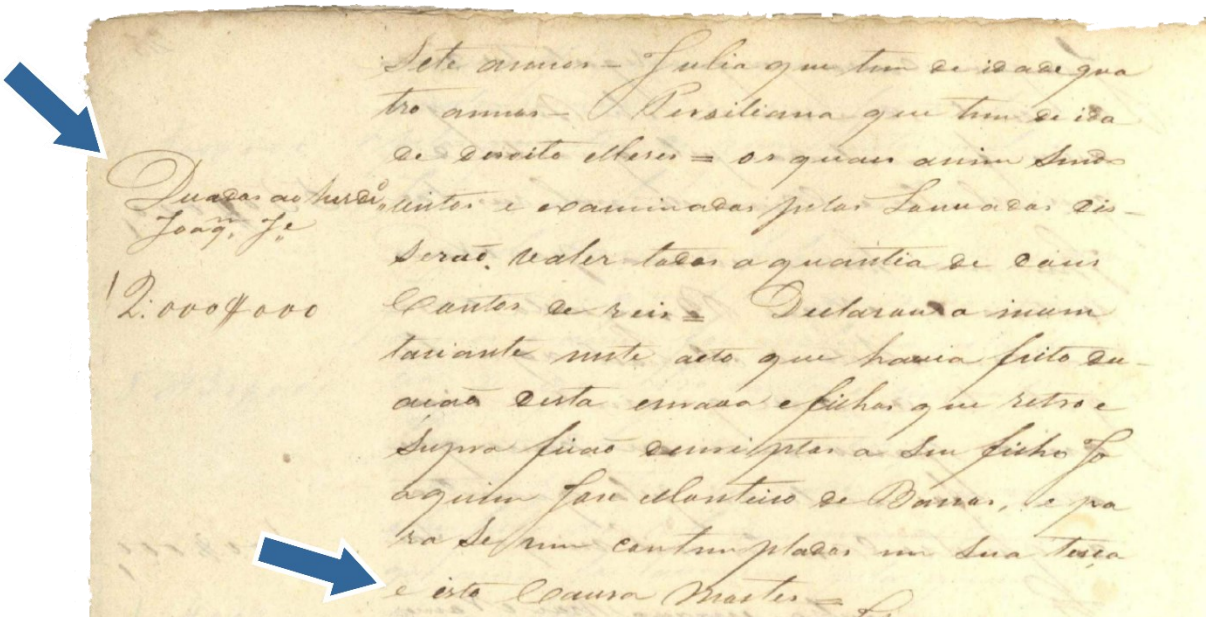
No inventário do Barão, foi colocada uma observação à parte da formatação-padrão do documento, que já adiantava que as quatro seriam doadas para o herdeiro Joaquim José Monteiro de Barros, o segundo inventariado analisado. No documento, Inês, a mãe, aparece com 25 anos, Cecília tem 7, Julia tem 4, e Persiliana tem 18 meses. No documento não é atribuído um cônjuge ou *status* de casamento para Inês, o que ocorre em outros casos quando há filhos. A interpretação ganha novos contornos quando as mesmas pessoas são listadas sete anos depois no inventário de Joaquim José. No documento é atribuída a idade de 30 anos para a mãe. Importante frisar que, ao longo do documento, todas as idades de escravizados são descritas com imprecisão, com uso de termos como "regula ter idade de (...)" tais imprecisões ficam muito claras quando a distância temporal entre as duas listagens é conhecida. Observa-se que são raros os casos em que se somam os mesmos sete anos passados às idades dos escravizados, erro que acontece com a escrava Inês, que antes tinha 25, e depois 30, e não 32. As filhas, no entanto, têm a idade descrita e afirmada com precisão, destoando do restante do

[97] Numeração de 23 a 26 na tabela do Barão de Paraopeba e 26 a 29 de Joaquim José.

grupo de escravizados. Inclusive, destacou-se na tabela apresentada no campo observação a construção de palavras usadas para designar objetivamente suas idades, como “Cecília parda de idade de quinze anos”. Essa sutileza pode indicar alguma proximidade ou relação entre esse agrupamento familiar e um ou mais membros da família Monteiro de Barros, especificamente de Joaquim José. Também é relevante o fato de que em seu inventário as três crianças têm o nome sucedido da caracterização “parda”, um termo que pode denotar miscigenação entre negros e brancos e, em certa medida, denota uma superioridade em relação ao negro, conforme Carmen Bernand introduz no Prefácio para Eduardo França Paiva em sua obra “Dar nome ao novo – Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)”:

> Outra palavra difícil de conceituar e à qual E. França Paiva dedica vários parágrafos é “pardo”. Essa palavra costuma aparecer com mais frequência no âmbito das milícias armadas e do exército (“batalhão de pardos”), enquanto “mulato” implica geralmente a ideia de distinguir de “negro” uma apelação marcada pela condição servil e pela fala boçal. Uma forma mais neutra para o mulato é “moreno”, que de certo modo pode também se referir a um branco de tez cetrina (amarelo esverdeado) e cabelos pretos... “Pardo” é sempre superior a negro e E. França Paiva nos diz que, para uma mãe africana, seus filhos nascidos na América são “pardos”.

Figura 92 – Doação de escravizadas



Fonte: Recorte do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba – 1856.

Somados os inventários, é reconhecível um conjunto de indícios de tratamento diferenciado para esse agrupamento familiar desde a doação a Joaquim José (Figura 92), ausência de um cônjuge atribuído à matriarca Inês, apesar de um bebê de 18 meses, passando

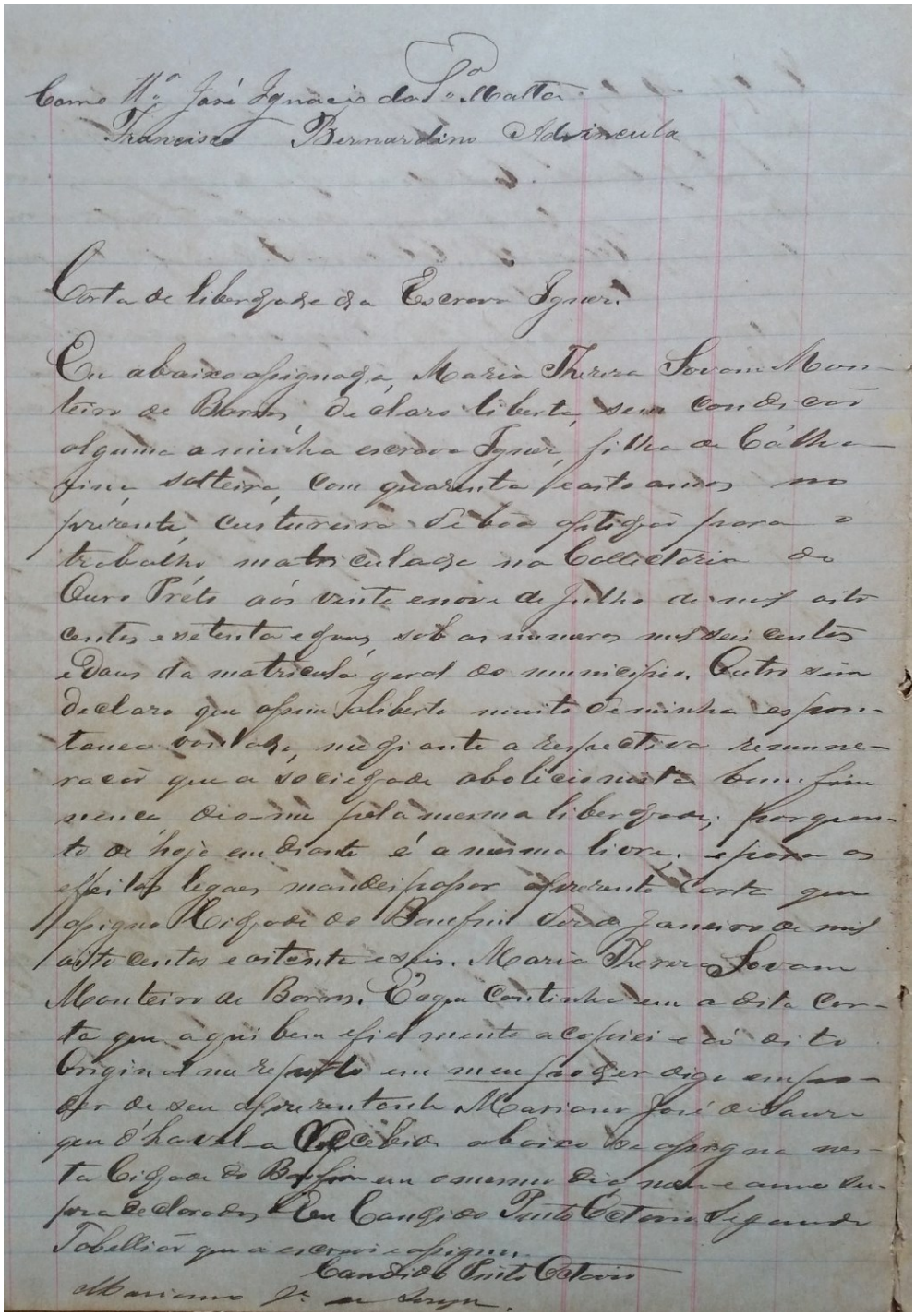
pela especificidade das idades das crianças no inventário e culminando na caracterização parda, que contrasta com a omissão de caracterização no documento anterior. Há ainda, no inventário do Barão, uma observação totalmente destoante do documento, que merece observação. Além da redundância em marcar a doação de Inês e suas filhas para Joaquim, no corpo do inventário e com uma nota à parte da formatação, o escrivão fecha com os dizeres: "*e para serem contempladas em sua terça e isto causa mortes*".[98] Diante do contato com toda a documentação, a interpretação proposta é que a observação dá uma medida visceral à importância de se garantir, sem questionamentos, que Inês, negra e suas filhas pardas, incluindo um bebê de um ano e meio, fossem para Joaquim José, sem chances de disputa entre herdeiros.

Tais indícios justificaram a busca por mais informações que pudessem trazer fragmentos das histórias do Agrupamento Familiar X.

O Inventário de Joaquim José Monteiro de Barros é assinado por sua viúva, Maria Thereza Sovam de Barros, que herda parte dos escravizados, entre outros bens. A partir de buscas em arquivos com entrada do nome de Maria Thereza como termo de pesquisa, foi possível identificar documentos que abordam a família e outros escravizados mencionados nos inventários. Uma carta de alforria de 1886 mostra a concessão da liberdade incondicional à mãe, Inês, por Maria Thereza (Figura 93).

[98] O comentário não se repete em outra doação comentada no documento, de um grupo de crianças doadas a Antônio José Monteiro no início da lista. Ver transcrição no Apêndice A.

Figura 93 – Carta de Alforria de Inês



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE BONFIM, s.d.

Carta de liberdade da Escrava Ignez.
Eu abaixo assignada, Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros, declaro liberta, sem condição alguma a minha escrava Ignez, filha de Catharina, solteira, com quarenta e oito anos no presente, costureira de boa aptidão para o trabalho, matriculada na Coletoria de Ouro Preto aos vinte e nove de Julho de mil oitocentos e setenta e dois, sob os números mil seiscentos e dois da matricula geral do município. Outrossim declaro que assim a liberto muito de minha espontânea vontade, mediante a respectiva remuneração que a Sociedade Abolicionista Bonfinense, deu-me pela mesma liberdade; porquanto de hoje em diante é a mesma livre; e para os efeitos legais mandei passar a presente corte que assino.

> Cidade do Bomfim dez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e seis.
> Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros."[99]

A carta esclarece mais informações sobre a genealogia da família e aponta que Inês era filha de Catharina. Considerando ambos os inventários, há apenas uma menção correspondente, "Catharina de Nação", número 19 na lista do Barão de Paraopeba, que é apontada como a mãe de Belinaria Crioula; Guilhermina Crioula; Abrahaõ, de 3 anos, 5 anos e 10 meses, respectivamente. Exatamente após os filhos de Catharina, Inês é a 23ª citada no inventário. Nos dois inventários, é perceptível que o escrivão via e listava os membros de uma mesma família em sequência, no entanto não há qualquer indicação mais explícita de que a Catharina citada no inventário do Barão de Paraopeba seja a mãe de Inês. Caso sejam de fato mãe e filha, Catharina teria sido mãe aos onze anos com o nascimento de Inês. Não é possível afirmar a filiação, por isso foram mantidas designações distintas para os agrupamentos familiares, mas na sequência do texto optou-se pela interpretação de Inês ser filha de Catharina. Consideradas as duas famílias, IX e X teriam um total de 9 indivíduos e três gerações, quando foi feito o inventário do Barão de Paraopeba. A existência de famílias maiores levanta questões que ainda não podem ser respondidas, como o impacto dos agrupamentos familiares na ocupação dos espaços dos escravizados. Seria possível algum agrupamento e convivência familiar? Ao serem abordadas as senzalas, observa-se que as prospecções identificaram divisões e cômodos independentes[100]. Como os inventários analisados adotaram algum agrupamento entre familiares e explicitaram parentescos como filiações e casamentos, pode-se supor proximidade entre indivíduos da mesma família.

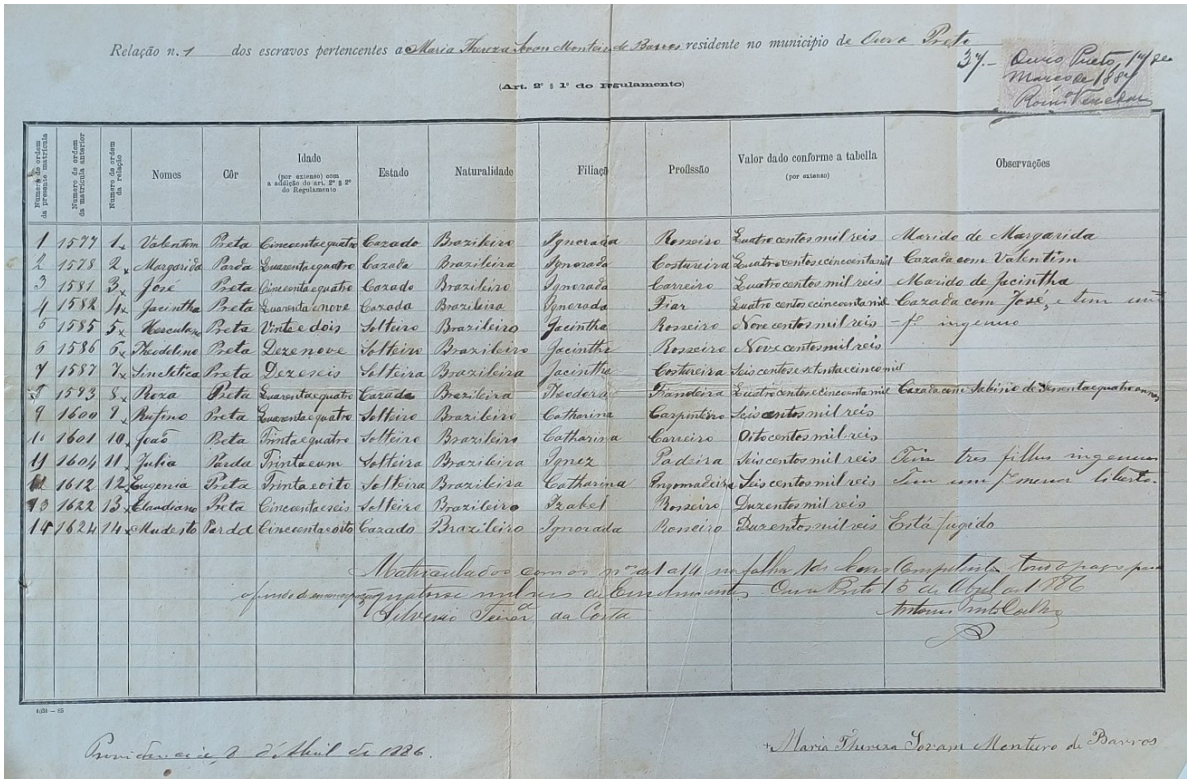
Observa-se que, apesar de Maria Thereza conceder a liberdade "sem condição alguma" e de "espontânea vontade", ela recebe uma indenização ao libertar Inês. A indenização vem da Sociedade Abolicionista Bonfinense, e o fato ancora diversos elementos que mereceriam estudos independentes. A existência das organizações abolicionistas, compostas de escravos, livres e advogados, gera ações similares à de Inês pela libertação de escravizados, como é abordado no artigo "Por trás da legalidade também há luta: Escravos e abolicionistas nas ações de liberdade" (Cota, 2009), porém não será aprofundado este ponto por estar distante dos objetivos estabelecidos. Mas há espaço para discussões o fato de uma pessoa de posses ser

[99] Transcrição livre elaborada pelo autor sem métodos especializados.
[100] Ver 0

Senzalas (Aro Arquitetos Associados Ltda, 2009).

indenizada na libertação de uma escrava sem suas filhas e com a qual se supõe uma relação mais próxima, conforme os indícios destacados.

Figura 94 – Documento: Matrícula de escravos de Maria Thereza M. B.



Relação n. 1 dos escravos pertencentes a Maria Thereza Joaquim Monteiro de Barros residente no municipio de Ouro Preto

(Art. 8º § 1º do Regulamento)

Ouro Preto 17 de Março de 1884

Numero de ordem da presente matricula	Numero de ordem da matricula anterior	Numero de ordem da relação	Nomes	Côr	Idade (por extenso) com a addição do art. 8º § 2º do Regulamento	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Valor dado conforme a tabella (por extenso)	Observações
1	1577	1	Valentim	Preta	Cincoenta e quatro	Casado	Brazileiro	Ignorada	Roceiro	Quatro centos mil reis	Marido de Margarida
2	1578	2	Margarida	Parda	Quarenta e quatro	Casada	Brazileira	Ignorada	Costureira	Quatro centos e cincoenta mil	Casada com Valentim
3	1581	3	José	Preta	Cincoenta e quatro	Casado	Brazileiro	Ignorada	Carreiro	Quatro centos mil reis	Marido de Jacintha
4	1582	4	Jacintha	Preta	Quarenta e nove	Casada	Brazileira	Ignorada	Fiar	Quatro centos e cincoenta mil	Casada com José, e tem um
5	1585	5	Rosendo	Preta	Vinte e dois	Solteiro	Brazileiro	Jacintha	Roceiro	Novecentos mil reis	filho ingenuo
6	1586	6	Thedolino	Preta	Dez e nove	Solteiro	Brazileiro	Jacintha	Roceiro	Novecentos mil reis	
7	1587	7	Innocencia	Preta	Dezenove	Solteira	Brazileira	Jacintha	Costureira	Seiscentos e cincoenta mil	
8	1593	8	Thereza	Preta	Quarenta e quatro	Casada	Brazileira	Ignorada	Padeira	Quatro centos e cincoenta mil	Casada com Sebastião de Quarenta e quatro annos
9	1600	9	Raphael	Preta	Quarenta e quatro	Solteiro	Brazileiro	Catharina	Carpinteiro	Seiscentos mil reis	
10	1601	10	João	Preta	Trinta e quatro	Solteiro	Brazileiro	Catharina	Carreiro	Oitocentos mil reis	
11	1604	11	Julia	Parda	Trinta e um	Solteira	Brazileira	Ignez	Padeira	Seiscentos mil reis	Tem tres filhos ingenuos
12	1612	12	Eugenia	Preta	Trinta e oito	Solteira	Brazileira	Catharina	Engomadeira	Seiscentos mil reis	Tem um filho menor liberto.
13	1622	13	Claudiano	Preta	Cincoenta e seis	Solteiro	Brazileiro	Izabel	Roceiro	Duzentos mil reis	
14	1624	14	Eudoxio	Parda	Cincoenta e oito	Casado	Brazileiro	Ignorada	Roceiro	Duzentos mil reis	Está fugido

Matriculados como nº 1 até 14 na falta de Livro Competente. Ouro Preto 16 de Agosto de 1886

Silverio Teixeira da Costa

Antonio M. B. Coelho

Provincia de Minas Geraes 2 de Abril de 1886.

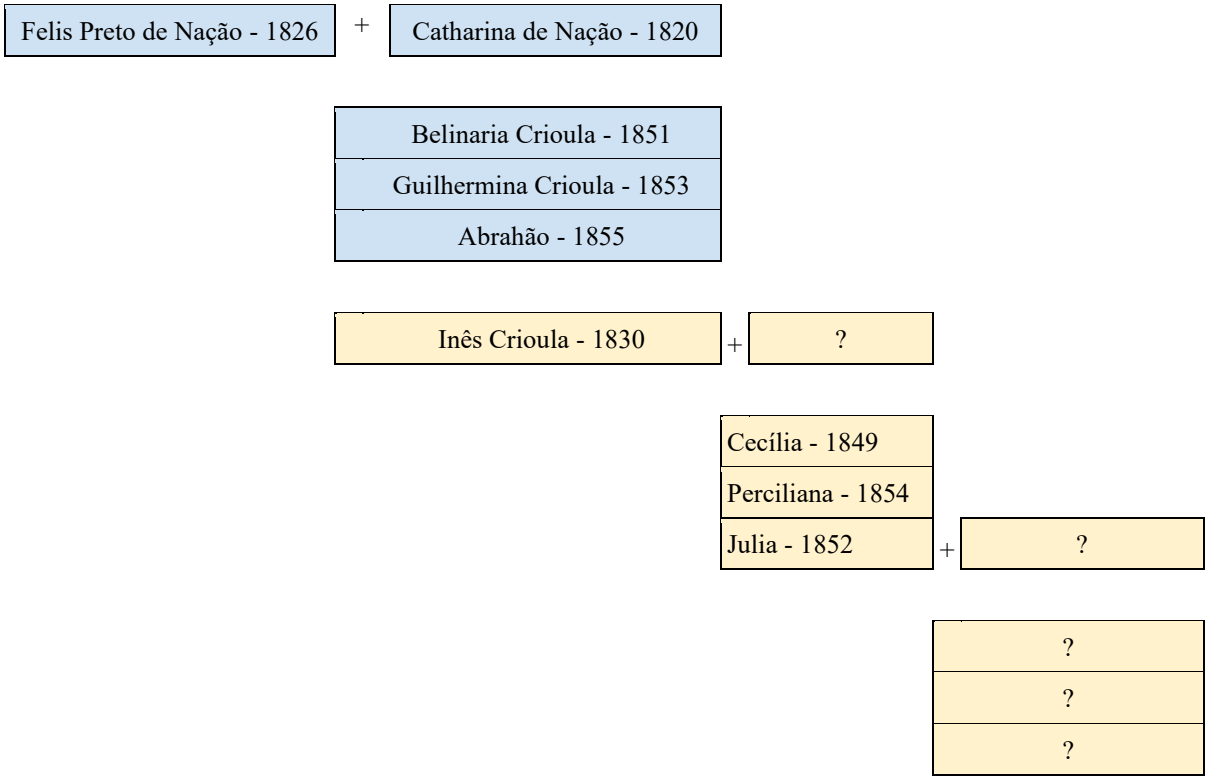
Maria Thereza Joaquim Monteiro de Barros

Fonte: ARQUIVO DA CASA DO PILAR DE OURO PRETO, s.d..

Ao se buscar informações sobre José Carreiro, que será apresentado adiante, foi localizada uma relação dos escravizados de Maria Thereza em 1884 (Figura 94), período em que a posse da Fazenda Boa Esperança já não estava sob os Monteiro de Barros. Na lista consta o nome de Julia, filha de Inês, que no inventário do Barão está com 4 anos de idade, e no inventário de Joaquim José está com 12 anos de idade – "Julia parda com idade de dose annos". Na relação de 1884, Julia está com 31 anos, e segue descrita como parda, solteira, brasileira, com a profissão de padeira. A ela está atribuído o valor de seiscentos mil réis, e no campo observação consta “tem três filhos ingênuos”.

Fechando as percepções sobre Inês e sua família, apesar de não terem sido localizados os nomes dos filhos de Julia, mas baseando-se nas informações reunidas sobre os agrupamentos familiares IX (abaixo em azul) e X (abaixo em amarelo), aqui considerados como o mesmo grupo, propomos um esquema genealógico que se estende por 4 gerações (Figura 95).

Figura 95 – Possível esquema genealógico



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

3.3 João Ribeiro

João Ribeiro está nos dois inventários, sendo o 76º na lista do Barão de Paraopeba e o 1º da lista de Joaquim José. Ele pertence ao agrupamento familiar AF XXX, sendo apresentado como casado com Sophia Crioula e pai de João Crioulo. Citado como pedreiro, pode-se considerar, no campo das conjecturas, que existam vestígios de seu trabalho, de suas mãos, nas construções remanescentes da Boa Esperança.

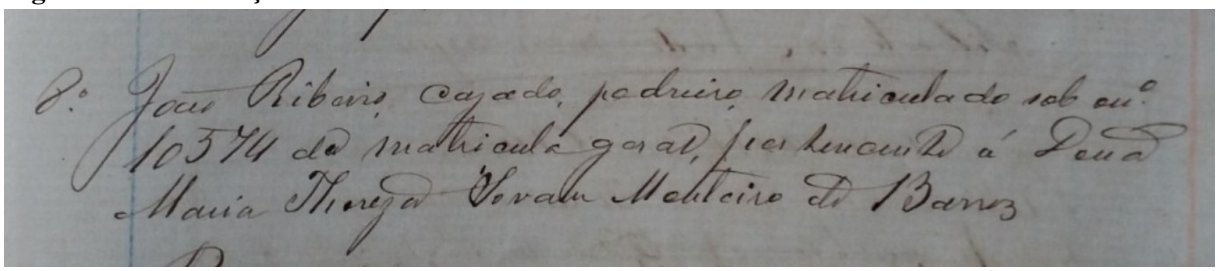
Em 1856, no inventário do Barão: "Item mais outro escravo por Nome João Ribeiro preto de Nação Casado com ofício de pedreiro que regula ter de idade trinta e oito anos pouco mais ou menos que assim sendo visto foi avaliado pela quantia de Oitocentos mil reis (800$000)."

Em 1863, no inventário de Joaquim José: "Um escravo de nome João Ribeiro, pedreiro que regula ter de idade Cinquenta anos pouco mais ou menos que foi avaliado pela quantia de Oitocentos mil reis (800$000)."

Após ser herdado por Maria Thereza Sovam de Barros, é possível que tenha ido com ela e os demais escravos herdados para a Fazenda da Providência, até que no ano de 1880 é

libertado pelo Fundo de Emancipação Bonfinense, um fundo do Estado[101] voltado para indenização de proprietários que tivessem seus escravos libertos. As liberdades por alforria de dois escravizados de Maria Thereza, Inês e João Ribeiro, foram identificadas primeiramente em uma tabela na pesquisa de Ulisses Tizoco (2018, p. 214), que dá contornos às relações de negociação de escravos na região de Bonfim em meados do século XIX. Na referida tabela, o autor lista, sem maiores detalhes, nomes de proprietários e quantidades de escravizados alforriados. Procurado, Tizoco pôde contribuir generosamente com esta pesquisa apontando os documentos-fonte do dado que aqui estão apresentados e que revelaram mais fatos da história de um dos escravizados presentes nos dois inventários.

Figura 96 – Libertação de João Ribeiro



Fonte: ARQUIVO DE BONFIM, s.d.

A Figura 96 mostra o recorte do parágrafo do documento, que traz outros libertos, dedicado a João Ribeiro. A seguir transcreve-se primeiramente a introdução do documento seguida do trecho destacado na figura que nomina o liberto João Ribeiro.

> Audiência de 18 de dezembro de 1880 P. P. Tenente Coronel Campos e Major Maciel Porteiro o oficial de Justiça Miguel Rodrigues de Almeida.
> Pelo Senhor Juiz de Órfãos, Primeiro Substituto em exercício, foram declarados libertos pelo fundo de emancipação que cabe a este município os escravos seguintes:
>
> (...)
> 8º - João Ribeiro, casado, pedreiro, matriculado sob o nº 10574 de matrícula geral, pertencente à Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros.

A partir do documento, sabemos que João Ribeiro, um pedreiro da FBE, conquistou sua liberdade oito anos antes da Lei Áurea. Não foi possível saber maiores detalhes sobre seus familiares. O fato de ter escolhido se tornar livre, principalmente diante do contexto relatado para Inês, somado à informação de que foi o primeiro citado na lista do inventário de Joaquim José, pode indicar proximidade de João com seus senhores.[102]

[101] Município de Bonfim.

[102] Como foi um dos últimos a ser pesquisado, já que a documentação foi acessada apenas tardiamente no contexto da pesquisa, as informações sobre João e os cotejamentos com sua história ficaram limitados.

3.4 José Carreiro

José Carreiro, ora identificado como José Congo ou José Preto de Nação, foi um africano – possivelmente congolês – escravizado que viveu na FBE e cuja presença foi identificada em diversos documentos, permitindo vislumbres de sua história a partir desses fragmentos. Nas tabelas dos inventários do Barão de Paraopeba e de Joaquim José Monteiro de Barros, José Carreiro está listado sob os números, 108 e 17, respectivamente.

Em 1856 no inventário do Barão: "Item mais outro escravo por Nome José preto de Nação que regula ter de idade vinte anos pouco mais ou menos que assim sendo visto foi avaliado pela quantia de Oitocentos e Cinquenta mil reis (850$000)."

Em 1863 no inventário de Joaquim José: "Item outro escravo de nome José Carreiro que terá de idade vinte oito anos mais ou menos, de nação, o qual é casado com Jacintha Creoula, que foi avaliado pela quantia de um Conto de reis (1:000$000)."

Assim como foi o caso das histórias da família de Inês e de João Ribeiro, foi possível localizar documentos apontando a conquista da liberdade de José Carreiro mediante buscas e pesquisas orientadas pelo uso do nome "Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros" como termo de busca em inúmeras plataformas, em arquivos, bases de dados científicos, repositórios acadêmicos. Assim se identificou no artigo de Cota (2009, p. 9) a menção ao processo legal pela libertação de José Carreiro por ter sido traficado para o Brasil após a lei de 7 de novembro de 1831[103], a qual proibia o comércio internacional de escravos. O artigo destaca a articulação de Leônidas Botelho Damásio, jurista identificado no trabalho como "conhecido abolicionista" que foi colocado como depositário no processo, enquanto a curadoria de José Carreiro ficou à cargo do bacharel Cesarino Ribeiro. O artigo baseou-se em documentação localizada no Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto, onde se procedeu a novas buscas e a uma consulta presencial, que retornaram com os documentos completos do referido processo transcrito[104]:

> Ouro Preto 22 de Julho de 1886 - José, africano (conhecido por José Carreiro), escravo de Dona Maria Theresa monteiro de Barros, residente na fazenda da "Providencia", freguesia de São José do Paraopeba, município de ouro Preto, precisa, a bem de seu

[103] A Lei Feijó, promulgada em 7 de novembro de 1831, representa um marco inicial na legislação brasileira contra a importação de escravos, declarando a liberdade dos escravos trazidos ao Brasil após essa data, com ressalvas específicas. Esta lei, além de impor penalidades aos traficantes de escravos, incluía recompensas monetárias para aqueles que denunciassem tal prática. Contudo, sua eficácia foi limitada, e a lei acabou sendo conhecida como "lei para inglês ver", devido à sua aplicação superficial. Contrariando a crença popular, a lei não surgiu como uma resposta à pressão inglesa, mas como um ato de autonomia legislativa do Brasil, embora só com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, o combate ao tráfico negreiro tenha se tornado mais efetivo.

[104] A transcrição completa consta no Apêndice A neste trabalho.

> direito, para tratar de sua liberdade, que Vossa Senhoria lhe dê por certidão o teor de sua matricula ou averbação neste município. Para deferimento.
> Ouro Preto 23 de Julho de 1886 - Diz José, congo (conhecido por José Carreiro), escravizado dos herdeiros de Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros, há pouco falecida, que tendo sido importado para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, como o prova a sua idade declarada na certidão junta, quer tratar de reaver a sua liberdade, e, para isto, precisa que Vossa Senhoria se digne de nomear-lhe depositário e um curador que possa promover a competente ação. Para deferimento.
> Ouro preto 29 de julho de 1886 - Certifico que escrevo o Livro de nova matrícula de Escravos, existente [?] nesta Coletoria, dele a folhas um encontrei a matricula de que trata o peticionário, cujo teor é o seguinte: Número de ordem três; nome de Senhora, Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros; residência Piedade do Paraopeba; número da matrícula geral, três; nas relações apresentadas três; data de Matrícula, quinze de Abril 10 de mil oitocentos e oitenta e seis; nome do Escravo José; cor preta; idade, cinquenta e quatro anos; estado, casado; filiação Ignorada; Profissão Carreiro; valor de trabalho, quatrocentos mil reis; Observações marido a Jacintha. É o que contém o dito livro em inferência ao Sobredito escrevo e a ele por exposto. Eu Antônio Torquato Pinto Coelho Escrivão Ajudante de Coletoria a escrevi e subscrevo Ouro preto 29 de julho de 1886. Antônio Augusto Pinto Coelho Conforme T. Costa
> Ouro Preto 29 de julho de 1886. - G. Santos - Diz José, natural d'África (conhecido por José Carreiro), que, por benefício de restituição, querendo promover os termos de uma ação sumária de liberdade contra seus pretensos senhores, herdeiros de Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros, residentes na fazenda "Providencia," freguesia da Piedade do Paraopeba, município de Ouro Preto, requer a Vossa Senhoria se digne de mandar citá-los para á primeira audiência deste juízo falarem a um libelo cível em cujos artigos melhor exporá o suplicante o seu direito e intenção, ficando desde logo os suplicados citados para todos os mais termos e atos judiciais, até final sentença e sua execução. Para deferimento E. Receberá Mercê ouro Preto, 29 de julho de 1886. o curador, Cesarino Ribeiro.

Apesar do acesso a muitas etapas do processo, não foi localizada a sentença final. Cabe destacar, no entanto, que juridicamente os documentos mostram elementos suficientes para conceder a liberdade a Carreiro.

José Carreiro, nascido no continente africano, foi trazido ilegalmente para Minas Gerais, para a Fazenda Boa Esperança, do Barão de Paraopeba. Levando-se em conta a relação do Barão com o comércio de escravos, buscou-se verificar a possibilidade de ter sido ele próprio responsável pela vinda de José para o Brasil, onde se tornou carreiro. Não foi possível, no entanto, encontrar fatos ou documentos anteriores ao inventário com mais dados sobre Carreiro.

A ação pela liberdade de José é um fato de relevância que converge a história desse trabalhador com o movimento abolicionista, crucial para as transformações sociais que precederam o fim efetivo da escravidão. Há ainda outra perspectiva sob a qual se pode olhar para esse homem. Os documentos são enfáticos ao, após nomeá-lo como José Congo ou José Africano ou José natural de África, incluírem a observação "conhecido como José Carreiro". O termo vem também caracterizando a profissão de José na lista de escravos matriculados de Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros. Mais que uma profissão, carreiro remete quase a um título adquirido após anos de experiência em outras funções relacionadas ao carro, e por isso se pode imaginar que era o próprio José quem se apresentava assim, possivelmente com

orgulho, como carreiro, resultando nas observações entre parênteses nos processos jurídicos. A seguir uma estrofe do poema, "O carreiro" presente no livro "O ciclo do Carro-de-bois no Brasil"[105] que abre a parte do livro intitulada, "Trabalhadores do carro de bois":

> Este caboclo veio, humilde e manso,
> Nesse mesmo monótono balanço,
> De muito longe, lá do velho engenho.
> Juntas de boi tangendo sem repouso,
> Dia inteiro num árduo desempenho,
> Dentro do carro lerdo e vagaroso,
> A sobraçar os seus montões de cana!
> (Souza, 1958, p. 405)

O termo "Carreiro" remete ao ofício ligado ao manuseio de carro de bois, veículo movido a tração animal de grande relevância na economia rural brasileira e persistente em todo o território brasileiro por séculos. Um exemplo disso é que os carros de bois estão em todos os inventários pesquisados e mesmo em menções na fazenda durante o século XX: "Virgilia Leal da Paixão Santana (dona Lica), filha de Sesostris, visitou a fazenda nos anos de 1940, quando tinha 15 anos de idade. 'Cheguei a Belo Vale em um trem da Central e segui para a fazenda em carro de boi'." (Martins, 2007, p. 54).

Fundamental no sistema econômico que tinha no carro de bois um de seus fundamentos, o carreiro era um profissional de saberes específicos. Cabia a ele o exercício das funções:

> Como quer que seja, do Norte ao Sul, ao carreiro compete as seguintes tarefas comuns:
> a) amansar os bois de seu carro, ensinando-lhes os serviços, aproveitando-lhes a capacidade nessa ou naquela posição ou junta;
> b) formar, em todos os dias de trabalho, a fieira de tração, ou seja, encangar os bois, ligar uma junta à outra, atrelá-las ao carro, dejungindo-as ao fim dos trabalhos;
> c) dada a ordem de marcha, tanger adequadamente os animais, sem violências e maus tratos; carregar e descarregar o carro com o auxílio do guia ou de outras pessoas no caso de cargas de grande peso por unidade;
> e) zelar pela conservação do carro, do seu equipamento, dos seus acessórios;
> f) velar pela saúde dos animais, que tiram o carro, proporcionando-lhes, quando possível e sobretudo em longas viagens, boas rações e o necessário descanso para poderem ruminar tranquilamente;
> g) cuidar das cargas que transporta;
> h) evitar os acidentes na jornada, alguns dos quais põem em risco a sua própria pessoa, a do seu auxiliar e até a dos bois da tração.
> Há mais ainda: um sem-número de pequenos cuidados, desempenhos e serviços, que lhe prendem a atenção e lhe desafiam a aptidão e a prática de tais lidas. (Souza, 1958, p. 417).

[105] O livro é uma referência inigualável dentro da temática do carro de bois, traçando um panorama profundo que considera os regionalismos brasileiros. Apesar de estar disponível na Biblioteca da Escola de Arquitetura, o fato de ser uma obra rara nos fez optar pela aquisição de um exemplar localizado em um sebo.

A tecnologia dos carros era voltada para transporte de cargas e até de pessoas em condições de terreno pouco homogêneo, com grandes variações na altura, resultando em deslocamentos em aclives e declives. O carreiro primeiramente prepara o carro para a viagem, o prende aos animais. Durante o percurso, regula para conter acelerações nos declives e manter ritmo nos aclives tratando dos animais e das peças de madeira do carro. Por estar diretamente ligada a todo tipo de produção que era escoada para além de seu local de produção, a profissão de carreiro mostra-se recorrente na documentação explorada. Os viajantes Spix e Martius descreveram produtos circulados pelas estradas pelas de tropas e pelo carros de bois:

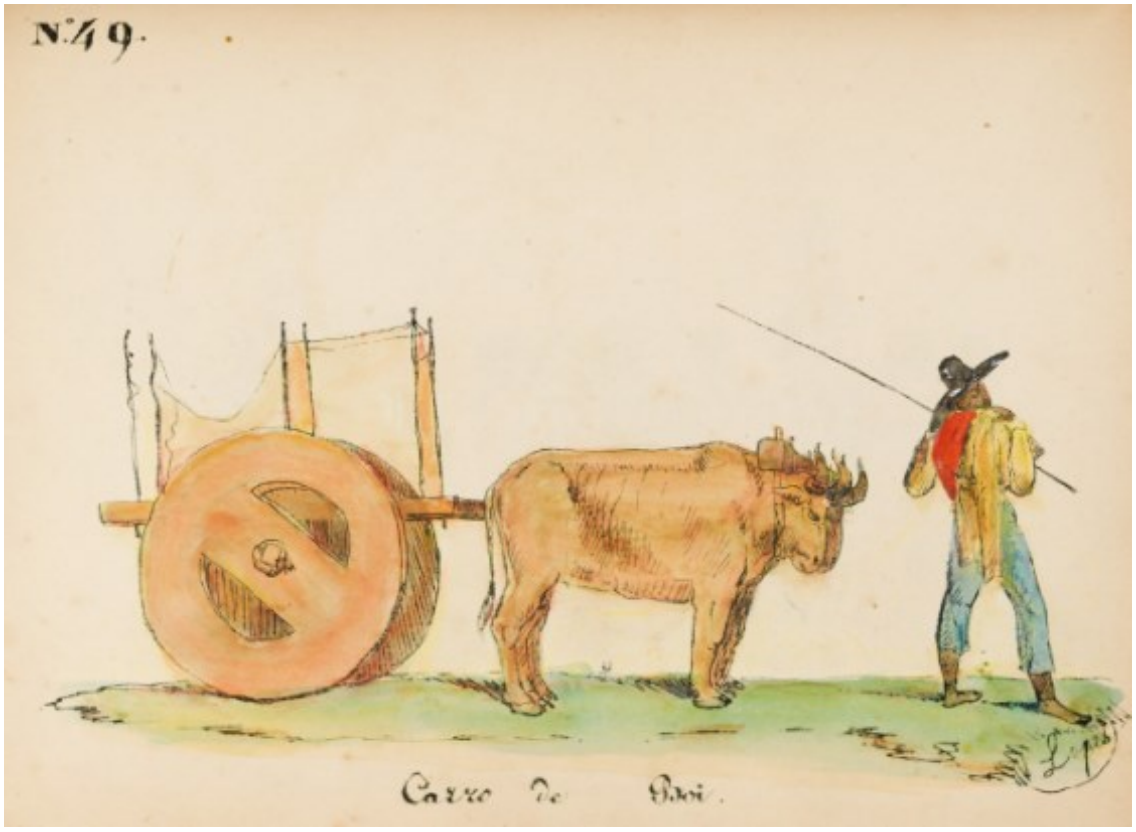
> Apesar da estrada execrável, há um trânsito contínuo e volumoso de exportação do interior, de rapadura (tijolos de açúcar comprimido), cachaça, milho, feijão, farinha, couro, tabaco, etc., e uma importação de retorno que consiste principalmente .em sal, além de ferragens, ferro, louça, produtos de Manchester, secos e molhados, dentre os quais figura uma grande quantidade de óleo de parafina. (...)
> Cupins e buracos de tatu eram numerosos; os primeiros chegavam muitas vezes a seis pés de altura, e os últimos apareciam até mesmo no meio da estrada, que na verdade consiste em uma série de trilhas mais ou menos paralelas, largas ou estreitas, que seguem a direção da estrada; é claro que nunca houve qualquer macadamização ou drenagem ou outro trabalho foi empregado para construí-la além da foice e do machado, seguidos pelos cascos de animais e as rodas dos carros de bois (...) (Spix; Martius, 2017, p. 89-90).

Assim, ainda que não seja possível constituir uma imagem de José, foi possível encontrar na iconografia registros alusivos ao seu ofício que conecta sua memória com outras gerações de trabalhadores da Fazenda. Uma fotografia (Figura 97) de Marc Ferrez de 1886 apresenta dois trabalhadores pretos, possivelmente escravizados, conduzindo um carro de bois em Minas Gerais. Provavelmente trata-se do carreiro e do candeeiro, em sequência uma representação do carro em uma iconografia do século XIX (Figura 98).

Figura 97 – Fotografia: Carro de Boi - Fazenda de Café MG

Fonte: MARC FERREZ, INSTITUTO MOREIRA SALLES.

Figura 98 – Iconografia: Carro de boi



Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 1841. n.49.[106]

[106] Acervo de Iconografia. Instituto Moreira Salles. Identificação: 496. Atribuído a Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive c.1841.

A profissão de carreiro também conecta José a um personagem que chegou a trabalhar na Fazenda no início do século XX cujas falas foram fundamentais na elaboração do modelo do chafariz, o José Rosa, que se apresentava como candeeiro de bois (Figura 99), “"Cheguei a Boa Esperança em 1915. Aos seis anos, já trabalhava como *pinante* candeeiro de bois (...)”. (Martins, 2007, p. 45).

Figura 99 – José Rosa candeeiro de bois

Fonte: Acervo de Tarcísio Martins, 2005.

> O trabalho de dirigir, guiar e manobrar o carro de bois é geralmente executado, no Brasil, por duas pessoas: o condutor, de regra um homem feito, e o ajudante, de costume um menino ou rapazola. Ao primeiro se chama carreiro, carreteiro, tangedor, tangerino, tocador: carreiro é denominação usada em quase todo o pais; (...) Para o segundo os sertanejos criaram uma interessante *polionimia*: assim é que o vemos chamado bôca de boi em municípios da Bahia, como Campo Formoso; boeiro em Camaqua e São Gabriel, no Rio Grande do Sul e também em partes do Território de Ponta Porá e do Estado de Mato Grosso (Mato Grosso); candeeiro em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Souza, 1958, p. 411).

Outro carreiro da Boa Esperança, durante a posse de Antônio Procópio nos anos 50, foi o Sr. Expedito Oliveira (Figura 100), homenageado através do projeto "Mapa Afetivo de Belo Vale"[107], o qual apresenta um vídeo[108] dele, no qual podemos ouvi-lo sobre as funções que exercia na Boa Esperança.

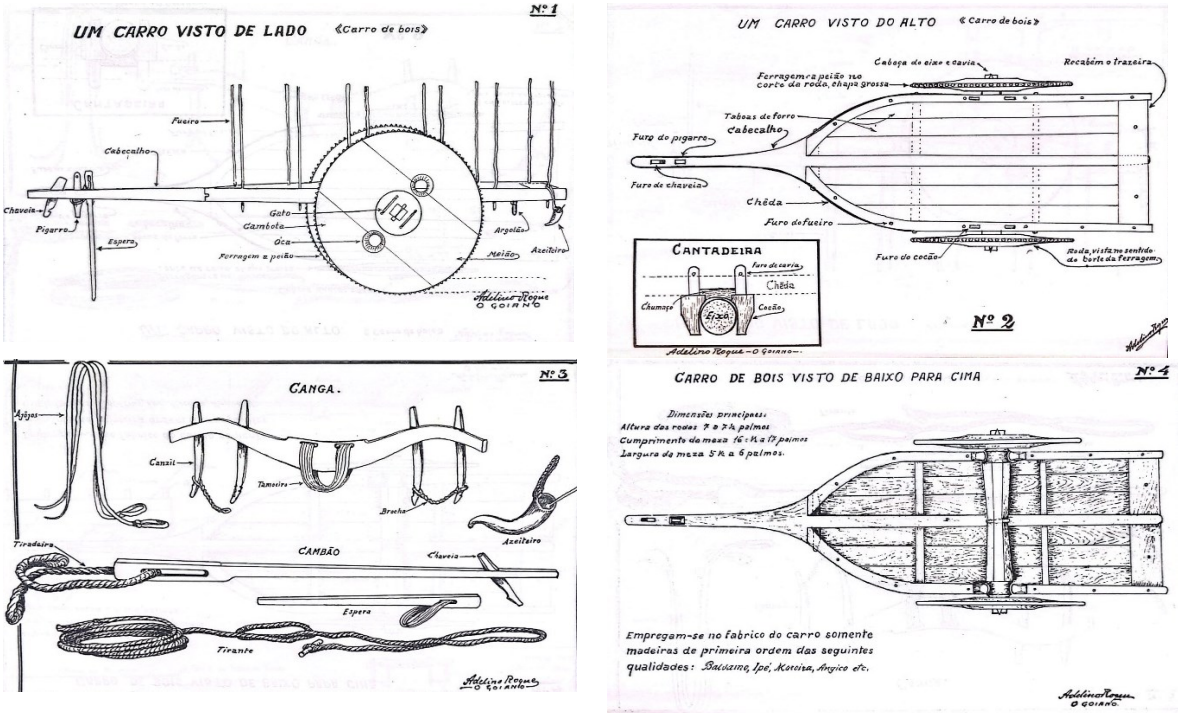
Figura 100 –Sr. Expedito Oliveira

Fonte: YOUTUBE. Mapa Afetivo de Belo Vale, s.d.[109].

O contato com a história do carreiro José também joga luz ao fato de que algumas das dimensões e modulações espaciais da FBE ocorram em função das dimensões dos carros de bois (Figura 101) assim como a arquitetura contemporânea também recebe influências dos tamanhos dos veículos de transporte. Além disso, o objeto tem composição complexa de um sistema que opera com múltiplas peças. Por esses motivos e orientando-se pelo objetivo de preencher visualmente lacunas na historiografia da FBE, procedeu-se com a elaboração de um modelo digital de carro de bois baseando-se em farta documentação técnica, incluindo as representações gráficas do livro de Souza (1958).

[107] https://mapaafetivodebelovale.com.br/
[108] https://youtu.be/USJwKpMHbvo?si=fSwNEn_yBUvsQaPv
[109] https://youtu.be/USJwKpMHbvo?si=fSwNEn_yBUvsQaPv

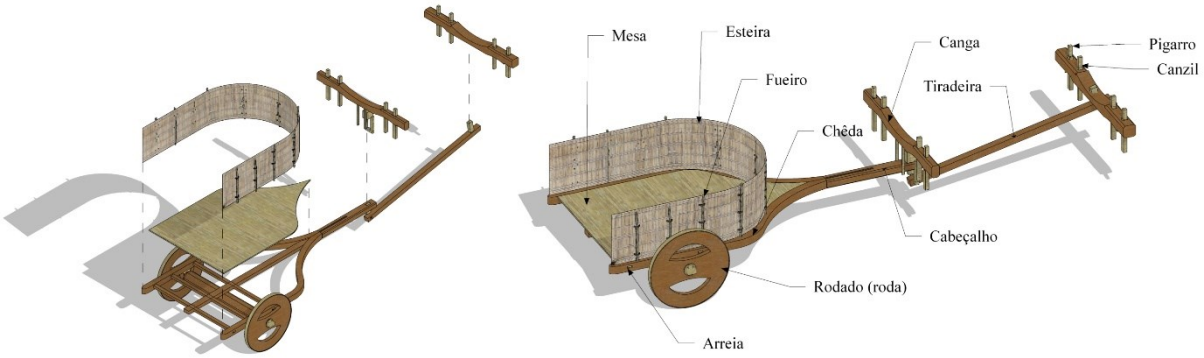
Figura 101 –Detalhamento do carro de bois



Fonte: SOUZA, 1958, p. 551-554.

A modelagem (Figura 102) ocorreu com o uso de software de representação visual, Sketchup, utilizado nos outros casos, e seguiu a estrutura e hierarquia de peças pesquisada:

Figura 102 – Peças do carro de bois



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Dessa maneira, sob o paradigma da musealização, um potencial latente e perene da FBE, torna-se possível resgatar a memória de João Carreiro a partir da representação visual do carro

de bois, um elemento marcante e crucial do funcionamento da Fazenda e na economia brasileira de maneira geral, que converge em si saberes únicos, personagens dignos de memória.

A modelagem tridimensional do veículo sugere que as dimensões do carro sejam incompatíveis com os vãos do portão principal e do portão que separa o pátio frontal do pátio do paiol. Caso essa informação esteja correta, é uma indicação de que o fluxo de trabalho com os carros de bois, veículos pesados que podiam danificar o solo, se dava perifericamente às áreas principais da Fazenda, possivelmente o carro era montado e carregado ou descarregado fora dos muros, garantindo a manutenção dos pisos. Mas essa hipótese requer maiores estudos e foi explorada apenas com um modelo de carro de bois desenvolvido (Figura 103).

Figura 103 – Cena de carregamento do carro de bois nos fundos da FBE

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

3.5 João Congo e Tiãozão

Este item da pesquisa se limita à transcrição de um conto cedido do arquivo pessoal de Tarcísio Martins e transcrito do acervo do Museu do Escravo de Belo Vale. Não é possível saber se os escravizados João Congo e Tiaozão existiram, mas conto em si é parte da memória da Fazenda. Lembramos o ensinamento de Conceição Evaristo sobre o papel da literatura e da ficção no preenchimento de vazios históricos: “O que a história não nos oferece – estou falando

história ciência – o que história não nos oferece a literatura ela pode (...) oferecer. Esse vazio histórico ele é preenchido pela pena ficção (...)". (Youtube. Conceição Evaristo)[110]

Os viajantes Spix e Martius descrevem uma visita às lavras do Coronel Romualdo por volta de 1820 e narram a participação de um escravizado no processo:

> Na nossa presença, o negro, lavando um pedaço de quartzo do tamanho de um punho, quebrando-o a martelo, obteve uma porção visível de muito fino pó de ouro do valor de cem réis.
>
> Os dois feiticeiros
> Na lendária fazenda da boa esperança já descrita encontram-se dois escravos velhos (um do Congo- o João Congo- e outro de Cabinda o Tiãozão. O João Congo vindo da África a mais de 60 anos já era feiticeiro na sua tribo e aqui veio para Ouro Preto trabalhar nas Minas de Ouro e aí apurou seus conhecimentos de feiticeiro, como era um grande conhecedor de como distinguir um bom aluvião; foi comprado pelo então Capitão Romualdo e trazido para a Fazenda da Boa Esperança, pois as lavras do coronel já estavam se exaurindo. O João Congo, chegando às beiras do Paraopeba deu logo com um outro aluvião mais abaixo do antigo e aí foram tiradas muitas arrobas de ouro, que para o então Coronel foi a salvação da Pátria, sendo possível até a compra do título de Barão do Paraopeba. Por estas e outras razões o João Congo era bem tratado e no fim de sua velhice até poupado, ficando a toa, só por conta dos seus feitiços e chás muito conhecidos em toda a região do Paraopeba, São Gonçalo da Ponte, Boa Morte, Congonhas, Ouro Branco e até mesmo na Capital da Província (Ouro Preto), de onde vinham pessoas consultar por causa de doenças, levando meizinhas e garrafadas com remédio do Preto Velho.
> O Tiãozão, assim chamado por ser alto e de ossos grandes e grossos como eram todos os seus membros. Muito temido nas senzalas das Minas de Congonhas, que também pertenciam ao Barão, por suas maldades, já que era um negro de índole perversa, preparando sempre venenos dos mais fortes e mortais. Quando as Minas onde ele trabalhava ficaram sem produção. O feitor o trouxe juntamente com outros para trabalhar na sede da fazenda. Aí ele envelheceu no serviço de mestre de apuração de ouro nas minas de Paraopeba a uns 2km acima de São Gonçalo que é a lavra de Santo Antônio.
> Então já velhos, os dois feiticeiros João Congo e Tiaozão vão beber água no Chafariz do pátio, debaixo das quatro sapucaias. E como não podiam se encontrar, pois são antagônicos como grandes feiticeiros, começam a se insultar. Diz João Congo- Tenho direito de beber primeiro, pois sou maior que *vosmicê*
> Repele Tiaozão- Que nada, o meu feitiço é muito maior que o seu, quer ver? - E joga no chão uma manguara[111] que imediatamente vira uma cobra que arma um bote para pegar João Congo.
> Este logo a seguir dá um passo atrás e tira um chapéu velho da cabeça e joga-o por cima da copa e seu chapéu vira um gavião terra que pega a cobra e voa com ela para uma das sapucaias e lá vai comê-la.
> João Congo e Tiozão voltam as costas um para o outro e voltam para sua senzala sem saber quem é o maior. Perdura até hoje essa dúvida (Spix; Martius, 2017, p. 322).[112]

[110] https://www.instagram.com/p/CrmGOeku0mZ/
[111] Vara grande
[112] Fonte: Acervo pessoal de Tarcísio Martins

3.6 Joaquim Antônio (Pereira?)

Esta seção revela fragmentos da história de Joaquim Antônio, que foi escravizado, posse de Joaquim Pinto Lara, segundo proprietário da FBE. A partir dos anúncios encontrados em jornais mineiros da segunda metade do século XIX, são construídas reflexões a partir de cotejamentos com outros campos que conectam a história de Joaquim ao contexto amplo do escravismo e suas consequências.

> Capangas armados estão à procura
> Escravos apanham, meu ato de loucura
> Fugido eu tô correndo pela mata
> Na pele eu levo a marca da tortura
> (Sapiência, 2017)

O álbum Galanga Livre de 2017 foi o primeiro de Rincon Sapiência, e nele a relação entre duas faixas, uma na abertura e outra no fechamento da lista, dá o tom do conjunto da obra. A música de abertura, Crime Bárbaro, da qual foram extraídas as linhas que abrem esta seção, é apresentada como um conto ficcional de autoria do próprio músico e "conta história do escravo Galanga, que gerou uma grande reviravolta no engenho a partir do momento em que cometeu um crime bárbaro". As rimas da música narram a fuga de Galanga, que após uma série de conflitos mata o senhor do engenho. Já em outra música, Galanga Livre[113], o tempo da narrativa não é mais o da escravidão, mas a atualidade e, como vimos na letra de Boa Esperança, na introdução do trabalho, Rincon também costura seu rap unindo símbolos da escravidão e traçando contrapontos com a atualidade, constituindo, assim, imagens dialéticas com mensagens de uma nova emancipação 135 anos após a abolição da escravidão. Em Boa Esperança de Emicida, o banquete é o pano de fundo para o retrato da ruptura social, e em Galanga Livre, o símbolo retorna como lugar para demonstrar igualdade:

> O escravo preso na corrente
> Hoje temos corrente no pescoço
> Sem bala no pente e colete
> Tô querendo banquete no almoço
> (...)
> Fui convidado pro jantar
> Migalhas não vou recolher
> Vida me chama pra cantar
> Sem fuga, livre pra correr
> (...) (Sapiência, 2017)

[113] Mesmo nome do álbum.

A exemplo da história de Galanga, encontra-se no arquivo público de Bonfim, que já fora a comarca da Fazenda, documento datado de junho de 1844 relatando a condenação à morte de dois escravizados de Santana do Paraopeba, vizinhança da FBE, por enforcamento, em função do assassinato de seu senhor, Luiz Francisco Lopes:

> Certifico e ponho fé que no dia de hoje ao meio-dia se deu a execução da pena de morte na forca aos réus Feliciano Cabra e Custódio Africano de que os acompanhei a forca para se dar a dita execução. O referido he verdade. Villa do Bom Fim 19 de julho de 1844.

Assim como no exemplo, tão próximo à FBE, crimes e fugas de escravizados, como o ficcional Galanga, eram rotineiros por motivos diversos, desde escapar de violências sofridas até a busca por parentes de quem o escravizado tinha se separado. Mas, na música, matar o senhor de engenho e fugir podem ser ações interpretadas como metáforas do rompimento com a continuidade de situações de opressão.

Os escravizados fugitivos, se recapturados, eram submetidos a castigos, e muitos recebiam marcas na pele para identificação (Freyre, 1900, p. 12, 40). Mesmo conhecendo os riscos, fugas eram recorrentes, o que é ilustrado pelo grande volume de anúncios em jornais dedicados à busca de escravizados perdidos.

Partindo de um recorte bastante limitado do universo da Fazenda Boa Esperança, procedeu-se a profundas buscas na hemeroteca da Biblioteca Nacional do cruzamento de diversos termos ligados à FBE, com observação ao recorte geográfico e temporal. Apesar de pouco numerosos diante da quantidade que foi vista e não aproveitada pela pesquisa, os achados que serão apresentados mostraram-se valiosos. Quando a família Monteiro de Barros deixa a posse da Fazenda, e a fazenda passa para a família Góes e Lara, em 1876, a escravidão ainda está vigente. Descolar as buscas do Barão de Paraopeba foi crucial na obtenção de resultados pouco ou totalmente inexplorados pela historiografia da FBE, que está em maior parte tomada pela percepção da família de Barros como principal proprietária, sendo que outras famílias também estiveram na FBE por muitos anos[114]. Assim foi sob o nome de Joaquim Pinto Rodrigues Lara, patriarca da família que sucedeu aos Monteiro de Barros como proprietários da FBE, que foram localizadas publicações que permitem revelar fragmentos da história de um personagem que passou pela FBE, o escravizado Joaquim Antônio, que era propriedade de Joaquim Pinto Rodrigues Lara.

[114] As buscas realizadas com o recorte nos Monteiro de Barros são um tanto contaminadas por resultados que remetem a publicações de ordem política, dada a atuação de Romualdo Monteiro de Barros, que não eram o foco principal da pesquisa.

Figura 104 – Anúncio: 1ª fuga de Joaquim Antônio

ASSIGNATURAS.
CAPITAL.
Por anno . . . . . 14$000
Por seis mezes . . . . . 7$000
Pagamento adiantado.
As assignaturas terminão no dia em que se completa o semestre ou anno de sua duração.
Originaes não publicados não serão restituidos.
NUMERO AVULSO A 200 RS.

A ACTUALIDADE

ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL.
PROPRIEDADE DE J. E. DA SILVA CAMPOS E CARLOS GABRIEL ANDRADE.
Publica-se tres vezes por semana.

ASSIGNATURAS.
FORA DA CAPITAL.
Por anno . . . . . 15$000
Por seis mezes . . . . . 8$000
Pagamento adiantado.
As assignaturas terminão no dia em que se completa o semestre ou anno de sua duração.
Originaes não publicados não serão restituidos.
ANNUNCIOS E QUE SE CONVENCIONAR.

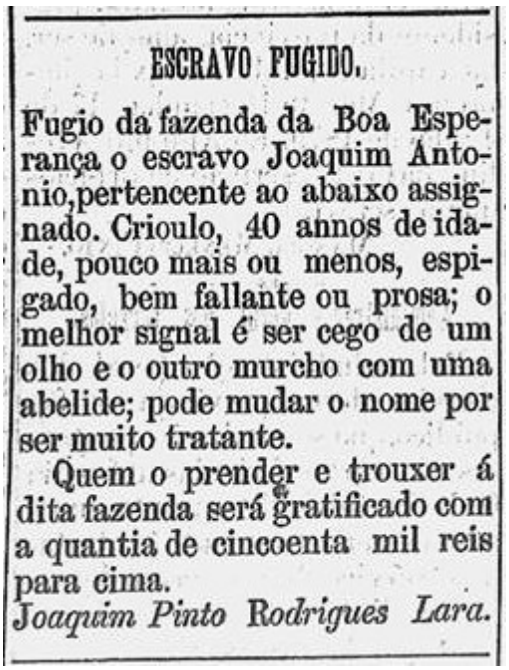
ANNO II. OURO PRETO, 19 DE JULHO DE 1879. NUMERO 67.

AOS NOSSOS ASSIGNANTES. Para não haver interrupção no numero

§ 6.º Expedir os editaes e annuncios que tiverem de ser publicados.

Art. 8.º Pertence á secção do archivo

§ 6.º Nomear e demittir os seus

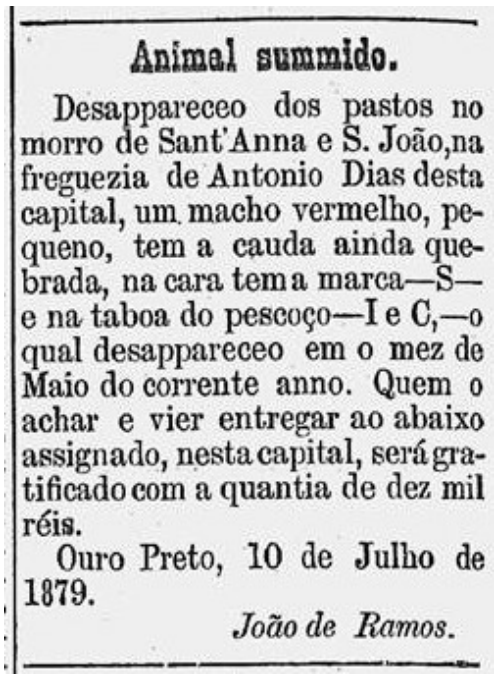


ESCRAVO FUGIDO.

Fugio da fazenda da Boa Esperança o escravo Joaquim Antonio, pertencente ao abaixo assignado. Crioulo, 40 annos de idade, pouco mais ou menos, espigado, bem fallante ou prosa; o melhor signal é ser cego de um olho e o outro murcho com uma abelide; pode mudar o nome por ser muito tratante.

Quem o prender e trouxer á dita fazenda será gratificado com a quantia de cincoenta mil reis para cima.

Joaquim Pinto Rodrigues Lara.



Animal summido.

Desappareceo dos pastos no morro de Sant'Anna e S. João, na freguezia de Antonio Dias desta capital, um macho vermelho, pequeno, tem a cauda ainda quebrada, na cara tem a marca—S— e na taboa do pescoço—I e C,—o qual desappareceo em o mez de Maio do corrente anno. Quem o achar e vier entregar ao abaixo assignado, nesta capital, será gratificado com a quantia de dez mil réis.

Ouro Preto, 10 de Julho de 1879.

João de Ramos.

Fonte: Recortes do jornal A ACTUALIDADE – Orgão do Partido Liberal, Ouro Preto, n. 67, 19 julho 1879, p.4.

A Figura 104 mostra dois recortes da mesma página do jornal "A Actualidade : orgão do Partido Liberal (MG)" de 1879, que foram acessadas na hemeroteca da Bilbioteca Nacional. As imagens foram colocadas lado a lado para dar destaque ao tratamento animalizado e objetificado de pessoas. O anúncio para a captura de um fugitivo é um dos poucos tipos de registros históricos em que podemos enxergar um escravizado descrito com maior individualidade, com um nome, aspectos físicos, sua idade e até mesmo a descrição de sua personalidade. Se num primeiro momento ressalta-se a coisificação através do termo escravo, que era sua condição jurídica, os comentários que seguem reumanizam o fugitivo. O anúncio remete diretamente à Fazenda Boa Esperança, no distrito de São Gonçalo da Ponte, com assinatura de proprietário reconhecido pela historigrafia e no período correto, não deixando dúvidas tratar-se de um fato ocorrido na FBE. A busca pelo escravizado fugitivo, Joaquim Antônio, que tem o mesmo primeiro nome de seu patrão, se estendeu por diversos anúncios nos dias seguintes, conforme constata nos arquivos. Ao observarmos o anúncio disposto ao lado de

um similar, buscando um animal, observamos que o boi tem uma recompensa de um quinto da quantia oferecida por uma pessoa escravizada, e a coisificação é novamente ressaltada. Outro fator que se destaca é a forma de descrição. Lara empreende cuidados ao descrever seu Joaquim Antônio. Começa definindo-o como “crioulo” referindo-se, provavelmente, ao fato de ser nascido no Brasil. Na sequência, o termo espigado remete à estatura, provavelmente indicando ser um homem mais alto que a média, conforme será reforçado a seguir. Os comentários sobre a personalidade trazem os termos “fallante”, “prosa”, mas sem deixar de adicionar, ao final da descrição, tom depreciativo “pode trocar de nome por ser muito tratante”. As marcas de Joaquim Antonio descritas no anúncio referem-se a uma mancha na córnea do olho, “abelide” e um olho cego. No entanto, são inúmeros os anúncios em que as descrições apresentam, assim como no anúncio do “Animal summido” , marcas infligidas com violência aos escravizados por seus senhores, seja para indicar seu proprietário, seja para marcar fugitivos. Outras vezes, como reforçado nos versos que introduzem esta seção, as marcas descritas remetem aos castigos, torturas e punições sofridas pelos escravizados no contexto brutal da escravidão. Desse modo, não é possível afirmar ou descartar que as condições descritas sobre os olhos de Joaquim Antônio sejam em decorrência de algum tipo de violência sofrida ou condições adquiridas de outra forma, natural ou não.

No ano de 1905, Gilberto Freire publicou um estudo em que busca construir percepções antropológicas a partir dos anúncios em jornais relacionados aos escravizados, sendo para compra, venda, aluguel ou, como no caso identificado pela pesquisa, em caso de fuga de escravizados. Ele afirma:

> No caso de escravos fugidos, porém, afastaram-se dele, para se dirigirem à compreensão do leitor através de palavras que, estabelecendo "tipos de familiaridade" em tomo do assunto - escravos - estabeleciam, também, nas relações necessariamente francas e inevitavelmente honestas que criavam entre o leitor, o anunciante e o objeto anunciado, alguma coisa de científico, dirigindo-se, de algum modo, à "experiência", à "compreensão" e à "reflexão crítica" do leitor: característicos, segundo o P.e Lonergan, da linguagem científica. Daí ser possível uma utilização toda especial, em Antropologia e noutras ciências, daquele gênero de anúncios (Freyre, 1900).

Freyre traz contribuições para o estudo ao desenvolver o trabalho, mas deve ser revisitado sob um olhar crítico. Aqui se destaca exclusivamente essa obra que reforça o valor documental dos anúncios para conhecer escravizados. Indo além do que propõe Freyre, aqui, falar de Joaquim Antônio é revelar o nome, os traços e características de um personagem, um homem que viveu na FBE e que, se não fosse por sua fuga, seria improvável que soubéssemos

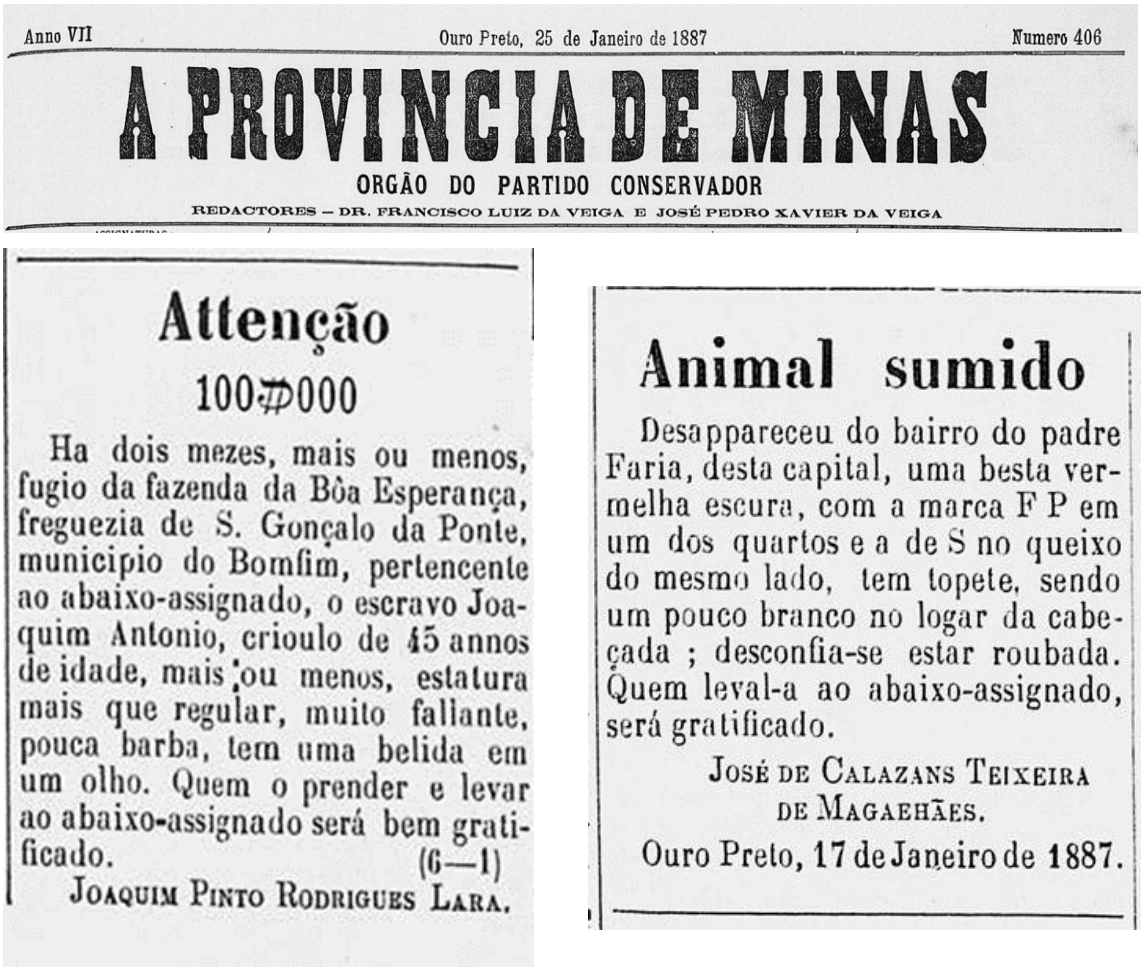
de sua existência. Ao colocá-lo nesta tese, Joaquim reaparece 136 anos depois de ter escapado da Boa Esperança.

A identificação do nome, Joaquim Antônio, ampliou o escopo de termos usados na busca, e, assim, foi possível retornar aos inventários para aferir se o escravizado estaria entre os cativos da família Monteiro de Barros. Não foi encontrada nenhuma correspondência plausível, considerando o nome, a idade, e mesmo a condição dos olhos, já que, conforme demonstrado na seção anterior, eram comuns descrições de condições físicas dos escravizados nos inventários. Por isso acredita-se que seja possível que Joaquim Antonio tenha ido a Boa Esperança levado por Joaquim Lara após a posse da FBE pelos Monteiros de Barros.

A relação de Joaquim Antônio com o espaço da FBE é única. Enquanto esteve na Fazenda Joaquim, foi invisível, pois não foram encontrados outros registros de sua presença, mas, ao fugir, e assim sair dos limites da Boa Esperança, Joaquim surge, estampa o jornal, e tem a história resgatada anos depois.

Em um anúncio posterior, agora no jornal de Ouro Preto: "A Província de Minas", de 25 de janeiro de 1887, verifica-se que, passados em torno de oito anos, Lara estava novamente em busca de Joaquim Antônio, novamente fugitivo, agora com recompensa de cem mil reis, o dobro do que oferecera anos antes, e novos detalhes sobre sua aparência. Da mesma forma que foi feito com o primeiro, mostra-se ao lado outro anúncio, da mesma página, buscando um animal sumido (Figura 105).

Figura 105 – Anúncio: 2ª fuga de Joaquim Antônio



Anno VII — Ouro Preto, 25 de Janeiro de 1887 — Numero 406

A PROVINCIA DE MINAS

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR

REDACTORES – DR. FRANCISCO LUIZ DA VEIGA E JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA

Attenção

100$000

Ha dois mezes, mais ou menos, fugio da fazenda da Bôa Esperança, freguezia de S. Gonçalo da Ponte, municipio do Bomfim, pertencente ao abaixo-assignado, o escravo Joaquim Antonio, crioulo de 45 annos de idade, mais ou menos, estatura mais que regular, muito falliante, pouca barba, tem uma belida em um olho. Quem o prender e levar ao abaixo-assignado será bem gratificado. (6—1)

JOAQUIM PINTO RODRIGUES LARA.

Animal sumido

Desappareceu do bairro do padre Faria, desta capital, uma besta vermelha escura, com a marca F P em um dos quartos e a de S no queixo do mesmo lado, tem topete, sendo um pouco branco no logar da cabeçada ; desconfia-se estar roubada. Quem leval-a ao abaixo-assignado, será gratificado.

JOSÉ DE CALAZANS TEIXEIRA DE MAGAEHÃES.

Ouro Preto, 17 de Janeiro de 1887.

Fonte: Recortes do jornal A PROVÍNCIA DE MINAS. Órgão do Partido Conservador. Ouro Preto, n. 406, 25 janeiro 1887, ano VII, p.4.

A identificação do segundo anúncio muda e amplia a percepção da dimensão do contato entre Joaquim Antônio e a Fazenda, uma vez que torna evidente sua recaptura ou retorno após o primeiro anúncio e demarca um período de, no mínimo, 8 anos. O momento da segunda fuga, em 1887, um ano antes da Lei Áurea, merece destaque. O país convivia simultaneamente com pensamentos pró-escravidão e contrários a ela, fato que se refletia nos jornais. Enquanto ainda havia aqueles buscando os seus escravizados, havia outros senhores e grupos abolicionistas utilizando as páginas de jornais para anunciar a defesa da libertação de cativos:

> Em Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, as ações de liberdade baseadas na lei de 1831 surgiram em um momento de efervescência do movimento abolicionista local, tendo se concentrado nos anos finais de vigência escravista. Os abolicionistas ouropretanos reverberaram e reinterpretaram o debate acerca da validade da primeira lei de proibição do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, manifestando-se através da imprensa e mesmo assumindo publicamente postura contrária à defesa dos interesses senhoriais nas contendas judiciais (Cota, 2011, p. 89).

Assim como ocorre com os escravizados nos inventários, no segundo anúncio pode-se notar o desconhecimento da idade do escravizado, pois, no primeiro anúncio, Joaquim aparece com 40 anos, e passados oito anos, lhe foi atribuída a idade de 45, agora com "pouca barba". Diferentemente do primeiro, desta vez Lara não chamou Joaquim Antônio de tratante, mas reforçou a "belida" em um olho sem dizer sobre cegueira. Ao pontuar uma estatura "mais que regular", fica evidente que de fato o termo "espigado" do anúncio anterior faz alusão a um homem alto, e arrisca-se afirmar, magro. Outra característica que atavessou o tempo ilustra uma parte da personalidade do homem escravizado, e o termo "*muito falante*" soma-se à descrição dele como "bem fallante ou prosa" do anúncio de 1879. Aparentemente, Joaquim era um homem para conversa. Há ainda muito que pode ser pensado sobre as relações entre ele e seu senhor, Capitão Lara, que se dispôs a buscá-lo oferecendo pequenas fortunas nas duas ocasiões.

Joaquim Antônio, brasileiro, homem alto e magro, falante, provavelmente com catarata ("*abelide"*; "*belida"*)[115] em um dos olhos, por volta de quarenta anos de idade, viveu como posse de Joaquim Rodrigues Pinto Lara na Fazenda Boa Esperança, de onde fugiu ao menos duas vezes, sendo uma em 1879 e outra 1881, tendo sido procurado, nas duas ocasiões, através da oferta de recompensas e anúncios em jornais. É improvável que se possa conseguir evidências que mostrem se ele consquistou uma liberdade mais definitiva a partir da segunda fuga ou se teria retornado à FBE antes da Lei Áurea de 1888. No entanto, há simbolismo na identificação de um homem que por duas vezes agiu contra a submissão ao *status* de escravo. Ao fugir duas vezes, há, em certa medida, um pouco do ficcional Galanga em Joaquim Antônio (ou seria o contrário?):

> (...)Boatos correm, eu também
> Me sinto como um herói, isso me faz bem
> Escravos me colocam como um rei
> Porque o senhor de engenho fui eu que matei
> (...)
> Ter canela fina é pra correr
> Se me pegarem vai doer
> Mesmo estando em desvantagem
> A sensação é de poder
> Eu sou nego fujão
> Pega nego fujão
> Corre nego fujão
> Ei (eu vou me embora daqui)
> (Sapiência, 2017)

[115] belida s. f. (1) Névoa, mancha que se forma na córnea do olho. Catarata. (2) ext. Qualquer doença dos olhos. https://estraviz.org/Belida#:~:text=(1)%20N%C3%A9voa%2C%20mancha%20que,Catarata.

O simbolismo da fuga como demosntração de que a escravidão nunca foi aceita sem resistência pelos escravizados é de tal relevância que na cidade de Acupe, distrito de Santo Amaro da Purificação na Bahia, celebra-se o Nego Fugido, provavelmente desde o século XIX. Trata-se de uma celebração popular com apelo visual dramático através da encenação de fugas com derramamento de sangue. A festa alude, conforme a tradição oral, a um momento de revolta do grupo de escravizados contra o seu senhor. Uma dissertação intitulada "Nego Fugido: o teatro das aparições" contribui com a discussão, pois também traz o pensamento Benjaminiano para ressaltar o valor das imagens dialéticas entre o passado e o presente a partir do Nego Fugido (Pinto, 2014, p. 83):

> Imagens associadas as revoltas e traumas relacionadas à escravidão, articulam-se às questões políticas e de violências sociais, de várias ordens, vividas pela comunidade acupense. Assim, o legado do passado é acionado por experiências significativas de pessoas que não viveram esse passado. Tomando as palavras de Walter Benjamim: "cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso.

Figura 106 – Fotografia: Nego Fugido em Acupe, BA

Fonte: PINTO, 2014, p. 43. Foto: Renata Meireles.

Enquanto a letra de Crime Bárbaro se baseia na resistência contra a opressão, em um paralelo com a história de Joaquim e sus fugas, a festa do Nego Fugido em Acupe é uma manifestação cultural que transcende a mera narrativa histórica, tornando-se um meio para a expressão de traumas coletivos e resistência contínua (Figura 106). Como apontado por Pinto (2014), essa celebração evoca as imagens dialéticas de Benjamin, em que o passado e o presente se encontram, criando um espaço para a reflexão e a reconexão com a história. A dramatização da fuga e da revolta dos escravizados não é apenas uma relembrança, é um ato de reivindicação

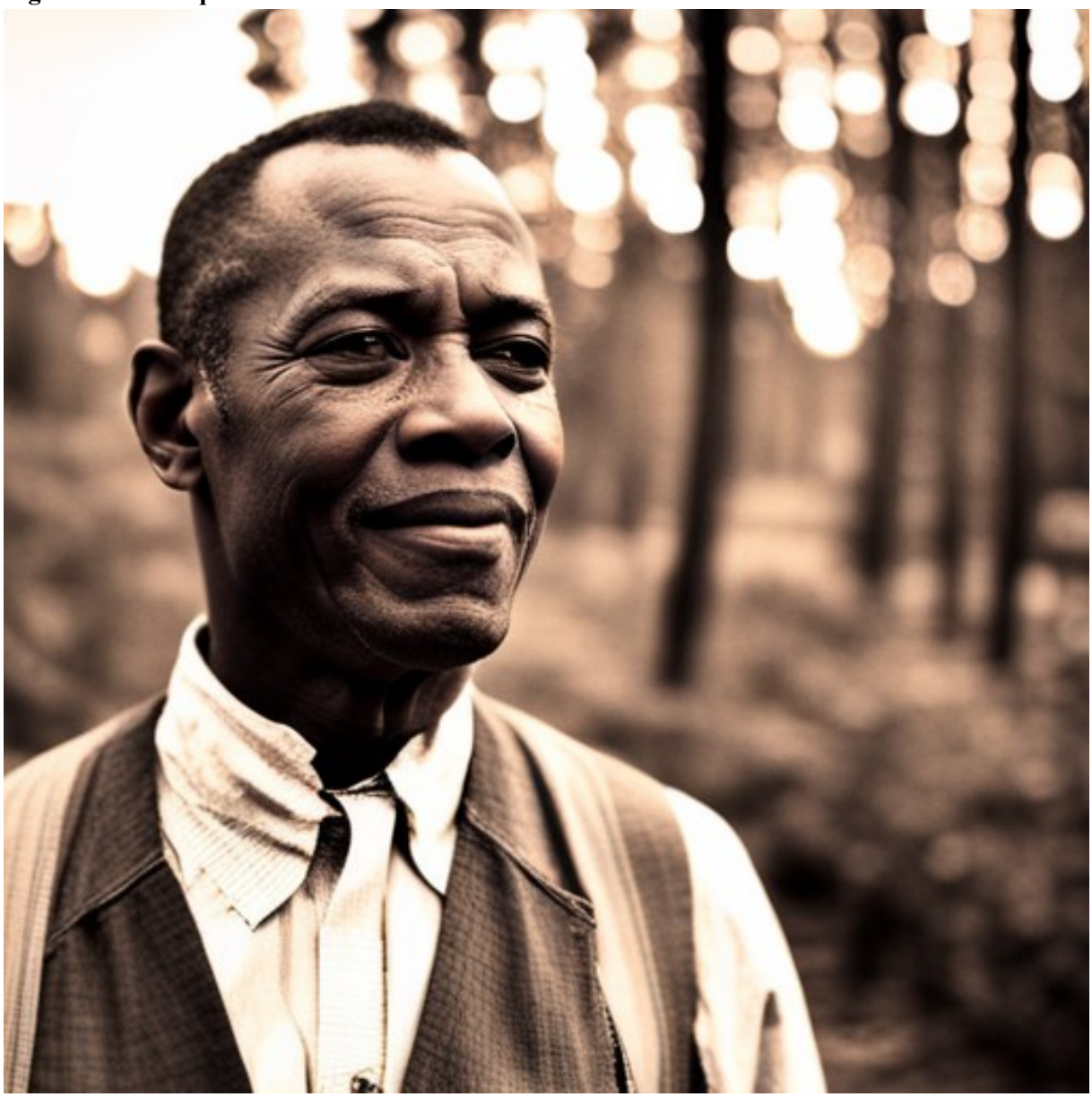
de identidade e um lembrete das lutas contínuas contra formas de opressão e injustiça. Ao trazer à tona essas memórias, a comunidade acupense não apenas honra seu passado, mas também ressalta a relevância contínua dessas experiências na configuração de sua identidade coletiva, e, assim, a jornada de Joaquim, o rap de Rincon Sapiência e a festa do Nego Fugido convergem arte, história, memória. resiliência e a celebração.

Assim como em Acupe, a Boa Esperança também é parte da história de um festejo popular que remonta ao final do século XVIII e que segue sendo celebrada. A festa mais tradicional para os escravizados da Boa Esperança segue como a grande celebração da Boa Morte, que é o dia da padroeira Nossa Senhora da Boa Morte. E possivelmente Joaquim Antônio esteve no festejo, com "roupas domingueiras, as alpercatas novas, e tudo com que se podiam enfeitar" (Resende, 1970). Ainda que não tivesse a liberdade como cerne, o 15 de agosto era um dia de alegria, sem trabalho, com fé, música e alguma bebedeira. Um óasis na rotina de trabalho e privações. Como vimos na seção 2.1 Boa Esperança e Boa Morte, a celebração hoje é organizada por toda a comunidade com grande senso de coletividade e tradição. Celebrar o 15 de agosto hoje é rememorar a alegria do passado.

Em 1888, logo após a segunda fuga de Joaquim, a Lei Áurea foi sancionada. Joaquim Pinto Lara não acreditava na libertação dos escravizados, comprou muitos à vespera da libertação e, segundo o livro de memórias de seu neto, Antonio Lara, a Lei de 13 de maio de 1888 teria sido ruinosa para o avô, ex-dono de Joaquim Antônio:

> A ruína econômica de vovô Pinto começou com a libertação dos escravos, na qual êle não acreditava. Contrariando conselhos de vovó Maria José, os quais, aliás, êle costumava acatar, e aconse-Ihado por amigos e companheiros de Partido com quem se corres-pondia, êle adquiriu numerosos escravos para ampliar as atividades das Fazendas da Boa Esperança e da Forquilha.(...)
> Ao lado de sua bela grandeza humana, que ninguém negará, a Lei de 13 de maio de 1888, para a economia do país e para os proprietários, nada teve de áureo. Catastrófica é que ela foi, pela maneira como se fêz, desacompanhada de outros atos coruple-mentares. Bem mais fácil seria governar um povo e administrar um país se pudesse uma lei apenas desmontar e reorganizar tôda uma estrutura como a que erros e abusos sucessivos vinham criando havia três séculos e pico (Resende, 1970, p. 293).

Figura 107 – Joaquim Antônio



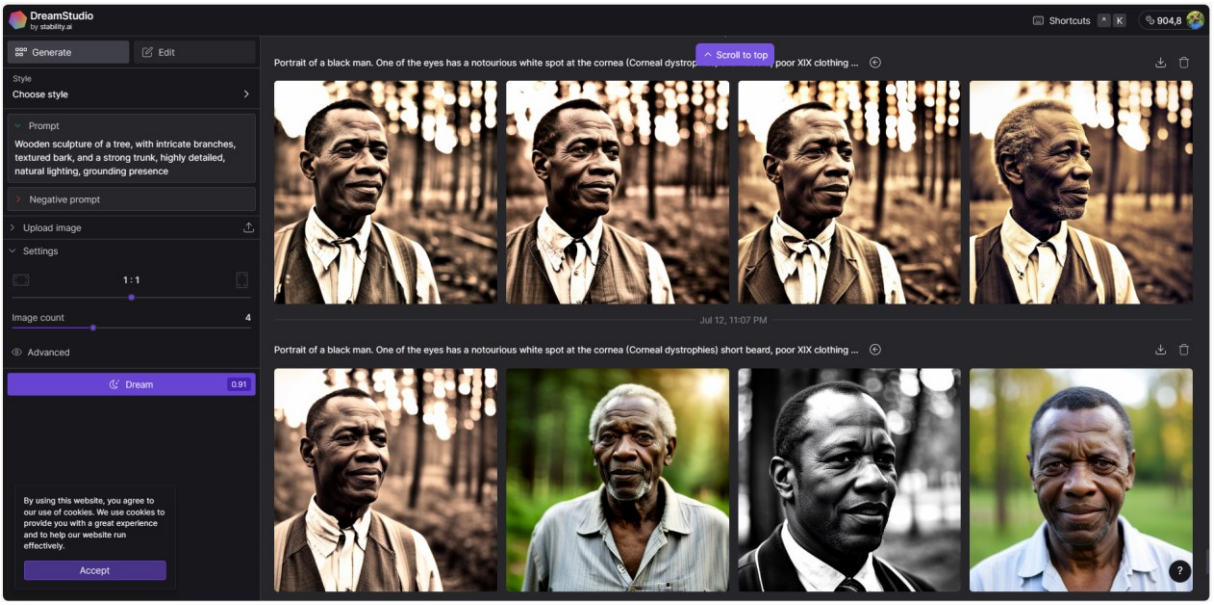
Fonte: Elaborado pelo autor com uso do software *Dream Studio – Stability ai*
Prompt: <Portrait of a black man. One of the eyes has a notourious white spot at the cornea (Corneal dystrophies) short beard, poor XIX clothing using only a rag shirt, happy face, talking. Blurred forest in background. around 40 years old. He ins an escaping enslaved man. high detail> criado em 12 de julho de 2023.

A partir das descrições dos dois anúncios, procedeu-se à elaboração de um "*prompt*" ou linhas de comando para a engine munida de inteligência artificial para geração de imagens denominada Dream Studio – Stability ai[116] para a criação de representação visual de Joaquim Antônio (Figura 107**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Após poucos testes foi possível obter uma imagem que retrata, inclusive, o detalhe da "abelide" em um dos olhos. A

[116] Dream Studio – Stability. https://beta.dreamstudio.ai/generate

Erro! Fonte de referência não encontrada. é uma entre várias opções geradas pela ferramenta digital.

Figura 108 – DreamStudio e versões de Joaquim Antônio



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Não é o objetivo desta pesquisa o aprofundamento na tecnologia em si, mas sim sua exploração enquanto um recurso que traz maior tangibilidade à história desse personagem da FBE. É muito provável que a imagem mostre um homem completamente diferente do que realmente foi Joaquim Antonio, porém no personagem digital criado para dar rosto ao escravizado fugitivo, entre as tantas opções geradas pela máquina, buscou-se intencionalmente o seu sorriso discreto, interpretado das características descritas, “bem falante e prosa”, mas ainda se pode imaginar, caso queira, um sinal de resiliência. Assim como no mito grego sísifo empurra repetidas vezes a pedra ao topo da colina depois de ela rolar novamente até a base, Joaquim luta por sua liberdade sem se rebaixar ao seu senhor por duas ou mais vezes. É diante dessa perspectiva que Albert Camu sugere que se veja Sísifo:

> Deixo Sísifo no sopé da montanha! Sempre se reencontra seu fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Ele também acha que tudo está bem. Esse universo doravante sem senhor não lhe parece nem estéril nem fútil. Cada um dos grãos dessa pedra, cada clarão mineral dessa montanha cheia de noite, só para ele forma um mundo. A própria luta em direção aos cimos é suficiente para preencher um coração humano. É preciso imaginar Sísifo feliz (Camus, p. 88).

Com isso, faz-se o cotejamento entre a ação de construção de uma imagem para Joaquim e outra, publicada na rede social X[117], O artista Adriano Moreira afirma ter utilizado alguns

[117] X é o antigo Twitter.

recursos computacionais para colorir e adicionar um sorriso à fotografia de Lima Barreto, jornalista e escritor brasileiro nascido em 1881 (Figura 109):

Figura 109 – Telas: Lima Barreto sorrindo e em cores

Fonte: ADRIANO MOREIRA; @o_jurunense, s.d.[118]

Em ambos os casos, as ferramentas computacionais de inteligência artificial são mobilizadas para reimaginar e reinterpretar expressões históricas de personalidades negras, trazendo uma nova dimensão ao nosso entendimento de suas vivências e legados. Joaquim, um homem outrora escravizado, é retratado sorrindo – um sorriso que, longe de simplificar ou minimizar sua experiência, busca ecoar a resiliência e a eloquência que sua descrição sugere. Da mesma forma, a imagem editada de Lima Barreto, adornada com um sorriso artificialmente gerado, transcende o registro fotográfico original, oferecendo uma visão mais calorosa e humanizada desse ícone literário.

O uso da inteligência artificial não apenas reconfigura visualmente essas figuras históricas, mas também evoca reflexões sobre a natureza da resistência e da alegria no contexto da diáspora africana. A citação de Camus sobre Sísifo, feliz em sua eterna luta, ressoa poderosamente aqui. Assim como Sísifo encontra significado e satisfação em sua tarefa

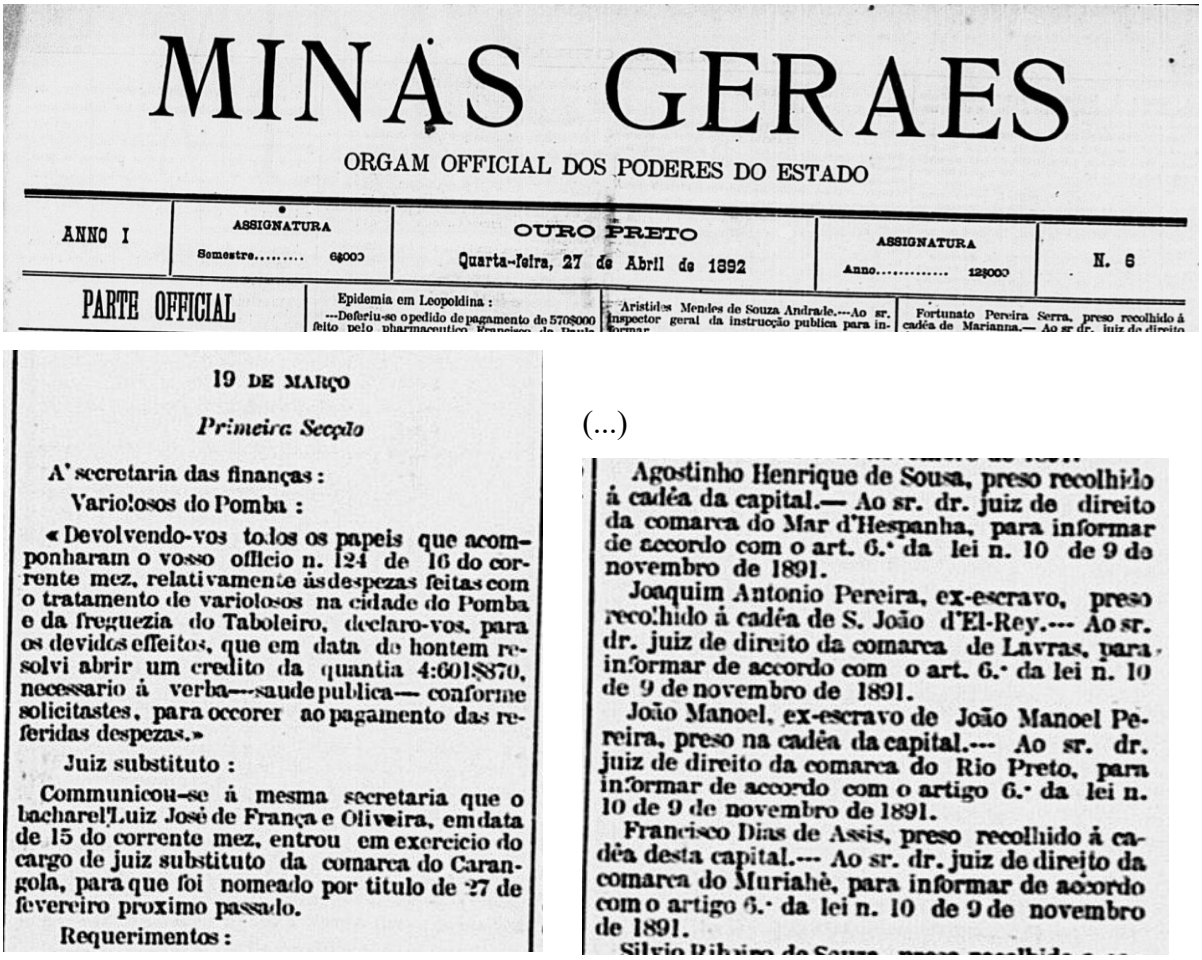
[118] https://twitter.com/o_jurunense/status/1728226124394840344

interminável, talvez possamos ver um reflexo dessa “fidelidade superior” no sorriso de Joaquim e no semblante editado de Lima Barreto. Em ambos, há uma sugestão de que, apesar das adversidades inimagináveis, há espaço para a alegria e a humanidade. Essas recriações digitais nos desafiam a considerar como a arte e a tecnologia podem ser usadas para reinterpretar e celebrar a história, especialmente aquela que foi esquecida. Elas agem como pontes entre o passado e o presente, permitindo-nos imaginar um espectro mais amplo de emoções e experiências dentro das narrativas negras. Ao mesmo tempo, essas imagens levantam questões importantes sobre a autenticidade e a representação. Enquanto elas oferecem uma visão alternativa e enriquecedora, também fazem ponderar sobre a precisão e o respeito às narrativas originais. A manipulação digital, embora poderosa, deve ser equilibrada pelo uso ético com observância a possíveis anacronismos.

Assim, o sorriso de Joaquim e a expressão reimaginada de Lima Barreto não são apenas reconstruções visuais, mas também símbolos de uma busca contínua por significado e representação. Eles nos convidam a olhar além das imagens, para entender outras camadas de história, resistência e humanidade que elas encapsulam. Neste sentido, a inteligência artificial se torna um meio para ampliar nossa compreensão da história.

Cinco anos após a segunda fuga de Joaquim Antônio, em 27 de abril, 1892, e portanto após a abolição da escravidão no Brasil, foi publicado no jornal oficial do Estado, na seção Secretaria do Interior, subseção Requerimentos de 19 de março, a informação da prisão de um ex-escravo chamado Joaquim Antonio Pereira na cidade de São João Del Rei (Figura 110):

Figura 110 – Anúncio: Prisão de Joaquim Antônio Pereira



MINAS GERAES

ORGAM OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

ANNO I | ASSIGNATURA Semestre..... 6$000 | OURO PRETO Quarta-feira, 27 de Abril de 1892 | ASSIGNATURA Anno..... 12$000 | N. 6

PARTE OFFICIAL

Epidemia em Leopoldina :
---Deferiu-se o pedido de pagamento de 570$000 feito pelo pharmaceutico Francisco de

Aristides Mendes de Souza Andrade.---Ao sr. inspector geral da instrucção publica para informar

Fortunato Pereira Serra, preso recolhido á cadêa de Marianna.— Ao sr dr. juiz de direito

19 DE MARÇO

Primeira Secção

A' secretaria das finanças :

Variolosos do Pomba :

« Devolvendo-vos todos os papeis que acompanharam o vosso officio n. 124 de 16 do corrente mez, relativamente ás despezas feitas com o tratamento de variolosos na cidade do Pomba e da freguezia do Taboleiro, declaro-vos, para os devidos effeitos, que em data de hontem resolvi abrir um credito da quantia 4:601$870, necessario á verba---saude publica— conforme solicitastes, para occorer ao pagamento das referidas despezas.»

Juiz substituto :

Communicou-se á mesma secretaria que o bacharel Luiz José de França e Oliveira, em data de 15 do corrente mez, entrou em exercicio do cargo de juiz substituto da comarca do Carangola, para que foi nomeado por titulo de 27 de fevereiro proximo passado.

Requerimentos :

(...)

Agostinho Henrique de Sousa, preso recolhido á cadêa da capital.— Ao sr. dr. juiz de direito da comarca do Mar d'Hespanha, para informar de accordo com o art. 6.º da lei n. 10 de 9 de novembro de 1891.

Joaquim Antonio Pereira, ex-escravo, preso recolhido á cadêa de S. João d'El-Rey.--- Ao sr. dr. juiz de direito da comarca de Lavras, para informar de accordo com o art. 6.º da lei n. 10 de 9 de novembro de 1891.

João Manoel, ex-escravo de João Manoel Pereira, preso na cadêa da capital.--- Ao sr. dr. juiz de direito da comarca do Rio Preto, para informar de accordo com o artigo 6.º da lei n. 10 de 9 de novembro de 1891.

Francisco Dias de Assis, preso recolhido á cadêa desta capital.--- Ao sr. dr. juiz de direito da comarca do Muriahé, para informar de accordo com o artigo 6.º da lei n. 10 de 9 de novembro de 1891.

Silvio Ribeiro de Souza

(...)

Fonte: Recortes do jornal MINAS GERAES, Orgão oficial dos poderes do Estado. Ouro Preto, 27 abril 1892, p.1.[119]

Teria Joaquim Antônio, após duas fugas e a abolição da escravidão, encontrado um destino oposto à liberdade pela qual ansiava? Partindo exclusivamente do pequeno parágrafo dedicado à prisão, não é possível afirmar tratar-se da mesma pessoa, apesar dos indícios nesse sentido. Buscou-se localizar mais informações em diversos órgãos ligados à Memória do Judiciário Mineiro, arquivos de São João Del Rei e outros que pudessem elucidar a questão com mais detalhes sobre a prisão. No entanto, sem sucesso na busca de informações adicionais, não se excluem as discussões a partir da publicação.

Primeiramente, destaca-se o fato de o nome de Joaquim Antônio ser sucedido pelo sobrenome Pereira. Sabe-se que, além de perder o seu nome de origem, quando trazidos do continente africano, os escravizados não tinham sobrenome e recebiam nomes comuns. Quando agraciados pela liberdade, a inclusão de um sobrenome era também uma forma de inserção

[119] http://memoria.bn.br/DocReader/291536/31

social e de melhoria no *status* pessoal. Especificamente o sobrenome Pereira é um dos indícios para conectar o Joaquim fugitivo da FBE e o Joaquim preso. Isso porque encontramos, como será demonstrado na próxima seção, outros ex-escravizados da FBE que adotaram o mesmo sobrenome, como os membros da família de Dona Senhorinha: Filesmeira Pereira da Rocha, mãe de D. Senhorinha; Joaquim Pereira da Rocha, companheiro de Senhorinha; Claudemar Pereira da Rocha, sogra de Senhorinha; Ana Pereira, filha de senhorinha.[120]

> Sob o ponto de vista das relações de trabalho: interpessoais rotineiras cotidianas o homem branco ainda julgava-se afirmava sua superioridade frente aos negros, aos indígenas, aos mula tos e outros tipos de mestiçagem. Por isso, a preocupação dos libertos com sua sobrevivência material caminhou pari passu com a existencial Por essas razões, uma de suas primeiras preocupações foi redefinir su identidade adotando um sobrenome, pois um nome completo desg na "a existência de um ser humano como radicalmente singular" Russell-Wood aprofunda o significado dessa decisão:
> Ser capaz de escolher o próprio sobrenome impõe à pessoa que faz a escolha um substancial fardo psicológico e emocional. Uma opção destas abre as cortinas das janelas do eu' interior da pessoa. [...]As práticas de escolha do sobrenome têm o potencial de levar o historiador àquela parte do indivíduo que não é revelada pelos códices e pode conter a chave da compreensão de como um escravo ou liberto de cor gostaria de ser identificado (Russel-Wood, 2005, p. 344 In Cassoli, 2022).

Também chama atenção o fato de os ex-escravizados terem essa condição explicitada nos informes de prisão, e é por isso que se optou por trazer um recorte mais abrangente do periódico, no qual podemos ler os nomes de outros homens presos, além de Joaquim Antônio. Apesar do fim da escravidão em 13 de maio de 1888, é notável a manutenção dos estigmas trazidos com ela e que foram carregados por suas vítimas mesmo após a abolição. Pesquisas mostram que a condição de escravo era motivo de vergonha para muitos, e após a conquista da liberdade, buscava-se distanciar, ainda que sem sucesso, dessa imagem:

> Surgia assim, uma nova categoria social, os chamados "negros 13 de maio". Do ponto de vista da categorização social e ontológica, este estigma ainda fazia pairar sobre eles a sombra do cativeiro. Em outras palavras, embora livres, não eram considerados e tratados como iguais aos brancos. O hiato entre ser livre e ser igual não foi abolido. Aos olhos dos antigos senhores imperava a renitência de estereótipos sobre os negros e mulatos; para eles, uma vez que foram escravos, sempre seriam ex-escravos com todas as consequências daí oriundas, tais como continuar como mão de obra e em situação de desvantagem nas relações sociais cotidianas (Souza, 2021).

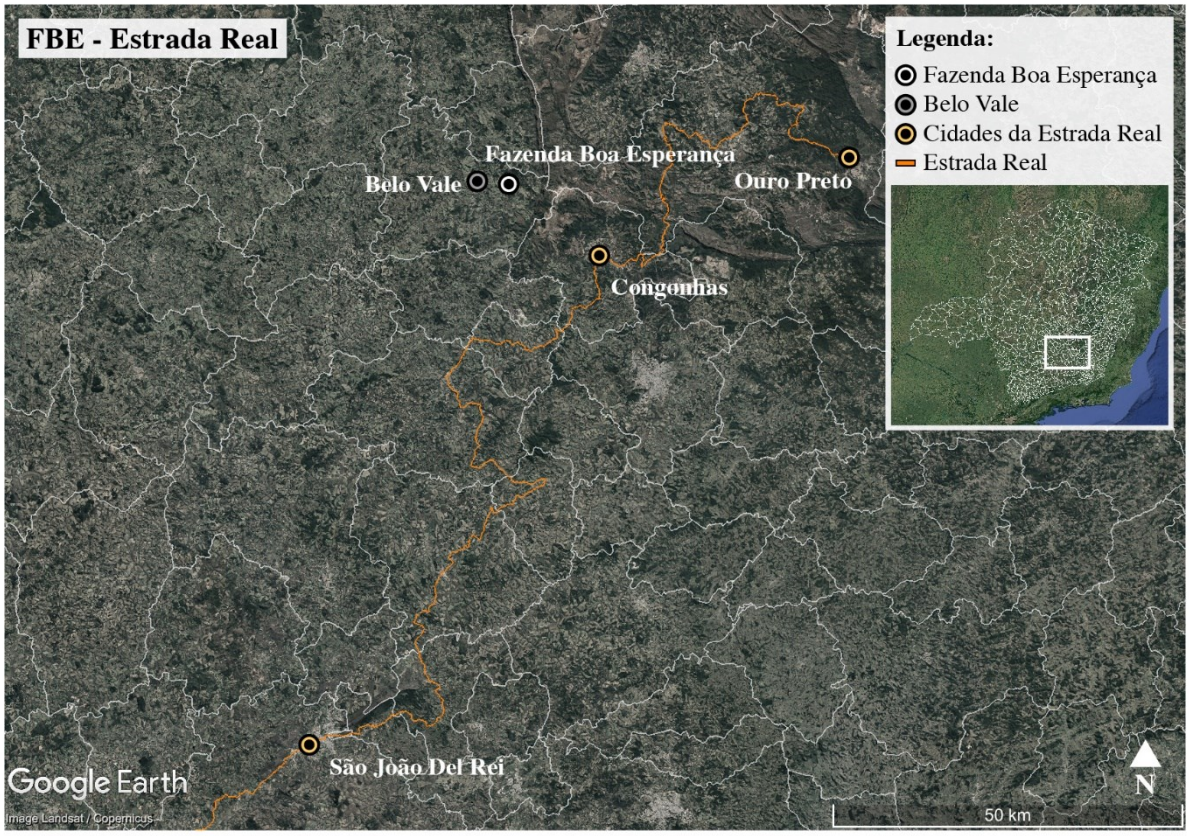
Enquanto Joaquim Antônio fugia e possivelmente era preso, Joaquim Lara foi aos poucos reobtendo o que considerava como a "normalidade". Conforme descreve seu neto, foi outro fator que de fato trouxe a sua ruína, a morte de sua esposa, três anos após a Lei Áurea de

[120] Fonte: Certidão de Nascimento de Ana Pereira, filha de D. Senhorinha. Documento cedido por familiares.

1888: “Decorridos uns três anos, quando postos em ação os escravos que permaneciam fiéis ao trabalho, e as coisas pareciam tender à normalidade, sobreveio a morte de vovó, do que resultou a desorientação, o desânimo, a paralisação quase total” (Resende, 1970, p. 293).

Outro fator que pode reforçar a hipótese de ser o mesmo homem é a proximidade entre as localidades, a Fazenda Boa Esperança e o município de São João Del Rei, conectados através da Estrada Real conforme se demonstra no mapa (Figura 111):

Figura 111 – Mapa: Distância entre a FBE e São João Del Rei



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do GOOGLE EARTH, 2024.

Uma das consequências da escravidão, e posteriormente da abolição, sem o devido cuidado do estado com seus novos cidadãos livres, é a manutenção das condições marginalizadas que perduram até os dias de hoje, fazendo com que a população negra brasileira seja submetida a situações de miséria e violência de maneira desproporcional. O destino de Joaquim Antônio Pereira foi o mesmo de tantos homens pretos, a cadeia. Nas músicas que acompanham esta seção e outras da pesquisa ou mesmo fora dela, a perseguição policial é tema recorrente. Apesar de a música Crime Bárbaro narrar um conto ficcional no período escravista, o artista utilizou o videoclipe para criar uma imagem dialética mais incisiva entre os tempos contemporâneos e os do escravismo. Na camada visual, a música é acompanhada da imagem

do artista, um homem preto, sendo perseguido interminavelmente por um policial, que dispara sua arma de fogo contra ele, um fundo totalmente preto (Figura 112).

Figura 112 – Quadro do videoclipe: Crime Bárbaro

Fonte: Quadro (01’25”) extraído do filme “Crime Bárbaro”, 2018.[121]

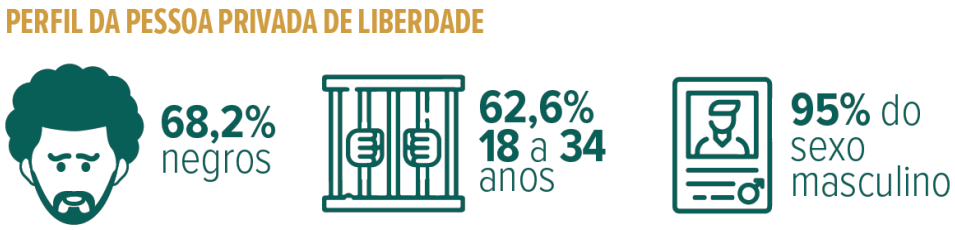
Já o rap Boa Esperança, que introduz a pesquisa, além de ter o mesmo nome da Fazenda e ser alusivo às relações entre o trabalho no período escravista e a atualidade, traz nas linhas da letra a denúncia contra a violência policial que persegue predominantemente os negros:

> Aê, nessa equação, chata, polícia mata – Plow!
> Médico salva? Não!
> Por quê? Cor de ladrão
> Desacato, invenção, maldosa intenção
> Cabulosa inversão, jornal distorção
> Meu sangue na mão dos radical cristão
> Transcendental questão, não choca opinião
> Silêncio e cara no chão, conhece?
> Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece
> Vence o Datena com luto e audiência (Emicida: Boa Esperança, 2015)

O Anuário de Segurança Pública organiza informações de órgãos brasileiros de segurança, de polícias e outros para traçar anualmente panoramas detalhados sobre a violência e a segurança no país. Apresentam-se nas figurasFigura 113 Figura 114 dois infográficos, e gráfico 3, partes da publicação de 2023:

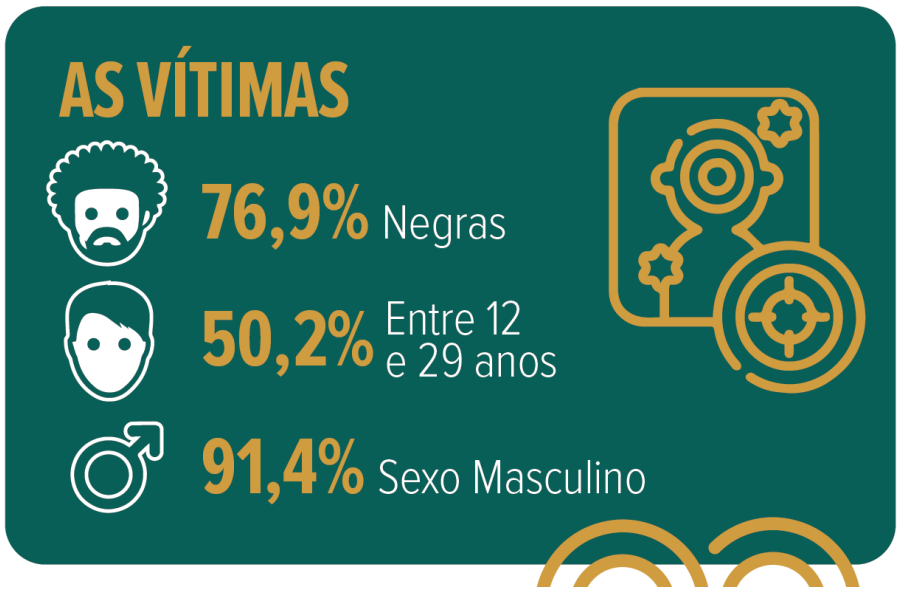
[121] https://youtu.be/RYYnpA-PQDk?si=vN2kOQqsu2ol-Hns

Figura 113 – Infográficos de dados sobre violência



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023.

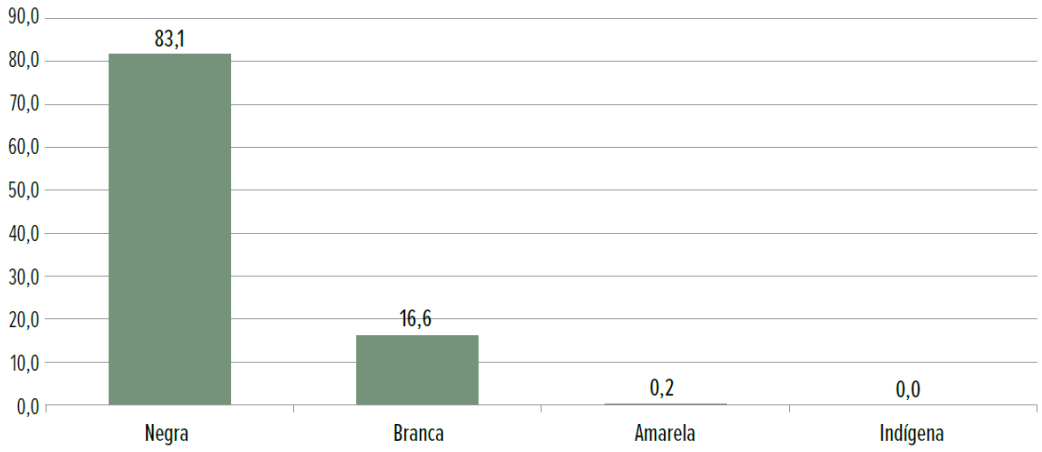
Figura 114 – Dados sobre a violência



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023.

Gráfico 3 – Mortes decorrentes de intervenções policiais, por raça/cor da vítima em %

Brasil - 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima.

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 65.

Os dados trazidos pelo estudo mostram 68,2% de encarcerados negros; 76,9% das vítimas de violência também são pretas, e entre as vítimas fatais de ações policiais a absurda porcentagem de 83,1% de negros (Gráfico 3).

Diante de tais dados, a possível história de Joaquim Antônio (Pereira?) contada a partir dos fragmentos de fatos identificados pela pesquisa atinge um simbolismo atemporal, o qual reforça a possibilidade de a Fazenda Boa Esperança, um bem tombado que por isso desempenha uma função social, ancorar e apresentar aos seus visitantes discussões de extrema relevância para a sociedade, que se mostra distante de apaziguar o legado de seu passado escravista. Assim como os raps, seus clipes e outras produções, a construção de imagens dialéticas a partir dos fatos revelados pode conferir maior materialidade à discussão, que pode contar com um rosto ficcional de Joaquim Antônio, para que seja ele mesmo o portador de sua história.

3.7 Dona Senhorinha, Macrina e outros

Senhorinha Maria da Silva, ou Dona Senhorinha, foi uma parteira, filha de um casal de escravizados da Fazenda Boa Esperança no período da posse de Joaquim Lara, que viveu até os 104 anos de idade na comunidade quilombola Boa Morte, onde ainda hoje estão seus descendentes, que também foram ouvidos no contexto da pesquisa. A busca por detalhes da história de Dona Senhorinha retornou também informações sobre outras pessoas que foram escravizadas e nessa condição trabalharam na Fazenda Boa Esperança, como a Sra. Macrina. Alguns dos tipos de dados que foram encontrados sobre Senhorinha destoam dos demais, dando uma percepção muito aproximada e calorosa. Ela é uma personagem que atravessou o tempo, nascida em 1869, conviveu com os escravizados da Boa Esperança para chegar a ser fotografada em cores, nos anos 70, aos 102 anos de idade. Antônio Lara, que aparece na imagem, dedicou importantes passagens de seu livro de memórias a D. Senhorinha. Entre as aspas do livro que captura detalhes de sua fala e diante da fotografia que nos dá a imagem da "mãe preta", é quase possível ouvi-la.

A fotografia (Figura 115) de 1971 que foi localizada no acervo do Arquivo Público Mineiro revela, em cores, a reunião de personagens importantes para a história da FBE e da comunidade quilombola da Boa Morte na ocasião da inauguração da escola Mestra Macrina Augusta. Importante destacar desde já que há nesse contexto duas Macrinas. Mestre Macrina Augusta era a mãe de Antônio de Lara Resente, senhor de terno e gravata ao lado de Dona Senhorinha na imagem, e Macrina, a senhora negra à esquerda, fora escravizada e ama seca, ou

babá, de Macrina Augusta, que, por sua vez, foi professora na Boa Morte, que teve como uma de suas alunas a própria Dona Senhorinha:

> É a Macrina, homônima e afilhada de batismo de mamãe. Ama sêca que foi de minha mana Alzira, nascida a 2 de outubro de 1885, Macrina deve andar pela casa dos noventa anos. Lá está, firme e relativamente forte, na sua terrinha. Queixando-se, ultimamente, de macacoas de velha, mas cosendo ainda sem óculos até há pouco tempo, fazendo sua comidinha, trazendo limpa a sua casinha, e varridinhos os terreiros em torno. E percorrendo as ruas para se espairecer, pois, segundo repete a cada momento", "*é coisa triste a gente não podè trabaiá, e ficá nessa paradeira, banzando que nem cachorro sem dono*"(...)
> Que Deus nos conserve a vida, a mim, à Senhorinha e à Macrina, para que eu possa vê-las receber carinhosa homenagem deste filho da mestra da primeira e madrinha da segunda! Por que não suceder isso, quando inaugurarmos as novas escolas no Arraial da Boa Morte? (Resende, 1970).

Poucos anos depois Resende está presente na inauguração da escola na presença das duas, Macrina e Senhorinha, abrindo a escola que leva o nome de sua mãe na comunidade da Boa Morte.

Figura 115 – Fotografia: Senhorinha, Macrina e outros

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO Código IPS-1-2-005, s.d.[122]

[122] http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61549

Anotações atrás da foto apontam para o livro de memórias de Antônio de Lara Resende, neto de Joaquim Pinto Lara, o segundo proprietário da FBE. Sua inclusão no acervo do arquivo público mineiro ocorreu em função de o registro mostrar, ao centro da imagem, Dona Coracy, mulher de grande destaque político nas esferas estadual e nacional. Ela foi esposa de Israel Pinheiro e assistiu também à inauguração de Brasília.

> Flagrante armado por ocasião da inauguração das Escolas Reunidas Mestra Macrina Augusta no povoado da Boa Morte a 24/01/1971, tendo D. Coracy paraninfado o ato. Presentes se acham duas ex-alunas da Mestre Macrina Augusta, bisavó de gratos netos de D. Coracy. Senhorinha completa 102 anos a 22/1/1971 e Macrina já (...) pelos 97. Quem quiser saber quem são elas, leia "De Belo Vale ao Caraça," escrito pelo filho de Mestra Macrina.[123]

O livro "Memórias – De Belo Vale ao Caraça" (Resende, 1970) é raro e está disponível apenas para consulta presencial, sem possibilidade de registro fotográfico ou digitalização de trechos na Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa, e integra a Coleção Mineiriana, o que foi, por um momento, um obstáculo para a pesquisa. No entanto, foi possível adquirir um raro exemplar de colecionadores, viabilizando um estudo mais cuidadoso e contínuo de seu conteúdo. Na obra, Antônio Lara narra diversos episódios de sua vida, inclusive relações de sua família com a Fazenda Boa Esperança, que fora de seu "Vovô Pinto". A obra também é uma das referências usadas na elaboração do livro "Fazenda Boa Esperança" (Martins, 2007), de extrema importância para esse bem histórico e para esta pesquisa.

Nas memórias de Lara há ao menos diversas menções dedicadas a Dona Senhorinha e Macrina. O contato narrado de Antônio de Lara e Dona Senhorinha se dá por volta de 1967, quando a parteira beirava os cem anos de idade e Lara foi buscar uma discípula de sua mãe acompanhada de seu primo:

> Ao chamado de meu primo, Antônio Resende Dornas, que então me acompanhava e de quem Senhorinha fôra ama-de-leite havia já sessenta e seis anos, surgiu à porta do casebre um primor de velhinha, pondo à mostra o belo contraste do azeviche da pele com o algodão dos cabelos. Ligeiramente corcunda, roupa colorida e chale ao ombro, irrepreensivelmente limpa, com modos amáveis, foi logo presenteando os visitantes com um sorriso aberto e feliz, ao defrontar com Antônio Dornas, cujo pai, José Dornas, regeu também, por alguns anos, a escola pública daquela póvoa.
> Senhorinha desabrochou em riso e agrado com seu querido filho de leite. Mal comparando, da velha Senhorinha vi eclodir a figura da esplêndida e celebrada mãe-preta, como sai da ninfa a borboleta linda a voar. De pronto se foi certo enleio com que apesar de sua amabilidade, Senhorinha nos havia recebido. Desabrochando em sorriso franco, rica de dengues e agrados, virou-se para o meu primo e xará: "veja só, meu fio ingrato, há quanto tempo não vem vê sua ama véia!" E desmancharam-se os dois em derriços que o leite há tantos anos mamado justificava plenamente.

[123] http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61549

> Para Senhorinha, ali estava um "fio" naquele que, sessenta e seis anos antes, aconchegara nos seios pojudos, a dar-lhe sangue, vida e afeto de mãe-preta (Resende, 1970, p. 32).

Outro aspecto da conversa narrada por Lara passa uma perspectiva de relação entre a escravizada Lucinda e parentes de Lara. É o próprio Lara, sabendo do contexto, que provoca as respostas de Dona Senhorinha:

> Entre outras coisas, perguntei-lhe se ainda se lembrava do Flávio e da Lucinda, casal de escravos de particular estimação na Boa Esperança, e que, consoante nos dizia papai, era encarregado por vovó Maria José, de ir periodicamente, cuidar da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. (...)
> - Ah! pois sim! lembro tanto, meu branco! Biscoiteira e doceira tava ali, a Lucinda! E, com ar de velha sabida e respeitosa, mas sempre mulher: "que rumo levou a Eva da Lucinda?" (...)
> Oh! Tá veno só! pois sim! num tô falano? Às véis é futrica, mas aquela parecia mesmo sé da gente da Boa Esperança! Todo mundo achava isso, e a Lucinda ficava tóda satisfeita da vida, quando a gente achava a fia dela bonita e parecida com outra pessoa da Boa Esperança.: Você tinha de conhecê a Eva, pois era prima de você! (Resende, 1970, p. 33-34).

Figura 116 – Pintura: A redenção de Cam

Fonte: LOTIERZO e SCHWARCZ, 2013.

No artigo "Raça, gênero e projeto branqueador: 'A Redenção de Cam', de Modesto Brocos" (Lotierzo; Schwarcz, 2013), analisa-se como a obra de Brocos reflete e reforça ideologias de branqueamento racial e normas de gênero na sociedade brasileira do século XIX

(Figura 116). Essa análise pode ser paralela à narrativa sobre Eva, que, sendo considerada bonita e semelhante às pessoas de Boa Esperança, ilustra como os padrões de beleza influenciados pelo embranquecimento moldaram a percepção de identidade racial. A interseção dessas duas perspectivas destaca o impacto da escravidão nas dinâmicas raciais e sociais do Brasil:

> A ideia de embranquecimento em realidade encontra uma longa tradição em solo nacional. [...] À sombra das reinterpretações do Genesis 9, o embranquecimento surge como uma possibilidade empírica e um problema teórico para autores que procuram compreender a capacidade da pele de escurecer ou clarear. [...] Se em eras precedentes a religião foi a principal via de explicação para esses fenômenos, o século XVIII e sobretudo o XIX vão ampliar o papel da ciência na justificativa para tal assunto. E se em muitas partes se afirmava ser impossível recuperar a brancura perdida, no Império português e no Brasil, o embranquecimento completo se torna aos poucos uma crença arraigada e uma tese que angariava confiança junto à opinião pública (Lotierzo; Schwarcz, 2013).

A parteira Dona Senhorinha revela para nós o que Resende já sabia, que Eva possivelmente era sua prima, filha um dos irmãos de seu pai. Esse é um exemplo de um fato frequente, que eram os proprietários terem filhos com escravizadas. Não localizamos muitas informações sobre a gravidez no contexto da escravidão, e é um estudo necessário. Mas um cotejamento possível com a profissão de senhorinha é a introdução da fotografia de Marc Ferrez de trabalhadores escravizados em uma plantação de café em que ao centro podemos ver uma mulher grávida (Figura 117). Há uma similaridade nas fotografias, que são grupos de pessoas olhando para a lente da câmera, mas, quando observadas em conjunto, a figura da parteira, Senhorinha, quase se funde com a figura da mulher grávida no trabalho da colheita de café, ambas centrais nas imagens e certamente nas histórias que viveram. Quando é visitada por Antônio Lara, Dona Senhorinha já estava com 97 anos de idade e ainda trabalhava como parteira:

> Mas, Senhorinha, pergunto eu, você ainda agüenta trabalhar?
> - Uai! meu branco, o que é que a gente há de fazê? todo mundo vem atrás da gente para acudi as dona quando tem fio!
> - E quanto é que você ganha por parto que faz, Senhorinha?
> Uma tutaméia, patrão! Me dão dois conto de cada menino que eu côio (sic). Uma tulaméia. Vacê não acha?
> - É muito pouco. Você deve cobrar mais. Dois contos não valem nada.
> (Resende, 1970, p. 37).

Figura 117 – Escravos na colheita do café

Fonte: MARC FERREZ, 1882, Localidade: Rio Grande, Vale do Paraíba RJ.[124]

Esta pesquisa não foi a primeira a abordar Dona Senhorinha, que também é mencionada no documentário "Se me der licença eu entro". O estudo de Antezana buscou informações, mas acabou encontrando imprecisões dada a mitologia em torno da FBE e do Barão, que vez ou outra contamina algumas histórias. Não há como Senhorinha ter sido posse de Romualdo, pois ele morreu em 1855 e Dona Senhorinha nasceu em 1869.

> Dona Jordelina e Dona Laudelina eram netas da "Vó" Senhoria Maria da Silva. Esta última, segundo os relatos locais, foi uma escrava parteira de propriedade de Romualdo José Monteiro de Barros, o Barão de Paraopeba, um dos fazendeiros mais importantes do lugar, dono de grandes extensões de terras, escravos e fazendas, entre elas, a Fazenda Boa Esperança (os bens arrolados no seu inventário estão descritos mais à frente). De acordo com suas bisnetas, "Vó" Senhoria faleceu, em Boa Morte, com mais de 102 anos (Antezana, 2016).

Tampouco se encontrou a informação de "Antônio Senhoria" nos inventários após cuidadoso processo de transcrição. A caligrafia do documento dificulta sua leitura. Além disso. Foram localizadas informações mais concretas com o nome completo de Senhorinha – que era

[124] https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2137

seu primeiro nome e não sobrenome de seus pais. Portanto, as informações a seguir não estão corretas. Não foi encontrada menção a Antônio Senhoria.

> Interessante registrar que, no inventário deixado pelo Barão do Paraopeba, na relação de escravos, no item 3.3 deste documento, o nome do escravo "Antônio Senhoria", Preto de Nação é citado com idade aproximada de cinquenta anos de idade. No campo das conjecturas, talvez "Vó" Senhoria seja descendente direta desse escravo. Na documentação apresentada pelas bisnetas, não contam os nomes dos pais de Senhoria Maria da Silva.
> (...) A título de esclarecimento, muito embora o inventário não explicite que um escravo é casado com aquele ou este, acredita-se que aqueles cuja condição civil não foi indicada sejam solteiros(as). O mesmo ocorre com o escravo Antônio Senhoria, que é indicado como Preto de Nação com idade aproximadamente de cinquenta anos. Talvez este escravo tenha formado a linhagem familiar constituída por Senhoria Maria da Silva (Antezana, 2016).

Através do contato com Sirléia (Figura 118), bisneta de Dona Senhorinha, foram obtidos dois documentos, a certidão de óbito de D. Senhorinha e a certidão de nascimento de sua filha Ana (Anexo B).

Figura 118 – Sirléia, neta de Senhoria em "Se me der licença eu entro".

Fonte: Quadro extraído do documentário "Se me der licença eu entro" 52'38", 2019.

A certidão de óbito de Dona Senhorinha foi feita muitos anos depois de sua morte e, por isso, contém um preenchimento incorreto informando seu falecimento aos 92 anos. Não fossem os relatos de Lara, facilmente a memória e a linha do tempo de Dona Senhorinha ficariam prejudicadas. No livro de memórias, Lara faz uma série de perguntas, em certa medida

duvidando da idade de Senhorinha, até constar sua idade. Apesar do erro, a partir dos documentos, resgataram-se alguns nomes da família de Senhorinha:

> Pelos cálculos então feitos, sabendo eu que mamãe, casada em maio de 1884, deixara a escola meses depois: ante a segurança com que Senhorinha afiançava estar nos seus dez ou doze anos quando da sua entrada para a escola da Mestra Marina, foi-nos fácil concluir que a nossa amável anfitriã andava já pelos seus noventa e tantos janeiros.
> Entre dados interessantes, por mim obtidos como garantia de cálculos que eu não queria feitos com fantasias, deu-me Senhorinha o nome de todos os irmãos e irmãs da minha mãe, menos o do mais velho deles, Tio Ulisses, que ela afirma não ter conhecido.
> (...) A 22 de janeiro de 1970, alguns dos muitos filhos alheios que Senhorinha colheu, se juntaram aos dela para lhe festejarem. os 100 anos de idade. Lá está vivinha "da silva" (Resende, 1970, p. 32, 33).

A partir da história de Senhorinha, foram resgatados os nomes de outros escravizados, e até o momento são conhecidos alguns dos que estiveram na Boa Esperança sob a posse dos Lara. Joaquim Antônio, já apresentado; Dona Senhorinha, seus pais, Filesmeira Pereira da Rocha e Claudemar Pereira da Rocha; seu companheiro, Joaquim Pereira da Rocha, e os escravizados Fernando e Lucinda.

4 DISCIPLINA: EXPOGRAFIA NA FAZENDA BOA ESPERANÇA

Nesta seção será abordada a disciplina de PFlex[125], Expografia na Fazenda Boa Esperança, proposta que considera parte dos achados da pesquisa. A disciplina foi conduzida durante o segundo semestre de 2023 com uma carga horária de 60 horas. O plano de curso e outros documentos da disciplina mencionados constam no Anexo C. De acordo com o Plano de Ensino, foram propostos os objetivos gerais: “Construir discussões sobre a função social dos bens tombados; introduzir conceitos do campo da museologia e suas interseções com arquitetura, tais como acervos, curadoria, museografia, expografia; elaborar propostas em diferentes escalas e técnicas mobilizando conceitos simbólicos.” No âmbito da pesquisa, o objetivo da disciplina foi construir oportunidades para a exploração da biblioteca digital que foi constituída.

O potencial educacional da FBE foi explorado ou minimante projetado para ela em inúmeras ocasiões como atualmente (Figura 119), ou mesmo antes da sua posse pelo estado, quando abrigou uma escola. O livro “Fazenda Boa Esperança” traz uma breve fala de João Batista, nascido na fazenda e membro da família Mendonça, que esteve na fazenda por 38 anos, entre 1897 e 1944: "Na sala principal havia uma mesa comprida com dois grandes bancos nas laterais. Ali, funcionava a escola particular para as crianças da fazenda e da vizinhança" (Martins, 2007, p. 54).

[125] Projeto Flexível – Disciplina com temáticas flexíveis ofertada pelo Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, DPRJ. Tem como ementa: Desenvolvimento de habilidades e competências para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Capacidade de problematizar situações por meio de análise crítica dos aspectos sociais, econômicos, ambientais, técnicos, legais e do espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas relativos à produção e ao uso do espaço. Proposição e representação do projeto para realização da construção.

Figura 119 – Fotografia: Educativo da FBE

Fonte: ACERVO DE EQUIPE B, 2024. Foto: Rodrigo Marcandier.

Depois disso, a Fazenda abrigou o Museu do Escravo, antes de sua instalação no endereço onde se encontra hoje, no município de Belo Vale. Em agosto de 1984, o IEPHA assinou um convênio com a escola de Veterinária da UFMG com a proposta da implantação de um Centro de Pesquisas e do funcionamento da FBE como um complexo agroindustrial. Esse convênio não obteve sucesso e foi rescindido em função dos impactos das atividades na conservação do bem tombado (Martins, 2007).

No âmbito do ensino de arquitetura, a Fazenda se destaca como um valioso recurso educacional, preservando em sua estrutura detalhes construtivos refinados – como nas cantarias e esquadrias – e na singularidade de seu conjunto arquitetônico, incluindo a capela. A arquitetura rural remanescente da Fazenda serve como um exemplar prático. Assim como foi feito, diversas turmas de estudantes de arquitetura e urbanismo visitaram a Fazenda, enriquecendo seus conhecimentos através de suas diversas características, que incluem patrimônio histórico, aspectos construtivos, prospecções arqueológicas, paisagem cultural, técnicas retrospectivas, conservação e restauro. Um exemplo notável desse impacto educativo é o trabalho de conclusão de curso da arquiteta Bruna Damas, apresentado para sua graduação. Esse trabalho exemplifica o potencial didático da Fazenda Boa Esperança na formação de profissionais em arquitetura e urbanismo (Figura 120).

Figura 120 – Pranchas de TCC

Fonte: Acervo da autora BRUNA DAMAS, 2024.

A disciplina de PFlex, proposta para estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, centrou-se na Fazenda Boa Esperança como local para desenvolver o exercício de projeto para uma exposição temporária. Essa iniciativa se baseia na prática já existente de usar a Fazenda para tais atividades. Além da exposição de longa duração na sede, o pátio frontal é palco de várias apropriações culturais e instalações temporárias, como o Projeto Moradores, laureado com o prêmio Rodrigo Melo Franco[126], que exibe 14 retratos em grande escala de habitantes locais e suas histórias.

Didaticamente, elaborar um projeto expográfico em Arquitetura e Urbanismo proporciona aos estudantes uma chance singular para o exercício de projeto. Esses projetos não se limitam a diretrizes programáticas estritas, focando-se antes em uma temática organizada espacialmente através da combinação de diversos recursos. O desafio inicia na escolha e definição dessa temática, destinada a um público específico. O trabalho final é o desenvolvimento de uma proposta expográfica, em nível de anteprojeto arquitetônico, que ofereça suporte físico e espacial à experiência idealizada por cada aluno ou grupo. A solução deve incorporar elementos ambientais, como iluminação, fechamentos, aberturas, orientação, sonorização e comunicação, guiados por uma intenção conceitual definida. Essa atividade integra áreas menos abordadas na graduação, como a comunicação visual em edifícios – uma competência do arquiteto, o detalhamento de estruturas temporárias e a reversibilidade arquitetônica, essencial em intervenções em patrimônios históricos, garantindo que a Fazenda retorne ao seu estado original após a exposição.

Adicionalmente, a disciplina, oferecida ao final da pesquisa colocou os estudantes em contato direto com as descobertas apresentadas nesta tese, expondo-os às camadas históricas

[126] https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/12/07/interna_cultura,1430353/projeto-moradores-de-minas-gerais-vence-o-premio-rodrigo-melo-franco.shtml

anteriormente menos exploradas, como a dos escravizados e os espaços de trabalho. A biblioteca formada durante a pesquisa foi compartilhada com os alunos, promovendo uma visão diversificada sobre a apropriação do conhecimento organizado. Embora tenha sido evitado enfatizar um tema em detrimento de outro relativo à Fazenda, os alunos foram incentivados a escolher livremente suas temáticas, resultando em escolhas por temáticas diversificados. A biblioteca de acervos incluiu tanto as novas descobertas quanto os conhecimentos mais estabelecidos sobre a Fazenda Boa Esperança.

Durante a disciplina, foram empregados diversos recursos pedagógicos. Inicialmente, o foco foi em aguçar a percepção dos estudantes para a função do arquiteto em um projeto expográfico, que é intrinsecamente multidisciplinar. Contudo, certas contribuições se concentram especificamente na arquitetura, como o desenvolvimento tecnicamente e legalmente preciso dos espaços expográficos e seu aparato físico, incluindo aspectos como luminotecnia e comunicação. Reconhece-se que, embora o contexto didático exija que o estudante ou dupla desenvolva todas as camadas do projeto, na prática profissional essas tarefas são comumente executadas de forma multidisciplinar. Essa abordagem reflete a realidade do campo de trabalho, proporcionando aos estudantes uma experiência educacional mais abrangente e alinhada com as práticas profissionais.

Figura 121 – Participantes da disciplina no paiol da FBE

Fonte: Acervo de ROMEU MARTINS, 2024.

No início da disciplina, o grupo foi guiado por um processo de sensibilização, tanto em relação à Fazenda Boa Esperança quanto às especificidades do campo expográfico, incluindo o desenvolvimento de projetos de exposições e conceitos como narrativa, curadoria e acervo. Uma das primeiras atividades foi um seminário com a participação de todos os alunos, em que cada um compartilhou uma experiência pessoal marcante relacionada a uma exposição ou visita a um museu (Figura 121). As apresentações, apoiadas por imagens e relatos orais, permitiram uma discussão coletiva sobre como a percepção e experiência individuais são moldadas por diversos fatores e recursos físicos que podem ser planejados em um projeto. Foi possível também explorar diferentes tipos de museus e a inserção de recursos em cada contexto.

Além de aulas expositivas, que introduziram aspectos óbvios e menos evidentes do *design* de exposições, foram feitas três visitas externas significativas: ao Museu dos Quilombos Urbanos e Favelas - Muquifu, ao Museu do Escravo em Belo Vale e, claro, à Fazenda Boa Esperança. A visita ao Muquifu foi especialmente relevante por ser uma chance de conhecer uma instituição museológica focada na preservação e comunicação das histórias de grupos frequentemente invisibilizados, como negros, quilombolas e moradores de favelas (Mello, 2021) A ação buscava, novamente, significados. A exposição apresentava objetos do cotidiano dessas comunidades, acompanhados de suas histórias, e a visita foi conduzida por um dos responsáveis pela instituição, o Padre Mauro, autor da dissertação “Habemus Muquifu” (Figura 122).

Figura 122 – Fotografia 360º do Muquifu

Fonte: Acervo do autor, 2024.

No Museu do Escravo, o grupo foi conduzido pela educadora, que gentilmente apresentou os itens do acervo. Porém, a proposta do museu do escravo está em pequenas narrativas que se encerram nos objetos, não há grandes contextualizações ou propostas de discussão. Talvez isso seja um reflexo da forma como o acervo tenha sido constituído, conforme os comentários de Letícia Julião:

> (...) Em números reduzidos, o acervo de referência exclusiva ao escravo compõe-se de instrumentos de castigo, cópias de documentos iconográficos, objetos de arte afro-brasileira, objetos de uso pessoal, além de montagens museográficas como de um escravo sendo castigado em pelourinho, localizado no pátio externo; indumentária, moradia e utensílios, usados na produção do filme "Zumbi - Quilombo dos Palmares", doados pelo cineasta Cacá Diegues, expostos na construção em U no pátio externo, onde também está localizado um túmulo ao escravo desconhecido. Resultado de um colecionismo assistemático sem propósitos científicos ou educativos, o Museu figura como um "mostruário de antiguidades e de objetos raros", no qual os objetos se justapõem em arranjos inusitados e sem critérios. Desprovido de qualquer conceituação, o caráter meramente acumulativo do seu acervo parece atender aos anseios de musealização de uma comunidade ciente de seu passado, mas pouco instrumentalizada para a preservação de seu patrimônio. (...).[127]

Ao mesmo tempo que as críticas são pertinentes, no contexto da disciplina a oportunidade de elaborar uma proposta expográfica dentro do mesmo universo em que estão o Museu do Escravo e a FBE funcionou como um motivador extra, como se um projeto pudesse completar ou se contrapor ao outro.

A visita à Fazenda Boa Esperança com os estudantes foi realizada em um domingo. Antes da visita, foram estabelecidas as diretrizes para o primeiro trabalho prático, que necessitava de imagens e vídeos da Fazenda e seria entregue após o trabalho de campo. Durante a visita, após uma explicação detalhada sobre os espaços, a história e o *status* da Fazenda como patrimônio tombado, os alunos tiveram a oportunidade de capturar imagens e vídeos no local. Notavelmente, a facilidade com que um grupo de 10 estudantes conseguiu capturar vídeos e fotografias de boa qualidade se deve à ampla disponibilidade de smartphones, um fenômeno relativamente recente e observado no contexto da pesquisa. O propósito dessas imagens e do vídeo final, que seria criado a partir das gravações feitas em campo, era apresentar diferentes percepções da Fazenda, guiando as possibilidades exploratórias nas etapas subsequentes do projeto (Figura 123).

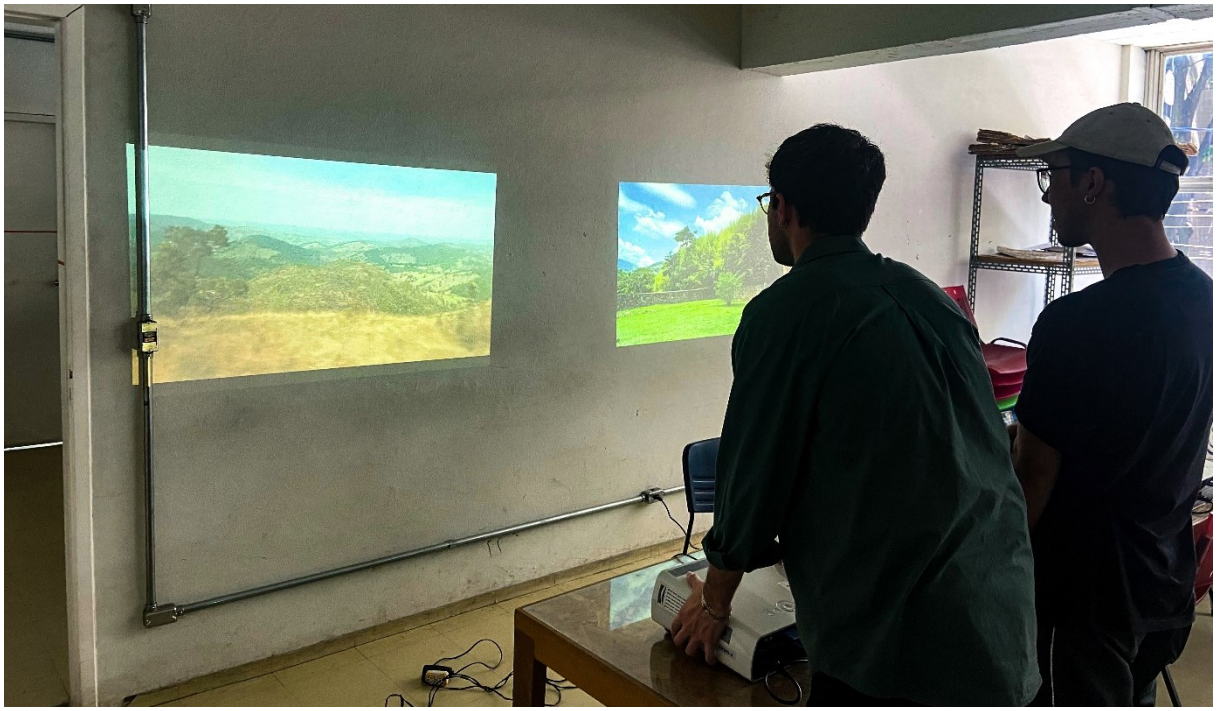
[127] Site inexistente atualmente. Acessado via "Internet Archive". 23 nov. 2007.

Figura 123 – Fotografia: Exposição na Escola de Arquitetura

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Os trabalhos resultantes foram exibidos no espaço da sala de aula, que foi adaptado pelos estudantes para essa finalidade. A mobília existente, incluindo uma estante e algumas mesas, foi rearranjada ao centro da sala, enquanto projetores direcionados para as paredes exibiram os vídeos produzidos (Figura 124). O objetivo era proporcionar uma visão multifacetada da Fazenda, utilizando uma estrutura de apresentação que não se limitasse à fala e à sequência de slides, mas que permitisse a livre apreensão do conteúdo no espaço por todos os presentes, incluindo a comunidade da Escola de Arquitetura. Essa abordagem promoveu discussões aprofundadas, encerrando a etapa e iniciando o segundo conjunto de atividades.

Figura 124 – Fotografia: Projeção de vídeos e imagens da Boa Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

A estrutura global da disciplina foi projetada para aumentar gradualmente a complexidade em cada etapa, simulando as fases de um projeto expográfico profissional. No início houve a identificação e compreensão do objeto de interesse e seu contexto, fundamentais para moldar uma visão e conceito expográficos. A fase subsequente envolveu a elaboração de um estudo preliminar expográfico, exigindo uma abordagem técnica mais tradicional. Os estudantes foram desafiados a definir estratégias projetuais, respondendo a três perguntas essenciais: O que será exposto? Para quem? Como?

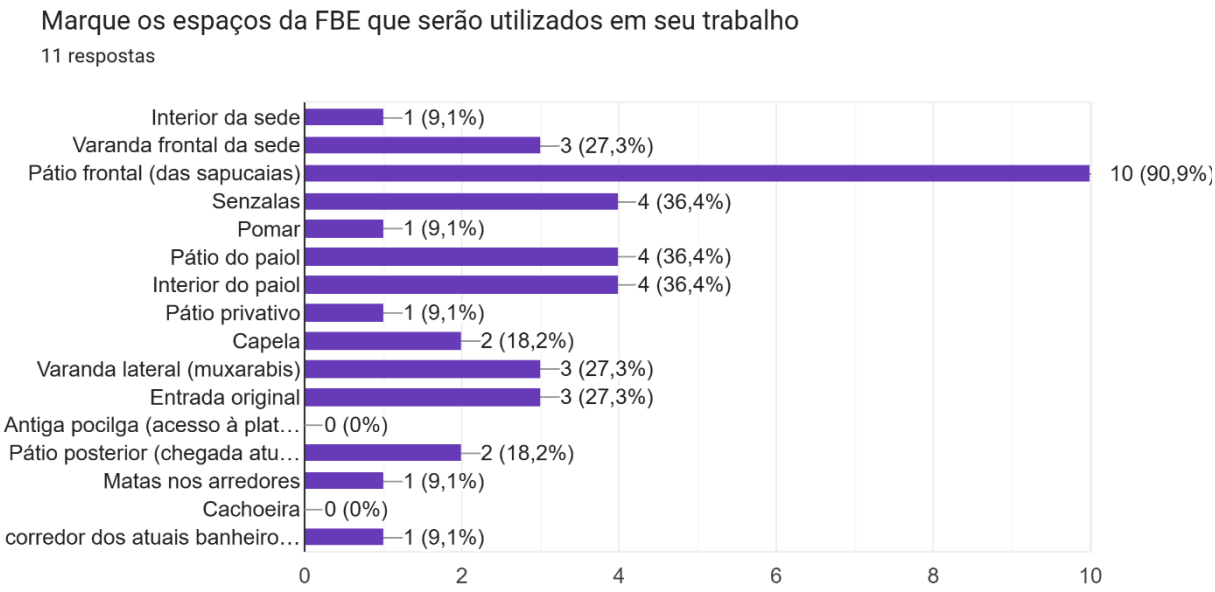
A resposta para "O que será exposto?" visa delimitar tanto o recorte temático quanto o acervo a ser utilizado. "Para quem?" estabelece o público-alvo da exposição, permitindo o desenvolvimento de estratégias específicas adaptadas às características desse público. Por fim, "Como?" direciona a escolha de recursos físicos alinhados com o conceito, definindo locais de intervenção, materiais e técnicas para a produção dos elementos expográficos. Esse processo guia os estudantes na concepção de uma proposta coerente e fundamentada.

Com a finalidade de obter dados mais estruturados, já considerando sua discussão nesta pesquisa, procedeu-se à circulação de um formulário digital entre o grupo de estudantes com a finalidade de padronizar as intenções de projeto no Apêndice B. Uma pergunta do formulário, no entanto, permite observar a variabilidade temática explorada pelos alunos, enquanto outra mostra quantas vezes cada espaço da Fazenda foi pretendido como local de intervenção pelos estudantes. São elas, respectivamente: “Insira entre 3 e 5 palavras-chave sobre sua resposta.

Separe-as com vírgulas, ex: palavra 1, palavra 2...” e “Marque os espaços da FBE que serão utilizados em seu trabalho”. (Gráfico 4). Seguem as respostas obtidas para a primeira questão transcritas conforme foram inseridas no formulário:

1. movimento, espacialidade, dinâmicas simbólicas, estrutura, contraste.
2. movimento, espacialidade, dinâmicas simbólicas, estrutura, contraste.
3. "Amasia", Vó Senhoria, João Congo, Tiãozinho, feiticeiro.
4. História dos dois bruxos, vó senhoria, "amasia", água
5. sensações, experimentações, contextualização histórica, instigação
6. Lendas, Ritos, Festas, Fé e Intangibilidade
7. Biodiversidade, Herança Cultural, Experiência imersiva
8. Senzala, Escravos, Vigilância, Clausura, Tortura
9. Belo Vale, Fauna, Flora, Mineração, Riscos ambientais
10. Senzala, Escravos, Vigilância, Clausura, Tortura.
11. morte, liberdade, dança, homenagem, devoção

Gráfico 4 – Escolha dos espaços da FBE



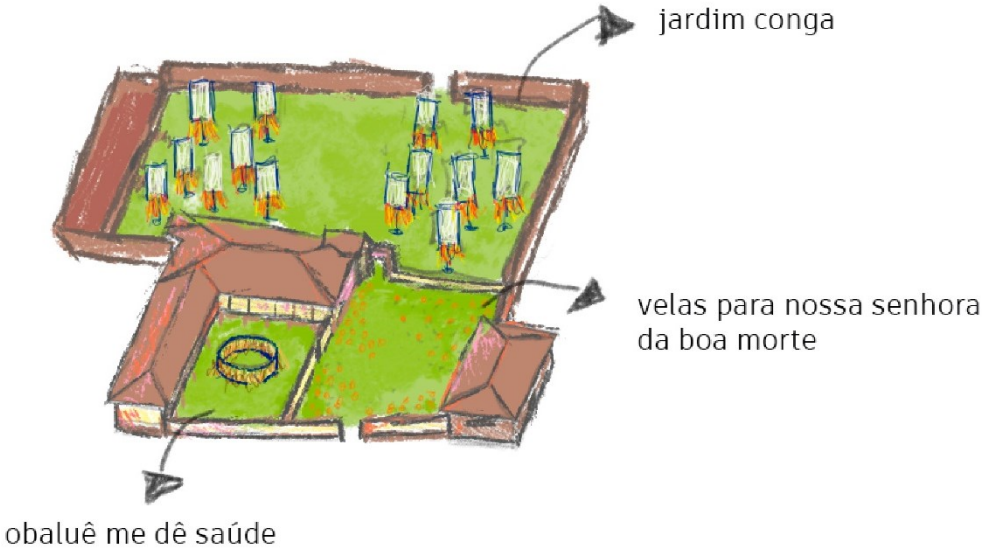
Fonte: Elaborado pelo autor de forma automatizada a partir de formulário digital, 2024.

A lista de palavras foi transcrita do formulário e entradas iguais ou similares indicam trabalhos desenvolvidos em duplas. Nota-se amplitude temática, mas uma predominância por grandes temas em detrimento dos mais específicos. Em uma próxima oportunidade pode ser interessante conduzir o exercício para escolha em recortes temáticos mais restritivos. Com isso

o exercício da curadoria pode ficar mais tangível e da mesma maneira que um objeto específico, como um carro de bois, por exemplo, pode favorecer a construção de narrativas concisas, mas ainda assim interessantes.

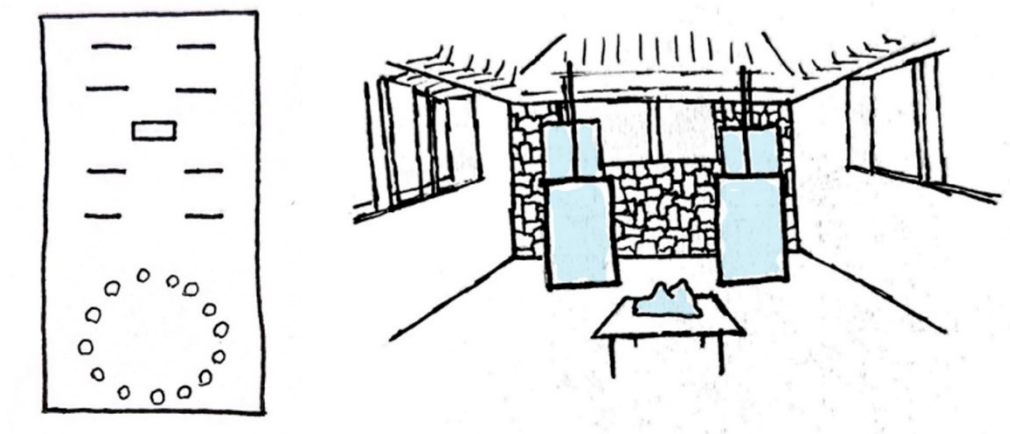
As figurasFigura 125 e Figura 126, extraídas dos estudos preliminares das alunas Juliana e Larissa, respectivamente, demonstram apropriações dos pátios e do interior do paiol. Apesar da unanimidade do pátio frontal, o que se justifica dadas as qualidades do lugar, houve formas variadas de apropriação ratificando esse potencial da FBE.

Figura 125 – Croqui de projeto expográfico para a FBE (1)



Fonte: Trabalho da aluna JULIANA SOARES, 2023.

Figura 126 – Croqui de projeto expográfico para a FBE (2)



Fonte: Trabalho da aluna LARISSA MEDEIROS, 2023.

A conclusão do estudo preliminar é um marco em que o estudante recebe um retorno estruturado a respeito de seu trabalho orientando o desenvolvimento do trabalho final.

Apesar do compartilhamento de uma boa quantidade de acervos, houve uma predileção por temas mais genéricos, enquanto a especificidade poderia trazer uma complexidade desejável ao processo. Por outro lado, o arquivo com a representação digital da Fazenda, incluindo os elementos existentes, foi usado por todos os estudantes, conforme ilustram as figuras 123 e 124. Mas, ao mesmo tempo, esse item explicitou questões que estavam sendo ignoradas. Primeiramente, o formato em Sketchup já não é uma unanimidade entre estudantes. Parte do grupo de estudantes se declarou hábil em programas como Revit e ArchiCad. Outra parte afirmou preferir o AutoCad. A partir dessas observações considera-se que em um próximo semestre será importante ouvir os estudantes sobre as plataformas preferenciais para não ocupar o tempo com a representação das estruturas existentes, focando então no desenvolvimento do projeto. Apesar disso, o conjunto de trabalhos finais reflete a multiplicidade de perspectivas possíveis a partir da FBE sem que seja possível esgotá-la. O espaço vazio em sua magnitude parece instigar os estudantes na busca de preenchimentos que possam trazer significados, e por isso a FBE se mostra como um objeto possível para o exercício de projetos variados de arquitetura e urbanismo. A constituição de uma biblioteca digital, em constante atualização, é uma possibilidade para que outros professores proponham suas próprias dinâmicas.

Nas figurasFigura 127 e Figura 128, imagens de alguns dos trabalhos finais.

Figura 127 – Imagens: Projetos dos estudantes (1)

Fonte: Img. 1 Projeto de ANDRIEL FELIPE; PAULO AMORIM; Img. 2 ALUSKA DE FARIAS. Acervo do autor, 2024.

Figura 128 - Imagens: Projetos dos estudantes (2)

Fonte: Img. 1 Projeto de GUILHERME BRONDI e GUILHERME OLIVEIRA; Img. 2 AUGUSTO SOARES e EDUARDO SELGA. Acervo do autor, 2024.

Durante o período de conclusão da tese, na virada do ano 2023 para 2024, encerrou-se o contrato da gestora da Fazenda com o Estado. Dessa maneira, desde o início do ano, o bem está fechado para o acesso do público. Caso esse fato persista se sobrepondo ao calendário de início da disciplina, haverá prejuízos para os estudantes, já que não será possível perceber a Fazenda a partir dela mesma, sob a sombra das sapucaias, mas ao mesmo tempo o acervo digital tem dados suficientes para viabilizar o desenvolvimento de um projeto sem conhecer o local presencialmente. Apesar do percalço, pode ser uma oportunidade de expandir a exploração do campo digital.

5 REALIDADE VIRTUAL E PATRIMÔNIO

Figura 129 – Estereoscopia - Laitier[128]

Fonte: KLUMB, 1860.[129]

Figura 130 – Tipos de estereoscópios

Fonte: Site do MUSEU IMPERIAL, s.d.[130]

As figuras Figura 129 eFigura 130 que abrem esta seção são acervos da Biblioteca Nacional e do Museu Imperial, respectivamente. A primeira (

Figura 129) é uma fotografia estereoscópica escolhida entre tantas disponíveis por tangenciar o universo da Boa Esperança por proximidade temporal, geográfica e temática. O registro dos anos 1860 mostra um “escravo de ganho”, nome dado àqueles que podiam se deslocar prestando serviços e, posteriormente, repassavam parte dos ganhos ao seu dono. O fichamento da imagem no arquivo traz o resumo “Negro vendedor de leite em Minas Gerais”. As fotografias estereoscópicas eram objetos de farta circulação e hoje são fontes para pesquisas

[128] Leiteiro, tradução do francês.
[129] http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=2420
[130] https://museuimperial.museus.gov.br/conheca-o-estereoscopio/

preservadas em acervos e coleções. Sergio Burgi, curador do Instituto Moreira Sales, que tem a salvaguarda desse tipo de acervo, situa as estereoscopias no campo da fotografia e relaciona o fotógrafo responsável pela fotografia de abertura, Leiteiro, e Marc Ferrez, cujo trabalho também foi uma das fontes nessa pesquisa.:

> Desenvolvida inicialmente na década de 1840 por David Brewster na Inglaterra, e utilizada na segunda metade do século XIX no Brasil e no Rio de Janeiro por fotógrafos como Revert Henri Klumb e Marc Ferrez, a estereoscopia experimentaria um verdadeiro ressurgimento nesse período, com o advento da fotografia amadora e do amplo mercado que se abriu para a indústria fotográfica no início do século XX, incluindo-se aqui as estereoscopias em cores.

A figura 130 mostra três tipos de objetos, estereoscópios, usados para a visualização de uma cena em 3D a partir das estereoscopias. A visão estereoscópica consiste em restringir a visão de uma imagem para o olho esquerdo e outra para o olho direito. Da mesma maneira, a captura das fotografias é feita como se fossem duas lentes posicionadas lado a lado na distância de dois olhos, assim cria-se uma sensação de perspectiva, de profundidade. Esse princípio é o mesmo de tantos outros recursos tecnológicos com fins de prover outras formas de visualização, inclusive os óculos de realidade virtual, foco desta seção. Apesar de o estereoscópio ter sido deixado de lado, ainda é possível ter a percepção da profundidade das estereoscopias com outros instrumentos. O Instituto Moreira Sales, reconstruiu o acervo para observação através de óculos 3D (Figura 131), tecnologia similar ao que há disponível nos cinemas:

> Na exposição, uma experiência que mistura arte e tecnologia permite ao visitante observar antigos registros estereoscópicos, feitos por fotógrafos como Marc Ferrez e Guilherme Santos, através de imagens digitais atuais, que criam o efeito da tridimensionalidade:

Figura 131 – Fotografia: Interação digital com estereoscopias no IMS

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2016.

Entre os estereoscópios do século XIX e as tecnologias estereoscópicas disponíveis na atualidade, há uma vastidão que parece seguir sendo atualizada diariamente, com novidades a cada instante em equipamentos e experiências disponíveis.[131] O excesso de tecnologia e o constante surgimento de novos aparelhos pode gerar desconforto e dificuldade de assimilação, principalmente se consideramos o fator geracional. Navais e Sevcenko, no texto do livro "A vida Privada no Brasil", ao analisarem as percepções de escritores do século XIX, quando, adultos, e andavam de trem pela primeira vez, revelam as nuances geracionais diante do surgimento de novas tecnologias que mudavam a imagem, a linguagem, os hábitos e a percepção do mundo:

> Victor Hugo comentou a vista da paisagem rural pela janela do trem em movimento: "As flores ao longo da ferrovia não são mais flores, mas manchas, ou melhor, fachos de vermelho ou branco; não há mais pontos, tudo se converte em traços. Os campos de trigo são grandes cabeleiras loiras desgrenhadas ... As cidades. as torres das igrejas e as árvores desempenham uma dança louca em que se fundem no horizonte. Pelas distorções registradas na percepção de Victor Hugo pode-se vislumbrar com perfeita clareza o percurso pelo qual as artes visuais mudaram suas linguagens sob o impacto das novas tecnologias. Sua descrição dos efeitos desfigurativos produzidos pela aceleração da locomotiva e o consequente deslocamento do olhar evocam as paisagens dissolvidas de Turner, ou os efeitos irregulares das irradiações luminosas captados pelos impressionistas, sua visão alucinada dos trigais preconiza Van Gogh, a coreografia tresvariada das formas confundidas do campo e das cidades multiplica as perspectivas e aponta para as experiências radicais do cubismo. Caso mais interessante ainda é o de Gustave Flaubert que, simplesmente, não conseguia interpretar nenhum elemento do que via pela janela do trem acelerado: "Eu não consigo captar nada da vista oferecida pela janela da cabine".
>
> O fato de que as gerações posteriores, cujos representantes já nasceram após a consolidação desse processo e, portanto, foram acostumados desde pequenos à experiência das velocidades tecnológicas, consigam distinguir e interpretar as paisagens que vislumbram em movimento, é bastante revelador da capacidade humana para assimilar e adaptar-se aos efeitos desorientadores dos novos recursos e potenciais. Mas o preço dessa adaptação é a perda da capacidade de reconhecer sua estranheza e os modos pelos quais elas reorientam a percepção humana (Navais; Sevcenko, 1998, p. 546-547).

A reflexão iniciada com a citação de Navais e Sevcenko leva a uma análise sobre a inevitabilidade da popularização das tecnologias de realidade virtual. Diante disso, não é o intuito deste trabalho discutir a tecnologia sob o viés de seus mecanismos, mas sim estabelecer como princípio que a difusão das tecnologias de RV é um fato, e a partir desse ponto explorar quais possibilidades são inauguradas, especialmente para contextos de patrimônio histórico, de musealização. No entanto, assim como Victor Hugo e outros escritores do século XIX

[131] Para uma compreensão mais elaborada da evolução de tecnologias até a chegada da RV, ver Vasconcelos (2021).

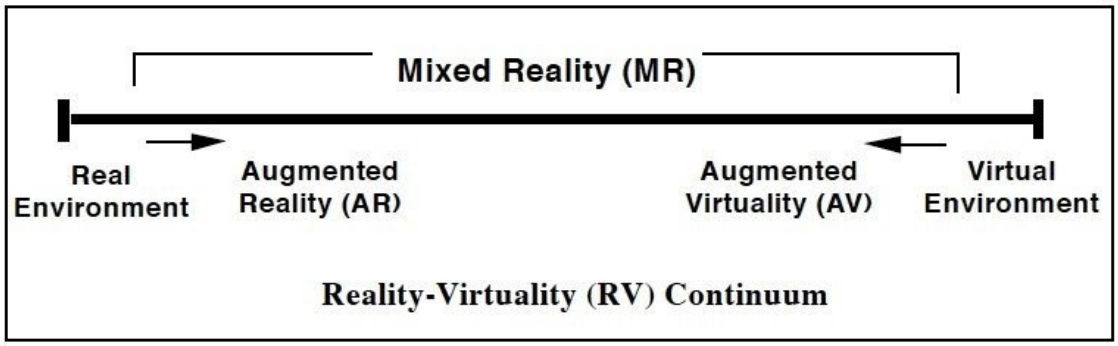
experimentaram uma desorientação diante das velocidades e visões proporcionadas pelos trens, pode-se traçar um paralelo com as reações às tecnologias de realidade virtual na atualidade, que pode até ocasionar náuseas. E inevitavelmente, assim como Flaubert não conseguia captar nada do que via pela janela do trem, muitos não vão se adaptar à RV. Laymert Garcia, em "Politizar novas tecnologias" (Santos, 2011), discute as formas como a sociedade assimila tecnologias e nesse contexto contribui com reflexões sobre a realidade virtual.

> O fato é que, como o mundo fictício da mídia, o mundo alternativo da realidade virtual está se instalando no mundo, e se infiltrando entre nós e o mundo. Mas em vez de ele aterrissar em nosso espaço, como imagens de televisão, muito ao contrário, parece que somos nós que nos alçamos até ele, o ciberespaço. Parece que somos nós que mudamos de dimensão... e, ao mudarmos, mutamos. Por enquanto, são só uns poucos privilegiados, como os usuários da Internet e os frequentadores dos cafés da moda, em Paris, que se encontram para partir em "viagem" virtual a bordo de seus visores; mas quando milhões de consumidores no mundo inteiro tiverem acesso a essa tecnologia, a mutação deixará de se constituir como exceção, para tornar-se norma. E a realidade virtual vai tornar-se uma realidade para muita gente. A pergunta que se coloca, então, é: como vai ficar a nossa velha realidade, a realidade de nosso espaço habitual, em permanente contato com a realidade virtual, a realidade do ciberespaço? (Santos, 2011, p. 113).

Apesar do posicionamento alarmado, é importante reconhecer que, embora as tecnologias de realidade virtual pareçam fascinantes, elas não são soluções definitivas para problemas existentes, mas sim uma nova maneira de interpretar e interagir com o mundo. Além de não resolver problemas, certamente são inaugurados novos, como a gestão dos arquivos digitais, dos equipamentos, novas obsolescências, entre tantos outros processos. Tal como Navais e Sevcenko (1998) apontam, a adaptação às novas tecnologias muitas vezes vem com a perda da capacidade de reconhecer sua estranheza. Por isso não se vislumbram cenários de uma sociedade imersa em mundos digitais, mas sim situações pontuais em que a tecnologia se mostra cabível. Apesar dos benefícios da digitalização e fruição digital de bens tombados, esses processos não substituem a necessidade da salvaguarda e cuidado com os bens físicos, não vemos lugar para o pensamento de digitalizar para permitir a destruição de algo, como sugere Garcia. O estudo, Futuro dos Museus, contratado pela Oi Futuro e conduzido pela Consumoteca, que "nasce do interesse de entender quais são e como podemos entregar as principais tendências de museus e centros culturais num cenário pós-pandêmico", sugere tendências para museus e centros culturais, dentre elas o "Museu Figital", "aquele que traz experiências virtuais e tecnológicas únicas para dentro dos espaços físicos, aliando o melhor do mundo digital com o melhor dos aparatos museais." (Grupo Consumoteca, 2023).

Milgram e Kishino (1994) propuseram o Reality-Virtuality (RV) Continuum como uma taxonomia para classificar tecnologias que abrangem desde o mundo real até a realidade virtual pura. O RV Continuum é um modelo contínuo de classificação que visa à compreensão das diferentes tecnologias de visualização mista. O modelo consiste em quatro regiões principais: o mundo real, realidade aumentada, realidade mista e realidade virtual. A região do mundo real representa o ambiente físico real, sem sobreposição virtual. A região de realidade aumentada inclui ambientes virtuais sobrepostos ao mundo real. A região de realidade mista combina elementos virtuais e físicos de forma integrada. Por fim, a região de realidade virtual é composta por ambientes totalmente virtuais. Sob esse conceito se poderia apontar o celular para a abertura do paiol do engenho e então ver a monda sobreposta à imagem capturada pela câmera do telefone, esta seria a realidade aumentada. No outro extremo tecnológico vestimos óculos de realidade virtual na Fazenda ou mesmo em casa e nos vemos completamente imersos no paiol em funcionamento com todas suas partes em algum momento do século XIX, ouvimos sons das máquinas rangendo, da água batendo na roda d'água, dos cantos de trabalho que dão ritmo ao serviço, é a realidade virtual. Entre uma e outra está esse espectro infinito de possibilidades (Figura 132).

Figura 132 – Representação simplificada do *continuum* de virtualidade



Fonte: MILGRAM e KISHINO, 1994, p. 3.

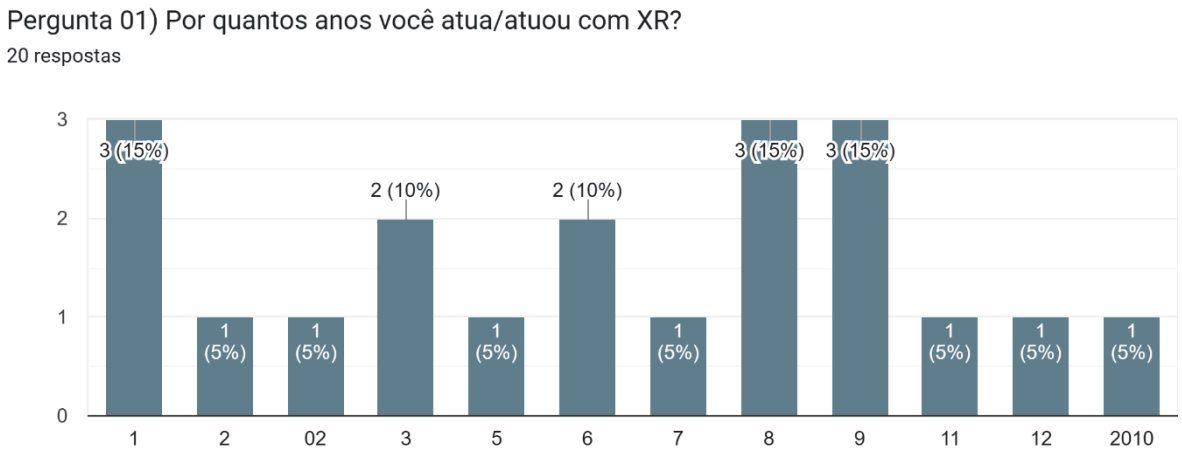
Apesar da taxonomia proposta por Milgram e Kishino, o mercado que vem se organizando dentro desse campo tecnológico adotou a nomenclatura XR[132]. Assim, como uma forma de conhecer o meio, o que vinha sendo produzido, quem eram e como pensavam os produtores de experiências digitais de realidades mistas, avançadas, foi feita filiação à XRBR[133], uma Associação Brasileira voltada para organizar atores desse ecossistema:

[132] No final de 2017, várias iniciativas para criar uma comunidade brasileira de empresas e profissionais atuantes no mercado de X-Reality (Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista – conhecidos como XR) se uniram para criar o principal canal de fomento global da indústria brasileira de XR. (https://xrbr.com.br/)
[133] https://xrbr.com.br/

> No final de 2017 várias iniciativas para criar uma comunidade brasileira de empresas e profissionais atuantes no mercado de X-Reality (Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista – conhecidos como XR) se uniram para criar o principal canal de fomento global da indústria brasileira de XR.[134]

O contato foi profícuo, e tanto se pôde receber colaborações como colaborar com colegas em todo o país. A percepção é que o campo está em expansão contínua com a frequente chegada de novos membros. No entanto, nota-se que havia uma expectativa por uma popularização mais acelerada da tecnologia. Procedeu-se a um levantamento de dados com os colegas da associação que, apesar de um número limitado de participantes, e por isso de respostas, são apontamentos feitos de um grupo já restrito ligado ao grupo. Os resultados completos do relatório estão no Apêndice B e aqui foram extraídas as informações (GRÁFICOS Gráfico 5, Gráfico 6 e Gráfico 7).

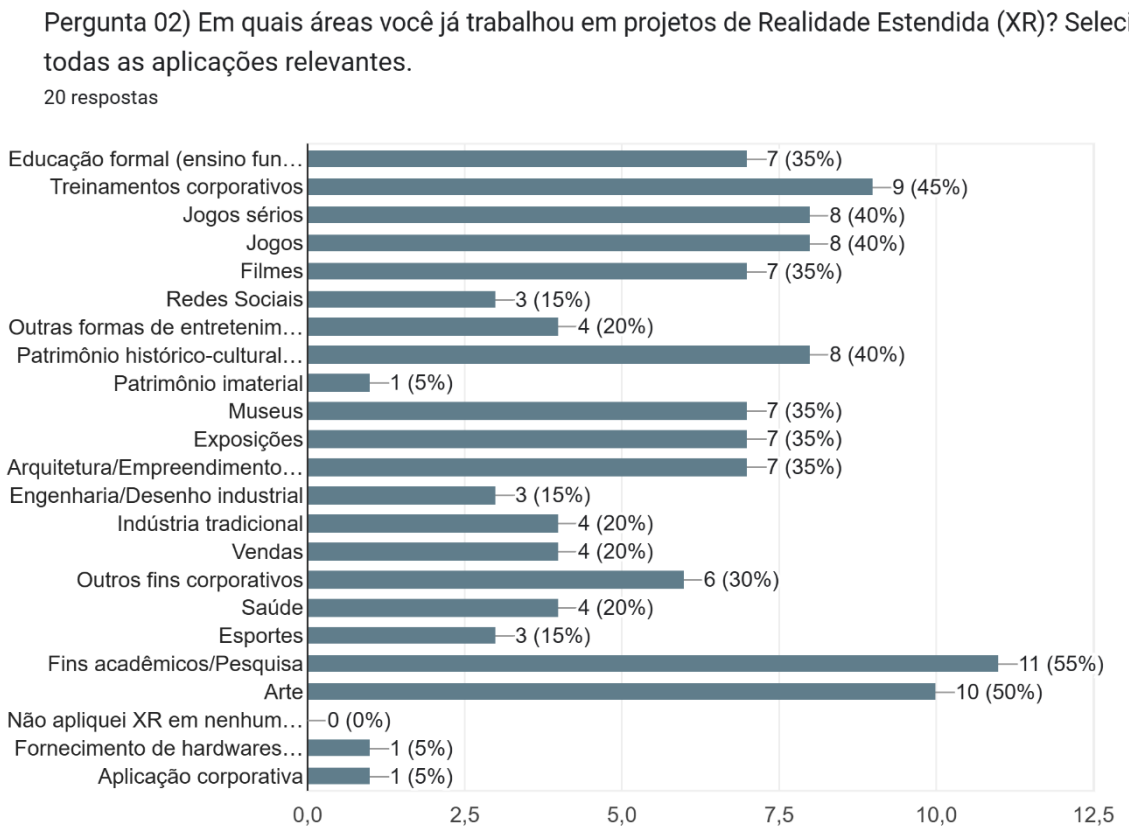
Gráfico 5 – Tempo de atuação com XR



Fonte: Dados obtidos a partir de 20 respostas ao formulário de perguntas elaborado pelo autor e compartilhado com membros da Associção XRBR, 2024.

[134] https://xrbr.com.br/manifesto/

Gráfico 6 – Tipos de trabalhos com XR



Fonte: Dados obtidos a partir de 20 respostas ao formulário de perguntas elaborado pelo autor e compartilhado com membros da Associção XRBR, 2024.

Gráfico 7 – XR para cultura afro-brasileira

Fonte: Dados obtidos a partir de 20 respostas ao formulário de perguntas elaborado pelo autor e compartilhado com membros da Associção XRBR, 2024.

Os resultados mostram um tempo curto de atuação, porém com amplitude temática. Os fins acadêmicos aparecem em destaque com 11 dos 20 respondentes afirmando terem

desenvolvido projetos para esse fim, acompanhado de 10 respostas para desenvolvimento no contexto de pesquisas. O dado sugere uma busca pelo conhecimento do campo, pelo seu entendimento. A distinção entre patrimônio material e imaterial no Gráfico 6 foi importante para se notar que o campo imaterial aparece como pouco explorado. Nota-se um potencial nesse sentido, o qual será explorado no desenvolvimento do protótipo, porém é compreensível que o campo material esteja mais coberto. No universo de entrevistados, apenas duas pessoas afirmaram terem contribuído em projetos que abordam a cultura afro-brasileira.

A utilização da realidade virtual na percepção de patrimônios históricos, como a Fazenda Boa Esperança, se fundamenta em possibilidades técnicas que respondem a interesses do campo a partir de funções objetivas, a imersão visual a partir da representação tridimensional detalhada do ambiente que significa explorar tanto as construções preservadas quanto as que já não existem mais a partir dos modelos elaborados pela pesquisa. Além do visual, a realidade virtual pode simular o ambiente sonoro da Fazenda. Isso inclui a reprodução de sons naturais do local, como o vento nas árvores, o barulho do engenho em funcionamento, e até mesmo a recriação de diálogos baseados em registros históricos.[135] Uma das principais funções da realidade virtual é a interatividade. Os usuários podem navegar pelo ambiente virtual de forma autônoma, explorando diferentes áreas da Fazenda e interagindo com objetos ou informações. Enfim, na Fazenda, pode-se usar a RV para narrar as histórias dos trabalhadores escravizados, mostrando suas contribuições, resistências e os fatos que remontam a sua presença na FBE.

Ao explorar essas funções objetivas da realidade virtual, a tecnologia se torna uma ponte entre o presente e o passado da Fazenda Boa Esperança, oferecendo uma experiência educativa e imersiva que vai além da tradicional visitação física ou estudo teórico. É aqui que Nego Bispo, filósofo quilombola – que partiu durante esta pesquisa, mas deixou muito de seu conhecimento registrado – ensina que “O presente atua como interlocutor do passado e consecutivamente como locutor do futuro” (Santos, 2015)[136]. Será utilizada uma tecnologia contemporânea no resgate de fatos históricos até então ocultos, inaugurando novas possibilidades para o futuro.

Na toada das relações entre o campo das XR e o patrimônio, o trabalho de Sarah Kenderdine é um legado com referências potentes. Kenderdine (2015) mobiliza o conceito de

[135] Essa possibilidade pode ser explorada como recurso de acessibilidade, pois também é possível construir ambientações fundamentadas em sons para pessoas que não enxergam.

[136] A ideia central do trabalho de Nego Bispo, conforme descrito em seu livro "Quilombos Modos e Significados" (Santos, 2015), é a de oferecer uma nova perspectiva nos ensaios de interpretação do Brasil, focalizando a visão das comunidades quilombolas. Bispo destaca a importância histórica dos quilombos como símbolos de resistência contra a escravidão e o racismo, e como exemplos de comunidades autossustentáveis. Ele constrói um argumento sólido sobre a história das resistências, rebeliões, insurgências e a formação de comunidades livres e autossustentáveis como Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, relacionando essas experiências com os dias atuais

"*embodiment*" (encarnação, incorporação ou em corpo) que se refere à ideia de imersão e interação em ambientes virtuais de uma maneira que envolve o corpo físico do usuário. No contexto do artigo "Pure Land: Futures for Embodied Museography" (Kenderdine; Chan; Shaw, 2014), o conceito é aplicado para descrever a experiência dos visitantes ao interagir com instalações de realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR), que recriam patrimônios culturais. Nesse contexto, "*embodiment*" (Kenderdine, 2015) é entendido como a capacidade de os usuários se envolverem fisicamente e explorarem ativamente visualizações digitais de alta resolução de ambientes culturais, como as grutas de Mogao. A imersão em Pure Land e Pure Land AR permite que os visitantes experimentem uma presença física e uma coexistência com o passado, transformando a representação mimética em um espaço navegável rico em interpretação e iluminação. Essa abordagem reativa a possibilidade da visualização imersiva em museus e revitaliza a arqueologia, estendendo o papel de *fac-símiles* digitais para criar níveis de experiência estética e interpretativa.

Outra referência experimentada foi a aplicação para RV Mona Lisa Beyond the Glass (2019), que foi desenvolvida pelo Museu do Louvre, em Paris, e oferece uma possibilidade de compreensão ampliada do quadro emblemático pintado por Leonardo Da Vinci, no século XVI, ao convergir na experiência informações de pesquisas científicas recentes sobre ele. É uma referência para a pesquisa, ao passo que explora um recurso de realidade virtual enquanto meio de comunicação museal, que funde em si múltiplas camadas de conhecimento, transformando-as em uma experiência sensível.

Colocada a forma como a pesquisa se relaciona à RV e ao patrimônio histórico, é importante se abordar o porquê da manifestação dessas questões dentro do campo disciplinar da arquitetura. Além das relações com o patrimônio edificado, a verdade é que para os arquitetos a RV está apenas a um clique de distância. Para muitas arquitetas e arquitetos os fluxos de modelagem tridimensional, organização das entidades, distribuição de camadas, atribuição de texturas e materiais, iluminação, posicionamento de câmeras e personagens, entre tantas outras ações, são parte do cotidiano e rotina de trabalho. Ainda que um arquiteto não faça nada disso, certamente conhece um colega que o faça, afinal, são funções desempenhadas através de programas de computador amplamente utilizados no meio. O campo do patrimônio histórico em arquitetura e urbanismo adota métodos de representação ainda mais específicos, como a técnica denominada HBIM, ou modelagem da informação para patrimônio histórico,[137] que não foi uma possibilidade explorada nesta pesquisa, porém é inteiramente compatível com

[137] HBIM – Heritage Building Information Modeling. Ver Canuto, Moura e Salgado (2016).

o que se propõe e certamente traria vantagens e novas perspectivas. Mas o impacto no cronograma foi decisivo para se adotar um processo de representação simplificado. O fato é que, independentemente do método de representação, qualquer produto gerado nesse contexto pode ser usado na realidade virtual e de fato com um clique, um botão que transporta um elemento que sequer é um produto-fim, mas sim um produto de meio de processo de arquitetos, um arquivo em 3D, e já está na RV.

Sob essa perspectiva, não haverá necessidade de entranhar em infinitas linhas de programação, muitas vezes frustrantes, especialmente para os arquitetos, e fluxos de trabalho que demandam conhecimento prévio. Essa opção segue disponível, mas aqui vai ser explorado o software Twinmotion, para o qual há uma licença de uso. Mas há outros programas disponíveis e certamente ainda vão surgir novos, por isso, apesar de se esclarecer como serão usadas as funções do computacionais disponíveis para fins interpretativos, o foco da pesquisa é investigar a possibilidade da articulação entre múltiplos acervos, viabilizando a fruição simultânea de um bem imaterial, e outro material.

Ao longo da pesquisa foi elaborado um conjunto de modelos geométricos das estruturas da Fazenda Boa Esperança em formato compatível com o Twinmotion. O mundo tridimensional desenvolvido não é apenas uma representação estática do passado; é uma tapeçaria composta de uma variedade de acervos digitais produzidos, a digitalização da fachada do paiol, o modelo de uma possível moenda de cana e a ambientação do paiol, o carro de bois, a digitalização da estrutura de pedra, o modelo de um chafariz, das senzalas, das quatro sapucaias, o moinho de farinha, o pomar, a sede, os muros, a roda d'água. Essa representação da FBE consiste de uma amálgama de objetos e recursos digitais, cada um de um tempo, trazendo camadas distintas de imersão e informação. Foram incluídos vídeos de *performances* musicais das comunidades quilombolas, iconografia, modelos 3D detalhados, criados em programas como o Sketchup e enriquecidos através de técnicas de fotogrametria. Esses modelos são revestidos com texturas realistas, derivadas de edições de fotografias. A partir desse conjunto, da mesma forma que foram produzidas as imagens que ilustram esta pesquisa, foi produzido um protótipo para uma experiência em realidade virtual.

5.1 Cantos do engenho

A exploração de recursos digitais de ponta para o exercício de funções sociais a partir de uma fazenda no interior de Minas Gerais inevitavelmente é confrontada pelo viés financeiro. Afinal, trata-se de equipamentos pouco acessíveis popularmente, dado seu preço elevado.

Assim, ainda que brevemente, foram apresentadas reflexões quanto à viabilidade financeira, mitigando o que poderia ser uma fragilidade desta proposta.

Projetos culturais são objetos passíveis de fomento através de leis específicas para incentivo à cultura existentes nas esferas federal, estadual e até para alguns municípios. Observa-se que alguns editais vêm apresentando regulações e categorias específicas para projetos digitais, como é o caso da Instrução Normativa que rege a Lei Federal de Incentivo à Cultura[138]:

> "(...) § 5º O incentivo abrangerá, conforme o Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, as seguintes áreas culturais: Arte Sacra, Belas Artes, Arte Contemporânea, Audiovisual, Patrimônio Material e Imaterial, Museus e Memória; e os segmentos culturais conforme detalhamento no Anexo V e disposto no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic (Anexo I):
> (...) II. Artes Digital, Eletrônica, Cibernética, Games, e Apps culturais;" (Ministério Do Turismo, 2022).[139]

O fato ilustra uma predisposição externa favorável ao que foi proposto. Além disso, a legislação federal de incentivo à cultura também tem mecanismos específicos para museus. Nesse contexto, o Estado renuncia à pequena parte dos impostos que recolheria para que as próprias pessoas, físicas ou jurídicas, possam aportar recursos nos projetos de seu interesse.

Batizada "Cantos do Engenho", a proposta é que o modelo da moenda, já construído em três dimensões, componha, em conjunto com digitalizações SfM e modelagens geométricas, o cenário do paiol como fora originalmente, por volta de 1863[140]. A experiência pode explicar os aspectos técnicos e tecnológicos da moenda, nomear suas peças, mostrá-las girando e moendo. Ela pode ressaltar a contribuição tecnológica afro-brasileira presente também na própria construção das paredes de pedra que a cercam. Desdobram-se múltiplas possibilidades e, por fim, a FBE passa a mostrar também os personagens pretos de sua história – não sob a ótica da brutalidade, mas sob a ótica de terem sido eles os responsáveis pela produção, pela base da economia e da história mineira.

O termo "Cantos" não atende apenas às partes do engenho, mas simultaneamente aos cantos de trabalho que possam ter sido proferidos ali ou em outros engenhos brasileiros. Também não seria suficiente uma abordagem em realidade virtual que se limitasse aos aspectos físicos. Ainda que seja possível falar das pessoas a partir deles, ainda falta a subjetividade preta, que parece sempre ser apagada quando se reforçam símbolos como o pelourinho, os

---

[138] Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.
[139] Instrução Normativa Secult/MTur nº 1, de 6 de junho de 2022.
[140] Época da descrição mais enfática do moinho no Inventário *post mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros

instrumentos de tortura e o chicote. A realidade virtual, que envolve a partir dos olhos e ouvidos, é mais bem explorada com boa sonoridade. Por isso, a proposta indica que, além da visualização da moenda, durante a experiência também sejam reproduzidos cantos de trabalho carregados de história, sentimento e significado. Especificamente na mineração, tais cantos parecem ter recebido o nome de *vissungos*. Como se pretende destacar sua importância, eles são objeto de estudo:

> Sobre essas bases, os vissungos, os cantos de trabalho dos negros escravizados na mineração, na complexidade e na riqueza da sua constituição musical, rítmica, poética, social, constituem uma forma específica na qual o povo negro escravizada forja seus processos de autoconsciência, de resistência e luta subjetiva, como preparação para as exigências e as lutas práticas da vida, de defesa e construção da existência. Pode-se considerar que os princípios formais, ordenadores, evocadores, do ritmo, assim como a força emuladora dos cantos que acompanham os movimentos e cadências do trabalho, expressam formas e conteúdos emocionais, sentimentos e disposições subjetivas ligados a essas bases sociomateriais concretas, contraditórias, classistas (Silva, 2020).

Além de compor a experiência, destaca-se que a inclusão dos cantos de trabalho trata, em suma, da digitalização e da fruição de um bem imaterial. Se até o momento a pesquisa demonstrou inúmeras contribuições das digitalizações para bens materiais, isso também pode ser percebido com registros imateriais. Identificaram-se trabalhos que lidam com a digitalização de elementos intangíveis da cultura – caso da pesquisa que mobiliza recursos digitais para capturar não as imagens, mas o movimento de danças folclóricas (Skublewska-Paszkowska *et al.*, 2021).

Outros cantos que poderiam ter sido utilizados eram originalmente gravados junto às comunidades quilombolas, como foi feito com um grupo musical da Boa Morte.

"Cantos do Engenho" é uma proposta que busca sensibilizar através da experiência, mas que é construída a partir de elementos iconográficos, pesquisas, digitalizações históricas. É uma proposta que, nesta pesquisa, representa a convergência entre o que foi discutido, fundamenta-se em digitalizações de elementos materiais remanescentes, reconstruções feitas a partir de pesquisa e bem da cultura imaterial, em um veículo que permite uma comunicação sensível.

Ainda que sua produção não tenha sido viabilizada, a proposta foi elaborada em nível detalhado e apresentada à Lei de Incentivo à Cultura Federal com o resumo:

> CANTOS DO ENGENHO é uma experiência de imersão digital no engenho de açúcar da Fazenda Boa Esperança no período colonial. No ambiente reconstruído digitalmente as pessoas poderão observar o funcionamento do local como fora no

> século XVIII. Serão promovidas também ações educativas como contrapartida do projeto. (Ministério da Cidadania , 2020).[141]

O trabalho de George da Guia "Trajetórias do desenvolvimento: BID e o financiamento do patrimônio cultural da América Latina e Caribe" (Guia, 2018) – sua tese de doutoramento e posteriormente um livro – estuda a forma como grandes bancos conduzem e determinam quais projetos e atrativos culturais recebem recursos e aponta a influência da agenda dessas instituições sobre os outros agentes do campo cultural:

> Entre as diversas categorias de desembolso relacionadas ao patrimônio cultural, provavelmente as mais representativas são aquelas relacionadas aos projetos de desenvolvimento turístico, de patrimônio urbano e de gestão de museus. Podemos afirmar que tais categorias atuam como medidas para se estabelecerem determinados graus de conhecimento sobre o comportamento dos capitais no financiamento de políticas públicas de desenvolvimento e conservação (Guia, 2018, p.185).

Ainda que seja um fator de alerta para o campo cultural de maneira mais ampla, o tipo de solução abordada aqui pode mostrar-se interessante para aportes. Relembramos Laymert Garcia em "Politizar Novas Tecnologias":

> Nosso velho mundo atual está sendo progressivamente abandonado pelo mundo da realidade virtual. Transferindo os valores de uma percepção para outra, o sistema financeiro global mostrou que se transferiu para o ciberespaço. Os demais setores já procuram acompanhar, tentando acessar o mundo alternativo. Quando não só nossas mentes, mas também nossos corpos começarem a experimentar cotidianamente a mudança de dimensão, talvez descubramos que, sem perceber, já estávamos vivendo numa outra sociedade (Santos, 2011).

O projeto ou *mockup* "Cantos do Engenho" foi submetido para captação de recursos em editais de fomento a projetos culturais. Dentro da pesquisa, essa ação teve dois objetivos. Primeiramente, o de verificar a aderência do projeto e sua elegibilidade para recebimento de recursos. Em segundo lugar, caso o patrocínio fosse concretizado, seria possível realizar testes e experimentos mais robustos. Ainda que não tenha sido captado nenhum recurso, observam-se alguns resultados para a viabilidade financeira.

Lei Federal de Incentivo à Cultura – Aprovado para captar até R$ 200.000,00. Nenhum valor foi captado. No entanto, exigiu uma melhor estruturação do projeto e despertou interesse de empresas. O projeto aprovado pode ser acessado na plataforma da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

---

[141] PRONAC: 210612 - Cantos do Engenho: Imersão Cultural na Fazenda Boa Esperança e Sua História.

Lei Aldir Blanc – Reprovado sob a justificativa de não apresentação de experiência prévia no campo pelo proponente.

Edital Itaú Cultural no Metaverso – Não selecionado (Vagas limitadas para aporte direto de recursos). Chama atenção um edital para aporte de recursos exclusivamente a propostas culturais envolvendo realidade virtual.

A exploração dos mecanismos de fomento traz achados relevantes, uma vez que identifica tendências claras e elegibilidade de projetos ciberculturais para fomento (Lévy, 1999). As próprias instituições museais, contempladas inclusive por legislações específicas, podem ser proponentes desses projetos, renovando exposições e ocupando o ciberespaço no exercício de sua função social.

5.2 Protótipo

Foi elaborado um protótipo para uma experiência através de realidade virtual para verificar as potencialidades do recurso na comunicação dos resultados da pesquisa. Para isso foi utilizado o software Twinmotion, que traz facilidades para usufruir modelos tridimensionais com realidade virtual. No entanto, o software não tem a finalidade de viabilizar criações complexas nesse sentido, mas sim apresentações arquitetônicas mais dinâmicas.

Apesar de não ser o foco principal do programa, os programas de computador mais específicos para a elaboração de experiências em RV mais interativas demandam um conhecimento prévio aprofundado para obtenção de resultados medianos, enquanto através do *Twinmotion* o fluxo de trabalho para obtenção de resultados visuais agradáveis é exatamente o mesmo que seria usado para apresentar um projeto de arquitetura. Além disso, o programa tem funções que acabam permitindo propostas com certo grau de interatividade, como recursos animados que são ativados apenas a partir da proximidade. Outro fator relevante que permitiu a aproximação do software foi o fato de ele ter sido distribuído gratuitamente pela fabricante, Epic Games (Underhill, 2018).

O Twinmotion não é um programa de modelagem 3D, ou seja, ele não tem funções para a elaboração de modelos, porém é possível abrir arquivos em 3D de outros programas. Os arquivos externos são carregados em um mundo 3D infinito, para o qual se pode atribuir aspectos como latitude e longitude, direção do norte, horário do dia, paisagens do fundo, luminosidade, entre outros parâmetros. Foi dividida a Fazenda Boa Esperança em vários objetos digitais, modelos 3D que foram carregados no programa. Assim, há um modelo de base que é

conformado pelo terreno, modelado a partir do levantamento topográfico elaborado pela Aro Arquitetos, e sobre esse terreno carregaram-se os outros objetos, cada um representado por um arquivo. A sede da Fazenda, o paiol, as senzalas, o chafariz, os muros de pedra, o engenho de farinha, o carro de bois, cada um desses elementos arquitetônicos é um arquivo independente, e da mesma maneira que são carregados um a um, também podem ser atualizados de forma independente, ou seja, poderia haver uma pessoa trabalhando no modelo da sede e outra no modelo do paiol, e depois ambos os arquivos podem ser atualizados simultaneamente. Da mesma maneira, é um meio que favorece a substituição de partes por versões mais atuais ou mais precisas de acordo com pesquisas.

Foi elaborado um roteiro de uma experiência para narrar o fato revelado pela pesquisa das duas fugas de Joaquim Antônio. No roteiro, buscou-se mobilizar a maior quantidade de acervos possíveis, como os cantos do grupo musical da Boa Morte, alusões aos dois escravos libertos, José Carreiro e João Ribeiro, apresentação dos anúncios para recaptura de Joaquim, o espaço do pátio frontal com as quatro sapucaias, as senzalas e o chafariz.

A experiência do protótipo está documentada, de maneira simplificada, em vídeo disponível no Apêndice E. Um dos quadros da documentação do uso pode ser visto na Figura 133.

Figura 133 – Frame do vídeo que documenta o uso do protótipo desenvolvido

Fonte: Vídeo documentado pelo autor. Youtube, 2024.

6 CONCLUSÃO

Buscaremos recuperar o que foi desenvolvido ao longo desta profunda jornada de pesquisa e a partir dos objetivos estabelecidos. Embora algumas reflexões tenham sido apresentadas ao longo do texto, serão retomadas quando cabível.

Partimos de um objetivo que orientava a ampliação da compreensão da Fazenda Boa Esperança, dos seus espaços de trabalho e dos trabalhadores escravizados. De fato, o produto substancial desta pesquisa é a disponibilização de novas fontes historiográficas que cobrem temáticas sub representadas na história da FBE. Nesse contexto destacam-se a transcrição da lista dos escravizados da FBE a partir do inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba, a identificação e a transcrição da lista dos escravizados e dos imóveis do inventário de Joaquim José Monteiro de Barros do Arquivo Municipal de Bonfim. A partir desses dados, foi construída uma planilha com os nomes dos escravizados e dados sistematizados, o que viabiliza a elaboração de estudos por outros colegas. Outros documentos foram trazidos para o universo da FBE, como a transcrição dos imóveis do inventário da matriarca da família dos Mendonça, as duas cartas de alforria com indenizações para os Monteiro de Barros, o processo pela liberdade de um escravizado africano, a condenação de escravizados à forca. A transcrição dos trechos de imóveis de três inventários permite uma perspectiva das estruturas da FBE ao longo do tempo, especificamente sobre os maquinários de produção, os inventários até então não abordados sob essa ótica chegam a indicar até mesmo um moinho recém-reformado instalado no paiol.

Logo no início da pesquisa, a pandemia da Covid-9 trouxe prejuízos para todos. Fomos envoltos por uma tragédia, pelos lutos individuais e coletivos e um enclausuramento que nos limitou durante mais de um ano e meio. A pesquisa foi afetada na medida em que foi preciso nos afastarmos completamente do objeto de interesse e das pessoas das comunidades do entorno, enquanto originalmente esperávamos uma abordagem muito próxima. Assim essa dimensão foi substituída por uma abordagem mais arquivística. Ainda que seja um acervo heterogêneo, com a linguagem de um inventário coexistindo com um anúncio, ou uma memória extraída de um livro, é um tipo específico que permite que o trabalho seja feito a distância, com réplicas digitais. Usamos fartamente as fontes digitais, e-books, bases de dados digitalizados, os registros que conseguimos fazer antes do fechamento da FBE.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi ferramenta crucial na pesquisa e é um grande exemplo do benefício do amplo compartilhamento de arquivos em meios digitais. A ferramenta permite buscas textuais em periódicos, o que deu grande agilidade à pesquisa, o que

não significa pouco tempo. Foram centenas de milhares de jornais vistos, e a maioria descartados. Mas no garimpo dos arquivos trouxemos os fragmentos de ouro com novas perspectivas sobre a FBE como seus anúncios de venda e aluguel explicitando o que era produzido, o estado geral da propriedade nos dando um vislumbre das intenções do proprietário, Joaquim Lara. Também foi o responsável pelos anúncios para a recaptura de Joaquim Antônio. Os dois anúncios seguidos da reportagem sobre sua prisão são um grande achado. O resgate de fragmentos da história de Joaquim Antônio é um resultado simbólico da história escovada a contrapelo, que traz um personagem que apenas é revelado por fugir, por sair do espaço da Boa Esperança, sendo um símbolo que ratifica que não houve uma aceitação pacífica da condição de escravo. Os anúncios dão uma perspectiva rara que quase humaniza o escravizado, que é descrito em detalhes até de sua personalidade. Também foi em jornais que pudemos observar os feitos dos donos da Boa Esperança e algumas de suas relações.

Como era nosso objetivo, conduzimos uma abordagem multidisciplinar, com pesquisa histórica detalhada, análise documental, análise dos vestígios físicos e o emprego de tecnologias digitais para a elaboração de imagens a partir dos modelos propostos para a Boa Esperança. No entanto, o processo não resultou apenas em imagens ou outros recursos visuais. Diante da documentação mapeada, construímos percepções complexas que sugerem formas como os dados podem ser usados para reconstituir histórias. Assim, ainda que não tenha sido elaborado nenhum recurso para visualização da história da escravizada Inês e suas famílias, propusemos uma perspectiva que avança para além dos dados. Não se buscou estabelecer verdades, mas possibilidades observadas a partir das perguntas feitas aos documentos que em seus silêncios e omissões ocultam, mas também revelam aspectos cruciais para entendermos as relações entre pessoas, nesse caso entre Inês e um Monteiro de Barros. Nossos passos interpretativos propostos ao longo da pesquisa nada mais são que especulações construídas a partir dos fatos organizados, e dentro do campo de pesquisa operam como narrativas temporárias que contribuem por ampliar a interpretação do bem, mas que estão sujeitas a atualizações a partir de novos achados. Da mesma maneira, as imagens propostas atualizam a perspectiva sobre a Boa Esperança e podem contribuir para pesquisas futuras, mas também para a educação patrimonial. Nesse contexto fica evidente que a exploração de ferramentas tradicionalmente usadas para documentação técnica em Arquitetura e Urbanismo pode ser direcionada para outros fins, como a fruição de bens patrimoniais.

Quanto à proposta do preenchimento de lacunas para ampliação do conhecimento sobre os espaços produtivos da Fazenda, havia uma expectativa por conseguir dados mais explicitamente ligados à FBE. Por exemplo, no caso do chafariz, apesar de terem sido possíveis

inúmeros cotejamentos, cruzamento entre entrevistas, levantamento 3D do local, fotos, descrições em documentos, faltou qualquer outra pista que pudesse nos direcionar para uma plasticidade mais próxima do que de fato foi, como no caso das senzalas, que ao menos foram parcialmente fotografadas em algum momento, ainda que já não fossem as mesmas do século XIX. Porém, isso não desabona as contribuições trazidas. Apenas com a modelagem dessa versão de chafariz conseguimos visualizar sua grande presença, definidora do espaço. Esse aspecto esteve muito diluído nas elaborações a respeito da arquitetura da FBE até aqui. Assim, certamente, não houve o esgotamento de lacunas, pelo contrário. Cada elemento do espaço identificado ou proposto por nós trouxe novas perguntas. No caso do engenho do paiol, temos uma informação importante, que é a representação de uma máquina, elaborada peça por peça e com seus devidos nomes, que possivelmente ocupou o espaço do paiol. Podemos vê-la em funcionamento com a simulação do giro dos eixos feita no computador, no entanto, a máquina não opera sozinha, mas sim em um leiaute produtivo que preenchia os outros espaços ao seu redor no interior do paiol, do qual chegamos a propor partes, mas sem o aprofundamento empregado na moenda em si. Por isso destacamos que não há, de forma alguma, o esgotamento das lacunas nos espaços, mas sim a inauguração de estudos para sua interpretação através de modelos computacionais, a oferta de possiblidades que podem ser o ponto de partida de outros pesquisadores.

Por fim, a pesquisa acaba ressaltando que há muito que podemos saber. Algumas curiosidades permaneceram até o final, ainda sem resposta. Não encontramos nenhum indício de escravizados que foram dos Monteiro de Barros terem permanecido na Fazenda com a família Lara. Seria interessante conhecer aspectos dessa venda, valores, o que foi descrito, pois poderia encerrar a questão – ou trazer mais dúvidas. Há documentos que não foram transcritos que podem ter listagens de escravizados mais antigas. Nesse grupo de documentos buscávamos registros que pudessem citar João Congo ou Tiaozão, ou dar um panorama mais extenso dos indivíduos já identificados nos outros dois inventários. O maior prejuízo que essas buscas trazem são as eventuais horas perdidas sem resultados viáveis para a pesquisa. Mas consideramos que tivemos sucesso, talvez porque estamos lidando com áreas pouco exploradas. A busca por Joaquim Antônio durou horas, deixou muitas dúvidas, mas retornou um acervo para mobilizar discussões potentes.

Muito tempo depois da pandemia pudemos fazer uma aproximação limitada que durou um final de semana no território da Fazenda Boa Esperança apenas ao final da pesquisa. Contudo, não deixou de ser uma experiência válida. Construímos uma ponte com o Romeu Matias, então gestor da FBE. Ele nos ajudou a abrir portas que antes estavam fechadas, e com

isso recebemos contribuições generosas para a pesquisa. Foi ele quem me apresentou a Sirléia Silva, bisneta de D. Senhorinha, que desde então está em contato e contribui para a pesquisa cedendo documentos e respondendo às nossas dúvidas. Também na Boa Morte fui gentilmente acolhido. Do Encontro resultaram gravações, com técnicas amadoras, dos cantos do grupo musical, utilizados no protótipo. O contato com Mariazinha foi fonte constante das imagens da vivacidade da Boa Morte na época dos festejos. Comunidade unida, tradições mantidas em festa.

Quanto à percepção lacunar das representações dos escravizados na história da Fazenda, entendemos que o acervo organizado pela pesquisa se estabelece como um marco por começar o resgate das histórias de tantos vencidos, porém certamente há muito mais. Uma pesquisa como a nossa é interminável. A cada novo arquivo, novo dado, parecemos estar mais perto do grande achado, da prova cabal para isso ou aquilo. Investimos incontáveis horas para tentar descobrir se Joaquim Antônio Pereira era ou não o nosso mesmo Joaquim Antônio após fugir da Boa Esperança, assim como muito tempo foi gasto para encontrar outras notícias de cada um dos que abordamos. No entanto não há provas cabais. É necessária a continuidade da pesquisa no contrapelo da história trazer mais pessoas que são parte do universo da FBE, e a memória é assim, fragmentada e difusa. Limitações financeiras e de cronograma restringiram a quantidade de páginas que pudemos transcrever, desta maneira, outras centenas de páginas com ligações possíveis com a Boa Esperança aguardam estudos. Mesmo assim, poder contar com a contribuição da historiadora e paleógrafa Marina Oliveira foi crucial para acessarmos as informações contidas nos documentos com precisão técnica e agilidade.

A disciplina que ofertamos foi importante para observarmos como os estudantes articulavam os conteúdos de pesquisa com o espaço da Boa Esperança. Nesse contexto, a Boa Esperança mostrou-se um equipamento de grande potencial educacional especialmente para a arquitetura, por dispor de espaços que dão grandes possibilidades de investigação através do desenvolvimento de projetos. O caráter patrimonial apresenta desafios específicos do campo, o que traz complexidades desejáveis do ponto de vista didático. Além disso, entendemos que a função educacional é uma forma de bem exercer sua função social. Foi esse contexto de bem tombado e posse do estado que garantiu tanto a permanência da Fazenda como também o acesso gratuito e irrestrito aos espaços externos[142] do lugar. Os estudantes exploraram intervenções de vários tipos e pudemos conduzi-los para elaboração dos projetos, no entanto aprender com o grupo é fundamental. O olhar dos outros sobre algo com o qual estamos acostumados pode ser

[142] Na data da visita, o interior da sede estava fechado para receber visitas por pendências com o Corpo de Bombeiros.

revigorante e atualizar os próprios questionamentos. Ainda teremos a oportunidade de ofertar o curso mais uma vez, buscando rever procedimentos e ampliar nossas possibilidades. Uma delas é incorporar a realidade virtual como meio e fins, pois a FBE pode estar fechada.[143]

À realidade virtual, colocada discretamente ao final do trabalho, foi dedicada uma abordagem exploratória que poderia ter sido mais aprofundada, caso tivéssemos sido contemplados pelos patrocínios solicitados via Lei Federal de Incentivo à Cultura. Esse foi um dos motivos do encolhimento do campo digital além do crescimento da pesquisa documental. O meio digital da cibercultura (Lévy, 1999) está sujeito a atualizações tão aceleradas que não convém observá-lo do ponto de vista de seus equipamentos e mecanismos, mas talvez do que podem fazer por nós agora. Como essa opção foi o motor para a elaboração da hipótese desta pesquisa, optou-se por não a abandonar, apesar de os caminhos da pesquisa terem nos conduzido a outros destinos. Mesmo assim foi possível desenvolver um protótipo que reúne um grande volume de dados em torno de uma narrativa, de uma experiência em realidade virtual. O experimento nos mostra que as ferramentas computacionais tradicionalmente usadas pelos arquitetos os coloca a apenas um clique de distância da realidade virtual, já que os fluxos de trabalho para essa tecnologia compartilham processos já difundidos no campo. Da mesma maneira, a experiência dá tangibilidade aos achados que usualmente ficam presos dentro de pesquisas, contribuindo para educação patrimonial e comunicação da ciência. O acervo computacional mobilizado pode ser percorrido por colegas ou para fins de interpretação de bens tombados (Vasconcelos, 2021).

Por último, ao longo do texto, mencionamos a organização do acervo dos elementos que foram utilizados pela pesquisa, o qual teve parte compartilhada com os estudantes no contexto da disciplina ofertada[144] e onde organizamos os elementos utilizados nas imagens, nos modelos na realidade virtual. Existia a expectativa de que o acervo em si, público, seria um produto da pesquisa, no entanto, limitou-se aos arquivos ordenados em pastas de um computador. O canal de publicização dos dados efetivo é a própria pesquisa com seus anexos, referências e afins. Tardiamente percebeu-se que o volume de arquivos com o qual lidamos aqui poderia estar organizado sob um sistema e um método específicos. No entanto, apesar de toda a parafernália digital, faltou atentarmos para essa função no início. Se assim tivéssemos feito, teríamos constituído um banco de dados efetivo. Essa possibilidade ainda pode se concretizar, no entanto em outra pesquisa. Não buscamos nenhum tipo de resposta ou solução final para a Boa Esperança, tentando apontar caminhos. No entanto, a FBE é elegível para ter um banco de dados

[143] A conclusão do contrato de gestão da FBE impossibilita, temporariamente, a entrada de visitantes.
[144] DISCIPLINA: EXPOGRAFIA NA FAZENDA BOA ESPERANÇA.

próprio, com os próprios acervos e com compartilhamento de outros, reunindo em si tudo o que houver disponível sobre ela, devidamente ordenado e em constante atualização. Não se trata de uma obra, ou de uma função, mas sim de um meio para que se possa reter sistematicamente o que se sabe sobre a Boa Esperança. Em diversos momentos horas foram perdidas para acessar itens que deveriam ter acesso simplificado. Um acervo desse porte poderia fomentar pesquisas e, aos poucos, contribuir para esse patrimônio cultural.

No encerramento deste trabalho, recupero o alerta da professora Dra. Maria Sueli Rodrigues de Souza, que nos ajuda a refletir não sobre o que a Fazenda deve ser, mas sobre o que não pode ser deixado de lado.

> A beleza cênica daquelas matas, morros, pássaros, água e chão tantas vezes aludida para retirar o povo e fazer parque ambientais, sobreviverá como memória resistida e o sentimento telúrico restará como uma imagem de um passado que tentam fazer com que não deixem marcas na memória nem mesmo em forma de museu. Estes lugares que se configuram no presente como lugares de lutas que se mesclam com o lúdico e que as ameaças ou a materialização das mesmas são os quilombos, pau de colher, caldeirão do presente e que uma parcela da população aplaude os ataques etnocidas, outra cruza os braços e uma pequena parcela luta para não ver configurada a violência do passado no presente.
> Posfácio de Dra. Maria Sueli Rodrigues de Souza[145]em Santos (2015, p. 114).

Em meio às transformações vivenciadas pela Fazenda Boa Esperança, onde as sombras de suas sapucaias hoje acolhem momentos de contemplação, lazer e expressões culturais, reside uma verdade imutável: a centralidade da memória. Ao reconhecermos a beleza e a generosidade arquitetônica do espaço, não podemos, de forma alguma, desvincular-nos da profundidade de sua história – uma história marcada por relações de poder e escravidão. As atividades contemporâneas que animam seus pátios e edificações, sejam elas artísticas, educativas ou de simples fruição, devem ser vistas como camadas adicionais à sua rica tapeçaria histórica, e não como substitutas dela. É essencial, portanto, que cada escolha feita para a Fazenda seja norteada pelo compromisso de manter acessível uma memória bem fundamentada. Esse compromisso é a garantia de que, enquanto as novas gerações desfrutam das belezas da Boa Esperança, não se perca a essência daquilo que ela verdadeiramente representa. Nesta tese, ressalta-se o papel crucial do digital em dar tangibilidade ao ausente, sem, contudo, alterar a integridade do espaço físico, assegurando à Boa Esperança uma possibilidade em que o presente conviva com um passado que não apenas sobrevive na memória, mas também muda o futuro, assim como a pedra de Exu.

[145] Professora Adjunta do Departamento de Ciência Jurídicas da Universidade Federal do Piauí

REFERÊNCIAS

ADAMOPOULOS, E.; RINAUDO, F.; ARDISSONO, L. A Critical Comparison of 3D Digitization Techniques for Heritage Objects. **ISPRS International Journal of Geo-Information**, 10, n. 1, 30 Dezembro 2020. 1-21. Disponivel em: <https://www.mdpi.com/2220-9964/10/1/10>. Acesso em: 12 fev. 2023.

AGOSTO, E.; BORNAZ, L. 3D Models in Cultural Heritage: Approaches for Their Creation and Use. **International Journal of Computational Methods in Heritage Science**, Atena, 1, n. 1, 2017. 1-9.

AGUALUSA, J. E. **A Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo**. [S.l.]: QUETZAL, 2014.

ANTEZANA, S. L. V. **Projeto Fazenda Boa Esperança:** diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas de Boa Morte e Chacrinha dos Pretos, Belo Vale, Minas Gerais. Refazenda. [S.l.]. 2016.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil:** por suas drogas e minas. Brasília: Senado Federal, 2011. 282 p. ISBN 9788570183781. Disponivel em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/580735>. Acesso em: 07 jan. 2024.

APPA ARTE E CULTURA. Termo de referência para cotação de serviços APPA 24/2018. Contratação de empresa especializada para elaboração e execução de projeto museológico e museográfico para a implantação de exposição permanente na Fazenda Boa Esperança. APPA Arte e Cultura. Belo Horizonte, 2018.

ARO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. **Fazenda Boa Esperança -** Projeto de restauração arquitetônica, Projeto de Estrutura, Projetos de Infraestrutura Predial e Agenciamento da Área Externa. Belo Vale. 2009.

ÁVILA, A.; GONTIJO, J. M. M.; MACHADO, R. G. **Barroco Mineiro** - Glossário de Arquitetura e Ornamentação. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. ISBN 85-85930-08-X.

AZUMA, R. *et al.* Recent advances in augmented reality. **IEEE Computer Graphics and Applications**, 21, n. 6, Novembro 2001. Disponivel em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/963459>.

BAREITHER, C. Capture the feeling: Memory practices in between the emotional affordances of heritage sites and digital media. **Memory Studies**, 14, n. 3, 8 Junho 2021. 578-591. Disponivel em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/17506980211010695>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BEKELE, M. K. *et al.* A Survey of Augmented, Virtual, and Mixed Reality for Cultural Heritage. **Journal on Computing and Cultural Heritage**, 11, n. 2, 22 Março 2018. 1-36. Disponivel em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3145534>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BERGAD, L. W. **Escravidão e história econômica demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Beatriz Sidou (Trad.). 2004. Ed. Bauru: Editora da Universidade de Sagrado Coração - EDUSC, 1999. ISBN 0-521-65266-9.

BHASKAR, M. **Curation The power of selection ina a world of excess**. Londres: Piatkus - Little Brown Book Group, 2016. ISBN 978-0-349-40870-5.

BROTERO, F. D. B. **A Família Monteiro de Barros**. São Paulo: do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; do Instituto Heraldico Genealógico de São Paulo, 1951. 1056p.

BURGI, S. A fotografia amadora e a estereoscopia na passagem do século XIX para o XX. **Por dentro dos acervos - Instituto Moreira Sales**, São Paulo, 25 Fevereiro 2016. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/a-fotografia-amadora-e-a-estereoscopia-na-passagem-do-seculo-xix-para-o-xx/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CAMPOS, L. C. M. Patrimônio arqueológico da Serra da Moeda, Minas Gerais: uma "unidade histórico cultural". **Revista CPC**, n. 13, 1º abril 2012. 6-31. Disponivel em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15687>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. [S.l.]: (versão digital).

CANUTO, C. L.; MOURA, L. R.; SALGADO, M. S. Tecnologias digitais e preservação do patrimônio arquitetônico: Explorando alternativas. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, 7, n. 4, Dezembro 2016. 252-264. Disponivel em: <https://www.researchgate.net/publication/317127393_Tecnologias_digitais_e_preservacao_do_patrimonio_arquitetonico_explorando_alternativas>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade -** A construção do outro como não ser como fundamentado do ser. [S.l.]: Zahar, 2023. ISBN 978-65-5782-795-6.

CARSALADE, F. D. L. *et al.* Apropriações sociais do patrimônio cultural: exclusão ou inclusão? **Revista Espinhaço**, 8, n. 2, 2019. 25-35.

CARVALHO, M.; REZENDE, A. M. N. **Fazendas Mineiras**. Itaúna mG: Universo Cultural, 2023. ISBN 978-65-994086-2-5.

CASSOLI, Marileide Lázara (Org.). **300 anos de histórias negras em Minas Gerais**: temas, fontes e metodologias. Estudos Reunidos. vol. 1. Paco Editorial, 2022.

COTA, Luiz Gustavo Santos. Por trás da Legalidade também há luta: Escravos e abolicionistas nas ações de liberdade. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

CUNHA JUNIOR, H. A. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, 14, n. 166, 11 Março 2015. 104-111. Disponivel em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/25365>. Acesso em: 11 fev. 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução de Consuelo Salomé. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ESCHWEGE, W. L. V. **Pluto brasiliensis**. [S.l.]: Senado Federal, 2011.

FARIA, J. P. R. D. *et al*. Fazenda Boa Esperança sustentabilidade e patrimônio. **Arquitextos - Vitruvius**, São Paulo, Maio 2012. Disponivel em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4344>. Acesso em: 11 fev, 2023.

FERNANDES, H. **Açúcar e Álcool ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Coleção Canavieira, v. 4, 1971.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala -** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003. ISBN 85-260-0869-2.

FREYRE, G. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Ed. Nacional, v. brasiliana vol. 370, 1900.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro. **Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX**. Dissertação de mestrado. UFOP, 2004.

GAMA, R. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História**. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. ISBN ISBN 9788571640382.

GROETELAARS, N. J.; ARIVALDO, A. L. A fotogrametria na documentação do patrimônio arquitetônico. **Forum Patrimônio:** ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, Maio - Agosto 2009. p. 92-105. Disponivel em: <https://www.researchgate.net/publication/275891937_a_fotogrametria_digital_na_documentacao_do_patrimonio_arquitetonico>. Acesso em: 11 fev. 2023.

GRUPO CONSUMOTECA. **O poder do público:** Tendências globais para o futuro dos museus. Oi Futuro. [S.l.]. 2023.

GUIA, G. A. D. **Trajetórias do desenvolvimento:** BID e o financiamento do patrimônio cultural da América Latina e Caribe. Brasília: Tese de Doutoramento Universidade de Brasília - UNB - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. PPG FAU, 2018.

HARKOT-DE-LA-TAILE, Elizabeth.; SANTOS, Adriano Rodrigues, Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS).** Dilemas e desafios na contemporaneidade, 2012.

IEPHA - MG. **Elaboração de estudos e detalhamento de instalações para beneficiamento e pesquisa sobre madeira para restauração CONVITE N.º 2/2013**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2013.

IEPHA - MG. **Guia de bens tombados**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 296. 2014. (85-66502-02-7).

IEPHA - MG. **Processo de Tombamento Fazenda Boa Esperança. Código: PTE 018**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Belo Horizonte, p. 109. 1975.

IEPHA. MG, I. E. D. P. H. E. A. D. M. G. **Transcrição do inventário da Fazenda Boa Esperança, parte integrante do inventário dos bens do Barão do Paraopeba -** 1856. Transcrição Marina Oliveira dos Santos. Belo Horizonte, p. 1-35.

IEPHA:MG. Documentário. **Se me der licença eu vou**. Youtube. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=GS1xB30HfTY&t=12s

JORNAL ARAUTO DE MINAS. S. João del-Rei, 14 de maio de 1886.Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/715131/900

JORNAL A ORDEM. Ouro Preto, 17 de outubro de 1891, n. 129. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/031054/516

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1891.

JORNAL LIBERAL MINEIRO. Órgão do Partido Liberal, n.51. Ouro Preto, 3 de julho de 1886. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/248240/2924

JORNAL A ACTUALIDADE. Orgão do Partido Leberal, Ouro Preto, n. 67, 19 julho 1879. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/230359/854

JORNAL A PROVÍNCIA DE MINAS. Órgão do partido conservador. Ouro Preto, n. 406 25 janeiro 1887, ano VII. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=222747&pagfis=888

KENDERDINE, S. Embodiment, Entanglement, and Immersion in Digital Cultural Heritage. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. **A New Companion to Digital Humanities**. Online. ed. [S.l.]: Wiley Blackwell, 2015. p. 22-41. ISBN 9781118680605. Disponivel em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118680605.ch2>. Acesso em: 11 fev. 2023.

KENDERDINE, S.; CHAN, L. K. Y.; SHAW, J. Pure Land: Futures for Embodied Museography. **Journal on Computing and Cultural Heritage**, 7, n. 2, 01 Junho 2014. 1-15. Disponivel em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2614567>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LEMOS, C. B.; PAIVA, J. E. M. Patrimônio, cultura e meio ambiente na Serra da Moeda - Resíduos e reminiscências do espaço-tempo colonial. **Anais do XIV Seminário sobre a economia mineira.** Diamantina: Cedeplar / UFMG. 2010.

LEMOS, C. A. C. **Cozinhas, etc.** Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Editora Perspectiva, v. Debates - V. 94, 1978.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999. ISBN ISBN 978-85-7326-126-4.

LOTIERZO, Tatiana H. P.; SCHWARCZ, Lilia K. M. Raça, **Gênero e Projeto Branqueador:** "A Redenção De Cam", de Modesto Brocos. 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/artelogie/5242

LOWY, M. Sobre Conceito de Afinidade eletiva em Max Weber. **PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, 17.2, 2011.

LUME ESTRATÉGIA AMBIENTAL. **Ruínas Casas Velhas e Serra da Calçada**. Belo Vale: Vale, 2016.

MACHADO, D. P. **A privatização da fé:** Capelas domésticas nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019.

MAGALHÃES, Leandro dos Santos. **Possibilidades de Ferramentas Visuais para a Gestão do Ambiente Construído** - A representação digital do espaço físico associada a funções computacionais. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2014.

MAGALHÃES, Leandro. Youtube. Protótipo RV Tese. **Fazenda Boa Esperança:** reconstrução digital de espaços e memória dos escravizados. 2024. Disponível em: https://youtu.be/QJ6_yN_RWeM

MAGALHÃES, L. dos S.; SOUZA, R. C. F. de. Fotogrametria e catálogos digitais de esculturas e outros marcos urbanos: recursos para cibercultura museal. **Gestão & Tecnologia De Projetos,** vol. 17, n.2, 2022. p.113-126. https://doi.org/10.11606/gtp.v17i2.175164

MARTINEZ, C. E. P. M. População, trabalho e gênero na transição do sistema escravista Vale do Paraopeba MG. Caxambu: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** 2008.

MARTINS, J. **Dicionário de Artes e Atífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais V1**. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos culturais - Ministério da Educação e Cultura, v. 1, 1974. 216p.

MARTINS, T. **Fazenda Boa Esperança -** Belo Vale. Belo Horizonte: BDMG, 2007. ISBN ISBN 978-85-907006-0-9.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo, n-1 edições, 2020. ISBN ISBN 978-85-66943-51-1.

MELLO, B. F.; PEZZATO, J. P. Os métodos das ciências, o paradigma indiciário e as pesquisas documentais em geografia: Uma proposta aplicada. **Geografia**, Rio Claro, 45, n. 2, 07 jan. 2021. p. 405-430. Disponivel em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15392>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MELLO, S. D. **Barroco mineiro**. Belo Horizonte: Brasiliense, 1985.

MELLO, J. C. A representação social da escravidão nos museus brasileiros: interfaces entre a Museologia e a História. **SANKOFA**, São Paulo, 6, n. 10, 06 janeiro 2013. 43-59. Disponivel em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88893>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MELLO, J. C. Museus e ciberespaço: Novas linguagens da comunicação na era digital. **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, 10 Setembro 2013. 06-29. Disponivel em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/01_art_v1n2>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MELLO, J. C. Memórias Negras Não-Petrificadas em Laranjeiras (Sergipe): topografia viva de grupos culturais, de terreiros e da poesia de João Sapateiro. **Patrimônio e Memória**, Assis, Janeiro-Junho 2021. 196-222. Disponivel em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1295>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MENEZES, I. P. D. **Fazendas Mineiras -** Documentário Arquitetônico 6. [S.l.]: Escola de Arquitetura da UFMG, 1969.

MILGRAM, Paulo; KISHINO, Fumio. **Uma taxonomia de exibições visuais de realidade mista**. IEICE. 1994.

NOVAIS, Fernando (org.). **A história da vida privada no Brasil**. Companhia das Letras. 1997.

NOVAIS, F. A.; SOUZA, L. D. M. E. **História da vida privada no Brasil -** Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. [S.l.]: Companhia das Letras, v. 1, 1998.

OXFORD LANGUAGES. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=defini%C3%A7ao+carapina&qs=n&form=QBRE&sp=-1&lq=0&pq=&sc=0-0&sk=&cvid=1FA43B62DD5340CB90C95C8AA2E5C19F&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo** – Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Autêntica, 2015.

PARAIZO, Rodrigo. **Jogos Patrimoniais**: Representação Digital do Espaço. Portal IPHAN. 2015.

PINHEIRO, F. W. A. **Os condutores de almas africanas:** Concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, C. 1809- C.1830. **XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG. 2008.

PINTO, Monilson dos Santos. **Nego Fugido, manifestos de memórias incorporadas.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). 2014.

REFAZENDA. **Diagnóstico turístico do município de Belo Vale - MG**. INHOTIM e IEPHA. 42. 2017.

REIS, G. A. Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental. **Revista CPC**, São Paulo, 16, n. 31, 2021. 69-94. Disponivel em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/175062>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RESENDE, Antônio de Lara. **Memórias**. De Belo Vale ao Caraça. vol. 1. Universidade do Texas, 1970.

RIBEIRO-TEDESCHI, D. M. O caminho das águas na América Portuguesa: a rede de abastecimento de Mariana no século XVIII. **Agua y Território**, Jaén, Janeiro 2014. 10-17. Disponivel em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atma/article/view/1418>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SANTOS, L. G. D. **Politizar as novas tecnologias.** O impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2011. ISBN ISBN 978-85-7326-277-3.

SANTOS, Antônio Bispo. **Quilombos Modos e Significados**. Editora Comepi, 2015.

SAPIÊNCIA, Rincon. **Crimes bárbaros**. 2017. Disponível em: https://www.letras.mus.br/rincon-sapiencia/crime-barbaro

SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando (orgs.). **A história da vida privada no Brasil**. Companhia das Letras. 1998.

SILVA, M. G. Ontogênese do estético e vissungos: cantos de trabalho dos negros escravizados na mineração. **Revista Katálysis - ESPAÇO TEMA LIVRE**, 23, n. 02, Agosto 2020. 348 - 356. Disponivel em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p348>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SILVA, V. B. E. **Favelas como dano estético**: mecanismos estatais de desvalorização de cultura e de memória no Rio de Janeiro, 1º janeiro 2021. Disponivel em: <http://journals.openedition.org/cecil/2092>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SIMAS, Luiz Antônio. **Exu, Benjamin e as centelhas de esperança**. 2021. Disponível em: https://iree.org.br/exu-benjamin-e-as-centelhas-de-esperanca/

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do carro de bois no Brasil**. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1958.

SOUZA, Rafael de Freitas e. 300 Anos de História Negra em Minas Gerais - Temas Fontes e metodologias. Tão Bom como Tão Bom: a ontologia da igualdade dos libertos. CASSOLI, Marileide Lázara (org.). **Série Estudos Reunidos**. vol. 11. Editora Paco Editorial, 2021, p. 81.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. V. **Viagem Pelo Brasil 1817-1820 -** Spix e Martius. Digital. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 244-A, 2017. ISBN 978-85-7018-876-2.

TICLE, M. L. S. Fazenda Boa Esperança: história e novos usos de um patrimônio cultural tombado. **Óculo - Revista do patrimônio Cultural**, Belo Horizonte, 2018. 92-105.

TOFANI, F. D. P.; TOFANI, M. C. M. As Ruínas do Complexo de Exploração Aurífera do Forte de Brumadinho, na Serra da Moeda, Minas Gerais, Brasil: Contribuições para sua Compreensão e Conservação. **3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira**, Salvador - BA, Setembro 2019.

UNDERHILL, J. In Conversation With CyArk: Digital Heritage in the 21st Century. **International Journal for Digital Art History**, n. 3. 111-119. Disponivel em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/dah/article/view/49914>. Acesso em: 11 fev. 2023.

VASCONCELOS, G. N. D. **Atmospheres of Immersion:** Designing and Experiencing in Architecture and Virtual Reality Atmosferas de Imersão: projetando e experimentando em arquitetura e realidade virtual. Tese de Doutorado. ed. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2021. Disponivel em: <http://hdl.handle.net/1843/38860>. Acesso em: 11 fev. 2023.

APÊNDICE A - Transcrições

Sobre as transcrições apresentadas:

Transcrições semidiplomáticas realizadas a partir das seguintes normas, baseadas nas Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993):

1. A transcrição seguiu o modelo de translineação com numeração sequencial de cinco em cinco, até o final do documento e colocada à margem esquerda. Caso a linha do manuscrito exceda a pauta correspondente, foi pauta imediata, não contabilizada na numeração das linhas.

2. A divisão paragráfica, a ortografia, a acentuação, a pontuação, os algarismos arábicos, os numerais romanos e as letras ramistas v, u, b, i, j, y foram mantidas como no original.

3. As abreviaturas foram desenvolvidas, mas todos os acréscimos foram grifados.

4. Foram separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e foram unidas as letras ou sílabas grafadas separadamente de forma indevida. Excetuam-se os pronomes, que foram mantidos como se apresentaram.

5. O sinal de nasalização ou til foi mantido, desde que represente o valor de m ou n, sem desdobramentos.

6. As entrelinhas e notas marginais inseridas foram mantidas em seu devido lugar de ocorrência, entre barras oblíquas opostas < >. Excetuam-se as entrelinhas e notas marginais de teor maior. Essas foram colocadas em notas de rodapé para facilitar a leitura.

7. As anotações à margem foram transcritas em seu devido lugar, entre < >, como texto individualizado.

8. As letras ou palavras de origem duvidosa foram transcritas entre colchetes seguidas de interrogação [palavra?].

9. As letras ou palavras ilegíveis ou corroídas, mas cuja reconstituição da informação se faz com segurança, foram transcritas entre colchetes.

10. As letras ou palavras ilegíveis de forma irrecuperável foram indicadas entre colchetes pela palavra “ilegível” em itálico [ilegível]. As letras ou palavras corroídas por razões técnicas foram indicadas entre colchetes pela palavra “corroído” em itálico [corroído]. Caso o dano seja extenso, acrescentou-se a dimensão dele, explicitando o número de palavras ou linhas comprometidas [corroído, 7 linhas] [ilegível, 3 palavras].

11. As assinaturas serão sinalizadas em *itálico*.

12. Quando é impossível inferir a numeração das folhas do documento, é escrito o nome da imagem entre colchetes em itálico [*img_1*]. A mesma regra é válida para a inferição de número de folha [*fl. 1*].

Barão de Paraopeba (Romualdo José Monteiro de Barros) – Escravos

Transcrito **especificamente para esta pesquisa** por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993)* para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e **desde que citada a fonte**.

Parte do Inventário *Post Mortem* do Barão de Paraopeba de 1856 – IEPHA

[fl. 26v]

Aos onse de Janeiro de mil oito
centos e cincoenta e Seis nesta Fa
zenta da Boâ esperança onde
reside a Excellentissima Barone
za de Paraupeba e onde estava
o Doutor Juis de Orfaos com
os Louuados e eu escriuaõ /afim
de Se continuar a aualiaçaõ
e descripçaõ dos mais bens do ca
zal do fiado Baraõ do mesmo
titulo, e assim Se prosseguio co
mo adiante se uê e Segue. Pa
ra constar faço este termo de
estada. Francisco de Paula So
ares Ferreira escriuaõ de Orfaõs
<200> que O escreui

Escrauos

Foi appresentado pela inuentariante hu-
ma escraua pur Nome Lucianna
Crioula casada, com o escrauo Jose
Bento, que regula ter de idade de
Soito annos pouco mais ou menos que

assim Sendo uista pelos Louuados dis
Seraõ ualer a quantia de Setecen
<700$000> tos mil reis = Jtem mais huma
escrauinha por Nome Augusta filha

[fl. 27]

lha da mesma escraua Lucianna que
tem de idade quatro annos e assim foi
aualiada pela quantia de trezentos mil reis <300$000>
Jtem mais huma escraua por Nome
Faustina cabra que terá de idade do
ze annos e que assim foi aualiada pe
la quantia de Seiscentos mil reis sae <600$000,
Declarou a inuentariante neste acto que fise Duados ao Doutor
ra duaçaõ das tres escrauas que retro Antonio Jose Mon
e Supra ficaõ descriptas e aualiadas a teiro. [uma rubrica]>
Seu filho o Doutor o Antonio Jose Mon
teiro de Barros Moura Marte [?]; is-
to para Seu imputadas em Sua terça
Jtem mais huma escraua por No
me Bernarda Crioula casada com
Antonio de Miranda que regula ter
de idade trinta annos que assim foi
aualiada pela quantia de Seiscen <600$000>
tos mil reis = Jtem mais outra
escraua por Nome Lucia Crioula
casada com pedro Benguella que
regula ter de idade uinte e quatro an
nos e assim foi aualiada pela quan
tia de Setecentos mil reis que Sae <700$000>
Jtem mais hum escrauinho por Nome
Moises Cabra filho da mesma escraua
Lucia que terá de idade dous annos
adoentado que assim foi aualiado pe
la quantia de dusentos mil reis e Sae <200$000>
Jtem mais huma escrauinha por No
me Dina Crioula filha da mesma
escraua Lucia, que tem de idade oito
meses que assim foi aualiada pela
quantia de Cento e Cincoenta mil reis <150$000>
Jtem mais outra escraua por Nome
Januaria Crioula Casada com Pau
lo, que regula ter de idade trinta

annos que assim foi aualiada pela
quantia de Seiscentos e cincoenta mil reis <650$000>
Jtem mais huma escraua por Nome
Rita Crioula filha da mesma escraua

[fl. 27v]

escraua Januaria, que tem de idade
quatorze annos e assim foi aualiada
<500$000> pela quantia de quinhentos mil reis-
Jtem mais hum escrauinho por Nome
Daniel Crioulo filho da dita escraua
Januaria, que tem de idade noue
annos e assim foi aualiado pela quan
<450$00> tia de quatrocentos e cincoenta mil reis
Jtem mais hum escrauinho por Nome
Dauid que tem de idade Cinco annos
e he filho da referida escraua Januaria
que assim foi aualiado pela quantia
<400$000> de quatrocentos mil reis =
Jtem mais
hum escrauinho por Nome Eusebio cre
oulo que terá de idade dous annos e he
filho da mencionada escraua Janua
ria, e assim foi aualiado pela quantia
<250$000> de dusentos e cincoenta mil reis Sae
Jtem mais outra escrauinha por Nome
ualeriana crioula filha da mesma
escraua Januaria, que tem de idade
noue meses e assim foi aualiada pe
<80$000> la quantia de Oitenta mil reis e Sae
Jtem mais huma escraua por Nome
Joanna Baptista de Naçaõ casada
com Thomé que regula ter de idade
trinta e quatro annos que assim foi
aualiada pela quantia de Seiscentos
<650$000> e Cincoenta mil reis =
Jtem mais hu
ma escraua por Nome Francica [*sic*] Cre
oula filha da dita escraua Joanna, que
tem de idade quatorse annos e assim
foi aualiada pela quantia de Sete
<700$000> centos mil reis =
Jtem mais outra escra
ua de Nome Florinda de Naçaõ casa
da com Joaquim Euú que regula

ter de idade Cincoenta annos e foi
por isso aualiada pela quantia de
<360$000> tresentos e Sessenta mil reis e Sae
Jtem mais outra escraua por Nome
Antonia crioula casada com Joaquim

[fl. 28]

Joaquim cassange que regula ter de ida
de uinte e dous annos, e he muda que
assim foi aualiada pela quantia de
quinhentos e Cincoenta mil reis Sae <550$000>
Jtem mais huma escraua por Nome
uictoria de Naçaõ Benguella casa
da com Antonio Manoel a qual re
gula ter de idade quarenta e cinco
annos pouco mais ou menos que
assim foi aualiada pela quantia
de quatrocentos mil reis que Sae <400$000>
Jtem mais outra escraua por Nome
Catharina de Naçaõ casada com Fe
lis que regula ter de idade trinta e Seis
annos pouco mais ou menos e assim
foi aualiada pela quantia de Seiscen
tos e cincoenta mil reis = Jtem mais <650$000>
huma escrauinha por Nome Belinaria
Crioula filha da dita escraua Catha
rina a qual terá de idade Cinco an
nos pouco mais ou menos que assim
foi aualiada pela quantia de tresen
tos e Cincoenta mil reis que Sae <350$000>
Jtem mais outra escrauinha por No
me Guilhermina Crioula filha da
mesma escraua Catharina que terá
de idade tres annos e he rendida do
imbigo, e assim foi aualiada pela quan
tia de Cento e cincoenta mil reis = <150$000>
Jtem mais hum escrauinho por No
me Abrahaõ filho da mencionada es-
craua Catherina, que terá de idade
dés meses e assim foi aualiado pela
quantia de Cento e cincoenta mil reis <150$000>
Jtem mais huma escraua por Nome
Jgnes Crioula que terá de idade
uinte e Cinco annos pouco mais

ou menos, com Seus filhos, a Sa
ber — Cecilia que tem de idade Sete
40

[fl. 28v]

1 Sete annos — Julia que tem de idade qua
tro annos — Persiliana que tem de ida
de desoito Meses = os quais assim Sendo
<Duadas ao Herdeiro uistos e examinados pelos Louuados dis-
5 Joaquim Jose> Seraõ ualer todas a quantia de dous
<2:000$000> Contos de reis = Declarou a inuen
tariante neste acto que hauia feito du-
açaõ desta escraua e filhas que retro e
Supra ficaõ descriptas a Seu filho Jo
10 aquim Jose Monteiro de Barros, e pa
ra Serem contempladas em Sua terça
e izto causa mortes =
Jtem mais outra
escraua por Nome Theodora de Naçaõ
15 Casada com Joaquim casambé que te
rá de idade quarenta annos pouco ma
is ou menos que assim foi aualiada pe
<500$000> la quantia de quinhentos mil reis
Jtem mais huma escrauinha por No
20 me Margarida Crioula filha da di-
ta escraua Theodora que tem de idade
noue annos e assim foi aualiada pe
<500$000> la quantia de quinhentos mil reis =
Jtem mais huma escraua por Nome
25 Marianna Cabra que terá de idade
cincoenta e Sete annos pouco mais
ou menos e he acumtada que assim
foi aualiada pela quantia de tresen
<300$000> tos mil reis =
30 Jtem mais huma dita
escraua por Nome Anna Cabra
filha da mesma escraua Marianna
que tem de idade onse annos e he Sen-
da [*sic*] que assim foi aualiada pela quan
35<600$000> tia de Seiscentos mil reis com que Sae
Jtem mais outra escrauinha por No
me Carolina Crioula filha da dita
escraua Marianna que tem de idade
oito annos e assim foi aualiada pela
40<500$000> quantia de quinhentos mil reis e Sae

Jtem mais huma escraua por Nome

[fl. 29]

por Nome Efigenia Crioula Casada
com Gabriel que regula ter de idade
uinte e quatro annos e que assim foi
aualiada pela quantia de Setecentos <700$000,>
mil reis =
Jtem mais huma escrauinha
por Nome uirginia Cabra filha da di-
ta escraua Efigenia que tem de idade
quatro annos e assim foi aualiada pe
la quantia de quatroCentos mil reis <400$000,>
Jtem mais outra escraua por Nome
Micaella Casada com Sebastião que
regula ter de idade Cincoenta e Cinco
annos que assim foi aualiado pela
quantia de quatrocentos e cincoenta mil reis <450$000>
Jtem mais outra escraua por Nome Per
petua de Naçaõ que he casada com
Esteuaõ e terá de idade Cincoenta e
dous annos pouco mais ou menos que
assim foi aualiada pela quantia de
quatrocentos e sessenta mil reis Sae <460$000;>
Jtem mais huma escraua por Nome Joa
quina de Naçaõ que he casada com
Joaõ Jose que terá de idade Sessenta e
cinco annos e assim foi aualiada pe
la quantia de tresentos mil reis e Sae <300$000,>
Jtem mais outra escraua por Nome
Delfina Crioula que tem de idade trin
ta annos pouco mais ou menos que
assim foi aualiada pela quantia de
quinhentos e Sessenta mil reis e Sae <560$000,>
Jtem mais huma escraua por Nome
Maria Banguella que regula ter
de idade Settenta annos mais ou me-
nos que assim foi aualiada pela quan
tia de Sessenta mil reis = <60$000>
Jtem mais
huma scraua por Nome Balbina ca
bra que tem de idade uinte e cinco
annos com papeira que assim foi
aualiada pela quantia de quinhen <500$000>
tos mil reis = Jtem mais outra

45

[fl. 29v]

outra escraua por Nome Clara de
Naçaõ que regula ter de idade uin
te Cinco annos pouco mais ou me
nos esterica que assim foi aualia
<600$000> da pela quantia de seiscentos mil reis
Jtem mais huma escraua por Nome
Cypriana de Naçaõ que regula ter
de idade Oitenta annos mais ou me
nos, Casada com Felippe e assim
<60$000> foi aualiada em Sessenta mil reis Sae
Jtem mais outra escraua por Nome
Brigida de Naçaõ casada com Pe
dro Congo que terá de idade uinte
e cinco annos mais ou menos e assim
aualiada pela quantia de Setecen
<700$000> tos mil reis = Jtem mais hum
escrauinho por Nome Manosio Cre
oulo filho da mesma escraua Bri-
gida que tem de idade tres annos
e que assim foi aualiado pela quan
<300$000> tia de tresentos mil reis que Sae
Jtem mais huma escraua por No
me Marcella preta de naçaõ que
regula ter de idade Oitenta annos
e que Se acha muito acabrunhada
e assim Sendo uista pelos Louuados
disseraõ que nada ualia em uista
<$> de Seu mau estado = ~
Jtem mais ou-
tra escraua por Nome Marianna
Roza preta de naçaõ casada com
Luiz que regula ter de idade
trinta e Seis annos pouco mais ou
menos e que assim foi aualiada pe
<600$000> la quantia de Seiscentos mil reis =
Jtem mais outra escraua por No
me Marianna preta de Naçaõ ca
zada com Fernando que terá de
idade Cincoenta annos pouco ma
is ou menos e que assim foi aua
liada pela quantia de quatrocen
<450$000> tos e cincoenta mil reis = Jtem

[fl. 30]

Jtem mais outra escraua por Nome
Thomasia filha da dita escraua Ma
rianna que tem de idade uinte an
nos e assim foi aualiada pela quan
tia de Seiscentos e cincoenta mil reis <650$000>
Jtem mais outra escraua por Nome
Theodora Crioula filha da mesma
escraua Marianna que terá de ida
de desoito annos e que assim foi a
ualiada pela quantia de Setecentos
e cincoenta mil reis = <750$000>
Jtem mais ou
tra escrauinha por Nome Filomena
parda filha da escraua Theodora
que tem de idade quatro annos e que
assim foi aualiada pela quantia
de tresentos e Cincoenta mil reis e Sae <350$000>
Jtem mais hum escrauinho por Nome
Guilherme crioulo filho da mesma cre
oula Theodora de idade Seis annos di-
go idade de Seis Meses que assim foi
aualiado pela quantia de Cento e cinco
enta mil reis = <150$000>
Jtem mais huma escra
ua por Nome Maria Jzabel Crioula
Casada com Lourenço, que tem de ida
de uinte e Cinco annos e assim foi
aualiado pela quantia de Seiscentos <600$000>
mil reis = E como fosse findo o dia
de hoje e não houuese tempo para
mais Se continuar com a aualiaçaõ
e descripçaõ dos mais bens que inda
faltaõ para Serem apresentados
mandou o Doutor Juis de Orfãos
que Se Suspendese o trabalho por ho
je afim de Ser continuado em outro
dia util hauendo por bem feitas
e ualiosas as aualiações dos bens que até
aqui ficaõ mencionados: e para assim
constar faço este termo de encerramen

[fl. 30v]

de encerramento em que assignaõ os
louuados com o dito Juis e o Procu

rador da inuentariante. Fran
cisco de Paula Soares Ferreira escriuaõ
de Orfaos que o escreui
Nogueira
Francisco Ferrreira Amaral
Lucas Antonio Martinho [?] de Castro
Jose Marinho de Azevedo

Aos dose de Janeiro de mil oitocen
tos e cincoenta e Seis nesta Fasenda
da Boâ esperança onde estauaõ
o Doutor Juis de Orfaõs com os-
Louuados, e a inuentariante para
Se continuar nas aualiações, e des-
cripçaõ dos bens do presente inuenta
rio, ahi prosseguio-se como adi-
ante Se uê e Segue. Para constar
faço este termo de estada. Fran-
cisco de Paula Soares Ferreira es-
<200> criuaõ de Orfaos que o escreui

Continuaçaõ dos escrauos
Jtem mais huma escraua por Nome
Candida, Crioula que he casada com o
escrauo Francisco Crioulo, que regula ter

[fl. 31]

ter de idade trinta annos que assim foi a
ualiada pela quantia de Seiscentos mil reis <600$000,>
Jtem mais outra escraua por Nome Tere
za preta de naçaõ casada com o escrauo
Sabianno Bahia que regula ter de
idade quarenta annos e assim foi aua
liada pela quantia de quinhentos e
Sessenta mil reis = <560$000,>
Jtem mais outra es-
craua por Nome Josefa preta de naçaõ

que regula ter de idade quarenta annos
e que assim Sendo uista foi aualiada
pela quantia de quatrocentos e cincoen
ta mil reis = <450$000,>
Jtem mais huma escraua
por Nome Romana Crioula que he
casada com o escrauo Zacharias, que
tem de idade trinta annos, e tem papei-
ra; e assim Sendo uista foi aualiada
pela quantia de quatrocentos mil reis <400$000,>
Jtem mais outra escraua por Nome
Jacinta Crioula que he casada com
o escrauo Rodrigo digo Protazio, que
tem de idade deseseis annos e assim
Sendo uista foi aualiada pela quan
tia de Setecentos mil reis que Sae <700$000;>
Jtem mais hum escrauinho por No
me Antonio Crioulo filho da escraua
Bernarda, que tem de idade Sete
annos que assim Sendo uisto foi aua
liado pela quantia de quinhentos e
Cincoenta mil reis = <550$000,>
Jtem mais huma
escraua por Nome Rosa Crioula que
he casada com o escrauo Sabino, a qual
tem de idade desoito annos que Sen
do uista foi aualiada pela quantia
de Setecentos mil reis = <700$000,>
Jtem mais
huma escraua por Nome Maria de Je
zus preta de Naçaõ que regula ter de
idade cincoenta annos mais ou menos
que assim Sendo uista foi aualiada pe
la quantia de tresentos e cincoenta mil reis <350$000,>

[fl. 31v]

Jtem mais huma escraua por Nome
Barboza cabra casada com o escrauo Jo
ze Ribeiro, que tem de idade trinta an
nos que Sendo uista foi aualiada pe
la quantia de Seiscentos mil reis Sae <| 600$000>
Jtem mais huma escrauinha por No
me Leopoldina parda filha da dita

<morreo[146]> escraua Barbara, que tem de idade de
Soito Meses, que assim Sendo uista foi a
ualiada pela quantia de dusentos e cin
<+250$000> coenta mil reis =
Jtem mais huma escra
ua por Nome Jzabel Crioula que tem
de idade quarenta e cinco annos e que as-
Sim Sendo uista foi aualiada pela quan
< | 500$000> tia de quinhentos mil reis =
Jtem mais
hum escrauinho por Nome Narciso Cre
oulo filho da mesma escraua Jzabel que
tem de idade Sete annos e que Sendo uis-
to foi aualiado pela quantia de quinhen
< | 550$000> tos e cincoenta mil reis =
Jtem mais huma
escraua por Nome Quintilianna Cabra
que tem de idade Sessenta e cinco annos
e que Se acha muito adoentada e assim
Sendo uista pelos Louuados disseraõ ua
< | 60$000> ler a quantia de Sessenta mil reis e Sae
Jtem mais huma escrauinha por No
me Sophia Crioula filha de Joaõ
Ribeiro que tem de idade Sete annos
e que Sendo uista pelos Louuados dis-
Seraõ ualer a quantia de quinhentos
< | 500$000> mil reis =
Jtem mais hum escrauinho
por Nome João Crioulo filho do mesmo
escrauo Joaõ Ribeiro que tem de idade
< | 400$000> quatro annos e que assim Sendo uis-
to foi aualiado pela quantia de qua
trocentos mil reis =
Jtem mais hum
escrauo por Nome Zacharias preto
de Naçaõ, casado que regula ter de
idade trinta annos e he quibiado que
assim Sendo uisto foi aualiado pela
quantia de Setecentos e cincoenta
<750$000> mil reis =
Jtem mais hum escrauo por

[146] Nota marginal escrita com grafite e instrumento distinto do restante do texto principal.

50

[fl. 32]

escrauo por Nome Camillo Crioulo
que tem de idade uinte quatro annos
pouco mais ou menos e que Sendo uis-
to pelos Louuados disseraõ ualer a quan
tia de OitoCentos mil reis em que Sae <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Mi-
zael Crioulo que tem de idade uinte
quatro annos pouco mais ou menos
e que assim Sendo uisto foi aualiado
pela quantia de Oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais hum escrauo por Nome Jo
se Bento preto de Naçaõ, casado, que
tem officio de alfaiate, de idade trin
ta annos pouco mais ou menos que as-
Sim foi uisto e aualiado pela quantia
de Oitocentos mil reis = <800$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Antonio preto de
naçaõ que regula ter de idade qua
renta annos pouco mais ou menos com
officio de Carapina e que assim Sen
do uisto e examinado pelos Louuados
disseraõ ualer a quantia de nouecentos <900$000,>
mil reis =
Jtem mais outro escrauo de
Nome Claudio preto de Naçaõ que re
gula ter de idade trinta annos pouco
mais ou menos que Sendo uisto foi
aualiado pela quantia de Oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais hum escrauo por Nome
Manoel crioulo que terá de idade Ses-
Senta annos pouco mais ou menos hor
talaõ [?] que assim Sendo uisto foi aua
liado pela quantia de Cem mil reis <100$000,>
Jtem mais hum escrauo por Nome
Claudiano Crioulo que tem de ida
de uinte quatro annos pouco mais
ou menos que assim Sendo uisto foi
aualiado pela quantia de Setecentos <700$000>
mil reis =
Jtem mais hum escrauo por
Nome Sebastiaõ que he africano e regu

la ter de idade uinte annos pouco mais

[fl. 32v]

pouco mais ou menos que assim Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de oito
< | 800$000> centos mil reis =
Jtem mais outro escra
uo por Nome Joaõ Ribeiro preto
de Naçaõ Casado com officio de pe
dreiro que regula ter de idade trin
ta e oito annos pouco mais ou menos
que assim Sendo uisto foi aualiado pe
< | 800$000> la quantia de Oitocentos mil reis Sae
Jtem mais hum escrauo por Nome Ui-
cente pardo que tem papeira e com a
idade de uinte annos pouco mais ou
menos que assim Sendo uisto pelos
Louuados disseraõ valer a quantia de
< | 500$000> quinhentos mil reis =
Jtem apresentou-
Se hum escrauo por Nome Manoel e
por alcunha — grande — que he aleija
do de hum pé e Sofre mal de gota
que assim Sendo uisto e examinado
<$> pelos Louuados disseraõ nada ualer =
Jtem mais outro escrauo por Nome
Jose Ribeiro preto de naçaõ, casado
que regula ter de idade trinta e cinco
annos pouco mais ou menos que as-
sim foi aualiado pela quantia de
< | 800$000> Oitocentos mil reis =
Jtem mais outro
escrauo por Nome Pedro de Naçaõ Ban
guella, casado quebrado das uirilhas
que regula ter de idade quarenta an
nos pouco mais ou menos que assim
Sendo uisto foi aualiado pela quantia
< | 600$000> de Seiscentos mil reis =
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Castos Cabra
que he rendido de huma uirilha, de
idade uinte annos pouco mais ou me
nos que assim foi aualiado pela quan
< | 700$000> tia de Setecentos mil reis =
Jtem mais

outro escrauo Nome Felicio Crioulo
tãobem rendido de huma uirilha de ida

[fl. 33]

de idade uinte annos que assim foi
aualiado pela quantia de Setecentos e
Cincoenta mil reis = <750$000,>
Jtem mais outro es-
escrauo por Nome Protasio preto de na
çaõ, casado que regula ter de idade
uinte annos pouco mais ou menos
e que assim foi aualiado pela quan
tia de Oitocentos mil reis que Sae <800$000,>
Jtem mais hum escrauo por Nome
Cesar preto de Naçaõ que terá de ida
de uinte e quatro annos pouco mais
ou menos que Sendo uisto foi aualia
do pela quantia de Oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Felip
pe preto de Naçaõ, casado rendido das
uirilhas que regula ter de idade Sessen
ta annos pouco mais ou menos que as-
Sim foi aualiado pela quantia de tre <300$000,>
zentos mil reis =
Jtem mais outro escra
uo por Nome Francisco preto de Naçaõ
que regula ter de idade trinta annos
pouco mais ou menos que assim foi
aualiado pela quantia de Seiscentos mil reis <600$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Tho
mé preto de Naçaõ casado com Joan
na Baptista que regula ter de idade
trinta e dous annos pouco mais ou me-
nos que assim foi aualiado pela quan
tia de Seiscentos mil reis = <600$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Nicolau preto de
Naçaõ que regula ter de idade uinte
annos pouco mais ou menos e que
assim foi aualiado pela quantia de
oitocentos mil reis = <800$000,>
Jtem mais outro
escrauo por Nome Pedro Crioulo que
tem de idade uinte annos que assim
Sendo uisto foi aualiado pela quantia

de oitocentos mil reis = Jtem mais <800$000>
outro escrauo por Nome Sabino preto

45

[fl. 33v]

preto de naçaõ casado que regula ter de
idade uinte e dous annos pouco mais ou
menos que assim foi aualiado pela quan
< | 800$000> tia de Oitocentos mil reis =
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Joam Muco preto de na
çaõ que regula ter de idade Cincoenta
annos pouco mais ou menos que Sen
do uisto foi aualiado pela quantia de
< | 500$000> quinhentos mil reis =
Jtem mais outro es-
crauo por Nome Jacob Crioulo que terá
de idade uinte annos pouco mais ou me
nos que assim Sendo uisto foi aualiado
< | 800$000> pela quantia de Oitocentos mil reis Sae
Jtem mais outro escrauo por Nome Fe
lis preto de naçaõ, Casado que regula
ter de idade trinta annos pouco mais ou
menos que assim Sendo uisto foi aualia
< | 800$000> do pela quantia de Oitocentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome Ga
briel preto de Naçaõ casado que regu
la ter de idade trinta annos pouco mais
ou menos e Sendo uisto foi aualiado pe
< | 800$000> la quantia de Oitocentos mil reis Sae
Jtem mais outro escrauo por Nome Lou
renço preto de Naçaõ, casado que regu
la ter de idade trinta annos pouco mais
ou menos que assim Sendo uisto foi aua
< | 900$000> liado pela quantia de nouecentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome Vi-
cente preto de Naçaõ que regula ter
de idade trinta annos pouco mais ou
menos e que assim Sendo uisto foi aualia
< | 800$000> do pela quantia de Oitocentos mil reis =
Jtem mais outro escrauo por Nome
Joaõ José preto de Naçaõ, casado que
regula ter de idade quarenta e quatro
annos pouco mais ou menos e que Sen

do uisto foi aualiado pela quantia de
< | 800$000>oitocentos mil reis =
Jtem mais outro es
crauo por Nome Tobias preto de Naçaõ

[fl. 34]

de Naçaõ que regula ter de idade trinta
annos pouco mais ou menos que assim Sen
do uisto foi aualiado pela quantia de Sete <700$000,>
centos mil reis =
Jtem mais outro escrauo por
Nome Paulo preto de Naçaõ, casado que
regula ter de idade trinta e cinco annos
pouco mais ou menos que assim Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de oito <800$000,>
centos mil reis =
Jtem mais outro escrauo
por Nome Joaquim preto de Naçaõ
Cassange, casado que regula ter de ida
de trinta annos pouco mais ou me
nos que assim Sendo uisto foi aualiado
pela quantia de Setecentos mil reis <700$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Manuel
Jose preto de Nação que regula ter de
idade Cincoenta annos pouco mais ou
menos que assim Sendo uisto foi aualia
do pela quantia de quatrocentos mil reis <400$000,>
E como fosse findo o dia de hoje e naõ hou
uesse tempo para mais Se continuar na
aualiaçaõ e descripçaõ dos mais escrauos
que inda faltaõ mandou o Doutor Juis
de Orfaos que Se Suspendese o trabalho.
do presente inuentario por hoje afim de
Ser continuado em outro dia, hauendo
por bem feitas as aualiaçoes das que até
aqui ficaõ mencionadas. Para constar
faço este termo de encerramento em que
se assignaõ os Louuados com o Juis e o Pro
curador da inuentariante. Francisco de
Paula Soares Ferreira escriuaõ de Orfaos
que O escreui
Nogueira

Francisco Ferreira Amaral
Soares Antonio Martinho [?] de Castro

40 *Joze Marinho de Azevedo*

[fl. 34v]

Aos quatorze dias do Mes de Janeiro de mil oitocentos e cincoenta e seis nesta Fasenda da Boâ esperança Termo da Imperial Cidade do Ouro preto, e casas da Excellentissima Baronesa da Paraupeba onde se achaua o Doutor Juis Municipal e Orfaõs Substituto com os Louuados e inuentariante para Se prosseguir na descripçaõ e aualiações dos bens pertencentes ao casal, ahi Se continuou pela forma que adiante Se uê e Segue

Para constar faço este termo de estada. Francisco de Paula Soares Ferreira escriuaõ de Orfaos <200> que O escreui

Continuaçaõ dos escrauos

Jtem mais hum escrauo por Nome Antonio comprido preto de Naçaõ que regula ter de idade Cincoenta e cinco annos pouco mais ou menos que assim Sendo uisto foi aualiado pela quantia de <300$000> tresentos mil reis = = Jtem mais hum escrauo por Nome Rufino Creoulo que

[fl. 35]

que tem de idade deseseis annos e que Sendo uisto foi aualiado pela quantia de Oitocentos mil reis = <800$000,>

Jtem mais outro escrauo por Nome Antonio de Miranda preto de Naçaõ, casado que regula

ter de idade quarenta annos que Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de oito
centos mil reis = <800$000,>
Jtem mais outro escrauo
por Nome Fausto Cabra que tem de ida
de desoito annos e que Sendo uisto foi a
ualiado pela quantia de oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Mi-
zael preto de Naçaõ que regula ter de
idade uinte cinco annos pouco mais ou
menos que assim Sendo uisto foi aualiado
pela quantia de Oitocentos mil reis Sae <800$000>
Jtem mais outro escrauo por Nome Ricar
do Crioulo que tem de idade uinte annos
e que Sendo uisto foi aualiado pela quan
tia de Oitocentos mil reis = <800$000>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Jose preto de Naçaõ
que regula ter de idade uinte annos
pouco mais ou menos que assim Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de Oito
centos e Cincoenta mil reis = <850$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Elias Crioulo que
tem de idade uinte e Sete annos e que as-
Sim Sendo uisto foi aualiado pela quan
tia de Setecentos e cincoenta mil reis <750$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Ama
ro preto de Naçaõ que regula ter de ida
de trinta e cinco annos pouco mais ou
menos que assim foi aualiado pela quan
tia de Setecentos mil reis = <700$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Joaquim Patricio preto
de Naçaõ que regula ter de idade Sessen
ta annos pouco mais ou menos que assim
Sendo uisto foi aualiado pela quantia de
dusentos mil reis = Jtem mais outro dito <200$000,>

[fl. 35v]

dito escrauo por Nome Sabianno preto
de Naçaõ casado que regula ter de idade
trinta annos pouco mais ou menos que as-
< | 800$000> Sim foi aualiado pela quantia de oitocen

tos mil reis =
Jtem mais outro escrauo por
Nome Manoel Jacinto preto de Naçaõ
que regula ter de idade quarenta annos
pouco mais ou menos que assim foi aua
<| 800$000> liado pela quantia de Oitocentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome Boni
facio preto de Naçaõ que regula ter de
idade quarenta annos pouco mais ou
menos o qual he doente e assim Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de tresen
<| 300$000> tos mil reis =
Jtem mais outro escrauo por
Nome Francisco Bahia Crioulo casado
que tem de idade trinta annos e que as
Sim foi aualiado pela quantia de Oito
<| 800$000> centos mil reis =
Jtem mais outro escrauo
por Nome Gourallo [?] preto de Naçaõ que
regula ter de idade trinta annos pouco
mais ou meos que assim foi aualiado
<| 800$000> pela quantia de Oitocentos mil reis sae
Jtem mais outro escrauo por Nome Luis
preto de Naçaõ, casado que regula ter
de idade uinte e cinco annos pouco mais
ou menos o qual tem officio de ferreiro
que assim Sendo uisto foi aualiado pela
<1:000$000> quantia de hum Conto de reis e Sae
Jtem mais outro escrauo por Nome Jose
Cangoriei preto de naçaõ que regula
ter de idade trinta annos pouco mais
ou menos que assim Sendo uisto foi a
<600$000> ualiado pela quantia de Seiscentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome Ma
theus preto de Naçaõ que regula ter
de idade quarenta annos pouco mais
ou menos e que assim foi aualiado pe
<700$000> la quantia de Setecentos mil reis Sae
Jtem mais outro escrauo por nome
Manoel Ribeiro preto de Naçaõ que terá

[fl. 36]

que terá de idade trinta e cinco annos pou

co mais ou menos e que assim foi aualia
do pela quantia de Oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome An
tonio Manoel preto de Naçaõ casado
que regula ter de idade quarenta annos
pouco mais ou menos e que Sendo uisto
foi aualiado pela quantia de oitocentos <800$000,>
mil reis =
Jtem mais outro escrauo por No
me Damiaõ preto de naçaõ que regula
ter de idade uinte e cinco annos pouco ma
is ou menos e que assim foi aualiado pela
quantia de Oitocentos mil reis = <800$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Mauricio preto de na
çaõ que regula ter de idade trinta annos
pouco mais ou menos, o qual he rendido
e assim Sendo uisto foi aualiado pela quan
tia de quinhentos mil reis = <500$000,>
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Jubaõ preto de Na
çaõ que regula ter de idade trinta annos
pouco mais ou menos que Sendo uisto foi
aualiado pela quantia de Oitocentos mil reis <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por Nome Mo
desto preto de Naçaõ que regula ter de
idade trinta annos pouco mais ou me
nos que assim foi aualiado pela quan
tia de Oitocentos mil reis = <800$000,>
Jtem mais outro
escrauo por Nome Fidellis preto de naçaõ
que regula ter de idade trinta annos
pouco mais ou menos e que assim foi
aualiado pela quantia de Oitocentos
mil reis = <800$000,>
Jtem mais outro escrauo por
nome Bendicto preto de naçaõ que
regula ter de idade trinta annos pou
co mais ou menos o qual he rendido
e assim foi aualiado pela quantia <600$000
de Seiscentos mil reis = Jtem Reduzida a 100$
mais outro dito escrauo por Nome reis pela avaliacap
Manoel Antonio preto de naçaõ que de folha 69v>

[fl. 36v]

que terá de idade Sethenta annos pouco
mais ou menos que assim foi aualiado
< | 200$000> pela quantia de duzentos mil reis e Sae
Jtem mais outro escrauo por Nome Joa
quim Euú preto de Naçaõ, casado que
terá de idade quarenta e cinco annos
pouco mais ou menos que Sendo uisto
foi aualiado pela quantia de Setecentos
<700$000> mil reis =
Jtem mais outro dito escrauo por
nome Miguel preto de naçaõ que regula
ter de idade quarenta annos pouco mais
ou menos que assim foi aualiado pela
< | 700$000> quantia de Setecentos mil reis e Sae
Jtem mais outro escrauo por nome Luis
manpassa [?] preto de naçaõ que regula
ter de idade trinta annos pouco mais ou
menos o qual he rendido e assim Sendo
uisto foi aualiado pela quantia de Seis
< | 650$000> centos e cincoenta mil reis que Sae =
Jtem mais outro escrauo por Nome
Simaõ Crioulo que tem de idade cin
coenta e cinco annos e que assim foi
aualiado pela quantia de quatrocen
< | 450$000>tos e cincoenta mil reis =
Jtem mais ou
tro escrauo por Nome Joaquim Carum
bé preto de Naçaõ, casado que regu
la ter de idade quarenta annos e he
rendido que assim Sendo uisto foi aua
< | 800$000> liado pela quantia de Oitocentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome
Sebastiaõ preto de naçaõ que regu
la ter de idade quarenta annos, e he
casado que assim foi aualiado pela
< | 800$000> quantia de Oitocentos mil reis e Sae
Jtem mais outro escrauo por Nome An
tonio Marcianno preto de Naçaõ que
terá de idade quarenta annos pouco ma
is ou menos e que Sendo uisto foi aua
< | 400$000> liado pela quantia de quatrocentos mil reis
Jtem mais outro escrauo por Nome
Antonio Francisco preto de Naçaõ que

45

[fl. 37]

que regula ter de idade quarenta annos
pouco mais ou menos e que assim foi a-
ualiado pela quantia de Setecentos
mil reis = <700$000,>
Jtem mais outro escrauo por
Nome Ezequiel Crioulo de idade uinte
annos e que assim foi aualiado pela quan
tia de Oitocentos mil reis = <800$000>
Jtem mais
outro escrauo por Nome Joaquim Jose
preto de Nação que regula ter de idade
Settenta annos pouco mais ou menos
que assim Sendo uisto foi aualiado
pela quantia de Sessenta mil reis = <60$000,>
Jtem mais hum escrauo por Nome
Antonio Ambrosia [?] preto de Naçaõ que
regula ter de idade Cincoenta annos
pouco mais ou menos que assim Sen
do uisto foi aualiado pela quantia de
Cem mil reis = <100$000,>
Jtem mais outro escra
uo por Nome Francisco Thomé preto
de Naçaõ que terá de idade quarenta
annos pouco mais ou menos o qual ui-
ue adoentado e assim Sendo uisto pelos
Louuados disseraõ valer a quantia de
dusentos mil reis = <200$000,>
Jtem mais outro es
crauo por Nome Fernando Creoulo
casado, que tem de idade uine e cinco
annos cujo escrauo se acha atacado
de ellefantiese, e assim Sendo uisto
e examinado pelos Louuados disseraõ que
em uista do mau estado em que o mesmo
Se acha, julgauaõ nada ualer = <$>
Jtem ma
is outro dito escrauo por Nome Mano
el Martins Crioulo que Se acha cum
a idade de Oitenta annos, e uiue adoen
tado: e assim Sendo uisto pelos Lou
uados disseraõ que nada ualia sae <$>

Jtem mais huma escraua por Nome
Joanna Perpetua preta de Naçaõ a

45

[fl. 37v]

de Naçaõ que regula ter de idade oiten
ta e cinco annos pouco mais ou menos
e Se acha muito acabrunhada por cu
jo motiuo Sendo uista pelos Louuados dis
<$> Seraõ ualer nada =
Jtem mais hum es-
crauo por Nome Jeronimo Creou
lo que tem de idade trinta annos que
assim foi aualiado pela quantia de oito
<+ 800$000> Centos mil reis =
Jtem mais outro escra
uo por Nome Manoel pardo que tem
de idade desoito annos e cum officio de
alfaiate que assim foi aualiado pela
< | 900$000> quantia de nouecentos mil reis e Sae
Jtem mais outro dito escrauo por No
me Uenancio pardo de idade uinte
e dous annos com officio de Carapina
que assim foi aualiado pela quantia
< | 900$000> de nouecentos mil reis =
Escrauos per
tensentes ao monte e que Se achaõ em po
der de Joaquim Nogueira Penido =

Hum escrauo por Nome Rodrigo preto
de naçaõ que regula ter de idade
trinta e dous annos pouco mais ou me
nos e que Sendo uisto pelos Louuados foi
aualiado pela quantia de Setecentos
< | 700$000> mil reis = o qual Sofre ataques de pneu
monia =
Jtem mais outro escrauo por No
me Antonio de naçaõ Benguella que
regula ter de idade cincoenta e quatro
annos pouco mais ou menos, o qual
Sofre enxaçaõ de pés e assim Sendo uis-
to pelos Louuados disseraõ valer a quan
< | 450$000> tia de quatrocentos e cincoenta mil reis
Jtem huma escraua por Nome Carlota

de naçaõ monjolla que terá de idade
trinta annos pouco mais ou menos e
assim foi aualiada pela quantia de Seis

[fl. 38]

de Seiscentos e Cincoenta mil reis Sae <650$000,>
Jtem mais hum escrauinho por Nome
Geraldo crioulo filho da mesma escraua
Carlota, que tem de idade Seis annos
que assim Sendo uisto foi aualiado pela
quantia de Seiscentos mil reis que Sae <600$000,>
Jtem mais huma escrauinha por Nome
Francisca Crioula filha da dita escraua
Carlota, que tem de idade quatro an
nos e assim foi aualiada pela quantia
de quatrocentos mil reis = <400$000,>
Jtem mais
huma escrauinha por Nome Maria cre
oula filha da mesma escraua Carlota
que tem de idade hum anno e assim
foi aualiada pela quantia de dusentos
e cincoenta mil reis = E como fosse fin <250$000,>
findo o dia de hoje e naõ hauesse tempo pa
ra mais Se continuar na aualiaçaõ
e descripçaõ dos mais bens que inda fal
taõ, mandou o Doutor Juis de Or
faos que Se Suspendese o trabalho do
presente inuentario para Ser continua
do em outro dia util, hauendo por
bem feitos e regulares as ualiações das
que até aqui ficaõ mencionadas de que
para constar faço este termo de encer
ramento em que assignaõ os Louua
dos com êlle Juis e o Procurador da
inuentariante. Francisco de Paula Soa
res Ferreira escriuaõ de Orfaos que o
escreuy
Nogueira

Francisco Ferreira Amaral
Lucas Antonio Martinho Sales Castro
Joze Marinho de Azeuedo

[fl. 38v]

Aos quinse dias do Mes de Janeiro de mil oitocentos e cincoenta e Seis nesta Fasenda da Boâ esperança e casas da residencia da Baronesa do Paraupeba onde estaua o Doutor Juis Municipal e Orfaos Substitituto da Imperial Cidade do Ouro-preto e Seu Termo comigo escriuaõ de Orfaos para se prosseguir na inuentariaçaõ dos bens e Sendo presentes a inuentariante e Louuados com estes Se continuou na descripçaõ e aualiaçaõ como adiante Se uê e Segue.

Para constar faço este termo de estada. Francisco de Paula Soares Ferreira escriuaõ de Orfaos que o escreue <200>

Bens de Rais

Foi appresentado pela inuentariante a propriedade de Casas de uiuenda que he a fasenda denominada Boâ esperança a qual he grande muito bem construida com muitos e diuersos cômodos com huma rica e bem arranjada Capella queSe acha ao lado direito da uaranda na qual existem diuersos Santos

Joaquim José Monteiro de Barros – "Bens de Rais"

Transcrito **especificamente para esta pesquisa** por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993)* para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e **desde que citada a fonte**.

Parte do Inventário *Post Mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros de 1875 – Arquivo Público Municipal de Bonfim.

[*img_6695*]

1875

<Boa Morte.> Autoação de uma [?] petiçaõ
para o Tutor

Capitão Bemjamim Monteiro de Barros
prestar contas de Tutella

<J2869> Juizo de Orphaõs.

Escrivão CHampos

Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jesus Christo de mil oito
centos e setenta e cinco, quinquages-
simo quarto da Jndependencia e
do Jmperio, nesta Cidade do Bom-
fim, da Provincia de Minas Ge
raes, Comarca de Queluz, em meo
cartorio e sendo ahy autou úma pe-
tição do Capitão Bemjami Mon-
teiro de Barros, Tutor dos orphaõs
Maria, Domingos e José herdeiros
nos a[u]tos de inuentario do Reve-
rendo V[i]gario José Maria Monteiro
de Barros, afim de prestar contas
da Tutella destes orphaõs, a qual
acha-se despachada pelo Doutor
Joaquim Jgnacio Nogueira Pari-

do[147] [?] Juiz de orphaõs em exercicio e
é o que adiante se segue com
varios documentos, e eu Francisco

[*img_6735*[148]]

[*perda no suporte ± uma palavra*]
<[Bo]a Morte> Invent… [*perda no suporte*]ses que ficarão
[*perda no suporte uma palavra*] a muito do
[*perda no suporte uma palavra*]
Capitão Joa[quim] José Monteiro
de Barros

de quem Inventariante sua Viuva

<J.253-[149]> Dona Maria Thereza Sovam Mon-
teiro de Barros

Juizo de Orphaõs.

Escrivão *Soares Ferreira*

Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jesus Christo de mil oitocentoz
e sesenta e tres aõs…

[*img_6770*]

Bens de Rais
Declarou a Inuentariante que ao Seu ca
zal pertence nas Casas de uaranda, e bem
feitorias desta fasenda da Boâ Esperan
ça, e Seu macrame [?] naõ Só por herança
Paterna como por compras feitas de par-
tes de herdeiros a quantia de dous Con

[147] Pode ser o sobrenome Penido.
[148] Número da folha é impossível de ler por conta de dano (provavelmente rasgo) no documento. O mesmo acontece em diversos pontos nesta mesma folha.
[149] Nota marginal feita com grafite, mas com letra parecida com a do texto principal. Parece ter sido escrita em um momento diferente.

tos quatroCentos e Sessenta e noue mil
<2:469$996> nouecentos e nouenta e Seis reis que Sae
Jtem mais hum Engenho de moer
Cana mouido por agua com Selindros
modernos e todo feito de nouo com to
dos os Seus pertences que assim Sendo uis-
to foi aualiado pela quantia de dous-
<2:000$000> Contos de reis = Jtem mais huma Ca
za de uiuenda Sita no pasto da par-
te edificada no Patrimonio da Bôa
Morte que foi aualiada pela quantia
<150$000> de Cento e Cincoenta mil reis e Sae =
Jtem que mais pertence ao mesmo Casal
em todas as terras de Cultura désta mes-
ma fasenda da Bôa Esperança, com
prehendendo as partes hauidas por he
ranças, e por compras que se fisera a diuer
Sos herdeiros da Casa que tudo impor
ta na quantia de Cinco Contos Seis
centos e hum mil quatrocentos e noue
reis = 5:601$409 = Dedusindo-se desta quan
tia a remuçaõ das tres partes que per
tenciaõ as tres herdeiras da terça do fina
do Excellentissimo Baraõ da Parau
peba, quaes Dona Maria - Dona
Francisca = e Dona Rosa, pelas par-
tes que lhes coube na fasenda de corrego
Alegre Termo de Alberaba com per-

[fl. 21]

com permiçaõ do Juiso de Orfaos, a re
querimento do finado inuentariado, co <deve ser - 22
mo Tutor de Suas filhas acima declara folhas>
das, na importancia de Oitocentos e
quarenta e dous mil dusentos e dose reis;
se indo a ficar liquidos nas mesmas ter-
ras de Cultura e que pertencem ao mon-
te desta herança, a quantia de qua
troContos SeteCentos e Cincoenta
e noue mil Cento e nouenta e Sete reis//
Declarou a inuentariante que inda fal-
taua aualiar-se a fasenda do Sande que
taõbem pertence ao Seu casal, e como
naõ houuece tempo para mais determi
nou o dito Juis que ficace êsse traba

lho para o dia Seguinte, uisto Se[r] fin
do o de hoje. Para constar faço este en
cerramento em o qual assignaõ-se Fran
cisco de Paula Soares Ferreira escriuaõ
de Orfaos que O escreue
Nogueira *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros*
Joze de Aseuedo
Joze Fernandez de Araujo

Aos deseseis de Nouembro de Sessenta e tres
nesta fasenda do Sandes onde Se acha o Dou
tor Juis de Orfaos e os Louuados para Se con
tinuar com o presente inuentario o que tem
lugar como adiante Se uê. Para constar
fis este termo de estada. Francisco
de Paula Soares Ferreira escriuaõ de
Orfaos que O escreui

[fl. 21v]

Fasenda do Sandes.
Huma priedade digo propriedade de
Casas de viuenda, com o Paiol de pedra,
Muinho, e quintal que foi tudo aua
liado pela quantia de Seiscentos mil
<600$000> reis = Jtem a porçaõ de terras de cultu
ra pertencentes à mesma fasenda Sendo
todas ualladas, e contendo o numero de
Cento e uinte alqueires que Sendo uistos
pelos Louuados disseraõ ualer a rasaõ de
trinta mil reis cada hum importando
na quantia de tres Contos e Seiscentos
<3:600$000> mil reis = Jtem mais huma porçaõ de
terras em Campos e Capaẽs, Sitas na La
goâ e pertencentes à mesma fasenda que
tudo foi visto e aualiado pela quantia
<800$000> de OitoCentos mil reis = Declarou a
mesma Jnuentariante que inda falta
uaõ aualiar-se as partes que Seu Casal
possue na fasenda da furquilha, a
lem de outras. E uendo o Doutor Juis
de Orfaos que naõ hauia tempo no
dia de hoje para êsse trabalho man

dou Ser continuado no dia seguinte. Pa
ra constar fis este ermo de encerra
mento em que Se assigna com a mesma
inuentariante e Louuados. Francisco de

[fl. 22]

de Paula Soares Ferreia escriuaõ de Orfaos
que O escreui *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros Nogueira*
Joze Marinho de Azeuedo
Joze Fernandez de Araujo

Aos desesete de Nouembro de mil oito
centos e Sessenta e tres nesta fasenda da
forquilha onde estaua presente o Dou
tor Juis de Orfaos e os Louuados aju
ramentados para se continuar na
aualiação dos bens aqui existentes, e
logo assim Se cumprio como adiante
se uê. Para constar fis este termo
de estada. Francisco de Paula Soa
res Ferreira escriuaõ de Orfaos que o
escreue

Na fasenda de Forquilha
Foi apresentado pela mesma Jnuenta
riante ao Juis e Louuados as partes que
Seu Casal possue nesta fasenda da fur-
quilha, e aqui o finado inuentariado hou
uera por compra feita a diuersos her-
deiros, os quaes sendo examinados pelos
ditos Louuados acharaõ ualer a quantia
de hum Conto dusentos e Sessenta e seis
mil Oitocentos e cincoenta e Seis reis <1:266$856>
Declarou a mesma Jnuentariante que
inda faltaua aualiar-se as partes que
Seu Casal possue nas Casas, e laurar-
do vieiro, além de outros, Ao que man

[fl. 22v]

mandou o Doutor Juis de Orfaos que fi-
caçe éssê trabalho para o dia Seguinte uis-
to Ser findo o de hoje e naõ hauer tempo pa
ra mais. Para constar faço este termo de
encerramento em que Se assignaõ Fran
cisco de Paula Soares Ferreira escriuaõ// de
Orfaos que O escreui
Nogueira *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros*
Jose Marinho de Azeuedo

Aos desoito de Nouembro de mil oitocen
tos e Sessenta e tres nesta laura em casa e
lugar do Vieiro o onde foi uindo o Doutor
Juis de Orfaõs e Louuados para Se prosse
guir no presente inuentario, como adian
te Se uê. Para constar fis este termo de
estada. Francisco de Paula Soares
Ferreira escriuaõ de Orfaos que o escre
uy.

Casa e Laura do Vieiro

Apresentou a Inuentariante ao mesmo
Doutor Juis de Orfaos, e Louuados as par-
tes que pertenciaõ ao Seu Casal nesta ca
za denominada Vieiro, e Joaõ da Cu
nha com Lauras Velhas, e que Sendo tudo
uisto pelos Louuados declararaõ ualer a
quantia de dusentos e uinte Cinco mil
<225:000> reis = Declarou a Jnuentariante que
nesta paragem naõ hauiaõ outros bens
para Serem aualiados e descriptos, e que
inda faltauaõ as partes que Seu Casal pos-
Sue nas Lauras das Guarabeiras que hau

[fl. 23]

que hauer [?] por herança. O que Sendo ou
uido pelo dito Juis, e uendo que naõ hauia
mais tempo em o dia de hoje para êsse
fim, mandou que ficase Suspenço por
hoje afim de Ser cuntinuado no outro
dia util. Para constar faço este termo
de encerramento em que Se assignaõ.
Francisco de Paula Soares Ferreira es-

criuaõ de Orfaos que O escreui
Nogueira *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros*
Joze Marinho de Azevedo
Joze Fernandes de Araujo

Aos desenoue de Nouembro de mil oito
centos e Sessenta e tres nesta laura e lugar
chamado guaiábeiras onde foi uindo o
Doutor Juis de Orfaos com os Louuados -
ajuramentos para Se prosceder a
aualiaçaõ das partes da dita laura que
pertence a este inuentario, e ahi Se cum
prio como adiante Se uê e Segue:
Para constar fis este termo de estada

Laura das Guaiabeiras
Foi apresentado pela Jnuentariante
ao mesmo Juis, e Louuados as partes que
possue Seu Casal nesta Laura deno
minada da Guaiabeira, Sitas perto
do Arraial de Congonhas do Campo,
e que o finado inuentariado Capitaõ// Joa

[fl. 23v]

Joaquim Jose Monteiro houue
por herança de Legitima, e terça como
déue constar de Seus pagamentos sem [?] par-
tilhas, cujas partes Sendo calculadas e
examinadas pelos ditos Louuados disse
raõ valer a quantia de noueContos no
<9:904$600> ueCentos e Sete mil e Seiscentos reis Sae
Declarou a Jnuentariante que nesta pa
ragem nada mais hauia que Se auali
ar por Ser unicamente as partes da La
ura ja descripta: e que Só faltauaõ// as-
partes que ao mesmo Casal pertence na
fasenda do palmital. o que Sendo ouui-
do pelo Juis mandou que se o fisece em o
dia Seguinte uisto naõ naõ hauer tem
po para mais em// dia de hoje. Para

constar faço este termo de encerramento
em que Se assignaõ. Francisco de Pau
la Soares Ferreira escriuaõ de orfaos que
O escriui
Nogueira *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros*
Jose Marinho de Azevedo
Joze Fernandes de Araujo

Aos uinte de Nouembro de mil oito
centos e Sessenta e tres nesta fasenda do
palmital onde Se achauaõ o Doutor
Juis de Orfaos Substituto com os Lou
vados para Se continuar na descrip-
çaõ// e aualiaçaõ dos mais bens, e ahi
assim Se procedeu como adiante Se
uê. Francisco de Paula Soares Fer-
reira escriuaõ de Orfaos o escreui

[fl. 24]

Na fasenda do Palmital
Foi ahi presente ao dito Juis, e Louuados
a parte que o finado inuentariado possuia
nesta fasenda de palmital, e que coube
ao mesmo por herança da terça de Sua
finada May a Excellentissima Baro
nesa do Paraupeba: O que tudo Sendo
visto pelos Louuados disseraõ// ualer a
quantia de OitoCentos e Oitenta Se
te mil e quinhentos reis = Declarou a <887$500>
Senhora inuentariante que por hora he
raõ// os bens que tinha a dar a inuentario,
e que existiaõ neste Municipio, ficando
Sómente a faltar as declarações das diui-
das actiuas, e prameiras [*sic*] as quais dependem
aínda de Serem liquidadas para de
pois da-las a inuentario o que protesta
fazê-lo com a pussivel breuidade asim
como desde ja declara que Seu Casal
taõ//bem possue algum gado que [*uma palavra ilegível*]
tem em Sociedade para as partes do Ser-
taõ do Uberaba, e que para Serem a
ualiados e depois mencionados no presen
te inuentario pedirá em tempo compe

tente Carta precatoria que Será diri
gida às justiças dáquelle Municipio
para êsse fim; assim como fará to
dos e quaesquer outras declarações que fo
rem necesrarias [*sic*] para boâ Ordem de in-
uentario e regularidade da partilha que
afinal tem de se faser. No mesmo acto
de inteirim pessoalmente para que dos
bens que aqui descritps e mencionados naõ
desporhe nem abra maõ Sem ordem

[fl. 24v]

[150]Sem ordem especial de Juiso pena da Ley
de que dou fé, pois que ficaua Sugeito as-
penas da Luz como depositaria dêlles. Pa
ra constar faço este encerramento em que
Se assigna com o Doutor Juis de Orfaus
e os Louuados. Francisco de Paula Soa
res Ferreira escriuaõ de Orfaos O escreui
Nogueira *Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros*
Joze Marinho de Azevedo
Joze Fernandez de Araujo

Juntada

Aos desenoue de Abril de oitocen
tos e Sessenta e quatro em meu Cartorio
de Orfaos ahi faço juntada antes autos
da justiçã de Dona Maria Theresa Souam
Monteiro de Barros que adiante Se uê.
Francisco de Paula Soares Ferreira es
criuaõ de Orfaos que o escreui

[150] Encontra-se aqui uma nota marginal: <Est: 8 Comº 18 legislação [?] Cond. de 12 = Dias>

Joaquim José Monteiro de Barros – Diversos Escravos

Transcrito **especificamente para esta pesquisa** por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993)* para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e **desde que citada a fonte**.

Parte do Inventário *Post Mortem* de Joaquim José Monteiro de Barros de 1875 – Arquivo Público Municipal de Bonfim.

[fl. 17v]

Jtem mais duas ditas eguas com crías
de burro foraõ aualiadas a trinta
mil reis importando na quantia de
<60$000> Sessenta mil reis =
Diuersos escrauos
Hum escrauo de Nome João// Ribei
ro, pedreiro que regula ter de idade
Cincoenta annos pouco mais ou me
nos que foi aualiado pela quantia
<800$000> de Oitocentos mil reis = Jtem mais
hum escrauo de Jome Joaõ// Crioulo
que terá de idade onse annos e que foi
aualiado pela quantia de hum conto
<1:000$000> de reis = Jtem mais o escrauo de No
me Ricardo Crioulo que terá de ida
de vinte Seis annos pouco mais ou me
nos que foi aualiado pela quantia de
<1:000$000> hum Conto de reis = Jtem outro es-
crauo de Nome Rufino Crioulo
que terá de idade vinte quatro an
nos pouco mais ou menos que foi
aualiado pela quantia de hum con
<1:3000$000> to e tresentos mil reis = Jtem mais
outro escrauo de Nome Jose Ribeiro
de naçaõ que terá de idade cinco
enta annos pouco mais ou menos
e Casado com a escraua Barbara
Cabra que foi aualiado pela quan
<1:000$000> tia de hum Conto de reis que Sae
Jtem mais a escraua de Nome Bar-
bara parda de idade de quarenta
annos mais ou menos molher do
dito Jose Ribeiro que foi aualiada pe
<700$000> la quantia de Setecentos mil reis Sae
Jtem mais o escrauo Joaquim Carum

[fl. 18]

Carumbé que terá de idade Cincoen

ta e Cinco annos pouco mais ou me
nos e que foi aualiado pela quantia
de SeteCentos mil reis O qual he <700$000>
Casado com a escraua Theodora de na
çaõ = Jtem a escraua de Nome Theo
dora de naçaõ que terá de idade
Cincoenta annos pouco mais ou me
nos molher de dito Joaquim Carum
bé que foi aualiada pela quantia
de quinhentos mil reis = Jtem mais <500$000>
hum escrauo de Nome Sabino de na
çaõ que terá de idade trinta e cinco
annos pouco mais ou menos que foi
aualiado pela quantia de hum con
to de reis O qual he Casado com a es-
craua Rosa Creoula = Jtem ma <1:000$000>
is a escraua Rosa Creoula de idade
de uinte Seis annos mais ou menos
molher do dito Sabino e que foi a
ualiada pela quantia de hum con
to de reis = Jtem mais hum escrauo <1:000$000>
de Nome Sebastiaõ de naçaõ que
terá de idade Cincoenta annos pou
co mais ou menos que foi aualia
do pela quantia de Oitocentos mil
reis O qual he Casado com a escraua
Michaela = Jtem mais a escraua <800$000>
de Nome Michaela de naçaõ que
terá de idade Cincoenta annos mais
ou menos molher de dito Sebastiaõ
que foi aualiada pela quantia de
quinhentos mil reis = Jtem mais <500$000>
outro escrauo de Nome Valentim cre
oulo de idade de quarenta annos mais

[fl.18v]

mais ou menos que foi aualiado pela
quantia de hum Conto de reis = O qual
he Casado com a escraua Margarida
<1:000$000> Cabra = Jtem mais a escraua de No
me Margarida Cabra de idade uin
te Cinco annos molher de dito Va
lentim, que foi aualiada pela quan
<1:000$000> tia de hum Conto de reis = Jtem
mais hum escrauinho de Nome Se
uerino Cabra de idade de Cinco an
nos que foi aualiado pela quantia
<500$000> de quinhentos mil reis = Jtem o[u]
tro escrauinho de Nome Nué Ca

bra que tem de idade dous annos
e que foi aualiado pela quantia de
<200$000> dusentos mil reis = Jtem outro es-
crauo de Nome Jose Carreiro que te
rá de idade vinte oito annos mais
ou menos, de naçaõ, o qual he ca
sado com Jacintha Creoula, que
foi aualiado pela quantia de um
<1:000$000> Conto de reis = Jtem mais a escraua
Jacintha Creoula de idade de uinte
Sete annos molher do dito Jose Carrei-
ro que foi aualiada pela quantia
<800$000> de Oitocentos mil reis = Jtem mais
huma escrauinha de Nome Antonia
Creoula de idade de sete annos que
foi aualiada pela quantia de Sete
<700$000> centos mil reis = Jtem mais uma
escrauinha de Nome Eudasia creo
oula de idade de quatro annos que
foi aualiada pela quantia de qua
<400$000> trocentos = Jtem mais hu
ma escrauinha [*sic*] de Nome Hercula

[fl. 19]

Herculano creoulo creoulo de idade de
trez meses que foi aualiado pela quantia
de Cem mil reis = Jtem mais hum es- <100$000>
crauo de Nome Zacarias de naçaõ que
tem de idade Cincoenta annos pouco ma
is ou menos que foi aualiado pela quan
tia de Oitocentos mil reis, o qual he casa
do com a escraua Romana Cabra Sae <800$000>
Sendo o mesmo escrauo quebrado = Jtem
mais /a escraua de Nome Romana Ca
bra de idade de quarenta annos pouco
mais ou menos a qual sofre de papeira
molher do dito Zacarias, que foi aualia
da pela quantia de quatroCentos mil reis <400$000>
Jtem mais outro escrauo de Nome Gra
ciano de naçaõ de idade de quarenta an
nos pouco mais ou menos que foi aualia
do pela quantia de hum Conto de reis- =
o qual he casado com a escraua Horten
cia = Jtem mais a escraua de Nome <1:000$000>
Hortencia de naçaõ de idade de uinte
Oito annos mais ou menos que foi aualia
da pela quantia de Oitocentos mil
reis, casada com o dito Graciano e Sae <800$000>
Jtem mais huma escraua de Nome Jgnes

Creoula de idade de trinta annos pou
co mais ou menos que foi aualiada pe
la quantia de Oitocentos mil reis Sae <800$000>
Jtem mais outra escraua de Nome
Cecilia parda de idade de quinse
annos que foi aualiada pela quantia
de hum Conto de reis = Jtem mais ou <1:000$000>
tra escraua de Nome Julia parda com
idade de dose annos que foi aualiada pe
la quantia de hum conto de reis que Sae <1:000$000>
[fl. 19v]
Jtem mais outra escraua de Nome Percí
liana parda de idade de dés annos pou
co mais ou menos que foi aualiada pela
<800$000> quantia de Oitocentos mil reis = Jtem um
escrauinho de Nome Ernesto pardo idade
de Sete annos que foi aualiado pela quan
<700$000> tia de SeteCentos mil reis = Jtem Mar
celina parda de idade de Cinco annos pou
co mais ou menos que foi aualiada pela
<600$000> quantia de Seiscentos mil reis = Jtem ou
tra escrauinha de Nome Maria parda
de idade de quatro annos que foi aualia
<500$000> da pela quantia de quinhentos mil reis-
Jtem Anna parda de idade de dous an
nos que foi aualiada pela quantia de
<300$000> tresentos mil reis = Jtem Eugenia cre
oula que tem de idade desesete annos
e que foi aualiada pela quantia de
<1:000$000> hum Conto de reis = Jtem outra es-
craua de Nome Nasaria Creoula de
idade de trinta e cinco annos que foi
aualiada pela quantia de Setecentos
<700$000> mil reis = Jtem outra escraua Genero
sa Creoula de idade de vinte e cinco
annos que foi aualiada pela quantia
<1:000$000> de hum Conto de reis = Jtem huma
escrauinha de Nome Lusia Cabra que
tem de idade Cinco annos que foi aualia
<500$000> da pela quantia de quinhentos mil reis-
Jtem outra escraua de Nome Camil
la de naçaõ que uiue doente com idade
de trinta annos e que assim foi aualia
<600$000> da pela quantia de Seiscentos mil reis
Jtem mais hum escrauo de Nome Felis
de naçaõ que terá de idade quarenta an
[fl. 20]
quarenta annos pouco mais ou menos

que foi aualiado pela quantia de hum
Conto de reis = Jtem mais hum escra <1:000$000>
uinho de Nome Felis crioulo de idade
de Seis annos que foi aualiado pela
quantia de quinhentos mil reis e Sae <500$000>
Jtem mais hum escrauo de Nome
Jose de naçaõ official de Ferreiro de
idade de trinta annos pouco mais ou
menos que foi aualiado pela quantia
de hum Conto e tresentos mil reis Sae <1:300$000>
Jtem mais hum escrauo de Nome Thimo
tio de naçaõ que terá de idade qua
renta annos pouco mais ou menos que
foi aualiado pela quantia de nouecen
tos mil reis = Jtem mais outro escra <900$000>
uo de Nome Zeferino de naçaõ que
terá de idade trinta annos mais ou me
nos que assim foi aualiado pela quantia
de hum Conto de reis = Jtem mais <1:000$000>
outro escrauo de Nome Misael de na
çaõ que terá de idade trinta annos
pouco mais ou menos que uiue adoen
tado e foi aualiado pela quantia de
Seiscentos mil reis = Jtem mais ou <600$000>
tro escrauo de Nome Fidelis de naçaõ
que terá de idade trinta annos mais-
ou menos que foi aualiado pela quantia
de hum Conto de reis = Jtem outro es- <1:000$000>
crauo de Nome Claudiano Crioulo
que tem de idade trinta e Seis annos
e que foi aualiado pela quantia de oi-
toCentos mil reis = Jtem outro escra <800$000>
uo de Nome Joaõ de naçaõ que terá de
idade trinta annos mais ou menos e que

[fl. 20v]

e que foi aualiado pela quantia de hum
<1:000$000> Conto de reis = Jtem mais outro Credito
digo outro escrauo de Nome Manoel Ja
cintho preto de naçaõ que terá de idade
quarenta e cinco annos pouco mais ou me
nos que foi aualiado pela quantia de
<800$000> oitocentos mil reis = Jtem mais outro
escrauo de Nome Paulino de naçaõ//
de idade de trinta annos mais ou me
nos que foi aualiado pela quantia
<1:000$000> de hum Conto de reis = Jtem outro
escrauo de Nome Luis de naçaõ idade
de trinta annos mais ou menos que

Sofre de gota e assim foi aualiado pe
la quantia de quinhentos mil reis Sae <500$000>
Jtem mais outro escrauo de Nome Ama
ro de naçaõ que terá de idade de trinta
annos mais ou menos que foi aualiado
pela quantia de hum Conto de reis = <1:000$000>
Jtem outro escrauo de Nome Cosme
de idade de trinta annos, e de naçaõ, e
que foi aualiado pela quantia de hum
Conto de reis = Jtem mais hum escrauo <1:000$000>
de Nome Antonio Crioulo de idade de
deseseis annos que foi aualiado pela quan
tia de hum Conto e Cem mil reis Sae <1:100$000>
Jtem mais outro escrauo de Nome Mi-
guel Creoulo de idade de quarenta e
oito annos official de marceneiro, que
foi aualiado com a ferramenta de Seu
officio, e que lhe foi entregue, pela quan
tia de hum Conto e oitocentos mil reis = <1:800$000>
Jtem mais huma escraua de Nome Quin
tiliana parda que regula ter de idade
Setenta e Cinco annos, muito doente, e
[fl. 21]
e assim foi aualiada pela quantia de
vinte mil reis = Jtem mais hum pi <20$000>
ãmo[151] já muito estragado que foi uisto
e aualiado pela quantia de tresentos
e Cincoenta mil reis = Declarou a in- <350$000>
uentariante que agóra faltauaõ// os bens-
de rais para serem aualiados e descriptos,
porem uendo o Doutor Juis de Orfaõs
que naõ hauendo mais tempo no dia
de hoje mandou que Se Suspendese pois
o trabalho para Ser continuado no dia Se
guinte hauendo por bem feitas as aualia
çoẽs. Para constar fis este encerramento
em o qual Se assignaõ o dito Juis com a
inuentariante e os Louuados. Francisco de
Paula Soares Ferreira escriuaõ de Orfãos
que O escreui. *Maria Thereza Joam Monteiro de Barros Nogueira*

Jose Marinho de Azevedo

Joze Fernandez de Araujo

Aos quinse de Nouembro de mil oito
centos e Sessenta e tres nesta fasenda da Boâ

[151] Acredito que seja um piano.

Esperança onde Se achaua o Doutor Juis de Or
faos com os Louuados para Ser continuado
o trabalho do presente, e assim Se cum
prio como adiante Se uê e Segue. Pa
ra constar fis este termo de estada.
Francisco de Paula Soares Ferreira
e escriuaõ de Orfaos que O escreui

Dona Luiza Ferreira de Mendonça – "Immoveis"

Transcrito **especificamente para esta pesquisa** por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993) para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e **desde que citada a fonte**.

Parte do Inventário *Post Mortem* de Dona Luiza Ferreira de Mendonça de 1905 – Arquivo Público Municipal de Bonfim.

[*img_6796*]

1 <Boa Morte> 1905:

Juizo do Direito da Comarca do Bomfim

Jnventario dos bens que ficarão por morte
de

Dona Luiza Ferreira de Mendonça

de quem é inuentaruante em Viuvo

Coronel José Ferreira de Mendonça.

Escriuão CHampos

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dous, aos vinte e dous dias do mez de maio do dito anno, nesta Cidade e Comarca do Bomfim, em o meu cartorio, e sendo ahi autou uma petiçaõ do Senhor Doutor Promotor de Justiça Guydo Cardozo do Menezes e Souza, como Curador Geral do Orphaus requerendo o inuentario do bens da finada Dona Luiza Ferreira de Mendonça, cazada que foi com o Coronel José Ferreira de Mendonça e dispachada pelo o Excelentissimo Senhor Doutor Juiz dj Direito, João Lima Rodriguis

[*fl. 22*]

outubro de 1805.

hum [ilegível]

Data.

E logo em seguida feito o Excelentissimo Senhor Doutor <300> Juíz de Direito, forão-me dado estes autos <Campos> com um despacho retro e supra; do que para a custar lavro este termo. Eu, Francisco Gosé da Silva Campos, escrivão o escrevy.

Termo de remessa

E logo em seguida faço remessa destes <300> autos ao Senhor Segundo Tabellião, Major <Campos> Freitas; de que para comtas lavro este termo Eu, Francisco Gosé da Silva Campos, Escrivão dos Orphaus que o escreuj.

Remettidos

Recebimento —

No mesmo dia, mez e anno <300> <Freitaz> segue declarado. recebi estes autos do escrivaõ dos Orphaõs, do que faço este termo. — Eu, joão Luiz de Freitas, escrivaõ, o escreuy

[*fl. 22v*]

Boi de nome — Brazileiro, avaliado na quantia de quarenta mil reis, que a <40$000> margem sae. Hua Vaca parida, de nome — Laranja, avaliada na quantia de quarenta e cinco mil reis, que a mar- <45$000> gem sae.

Jmmoveis: —

Oitocentos e quarenta e sete hectaros [*sic*], ou cento e setenta e cinco alqueires de terras de cultura, nesta Fazenda da Bôa Esperança, avaliados a cento e quatro reis, cada aro, importaõ na quantia de oito contos, oitocentos e oito mil e oitocentos reis, que <8:808$800> a margem sae. Mil duzentos e oitenta e quatro hectares e sessenta aros, ou duzentos e sessenta e cinco alqueires, de terras de cultura, nesta Fazenda da Bôa Esperança, avaliados a noventa e dois reis cada are, importaõ na quantia de onze contos, oitocentos e dezoito mil trezentos <11:818$320> e vinte reis, que a margem sae. — Noventa e seis hectares e oitenta aros, ou vinte alqueires de matto Virgem, nesta mesma Fazenda da Bôa Esperança, avaliados a duzentos e seis reis cada aro, importaõ

[fl. 23]

importaõ na quantia de um conto novecentos e noventa e quatro mil e oitenta reis, que a margem sae. Cento e vinte <1994$080> um hectares, ou vinte cinco alqueires de pasto de mellozo, denominado João Dantas, avaliado a cento e sessenta e cinco reis cada aro, e nesta mesma Fazenda da Bôa Esperança, importaõ na quantia de um conto, novecentos e noventa e seis mil e quinhentos reis, que a margem sae. Cento e vinte um <1:996$500> hectaros ou vinte cinco alqueires de pasto de mellozo, denominado - Hacara [?], nesta mesma Fazenda da Bôa Esperança, avaliado a cento e dez reis cada aro, importaõ na quantia de um conto, trezentos e trinta e um mil reis,

que a margem sae. Novecentos e no- <1331$000>
venta e dois hectaros e vinte aros,
ou duzentos e cinco alqueires de Cam-
pos de crias, nesta mesma Fazenda
da Bôa Esperança, avaliadas a qua-
renta reis cada aro, importaõ na
quantia de tres contos novecentos e
sessenta e oito mil e oitocentos reis, que

[fl. 23v]

<3:928$800> que a margem sae. Mil quatrocentos
e cincoenta e dois hectaros ou tre-
zentos alqueires de Campos na serra,
nesta mesma Fazenda da Bôa Esperança,
de um e outro lado da serra, avaliados
a vinte reis cada aro, importaõ na quan-
tia de dois contos novecentos e quatro
<2904$000> mil reis que a margem sae. Hu moinho,
em caza de Camillo, nesta mesma Fazen-
da da Bôa Esperança, avaliado na quan-
<80$000> tia de oitenta mil reis, que, a margem sae.
Hua morada de cazas, nesta mezma
Fazenda, residencia de EuCesia Ferreira
de Mendonça, avaliada na quantia de
<600$000> seiscentos mil reis, que a margem sae.
Hua morada de cazas, com moinho,
e quintal, nesta mezma Fazenda, onde
reside Onofre Ferreira de Rezende, avalia-
da na quantia de quinhentos mil reis,
<500$000> que a margem sae. Hua morada de
cazas, coberta de sinos, no Retiro,
avaliada na quantia de duzentos e
<250$000> e cincoenta mil reis, que a margem sae.
Hua morada de cazas pequena, coberta
de telhas, no logar denominado Recreio, nes-

[fl. 24]

nesta mesma fazenda, avaliada na
quantia de cento e vinte mil reis; que
a margem sae. Hua morada de cazas <120$000>
assoalliada, com quintal, nesta mesma
Fazenda, avaliada na quantia de quatro
centos e cincoenta mil reis, que a mar-
gem sae. Hua cazinha terrea, coberta <450$000>
de telhas, muito pequena e ordinaria, a-

valiada na quantia de sessenta mil reis,
que a margem sae. Hua morada de <60$000>
cazas terrea, no logar denominado Ca-
choeira, avaliada na quantia de du-
zentos e sessenta mil ries, que a margem
sae. O maçame desta Fazenda da <260$000>
Bôa Esperança, comprhendendo ca-
zas de vivenda, um correr [?] de cazas
no terreiro, Engenho de calnidro [?], Enge-
nho de serra, Moinho, Paiol, uma
machina de manteiga, seva de por-
cos, algumas cobertas de telhas, um
grande pomar, e tres pastos peque-
nos ao redor das cazas, avaliado
tudo na quantia de seis contos de reis,
que a margem sae. — <6:000$000>
- dividas. activas -

Carta de Liberdade de Ignez

Transcrito **especificamente para esta pesquisa** por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993*)* para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e **desde que citada a fonte**.

Carta de liberdade da escrava Inês 1872 – Arquivo Público Municipal de Bonfim.

[*img_1*]

Como Illustrissimo José Jgnacio da Silva Malta
Fracisco Bernardino Ad incula [?]

Carta de liberdade da Escrava Jgnez.

eu abaixo assignada, Maria Thereza Sovam Mon-
teiro de Barros, declaro liberta, sem condiçaõ
alguma a minha escrava Jgnez, filha de Cathe-
rina, solteira, com quarenta e oito anos no

prezente, custureira de bôa aptidaõ para o
trabalho, matriculada na Collectoria do
Ouro Preto aos vinte e nove de Julho de mil oito
centos e setenta e dous, sob os numeros mil seiscentos
e dous da matricula geral do municipio. Outrosim
declaro que assim a liberto muito de minha espom
tanea vontade, mediante a respectiva remune-
racaõ que a sociedade abolicionista bemefim
nence [?][152], deo-me pela mesma liberdade; porquan-
to de hoje em diante é a mesma livre; e para os
effeitos legais mandei passar a prezente corta que
assigno Cidade do Bomfim dez de Janeiro de mil
oitocentos e oitenta e seis. Maria Thereza Sovam
Monteiro de Barros. É o que continha em a dita car-
ta que aqui bem e fielmente a copiei e có [?] oito
Original me reporto em meu poder digo em po-
der de seu aprezentante [*sic*] Mariano José de Souza
que á havela recebia abaixo se assigna nes-
ta Cidade do mesmo dia mes e anno su-
pra declarados E eu Candido Pinto Octavio Sigmudo
Tabelliaõ que a escrevi e assinei.

Candido Pinto Octavio

Marianno Jose de Sousa.

[fl. 36v]

Audiencia de 4 de Dezembro de 1880. P. [?] Tenente Coronel Campos

Porteiro o official de Justiça Antonio da Cunha Junior
Silva Vieira Nada houve

Audiencia de 11 de Dezembro de 1880. P P.

Porteiro o official de Justiça Antonio Barros da Cunha Junior

Silva Vieira Nada houve

Audiencia de 18 de dezembro de 1880 P. P. Tenente Coronel Campoz e
Major Maciel
Porteiro euleso [?] o official de Justiça
Miguel Rodrigues de Almeida.

[152] Acredito que a intenção da pessoa possa ter sido de escrever a palavra “beneficente” talvez.

Pelo Senhor Juis de Orphaos, Primeiro Substituto em exercico, forão declarados libertos pelo fundo de emancipação que cabe a este municipio os escravos seguintes:

Ritta, de cor preta, de 30 annos, cazada, fiadeira, matriculada sob o nº 333 da matricula geral, pertencente à José [*uma palavra ilegível*] asis [?] e outros.

<1º+>

<2º> João, de cor preta, de 38 anos cazado, roceiro, matriculado sob o nº 2826 da matricula geral, pertencente à Antonio Ferreira de Azevedo e outros.

<+>

<2º> Romão, de côr preta, de 48 anos cazado, roceiro, matriculado sob o nº 802 da matricula geral, pertencente

[fl. 37]

<[*duas palavras ilegíveis*]>

pertencente à Emmerenciano Alves de Brito.

<4º> Josepha, de cor preta, de 40 annos, cazada fiadeira, matriculada sob o nº 1570 da matricula geral, pertencente à Antonio Lourenço da Cunha.

<5º> Eva, de cor parda, de 17 annos, solteira, fiadeira, fi lha da supra dita Josepha, matriculada sob o nº 1572 da matricula geral, pertencente ao mesmo Lourenço da Cunha.

<6º> Anna, de cor parda, de 13 annos, solteira, fiadeira, tãobem filha da supradita Josepha, matriculada sob o nº 1573 da matricula geral, e pertencente ao mesmo Lourenço da Cunha.

<7º> Raphael, de cor parda, de 30 anos, cazado, lavrador, matriculado sob o nº 128 de matricula geral, pertencente à Joaquinna Maria da Fonceca.

<8º> João Ribeiro, cazado, pedreiro, matriculado sob o nº 10574 de matricula geral, pertencente à Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barroz

<9º> Purcina de cor pada [*sic*], de 45 anno, cazada, cozinheira, matriculada sob o nº 10321 da matricula geral, pertencente à Martinho, João e outros tutellos, filhos dos fallecidos João Gomes de Rezende [*uma palavra ilegível*] malleiro

<10º> Leopoldina, de cor parda, de 15 annos, soltera, fiadeira, filha da supradita Purcina, matriculada sob o nº 10324 da matricula geral, pertencente a

[fl. 37v]

pertencente aos mesmos Martinho, João e outros tutellados.

<11º> Custodia, de cor preta, de 11 annos, fiadeira, filha da supradita Purcina, matriculada sob o nº 10325 da matricula geral, pertencente aos mesmos Martinho, João e outros tutellados.

E requer se [?] passasse os respectivos editaes, para verem áffixados na porta da Matriz de cada Parochia deste municipio

<12º> Maria, de cor parda, de 9 annos matriculada sob o nº 1325 da matricula geral, filha da supradita Purcina, e pertencente aos mesmos Martinho, João e outros tutellados.

E que se passasse os respectivos editaes para serem áffixados na parte da Matriz de cada Parochia d'este municipio.

Silva Vieira Nada mais houve
Lancado, nos autos

Audiencia de 5 de Fevereiro de 1881-
Porteiro official de Justiça Antonio Romos da Cunha Junior
Sousa Lopes. Nada houve

Audiencia de 12 de fevereiro de 1881-
Porteiro o official Miguel Rodriguez de Souza
Sousa Lopes/ Nada houve

Ação pela liberdade de José Carreiro

Transcrito especificamente para esta pesquisa por Marina Oliveira dos Santos, mestranda em História na UFMG e coordenadora da Oficina de Paleografia da UFMG, de acordo com as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993) para uso educativo e sem finalidade comercial. Permitido o compartilhamento para o mesmo uso e desde que citada a fonte.
Ação pela Liberdade de José Congo (carreiro) – Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto

[*IMG_20231031_094249*]

Códice 225
Auto 3731
1º ofício
1886

[*IMG_20231031_094257*]

<1886>
Juizo de Direito
do Civil da Comar=
ca do Ouro Preto.
Deposito para liberdade

Supplicante = Jose - Côngo -

Supplicados = Os herdeiros de Dona
Maria Thereza Sovan Monteiro de Barros

O Escrivão, Silvino
Autuaçaõ
Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jezus Chrizto de mil oitocen=
tos e oitenta e seis, nesta Jmperial
Cidade de Ouro Preto, em meu
cartorio, aos vinte sete dias do
m[e]z d[e] Julho do dito anno, autúo
a petiçaõ e documentos que adian=
te se seguem, do que para cons=
tar lavro este termo. Eu Ma=
noel Silvino, escrivaõ inte=
rino, o escreve.

[*IMG_20231031_094326*]

<Ao 1º Officio em 27ª julho de 1886.
[*uma assinatura*]>

Illustrissimo Senhor Doutor Juis de Direito

Seja prezente ao Substituto
Ouro Preto 23 de Julho de 1886.
[*uma assinatura*]

//D. e A., como requer. — Como deposita -
//rio do Supplicante nomeio o Doutor Leonidas
//Botelho Damazio e como Curador
//o Doutor Cezarino Ribeiro, os quaes sejão=

Dis José, congo (conhecido por José Carreiro), escravisado dos herdeiros de Dona Maria Theresa Sovam Monteiro de Barros, ha pouco fallecida, que tendo sido importado para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, como o prova a sua idade declarada na certidão junta, quer tratar de rehaver a sua liberdade, e, para isto, precisa que Vossa Senhoria se digne de nomear-lhe depozitario e um curador que possa promover a competente acção.

Para deferimento.

E. Receberá. Mercê

ouro Preto, 23 de julho de 1886.

A rogo do Supplicante
Leonidas Botelho Damagio

[*IMG_20231031_094337*]

intimados, aquelle para assignar o termo de deposito e este prestar o necessario juramento.

Ouro Preto, 23 de Julho de 1886.
Ferreira Alves

Certifico que intimei ao Doutor
Cezarino Ribeiro do conteúdo
do despacho supra e retro; do
que ficou bem sciente e dou fé.
ouro Preto, 27 de Julho de 1886.
O Escrivam *Manoel Silvino*

[*IMG_20231031_094342*]

Jllustrissimo Senhor Collector

Senhor ouro Preto 22 de
Julho de 1886
T Costa

José, africano (conhecido por
José Carreiro), escravo de Dona Ma-
ria Theresa monteiro de Barros,
residente na fazenda da "Proui-
dencia", freguesia de Sao José do
Paraopeba, municipio de ouro
Preto, precisa, a bem de seu
direito, para tratar de sua li-
berdade, que Vossa Senhoria lhe dê por cer-
tidão o teor de sua matri-
cula ou averbação n'este mu-
nicipio.
Para defirimento.

E. Receberá Mercê

Ouro Preto, 21 de julho
de 1886.
A rogo de Supplicante

Leonidas Botelho Damagio

[*IMG_20231031_094354*]

Certifico que escreuo o Livro de noua
matricula de Escravos, existente [?] n'esta

Collectoria, d'elle a folhas um encontrei a matricula de que trata o peticionario, cujo theor é o seguinte numero de ordem tres, nome de Senhora, Dona Maria Theresa Sovam Monteiro de Barros, residencia Piedade do Paraopeba, numero da matricula geral, tres, nas relações apresentadas tres, dada de Matricula, quinze de Abril de mil oitocentos e oitenta e seis, nome do Escrauo José, cor preta, idade, cincoenta e quatro annos, estado, casado, filiação Jgnorada, Profissão Carreiro, valor de trabalho, quatrocentos mil reis, Observações marido a Jacintha É o que Contem o dito livro em imferencia ao Sobredito escrevo e a elle por esposto. Eu Antonio torquato Pinto Coelho Escrivão Ajudante de Collectoria a escrevi e subscrevo - Ouro preto 29 de Julho de 1886. Antonio Augusto Pinto Coelho Conforme T. Costa

Termo de juramento

Aos vinte e sete dias do mez de Ju= lho do anno do Nazcimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e oitenta e seis em a casa da residencia do Doutor Gabriel de Oliveira Santos; Juiz substituto ao de Direito da Co= marca do Ouro Preto, nesta Cidade, presente o mesmo Juiz

[*IMG_20231031_094358*]

Juiz, comigo escrivaõ de seu cargo adiante nomeado, ahi compare= ceu o Doutor Cezarino Ribeiro, no= meado Curador do Supplican= te, o mesmo Juiz deferio ao dito Curador o juramento doz Santos Evangelhos, na forma da lei, de bem e fielmente defender os direitos de Jose Côngo, e reci= bido e acceito o dito juramento

assim o prometteu cumprir
Do que para constar lavro
o prezente em que se assigna
o Juiz e o juramentado. Eu
Manoel Silvino, o escreui.
G. Santos
Cesarino Ribeiro.

[*IMG_20231031_094423*]

Jllustrissimo Senhor Doutor Juis de Direito

Nos autos.
Ouro Preto 29 de Julho de 1886.
G. Santos

Dis José, natural d'África (conhecido por José Carreiro), que, por beneficio de restituição, querendo promover os termos de uma acção summaria de liberdade contra seus pretensos senhores, herdeiros de Dona Maria Theresa Sovam Monteiro de Barros, residentes na fazenda "Providencia," fregu[e]sia da Piedade do Paraopeba, municipio de Ouro Preto, requér a Vossa Senhoria se digne de mandar cital-os para á primeira audiencia d'este juiso falarem a um libello civel em cujos artigos melhor exporá o supplicante o seu direito e intenção, ficando desde logo os supplicados citados para todos os mais termos e actos judiciaes, até final sentença e sua execuçaõ.

Para deferimento

E. Receberá Mercê

ouro Preto, 29 de julho de 1886.

o curador,

Cesarino Ribeiro.

[*IMG_20231031_094432*][153]

Concluzam

Aos sete dias do mez de Agosto
de 1886, nesta Cidade do Ouro
Preto, em meu cartorio, faço
eztes autos conclusos ao Doutor
Gabriel de Oliveira Santos, Juiz
substituto do de Direito desta
Comarca; do que faço este termo
Eu Manoel Silvino, o escrevi.

Concluzos

[*IMG_20231031_094436*]

Jllustrissimo Senhor

Estando em duvida se devo jun=
tar aos autos deposito, unicos existen=
tes em meu cartorio em que é parte
o Supplicante, porque aquella providencia
foi instituida, tendo por base as
disposiçoẽs do Alvará de 10 de Março
de 1682, e modernamente adop=
tado por nossas leis, como prepara=
torio para algumas causa de juris=
dicçaõ especial; e tem fundamento
o deposito preliminar, na hippotheze,
para melhor defenderem os liberta=
dos os seus direitos, como segurança
individual *ad evitandos sivitias*.
Ramalho Praxe Brazil $100 nº 5
e nota; ou se deve ser essa petição
considerada como inicial para
propositura da acçaõ estatuida [*sic*]
pelo Decreto nº 5135 de 13 de No=
vembro de 1872 artigos 80 e 81, e De=
creto nº 4824 de 22 de Novembro
de 1871, que <mandaõ que> tal processado seja

[*IMG_20231031_094458*]

o dos artigos 237 a 244 do Regulamen=
to nº 737 de 25 de Novembro de

[153] O texto nesta folha contém dois riscos verticais que abrangem o texto todo, de cima abaixo.

1850; por isso, levo os autos a
presença de Vossa Senhoria para ordenar - ou
o que for de direito, crido [?] tambem
por linha a petiçaõ.

Deus Guarde a Vossa Senhoria
Ouro Preto, 7 de Agosto de 1886
Jllustrissimo Senhor Doutor Gabriel de Oliveira Santos
D. D. Juiz Substituto do de Direito
da Comarca do Ouro Preto, com
jurisdicçaõ parcial

O Escrivam
Manoel Siluino
Concluzam

E logo faço estes autos concluzos
ao Doutor Gabriel de Oliveira Santos,
Juiz Substituto do de Direito desta Co-
marca, com jurisdicçaõ parcial; do
que faço este termo. Eu Manoel
Silvino, o escrevi Conclusos

[*IMG_20231031_094501*]

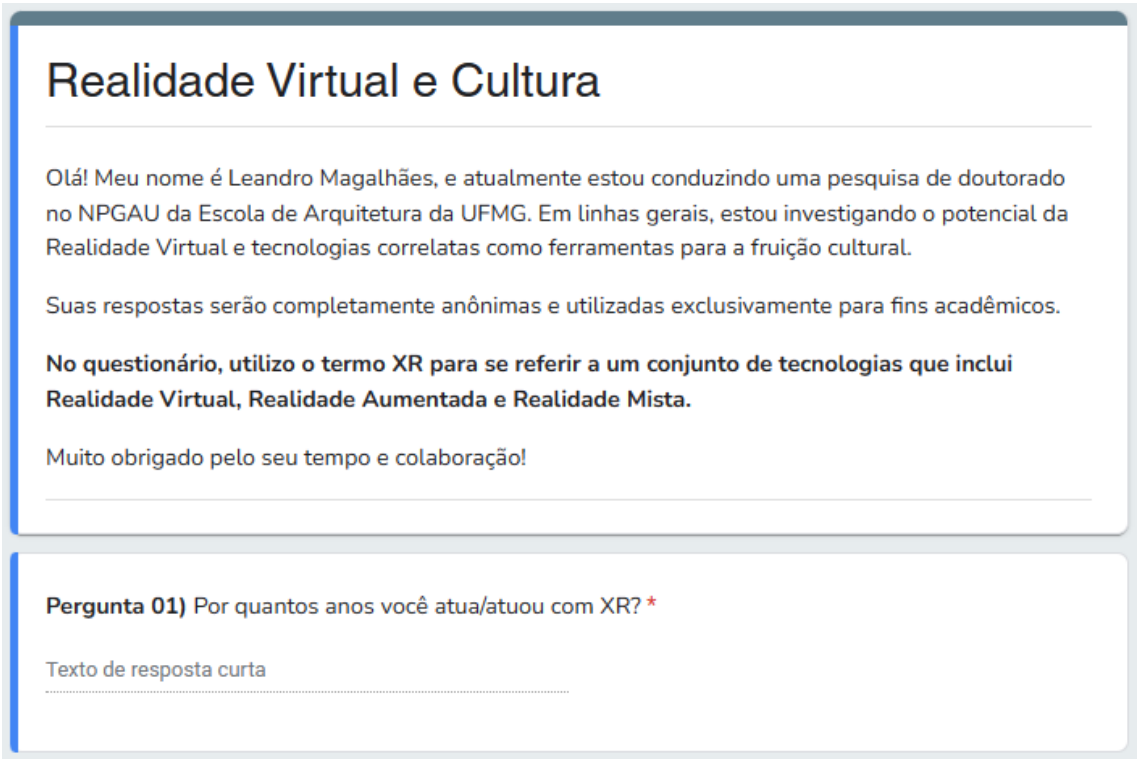
Recibidos á 12 de Agosto.

[*IMG_20231031_094511*]

[*em branco*]

APÊNDICE B – Respostas do formulário

FORMULÁRIO



Realidade Virtual e Cultura

Olá! Meu nome é Leandro Magalhães, e atualmente estou conduzindo uma pesquisa de doutorado no NPGAU da Escola de Arquitetura da UFMG. Em linhas gerais, estou investigando o potencial da Realidade Virtual e tecnologias correlatas como ferramentas para a fruição cultural.

Suas respostas serão completamente anônimas e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

No questionário, utilizo o termo XR para se referir a um conjunto de tecnologias que inclui Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista.

Muito obrigado pelo seu tempo e colaboração!

Pergunta 01) Por quantos anos você atua/atuou com XR? *

Texto de resposta curta

Pergunta 02) Em quais áreas você já trabalhou em projetos de Realidade Estendida (XR)? *
Selecione todas as aplicações relevantes.

- [ ] Educação formal (ensino fundamental, médio, superior)
- [ ] Treinamentos corporativos
- [ ] Jogos sérios
- [ ] Jogos
- [ ] Filmes
- [ ] Redes Sociais
- [ ] Outras formas de entretenimento
- [ ] Patrimônio histórico-cultural material
- [ ] Patrimônio imaterial
- [ ] Museus
- [ ] Exposições
- [ ] Arquitetura/Empreendimentos imobiliários
- [ ] Engenharia/Desenho industrial
- [ ] Indústria tradicional
- [ ] Vendas
- [ ] Outros fins corporativos
- [ ] Saúde
- [ ] Esportes
- [ ] Fins acadêmicos/Pesquisa
- [ ] Arte
- [ ] Não apliquei XR em nenhum projeto
- [ ] Outros...

Pergunta 03) Quais recursos você já utilizou nos projetos em que atuou? Selecione todas as opções relevantes: *

- [ ] Modelagem 3D
- [ ] Modelagem tipo BIM
- [ ] Escaneamento Laser
- [ ] Fotogrametria (digitalização 3D por fotos)
- [ ] LIDAR
- [ ] Sonorização 3D
- [ ] Fotografias em 360 graus
- [ ] Vídeos em 360 graus
- [ ] Renderização em tempo real
- [ ] Realidade Aumentada (RA)
- [ ] Realidade Virtual (RV)
- [ ] Realidade Mista
- [ ] Inteligência Artificial
- [ ] Outros...

Pergunta 04) Quantos projetos XR você desenvolveu no último ano (2022)? *

Texto de resposta curta

Pergunta 05) Quais dispositivos de Realidade Estendida (XR) você já utilizou em seus projetos? Selecione todas as opções relevantes: *

- [ ] VR Vive HTC
- [ ] Oculus Quest
- [ ] Oculus Rift
- [ ] PlayStation VR
- [ ] Smartphones para AR
- [ ] Smartphones para RV
- [ ] Google Cardboard (ou similar)
- [ ] Samsung Gear VR
- [ ] Microsoft HoloLens
- [ ] Magic Leap One
- [ ] Google Glass
- [ ] Apple Vision Pro
- [ ] Outros...

Pergunta 06) Quais *engines* você utiliza no desenvolvimento dos projetos de XR? Selecione todas as opções pertinentes: *

- [ ] Unreal Engine
- [ ] Unity
- [ ] CryEngine
- [ ] Amazon Lumberyard
- [ ] Cocos2d
- [ ] Sketchfab
- [ ] Blender Game Engine
- [ ] WebXR
- [ ] A-Frame
- [ ] Three.js
- [ ] Babylon.js
- [ ] Outros...

Pergunta 07) Você já participou de projetos no âmbito das XR voltados especificamente para a cultura afro-brasileira? *

- ( ) Sim
- ( ) Não

Pergunta 08) Quais as modalidades de fomento já foram adotadas nos projetos XR em que atuou? *

- [ ] Lei Federal de Incentivo à Cultura
- [ ] Lei Estadual de Incentivo à Cultura
- [ ] Lei Municipal de Incentivo à Cultura
- [ ] Contratação privada
- [ ] Contratação pública
- [ ] Recursos próprios
- [ ] Concurso/Prêmio
- [ ] Outros...

Pergunta 09) Em quais estados brasileiros foram realizados os projetos XR em que você atuou? (estados que foram atendidos pelo produto final) Selecione todos os aplicáveis: *

- [ ] Acre
- [ ] Alagoas
- [ ] Amapá
- [ ] Amazonas
- [ ] Bahia
- [ ] Ceará
- [ ] Distrito Federal
- [ ] Espírito Santo
- [ ] Goiás
- [ ] Maranhão
- [ ] Mato Grosso
- [ ] Mato Grosso do Sul
- [ ] Minas Gerais
- [ ] Pará
- [ ] Paraíba
- [ ] Paraná
- [ ] Pernambuco
- [ ] Piauí
- [ ] Rio de Janeiro
- [ ] Rio Grande do Norte
- [ ] Rio Grande do Sul
- [ ] Rondônia
- [ ] Roraima
- [ ] Santa Catarina
- [ ] São Paulo
- [ ] Sergipe
- [ ] Tocantins
- [ ] Não realizei trabalhos no Brasil

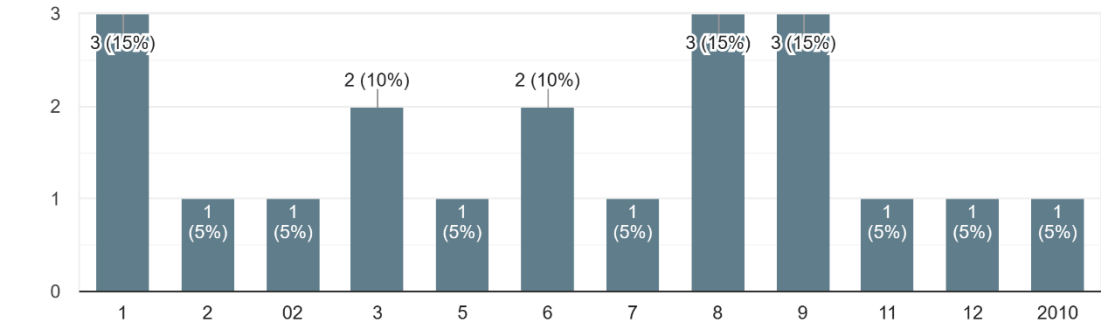
Campo livre - Registre eventuais observações, sugestões e informações adicionais.

Texto de resposta longa

RESPOSTAS DO FORMULÁRIO

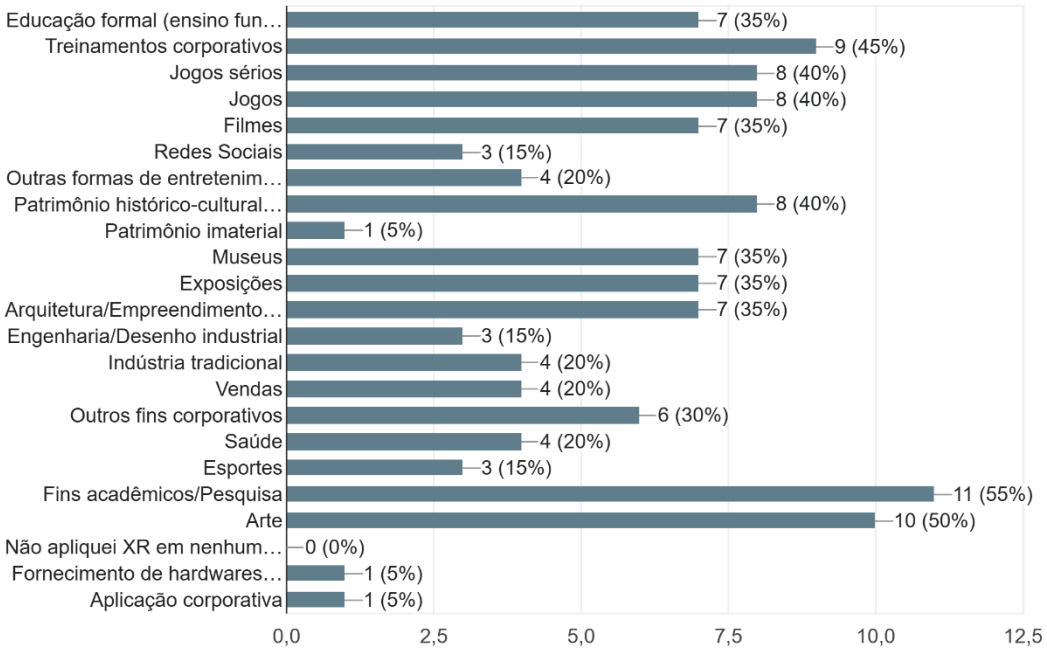
Pergunta 01) Por quantos anos você atua/atuou com XR?

20 respostas



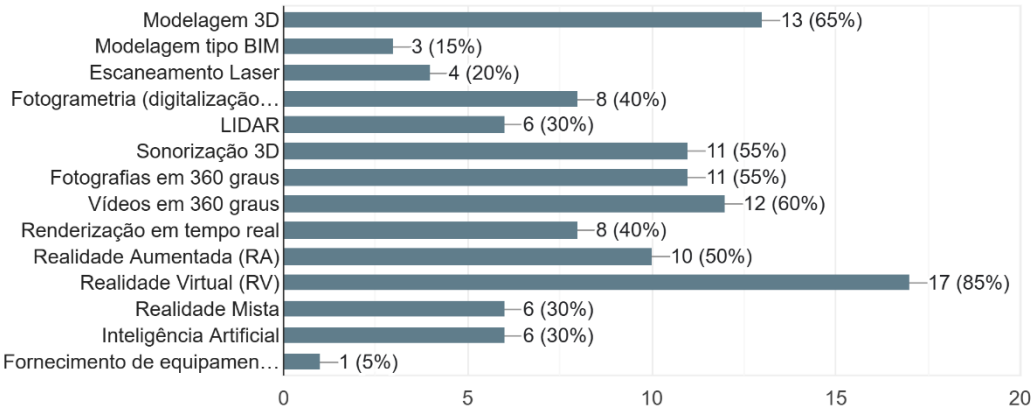
Pergunta 02) Em quais áreas você já trabalhou em projetos de Realidade Estendida (XR)? Selecione todas as aplicações relevantes.

20 respostas



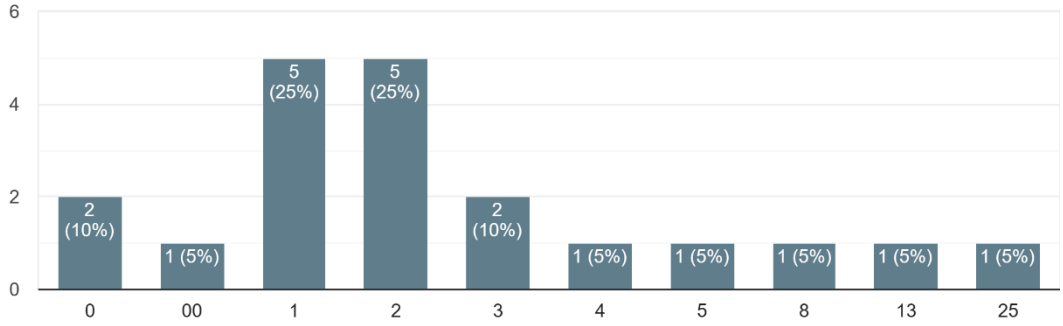
Pergunta 03) Quais recursos você já utilizou nos projetos em que atuou? Selecione todas as opções relevantes:

20 respostas



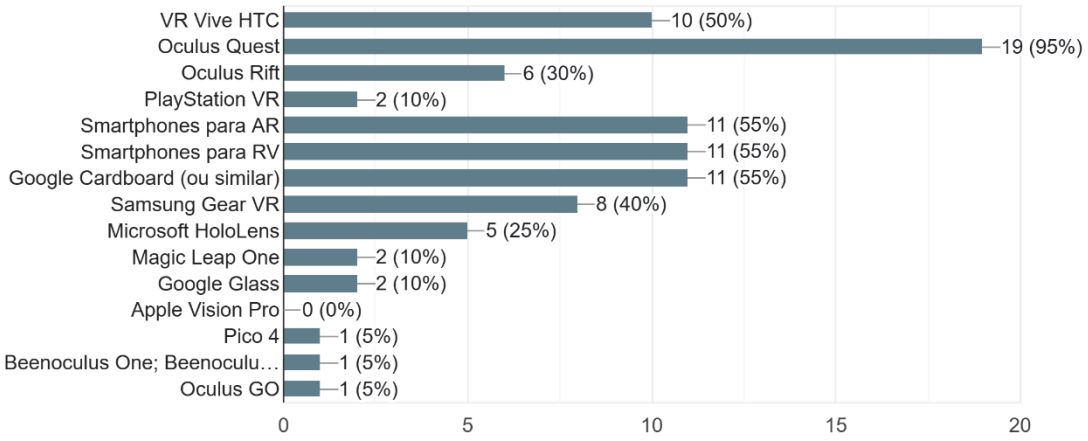
Pergunta 04) Quantos projetos XR você desenvolveu no último ano (2022)?

20 respostas



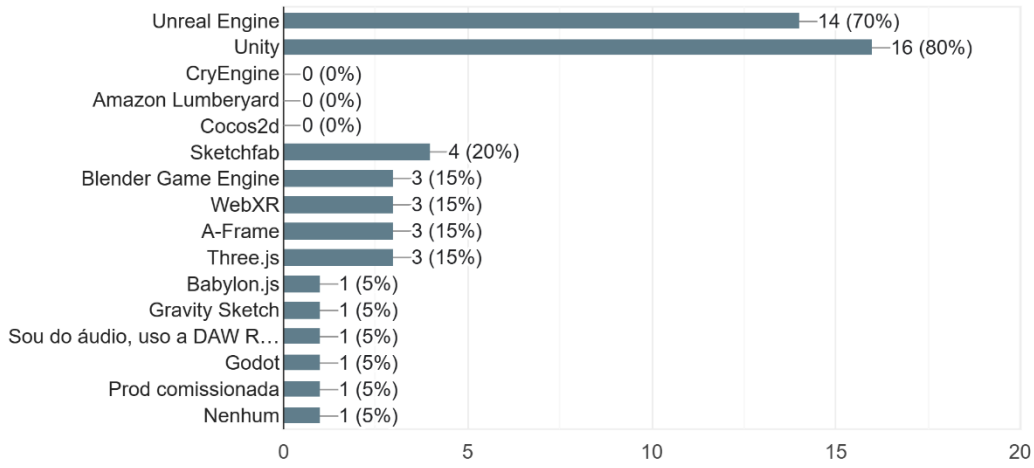
Pergunta 05) Quais dispositivos de Realidade Estendida (XR) você já utilizou em seus projetos? Selecione todas as opções relevantes:

20 respostas



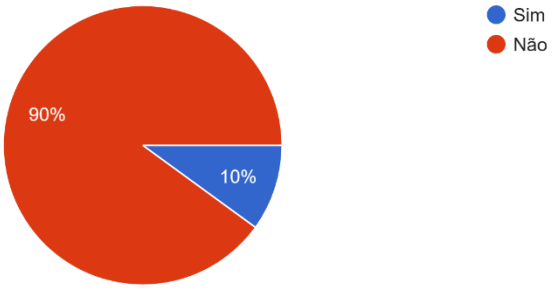
Pergunta 06) Quais engines você utiliza no desenvolvimento dos projetos de XR? Selecione todas as opções pertinentes:

20 respostas



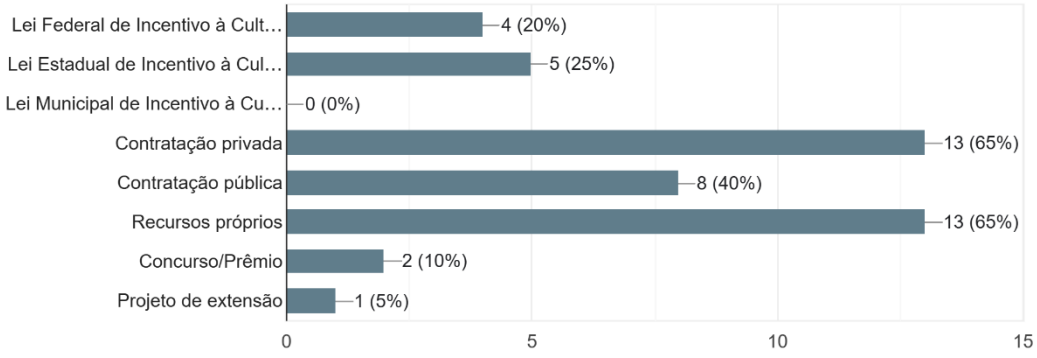
Pergunta 07) Você já participou de projetos no âmbito das XR voltados especificamente para a cultura afro-brasileira?

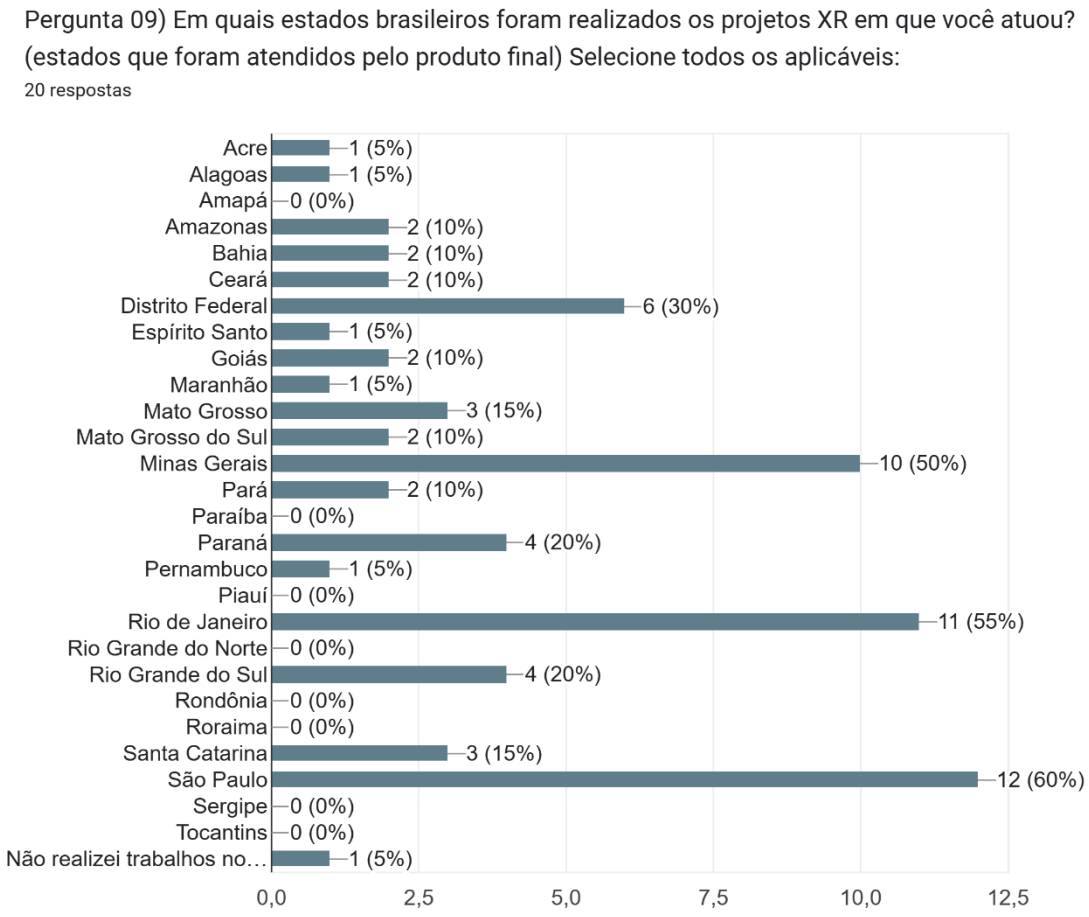
20 respostas



Pergunta 08) Quais as modalidades de fomento já foram adotadas nos projetos XR em que atuou?

20 respostas





Campo livre - Registre eventuais observações, sugestões e informações adicionais. 3 respostas

“Realizamos projetos de XR também fora do Brasil. Não trabalhamos especificamente com projetos afro-brasileiros, mas trabalhamos projetos com indígenas brasileiros.”

“Seria bacana incluir facetas internacionais nesse mapeamento, e principalmente disponibilizar os dados posteriormente (pelo menos aos que responderam à XRBR).”

“Seu projeto me interessa muitíssimo, pois coordeno um Projeto de Extensão chamado Metaversidade na UFRJ. Segue a gente no Instagram para mantermos contato! @metaversidade”

APÊNDICE C – Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba

(Continua)

Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
	Folhas:	**26v - 38v**										
	Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
	Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
	Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
	Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
1	Luciana Crioula		Augusta	José Bento	I	Crioula	feminino		18		700$000	
2	Augusta	Luciana Crioula			I	Cabra	feminino		4		300$000	Doadas ao Doutor Antonio José Monteiro
3	Faustina cabra				NI	Crioula	feminino		12		600$000	
4	Bernarda Crioula		Antonio Crioulo	Antonio de Miranda	II	Crioula	feminino		30		600$000	
5	Lucia Crioula		Moisés Cabra; Dina Crioula	Pedro Benguella	III	Crioula	feminino		24		700$000	
6	Moisés Cabra	Lucia Crioula			III	Cabra	masculino		2	"adoentado"	200$000	"adoentado"
7	Dina Crioula	Lucia Crioula			III	Crioula	feminino		8 meses		150$000	
8	Januária Crioula		Rita Crioula; Daniel Crioulo; David; Eusebio	Paulo	IV	Crioula	feminino		30		650$000	
9	Rita Crioula	Januária Crioula			IV	Crioula	feminino		14		500$000	
10	Daniel Crioulo	Januária Crioula			IV	Crioula	masculino		9		450$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
	Folhas:	**26v - 38v**										
	Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
	Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
	Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
	Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
11	David	Januária Crioula			IV	Crioula	masculino		5		400$000	
12	Eusebio creoulo	Januária Crioula			IV	Crioula	masculino		2		250$000	
13	Valeriana crioula	Januária Crioula			IV	Crioula	feminino		9 meses		80$000	
14	Joanna Baptista de Nação		Francisca Creoula	Thomé	V	de Nação	feminino		34		650$000	
15	Francisca Creoula	Joanna Baptista de Nação			V	Crioula	feminino		14		700$000	
16	Florinda de Nação			Joaquim Euú	VI	de Nação	feminino		50		360$000	
17	Antonia crioula			Joaquim Cassange	VII	Crioula	feminino		22	muda	550$000	muda
18	Victoria de Nação Benguella			Antonio Manoel	VIII	Benguela	feminino		45		400$000	
19	Catharina de Nação		Belinaria Crioula; Guilhermina Crioula; Abrahaõ	Felis	IX	de Nação	feminino		36		400$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	20	Belinaria Crioula	Catharina de Nação			IX	Crioula	feminino		5		350$000	
	21	Guilhermina Crioula	Catharina de Nação			IX	Crioula	feminino		3	"rendida do imbigo"	150$000	
	22	Abrahaõ	Catharina de Nação			IX	NI	masculino		10 meses		150$000	
26	**23**	**Ines Crioula**		**Cecília;Julia;Persiliana**		**X**	**Crioula**	**feminino**		**25**			
27	24	Cecília	Ines Crioula			X	NI	feminino		7			**Doadas ao herdeiro, seu filho, Joaquim José Monteiro de Barros**
28	25	Julia	Ines Crioula			X	NI	feminino		4		**2:000$000**	
29	26	Persiliana	Ines Crioula			X	NI	feminino		18 meses			
8	27	Theodora de Nação		Margarida Crioula	Joaquim Casambé (Carumbé)	XI	de Nação	feminino		40		500$000	
	28	Margarida Crioula	Theodora de Nação			XI	Crioula	feminino		9		500$000	
	29	Marianna Cabra		Anna Cabra; Carolina Crioula		XII	Cabra	feminino		57		300$000	

)

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	30	Anna Cabra	Marianna Cabra			XII	Cabra	feminino		11		600$000	
	31	Carolina Crioula	Marianna Cabra			XII	Crioula	feminino		8		500$000	
	32	Efigenia Crioula		Virginia Cabra	Gabriel	XIII	Crioula	feminino		24		700$000	
	33	Virginia Cabra	Efigenia Crioula			XIII	Crioula	feminino		4		400$000	
12	34	Micaella			Sebastião	XIV	NI	feminino		55		450$000	
	35	Perpetua de Nação			Estevaõ	XV	de Nação	feminino		52		460$000	
	36	Joaquina de Nação			Joaõ Jose	XVI	de Nação	feminino		65		300$000	
	37	Delfina Crioula				NI	Crioula	feminino		30		560$000	
	38	Maria Banguella				NI	Benguela	feminino		70		60$000	
	39	Balbina Cabra				NI	Cabra	feminino		25		500$000	
	40	Clara de Nação				NI	de Nação	feminino		25	"mais ou menos esterica"	600$000	"mais ou menos esterica"
	41	Cypriana de Nação			Felippe	XVII	de Nação	feminino		80		60$000	
	42	Brigida de Nação		Manosio Creoulo	Pedro Congo	XVIII	de Nação	feminino		25		700$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

Ordem												
	Documento fonte:	**Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba**										
	Folhas:	**26v - 38v**										
	Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
	Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
	Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
	Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
43	Manosio Creoulo	Brigida de Nação			XVIII	de Nação	masculino		3		300$000	
44	Marcella preta de Nação				NI	de Nação	feminino		80	"se acha muito acabrunhada"; "mau estado"	0	"se acha muito acabrunhada"; "mau estado"
45	Mariana Roza preta de Nação			Luiz	XIX	de Nação	feminino		36		600$000	
46	Mariana preta de Nação		Thomasia; Theodora Crioula	Fernando	XX	de Nação	feminino		50		450$000	
47	Thomasia	Mariana preta de Nação			XX	NI	feminino		20		650$000	
48	Theodora Crioula	Mariana preta de Nação	Filomena parda; Guilherme crioulo		XX	Crioula	feminino		18		750$000	
49	Filomena parda	Theodora Crioula			XX	Parda	feminino		4		350$000	
50	Guilherme crioulo	Theodora Crioula			XX	Crioula	masculino		6 meses		150$000	
51	Maria Izabel Crioula			Lourenço	XXI	Crioula	feminino		25		600$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	52	Candida Crioula			Francisco Crioulo	XXII	Crioula	feminino		30		600$000	
	53	Tereza preta de Nação			Sabianno Bahia	XXIII	de Nação	feminino		40		560$000	
	54	Josefa preta de Nação				NI	de Nação	feminino		40		450$000	
23	55	Romana Crioula			Zacharias	XXIV	Crioula	feminino		30	Papeira	400$000	
	56	Jacinta Crioula			Rodrigo digo Protazio	XXV	Crioula	feminino		16		700$000	
	57	Antonio Crioulo	Bernarda Crioula			II	Crioula	masculino		7		550$000	
10	58	Rosa Crioula			Sabino	XXVI	Crioula	feminino		18		700$000	
	59	Maria de Jezus preta de Nação				NI	de Nação	feminino		50		350$000	
	60	Barboza cabra			Joze Ribeiro	XXVII	Cabra	feminino		30		600$000	
	61	Leopoldina parda	Bárbara (morreu)			XXVIII	Parda	feminino		18 meses		250$000	
	62	Izabel Crioula		Narciso Creoulo		XXIX	Crioula	feminino		45		500$000	
	63	Narciso Creoulo	Izabel Crioula			XXIX	Crioula	masculino		7		550$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
55	64	Quintiliana Cabra				NI	Cabra	feminino		65	"muito adoentada"	60$000	"muito adoentada"
	65	Sophia Crioula	Joaõ Ribeiro			XXX	Crioula	feminino		7		500$000	
2	66	João Crioulo	João Ribeiro			XXX	Crioula	masculino		4		400$000	
22	67	Zacharias preto de Nação			(casado)	XXIV	de Nação	masculino		30		750$000	"he quibiado"
	68	Camillo Crioulo				NI	Crioula	masculino		24		800$000	
	69	Mizael Crioulo				NI	Crioula	masculino		24		800$000	
	70	Jose Bento preto de Nação			(casado)	I	de Nação	masculino	Alfaiate	30		800$000	
	71	Antonio preto de Nação				NI	de Nação	masculino	Carapina	40		900$000	
	72	Claudio preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
	73	Manoel crioulo				NI	Crioula	masculino		70		100$000	"hortalão"
46	74	Claudiano crioulo				NI	Crioula	masculino		24		700$000	
	75	Sebastiaõ				NI	Africano	masculino		20		800$000	
1	76	João Ribeiro preto de Nação			(casado)	XXX	de Nação	masculino	Pedreiro	38		800$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	77	Vicente pardo				NI	Pardo	masculino		20	Papeira	500$000	
	78	Manoel (grande)				NI	NI	masculino		-	Aleijado de um pé; sofre mal da gota	0	
5	79	Jose Ribeiro preto de Nação			(casado)	XXVII	de Nação	masculino		35		800$000	
	80	Pedro de Nação Banguella			(casado)	III	de Nação - Benguela	masculino		40	"quebrado das virilhas"	600$000	
	81	Castos Cabra				NI	Cabra	masculino		20	"rendido de uma virilha"	700$000	
	82	Felicio Crioulo				NI	Crioula	masculino			"bem rendido de uma virilha"	750$000	
	83	Protasio preto de Nação			(casado)	XXV	de Nação	masculino		20		800$000	
	84	Cesar preto de Nação				NI	de Nação	masculino		24		800$000	
	85	Felippe preto de Nação			(casado)	XVII	de Nação	masculino		60	"rendido das virilhas"	300$000	
	86	Francisco preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		600$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	87	Thomé preto de Nação			Joanna Baptista	V	de Nação	masculino		32		600$000	
	88	Nicolau preto de Nação				NI	de Nação	masculino		20		800$000	
	89	Pedro Crioulo				NI	Crioula	masculino		20		800$000	
9	90	Sabino preto de Nação			(casado)	XXVI	de Nação	masculino		22		800$000	
	91	João Muco preto de Nação				NI	de Nação	masculino		50		500$000	
	92	Jacob Crioulo				NI	Crioula	masculino		20		800$000	
39	93	Felis preto de Nação			(casado)	IX	de Nação	masculino		30		800$000	
	94	Gabriel preto de Nação			(casado)	XIII	de Nação	masculino		30		800$000	
	95	Lourenço preto de Nação			(casado)	XXI	de Nação	masculino		30		900$000	
	96	Vicente preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
	97	João José preto de Nação			(casado)	XVI	de Nação	masculino		44		800$000	
	98	Tobias preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		700$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
	99	Paulo preto de Nação				IV	de Nação	masculino		35		800$000	
	100	Joaquim preto de Nação Cassange				VII	de Nação	masculino		30		700$000	
	101	Manuel Jose preto de Nação				NI	de Nação	masculino		50		400$000	
	102	Antonio comprido preto de Nação				NI	de Nação	masculino		55		300$000	
4	103	Rufino Creoulo				NI	Crioula	masculino		16		800$000	
	104	Antonio de Miranda preto de Nação			(casado)	II	de Nação	masculino		40		800$000	
	105	Fausto Cabra				NI	Cabra	masculino		18		800$000	
44	106	Mizael preto de Nação				NI	de Nação	masculino		25		800$000	
3	107	Ricardo Crioulo				NI	Crioula	masculino		20		800$000	
17	108	Jose preto de Nação				NI	de Nação	masculino		20		850$000	
	109	Elias Crioulo				NI	Crioula	masculino		27		750$000	
	110	Amaro preto de Nação				NI	de Nação	masculino		35		700$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
	Folhas:	**26v - 38v**										
	Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
	Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
	Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
	Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
111	Joaquim Patricio preto de Nação				NI	de Nação	masculino		60		200$000	
112	Sabianno preto de Nação			(casado)	XXIII	de Nação	masculino		30		800$000	
113	Bonifacio preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40	"doente"	300$000	
114	Francisco Bahia Crioulo			(casado)	XXII	Crioula	masculino		30		800$000	
115	Gourallo preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
116	Luis preto de Nação			(casado)	XIX	de Nação	masculino	Ferreiro	25		1:000$000	
117	Jose Congoriei preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		600$000	
118	Matheus preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40		700$000	
119	Monoel Ribeiro preto de Nação				NI	de Nação	masculino		35		800$000	
120	Antonio Manoel preto de Nação			(casado)	VIII	de Nação	masculino		40		800$000	
121	Damião preto de Nação				NI	de Nação	masculino		25		800$000	

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	**26v - 38v**										
		Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
		Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
		Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
		Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
	122	Mauricio preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30	"é rendido"	500$000	"é rendido"
	123	Jubão preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
	124	Modesto preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
45	125	Fidellis preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		800$000	
	126	Bendicto preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30	"é rendido"	600$000	"Reduzida a 100$ reis pela avaliação"
	127	Manoel Antonio preto de Nação				NI	de Nação	masculino		70		200$000	
	128	Joaquim Euú preto de Nação			(casado)	VI	de Nação	masculino		45		700$000	
	129	Miguel preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40		700$000	
	130	Luis manpassa preto de Nação				NI	de Nação	masculino		30		650$000	
	131	Simão Crioulo				NI	Crioula	masculino		55		450$000	
7	132	Joaquim Carumbé preto de Nação			(casado)	XI	de Nação	masculino		40	"é rendido"	800$000	"é rendido"

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Continuação)

	Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
		Folhas:	26v - 38v										
		Ano:	1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.										
		Inventariado:	Barão de Paraopeba										
		Inventariante:	Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira										
		Nome do escravizado	Filho de	Pai/Mãe de	Cônjuge	AF	Caract.	Sexo	Ofício	Idade	Doença	Valor	Obs.
11	133	Sebastião preto de Nação			(casado)	XIV	de Nação	masculino		40		800$000	
	134	Antonio Marcianno preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40		400$000	
	135	Antonio Francisco preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40		700$000	
	136	Ezequiel Crioulo				NI	Crioula	masculino		20		800$000	
	137	Joaquim Jose preto de Nação				NI	de Nação	masculino		70		60$000	
	138	Antonio Ambrosia preto de Nação				NI	de Nação	masculino		50		100$000	
	139	Francisco Thomé preto de Nação				NI	de Nação	masculino		40	"adoentado"	200$000	
	140	Fernando Creoulo			(casado)	XX	Crioula	masculino			"escrauo se acha atacado de ellefantiese"	0	"mau estado"
	141	Manoel Martins Crioulo				NI	Crioula	masculino		80	"vive adoentado"	0	
	142	Joanna Perpetua preta de Nação				NI	de Nação	feminino		85	"Se acha muito acabrunhada"	0	"Se acha muito acabrunhada"

APÊNDICE C – Inventário post mortem do Barão de Paraopeba (Conclusão)

Ordem	Documento fonte:	Excerto do Inventário *post mortem* do Barão de Paraopeba										
	Folhas:	**26v - 38v**										
	Ano:	**1856 - Início da avaliação dos escravizados: 11 de janeiro de 1856. Término em 14 de janeiro.**										
	Inventariado:	**Barão de Paraopeba**										
	Inventariante:	**Procurado Joaquim José Monteiro de Barros e José Joaquim Pereira**										
	Nome do escravizado	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Cônjuge**	**AF**	**Caract.**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
143	Jeronimo Creoulo				NI	Crioula	masculino		30		800$000	
144	Manoel pardo				NI	Parda	masculino	Alfaiate	18		900$000	
145	Venancio pardo				NI	Parda	masculino	Carapina	22		900$000	
146	Rodrigo preto de Nação				NI	de Nação	masculino		32	"Sofre ataques de pneumonia"	700$000	
147	Antonio de Nação Benguella				NI	de Nação - Benguela	masculino		54	"Sofre enxaçaõ de pés"	450$000	
148	Carlota de Nação Monjolla		Geraldo Crioulo; Francisca Crioula; Maria Creoula		XXXI	de Nação - Monjola	masculino		30		650$000	"Escrauos pertensentes ao monte e que Se achaõ em poder de Joaquim Nogueira Penido"
149	Geraldo Crioulo	Carlota de Nação Monjolla			XXXI	Crioula	masculino		6		600$000	
150	Francisca Crioula	Carlota de Nação Monjolla			XXXI	Crioula	masculino		4		400$000	
151	Maria Creoula	Carlota de Nação Monjolla			XXXI	Crioula	masculino		1		250$000	

Fonte: Elaborada pelo autor.

APÊNDICE D – Inventário *post-mortem* do capitão Joaquim José Monteiro de Barros

(Continua)

	Ordem	Documento	Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros										
		Folhas	**17v. - 21**										
		Ano	**1863**										
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**										
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**										
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
76	1	João Ribeiro		João Crioulo		XXX	NI	masculino	Pedreiro	50		800$000	
66	2	João Crioulo	João Ribeiro (estimativa)			XXX	Crioula	masculino		11		1:000$000	
107	3	Ricardo Crioulo				NI	Crioula	masculino		26		1:000$000	
103	4	Rufino Crioulo				NI	Crioula	masculino		24		1:300$000	
79	5	José Ribeiro de Nação			Barbara Cabra	XXVII	de Nação	masculino		50		1:000$000	
	6	Barbara Parda			José Ribeiro de Nação	XXVII	Parda	feminino		40		700$000	
132	7	Joaquim Carumbé			Theodora de Nação	XI	NI	masculino		55		700$000	
27	8	Theodora de Nação			Joaquim Carumbé	XI	de Nação	feminino		50		500$000	
90	9	Sabino de Nação			Rosa Creoula	XXVI	de Nação	masculino		35		1:000$000	
58	10	Rosa Creoula			Sabino de Nação	XXVI	Crioula	feminino		26		1:000$000	

APÊNDICE D – Inventário post-mortem do capitão Joaquim José Monteiro de Barros (Continuação)

	Ordem	Documento	Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros										
		Folhas	**17v. - 21**										
		Ano	**1863**										
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**										
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**										
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
133	11	Sebastião de Nação			Michaela de Nação	XIV	de Nação	masculino		50		800$000	
34	12	Michaela de Nação			Sebastião de Nação	XIV	de Nação	feminino		50		500$000	
	13	Valentim Creoulo			Margarida Cabra	XXXII	Crioula	masculino		40		1:000$000	
	14	Margarida Cabra			Valentim Creoulo	XXXII	Cabra	feminino		25		1:000$000	
	15	Severino Cabra				NI	Cabra	masculino		5		500$000	
	16	Nué Cabra				NI	Cabra	feminino		2		200$000	
108	17	José Carreiro", de Nação"			Jacintha Creoula	XXXIII	de Nação	masculino		28		1:000$000	
	18	Jacintha Creoula			José Carreiro", de Nação"	XXXIII	Crioula	feminino		27		800$000	
	19	Antonia Creoula				NI	Crioula	feminino		7		700$000	
	20	Eudasia Creoula				NI	Crioula	feminino		4		400$000	
	21	Herculano Creoulo				NI	Crioula	masculino		3 meses		100$000	

APÊNDICE D – Inventário post-mortem do capitão Joaquim José Monteiro de Barros (Continuação)

	Ordem												
		Documento	**Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**										
		Folhas	**17v. - 21**										
		Ano	**1863**										
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**										
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**										
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
67	22	Zacarias de Nação			Romana Cabra	XXIV	de Nação	masculino		50	"quebrado "	800$000	Sendo o mesmo escrauo quebrado
55	23	Romana Cabra			Zacaris de Nação	XXIV	Cabra	feminino		40	Sofre papeira	400$000	
	24	Graciano de Nação			Hortencia de Nação	XXXIV	de Nação	feminino		40		1:000$000	
	25	Hortencia de Nação			Graciano de Nação	XXXIV	de Nação	feminino		28		800$000	
23	**26**	**Ignes Creoula**		**Cecília;Julia;Persiliana**		**X**	**Crioula**	**feminino**		**30**		**800$000**	
24	27	Cecilia parda	Ignes Creoula			X	Parda	feminino		15		1:000$000	"Cecilia parda de idade de quinse annos"
25	28	Julia parda	Ignes Creoula			X	Parda	feminino		12		1:000$000	"Julia parda com idade de dose annos"

APÊNDICE D – Inventário post-mortem do capitão Joaquim José Monteiro de Barros (Continuação)

	Ordem	Documento	Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros											
		Folhas	**17v. - 21**											
		Ano	**1863**											
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**											
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**											
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
26	29	Perciliana parda	Ignes Creoula			X	Parda	feminino		10		800$000	"Percíliana parda de idade de dés annos pouco mais ou menos"
	30	Ernesto pardo				NI	Parda	masculino		7		700$000	"Ernesto pardo idade de Sete annos"
	31	Marcelina parda				NI	Parda	feminino		5		600$000	
	32	Maria parda				NI	Parda	feminino		4		500$000	
	33	Anna parda				NI	Parda	feminino		2		300$000	
	34	Eugenia creoula				NI	Crioula	feminino		17		1:000$000	
	35	Nasaria creoula				NI	Crioula	feminino		35		700$000	
	36	Generosa creoula				NI	Crioula	feminino		25		1:000$000	
	37	Lusia Cabra				NI	Cabra	feminino		5		500$000	
	38	Camila de Nação				NI	de Nação	feminino		30	"vive doente"	600$000	
93	39	Felis de Nação				NI	de Nação	masculino		40		1:000$000	

APÊNDICE D – Inventário post-mortem do capitão Joaquim José Monteiro de Barros (Continuação)

	Ordem	Documento	Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros											
		Folhas	**17v. - 21**											
		Ano	**1863**											
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**											
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**											
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
	40	Felis crioulo				NI	Crioula	masculino		6		500$000	
	41	José de Nação				NI	de Nação	masculino	Official de Ferreiro	30		1:300$000	
	42	Thimotio de Nação				NI	de Nação	masculino		40		900$000	
	43	Zeferino de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
106	44	Misael de Nação				NI	de Nação	masculino		30	"vive adoentado"	600$000	
125	45	Fidelis de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
74	46	Claudiano Crioulo				NI	Crioula	masculino		36		800$000	
	47	João de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
	48	Manoel Jacintho preto de Nação				NI	de Nação	masculino		45		800$000	
	49	Paulino de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
	50	Luis de Nação				NI	de Nação	masculino		30	"Sofre gota"	500$000	

APÊNDICE D – Inventário post-mortem do capitão Joaquim José Monteiro de Barros (Continuação)

	Ordem	Documento	Excerto do Inventário *post-mortem* do Capitão Joaquim José Monteiro de Barros										
		Folhas	**17v. - 21**										
		Ano	**1863**										
		Inventariado	**Capitão Joaquim José Monteiro de Barros**										
		Inventariante	**Dona Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros**										
		Nome	**Filho de**	**Pai/Mãe de**	**Casado com**	**AF**	**Caracteri-zação**	**Sexo**	**Ofício**	**Idade**	**Doença**	**Valor**	**Obs.**
	51	Amaro de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
	52	Cosme de Nação				NI	de Nação	masculino		30		1:000$000	
	53	Antonio Crioulo				NI	Crioula	masculino		16		1:100$000	
	54	Miguel Crioulo				NI	Crioula	masculino	Official de marceneiro	40		1:800$000	"foi aualiado com a ferramenta de seu officio"
64	55	Quintiliana parda				NI	Parda	feminino		75	"muito doente"	20$000	
	56	(peão?) piãmo				NI	NI	masculino			"muito estragado"	350$000	

Fonte: Elaborada pelo autor.

APÊNDICE E – Vídeo sem cortes do uso do protótipo

https://youtu.be/QJ6_yN_RWeM

ANEXO A – Iconografia utilizada nas imagens

As figuras humanas nas imagens ao longo da pesquisa foram extraídas de iconografias de parte do acervo “Brasiliana Iconográfica” da Biblioteca Nacional
https://www.brasilianaiconografica.art.br/

GRAVURA
A Free Black-Girl
1846-1849
GRAVADOR -*Pedro Ludwig*
DESENHISTA - *Eduard Hildebrandt*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19230/a-free-black-girl

DESENHO
Brazillian Slaves
entre 1819 e 1822
ATRIBUÍDO - *Henry Chamberlain*
A PARTIR DE - *Joaquim Cândido Guillobel*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19955/brazillian-slaves

DESENHO
Brazillian Slaves
entre 1819 e 1822
ATRIBUÍDO - *Henry Chamberlain*
A PARTIR DE - *Joaquim Cândido Guillobel*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19954/brazillian-slaves

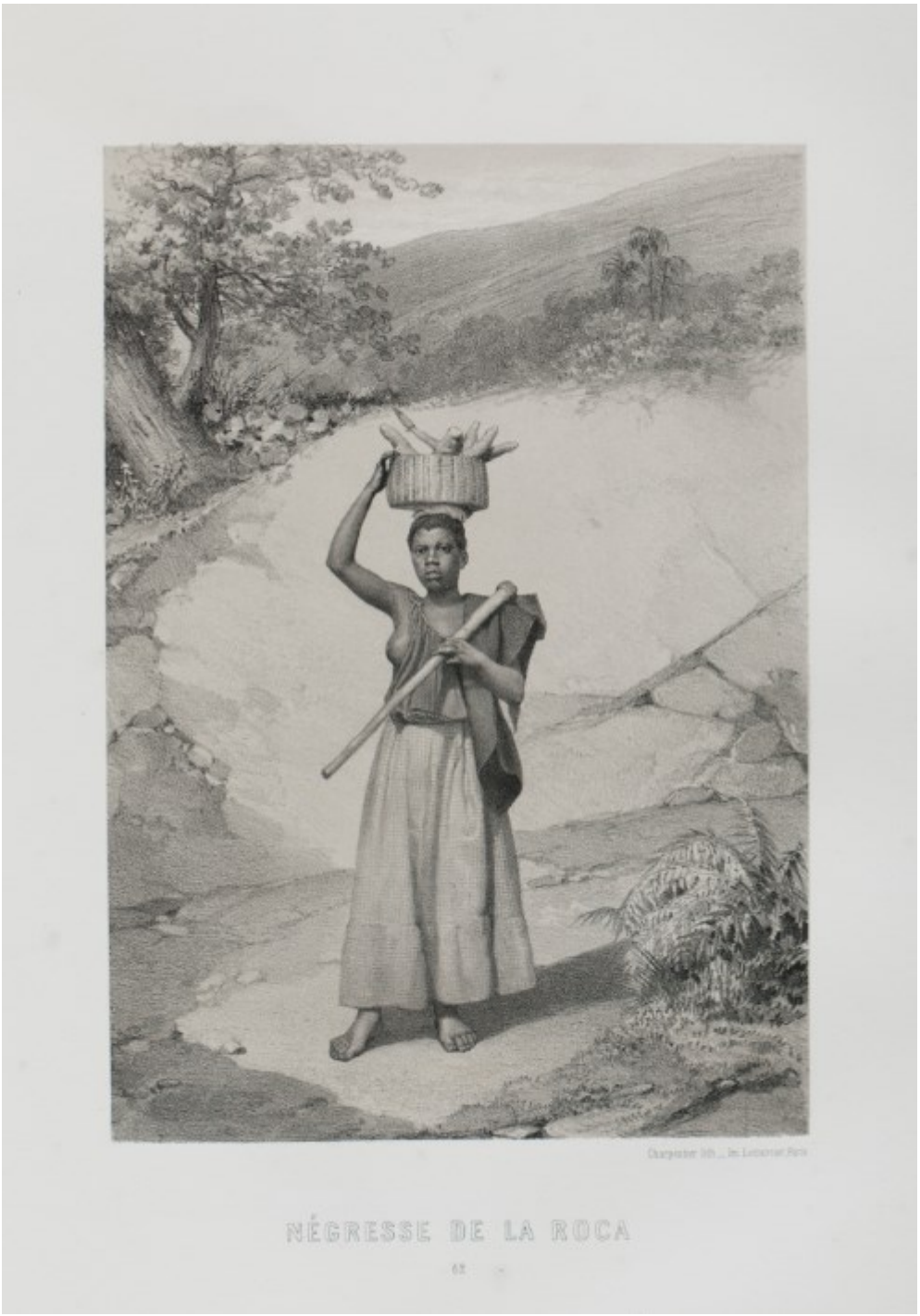
DESENHO
A Mineiro, or Native of Mine District in Brazil / A Slave going to Market
entre 1819 e 1822
ATRIBUÍDO - *Henry Chamberlain*
A PARTIR DE - *Joaquim Cândido Guillobel*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19957/a-mineiro-or-native-of-mine-district-in-brazil-a-slave-going-to-market

DESENHO
Músicos negros no cortejo de São Jorge
1851
DESENHISTA - *José dos Reis Carvalho*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17142/musicos-negros-no-cortejo-de-sao-jorge

GRAVURA
Travailleur a la roca
1861
FOTÓGRAFO - *Victor Frond*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18379/travailleur-a-la-roca

DESENHO
Slaves carryng a Pipe of Wine
entre 1819 e 1822
ATRIBUÍDO - *Henry Chamberlain*
A PARTIR DE - *Joaquim Cândido Guillobel*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19959/slaves-carryng-a-pipe-of-wine

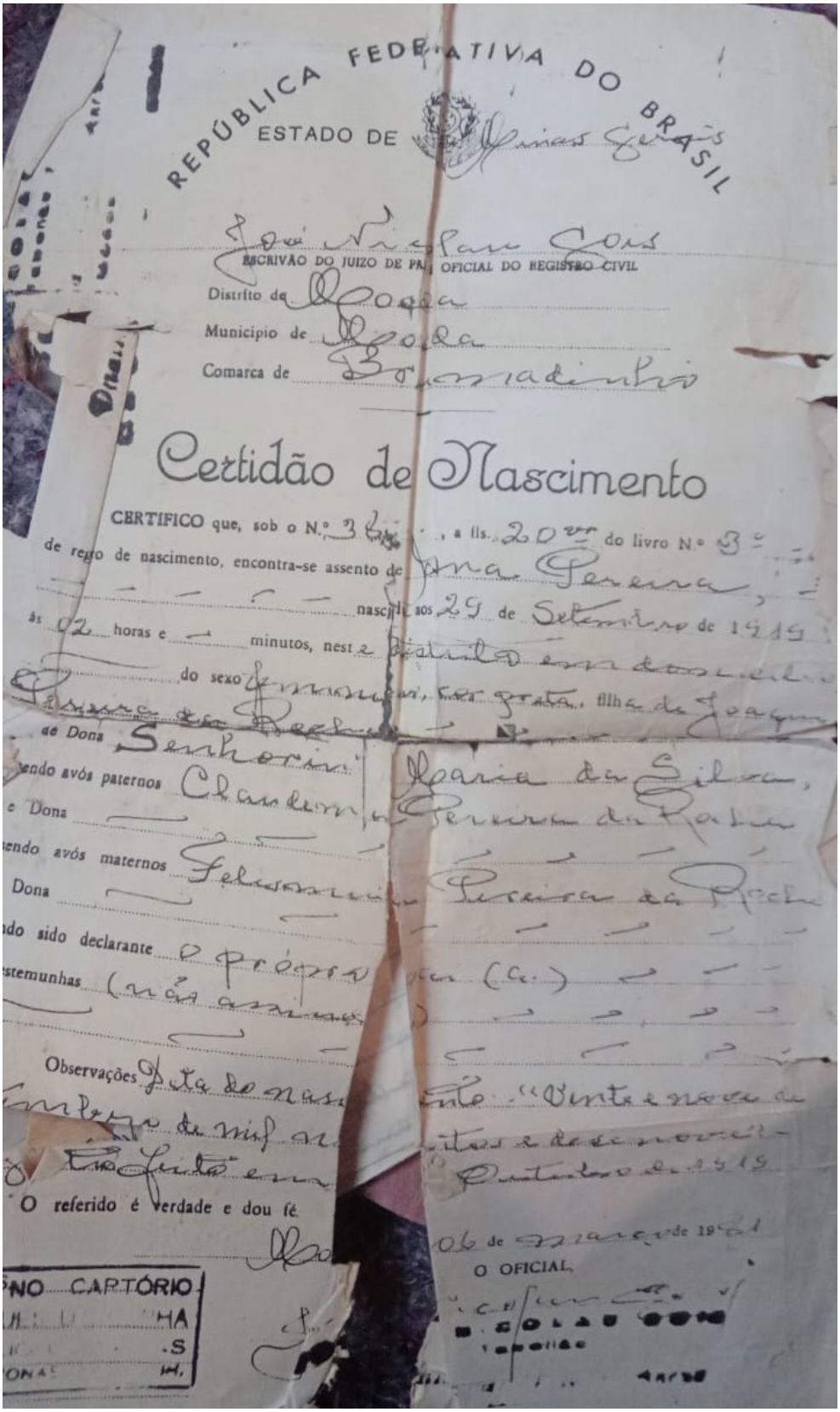
DESENHO
Brazillian Slaves
entre 1819 e 1822
ATRIBUÍDO - *Henry Chamberlain*
A PARTIR DE - *Joaquim Cândido Guillobel*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19956/brazillian-slaves



GRAVURA
Négresse de la roca
1861
FOTÓGRAFO - *Victor Frond*
GRAVADOR - *Charpentier*
https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18406/negresse-de-la-roca

ANEXO B – Certidões

Certidão de nascimento de Ana Pereira, filha de Dona Senhorinha



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE Minas Gerais

ESCRIVÃO DO JUIZO DE PA... OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Distrito de Moeda

Município de Moeda

Comarca de Bonfinópolis

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, sob o N.º 3[illegible], a fls. 20 vº do livro N.º 3 [illegible] de registo de nascimento, encontra-se assento de Ana Pereira, nascida aos 29 de Setembro de 1919, às 02 horas e [illegible] minutos, nesta [illegible] do sexo feminino, [illegible], filha de Joaquim [illegible] e de Dona Senhorinha Maria da Silva, sendo avós paternos Clemente [illegible] e Dona [illegible] Pereira da Rocha, sendo avós maternos Felismino [illegible] Pereira da Rocha e Dona [illegible], tendo sido declarante o próprio [illegible] (Ca.) e testemunhas [illegible]

Observações Data do nasc[illegible] Ento: "Vinte e nove de [illegible] e de novecentos e dezenove [illegible] Outubro de 1919.

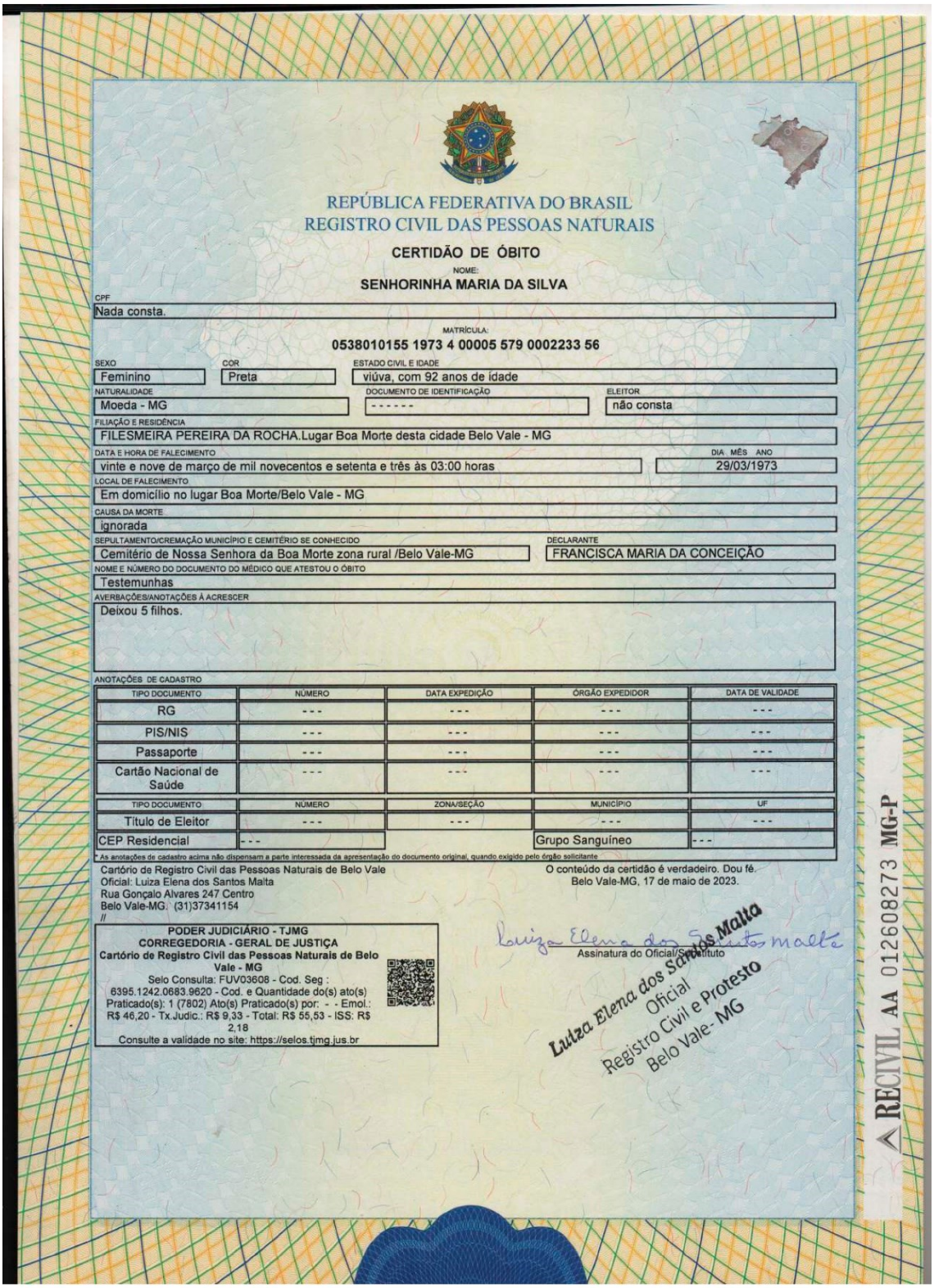
O referido é verdade e dou fé.

06 de março de 1961

O OFICIAL

[illegible] CARTÓRIO [illegible]

Certidão de óbito de Dona Senhorinha



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
SENHORINHA MARIA DA SILVA

CPF: Nada consta.

MATRÍCULA:
0538010155 1973 4 00005 579 0002233 56

SEXO: Feminino | COR: Preta | ESTADO CIVIL E IDADE: viúva, com 92 anos de idade

NATURALIDADE: Moeda - MG | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: - - - - - - | ELEITOR: não consta

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA: FILESMEIRA PEREIRA DA ROCHA.Lugar Boa Morte desta cidade Belo Vale - MG

DATA E HORA DO FALECIMENTO: vinte e nove de março de mil novecentos e setenta e três às 03:00 horas | DIA MÊS ANO: 29/03/1973

LOCAL DE FALECIMENTO: Em domicílio no lugar Boa Morte/Belo Vale - MG

CAUSA DA MORTE: ignorada

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO: Cemitério de Nossa Senhora da Boa Morte zona rural /Belo Vale-MG | DECLARANTE: FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO: Testemunhas

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER: Deixou 5 filhos.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---		Grupo Sanguíneo	---

* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Belo Vale
Oficial: Luiza Elena dos Santos Malta
Rua Gonçalo Alvares 247 Centro
Belo Vale-MG. (31)37341154
//

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Belo Vale-MG, 17 de maio de 2023.

Luiza Elena dos Santos Malta
Assinatura do Oficial/Substituto

Luiza Elena dos Santos Malta
Oficial
Registro Civil e Protesto
Belo Vale- MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Belo Vale - MG
Selo Consulta: FUV03608 - Cod. Seg : 6395.1242.0683.9620 - Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticado(s): 1 (7802) Ato(s) Praticado(s) por: - - Emol.: R$ 46,20 - Tx.Judic.: R$ 9,33 - Total: R$ 55,53 - ISS: R$ 2,18
Consulte a validade no site: https://selos.tjmg.jus.br

RECIVIL AA 012608273 MG-P

Documentos cedidos por familiares

ANEXO C – Plano de curso da disciplina PFLEX

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS

EAUFMG

PLANO DE ENSINO – DISCIPLINAS DE PFLEX

Expografia na Fazenda Boa Esperança

SUBTÍTULO:	**Projetos expográficos, patrimônio histórico, cultura afrobrasileira**
PROFESSOR(ES):	**Leandro dos Santos Magalhães**
OFERTA:	**(2024/1º)**
CÓDIGO:	**[ ] PRJ 080** – 1º Bimestre – Tipo 1 (2as e 5as feiras) **[ ] PRJ 081** – 1º Bimestre – Tipo 2 (3as e 6as feiras) **[X] PRJ 082** – 2º Bimestre – Tipo 1 (2as e 5as feiras) **[ ] PRJ 083** – 2º Bimestre – Tipo 2 (3as e 6as feiras) **[ ] PRJ ___** – Horário Especial : (Informar o horário)
TURMA:	**(a ser preenchido pela Comissão de Pflex)**
VERSÃO CURRICULAR:	2014/1 - Curso Diurno
CLASSIFICAÇÃO:	Optativa - Grupo 08
PRÉ-REQUISITO:	PRJ077
CARGA-HORÁRIA:	60 horas (4 créditos) - prática
NÚMERO DE VAGAS:	16

Pátio Frontal da FBE. Comunidade reunida ao pé das sapucaias.

Fonte: Acervo do autor, 2019.

Ementa:

Desenvolvimento de habilidades e competências para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Capacidade de problematizar situações por meio de análise crítica dos aspectos sociais, econômicos, ambientais, técnicos, legais e do espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas relativos à produção e ao uso do espaço. Proposição e representação do projeto para realização da construção.

Objetivos:

- Construir discussões sobre a função social dos bens tombados
- Introduzir conceitos do campo da museologia e suas interseções com arquitetura tais como acervos, curadoria, museografia, expografia.
- Elaborar propostas em diferentes escalas e técnicas mobilizando conceitos simbólicos.

Conteúdo Programático:

A Fazenda Boa Esperança (FBE) é um patrimônio nacional e estadual tombado, localizada em Belo Vale, MG. Até o período próximo ao fim da escravidão no Brasil, por volta de 1856, a propriedade pertenceu ao Barão Monteiro de Barros, político e empresário de origem portuguesa. Sua família possui grande relevância na história brasileira e se destacou no tráfico de pessoas do continente africano para o Brasil. A própria fazenda abrigou centenas de escravizados.

Atualmente, a Fazenda Boa Esperança é um importante equipamento cultural em Minas Gerais, aberto para visitação, onde o público pode conhecer sua bela sede e espaços externos. Devido à sua história e presença marcante na paisagem cultural, a Fazenda também traz à tona discussões necessárias sobre a escravidão, cultura, podendo destacar personagens apagados e evidenciar como sua presença

moldou o território. Um exemplo disso é a comunidade Quilombola de Boa Morte, que ainda abriga descendentes de escravizados da Boa Esperança.

Em nosso trabalho vamos compreender sensivelmente e mergulhar no universo da Fazenda Boa Esperança, entendendo sua relevância, relações com as comunidades em seu entorno e suas funções sociais enquanto patrimônio tombado. Como se trata de um local aberto ao público, discutiremos conceitos de museografia para compreender como a fazenda pode ser um suporte para informações e discussões. Dessa forma, elaboraremos propostas de recursos expográficos, tanto digitais quanto analógicos, para a interpretação de algumas das diversas camadas de discussões possíveis a partir desse patrimônio. Para essa seleção, utilizaremos conceitos de curadoria.

Ao final da disciplina, os alunos produzirão protótipos dos recursos pensados, que serão apresentados em uma mostra para a comunidade da Escola de Arquitetura.

Cronograma:

Dia / Aula	Atividade
01	Apresentação da disciplina; A Fazenda Boa Esperança
02	Planejamento do trabalho de campo; Orientações
03	Trabalho de Campo: Território da FBE
A data da visita de campo será definida coletivamente. Considere que deverá ocorrer em um sábado.	
04	Elaboração de relatórios; Orientações
05	**Apresentação TP01**
06	Tópicos em museografia; Orientações
07	Visita a exposições
08	Desenvolvimento conceitual; Orientações
09	**Apresentação TP 02**
10	Desenvolvimento anteprojeto; Orientações
11	Desenvolvimento anteprojeto, Orientações
12	**Apresentação TP03**
13	Desenvolvimento dos protótipos
14	Desenvolvimento dos protótipos
15	**TP04 Mostra na EA**
16	Retorno
17	Retorno

Produto:

Ao final da disciplina devem ser apresentados, em mostra pública para a comunidade da EA, protótipos e cadernos técnicos com anteprojeto das propostas desenvolvidas.

Estratégias e Procedimentos de Avaliação:

-Aulas expositivas para contextualização do tema e dos conceitos que serão mobilizados

-Imersão no território da Fazenda Boa Esperança, comunidades quilombolas e equipamentos culturais do entorno

-Aulas práticas para orientação das propostas

-Visita a museus

Trabalho prático 01 - 15 pontos - Identificação e conhecimento: Caderneta de campo, mapa e relatório para a sistematização das informações obtidas na etapa de imersão no universo da FBE
Trabalho prático 02 - **25 Pontos** – Conceito expográfico e estudo preliminar da proposta
Trabalho prático 03 - 25 Pontos – Anteprojeto
Trabalho prático 04 - 35 Pontos – Protótipos e Mostra na EA

Bibliografia:

AMBIENTAL, L. E. **Ruínas Casas Velhas e Serra da Calçada**. Belo Vale: Vale, 2016.

ANTEZANA, S. L. V. **Projeto Fazenda Boa Esperança: diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas de Boa Morte e Chacrinha dos Pretos, Belo Vale, Minas Gerais**. Refazenda. [S.l.]. 2016.

BHASKAR, M. **Curation The power of selection ina a world of excess**. Londres: Piatkus - Little Brown Book Group, 2016. ISBN 978-0-349-40870-5.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 191 p. ISBN ISBN 978-85-232-0483-9.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História**. Tradução de Federico Carotti. 2ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. ISBN ISBN 9788571640382.

MARTINEZ, C. E. P. M. **População, trabalho e gênero na transição do sistema escravista Vale do Paraopeba MG**. Caxambu: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2008.

MARTINS, T. **Fazenda Boa Esperança - Belo Vale**. 1. ed. Belo Horizonte: BDMG, 2007. ISBN ISBN 978-85-907006-0-9.

MANTOVAI, M. I. **Planejamento e Realização de Exposições** – Cadernos Museológicos Volume 3 – IBRAM, Brasília, 2018